PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE RORAIMA

DJE

Assinado de forma digital por TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE RORAIMA:34812669000108's AC VALID

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Boa Vista, 18 de dezembro de 2017
Disponibilizado às 20:00 de 15/12/2017

ANO XX - EDIÇÃO 6113

Composição

Desª. Elaine Cristina Bianchi
Presidente

Des. Mozarildo Monteiro Cavalcanti
Vice-Presidente

Des. Jésus Nascimento
Corregedor-Geral de Justiça

Des. Cristóvão José Suter Correia da Silva
Diretor da Escola do Judiciário de Roraima

Des. Ricardo de Aguiar Oliveira
Des. Almiro José Mello Padilha
Desª. Tânia Vasconcelos
Des. Leonardo Pache de Faria Cupello
Des. Jefferson Fernandes da Silva
Des. Mauro José do Nascimento Campello
Membros

Telefones Úteis

Plantão Judicial 1ª Instância
(95) 9 8404 3085

Plantão Judicial 2ª Instância
(95) 9 8404 3123

Justiça no Trânsito
(95) 9 8404 3086

Presidência
(95) 3198 2811

Núcleo de Relações Institucionais
(95) 3198 2830

Secretaria-Geral
(95) 3198 4102

Secretaria de Gestão Administrativa
(95) 3198 4112

Secretaria de Infraestrutura e Logística
(95) 3198 4109

Secretaria de Tecnologia da Informação
(95) 3198 4141

Secretaria de Orçamento e Finanças
(95) 3198 4123

Secretaria de Gestão de Pessoas
(95) 3198 4152

Secretaria de Gestão Estratégica
(95) 3198 4131

Elízio Ferreira de Melo
Secretário-Geral

Ouvidoria
0800 280 9551

Vara da Justiça Itinerante
(95) 3198-4184
(95) 9 8404 3086 (trânsito)
(95) 9 8404 3099 (ônibus)

A STI visando a melhoria contínua dos serviços prestados ao atendimento informa a mudança da central de ramais, que traz os seguintes Benefícios:



- ✅Aumento de linhas para atendimento;
- ✅Melhoria no gerenciamento das chamadas;
- ✅Chamadas em espera;
- ✅Gravação das chamadas recebidas.

Com isso a partir do dia 17/11/2016 o Telefone da Central de Serviços da TI passara a ser **3198-4141**.

Lembramos que através do site da Milldesk (**tjrr.milldesk.com**), você tem um atendimento mais rápido, abrindo os seus chamados automaticamente com poucos clique.

tjrr.milldesk.com

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO

Expediente de 15/12/2017

PUBLICAÇÃO DE RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO N.º 33, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

O EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, em sua composição plenária, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no procedimento nº 0014951-49.2017.8.23.8000 (Sistema SEI),

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar o caput do artigo 6º da Resolução TP nº 13/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

> **"Art. 6º.** A parte interessada é responsável pela prestação da informação de pagamento das guias de arrecadação que emitir, bem como pela autenticidade do comprovante de pagamento que deverá vincular aos autos, em prazo não superior a 48 horas, contados do pagamento.".

Art. 2º. Alterar o artigo 9º da Resolução TP nº 13/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

> "**Art. 9º**. A data de vencimento da guia de arrecadação judiciária de que trata o art. 4º, inciso I, será o 10º dia posterior a sua emissão, contados ininterruptamente.
> § 1º. A emissão de guia para pagamento das custas processuais nos feitos, obedecerão o disposto no art. 10 da Lei 1.157/2016 da seguinte forma:
> a) a emissão da guia de arrecadação judiciária para o pagamento de custas judiciais para distribuição de feitos em 1º e 2º graus obedecerá o prazo de 1 (um) dia, contados do procedimento de distribuição eletrônico no sistema de informação processual (PROJUDI, SISCOM, Pje, ou similar), para fim de conhecimento da numeração processual que constará obrigatoriamente da guia de arrecadação judiciária;
> b) o pagamento e juntada de guia de arrecadação judiciária, bem como da vinculação do comprovante bancário de pagamento de custas judiciais para distribuição de feitos em 1o e 2o graus obedecerá ao prazo de 2 (dois) dias, contados da emissão da guia de arrecadação judiciária no sistema desta Corte na internet; e
> c) antes da interposição do recurso, apelação ou embargo, e outros recolhimentos diversos, com vinculação da guia de arrecadação judiciária pertinente aos autos, devidamente paga, sob pena de deserção ou indeferimento do pedido.
> § 2º**.** Ultrapassados o prazo de 10 dias, não havendo registro do pagamento ou depósito pelo interessado, a guia de arrecadação judiciária será automaticamente cancelada no sistema de emissão de guias, devendo o interessado, conforme o caso, emitir nova guia de arrecadação judiciária para pagamento.
> § 3º. Os prazos para pagamento não se sobrepõem aos prazos legais, sendo de responsabilidade do interessado a atenção aos prazos processuais.
> § 4º**.** Nos pedidos a que se referem o art. 98 § 6º do NCPC, as guias de arrecadação judiciária serão emitidas de acordo com o valor do parcelamento concedido pelo juiz do processo, obedecidos os prazos desta Resolução, e ainda aqueles estipulados em juízo, ficando a cargo da serventia a fiscalização do pagamento e a informação tempestiva do seu atraso ou inadimplemento, sob pena de responsabilidade.
> § 5º. Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada, pessoalmente ou na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias (Art. 290 do NCPC).
> § 6º**.** As guias de preparo para distribuição e de outros atos isolados determinados em juízo serão emitidas através do sítio do Tribunal de Justiça de Roraima na internet pelo interessado, salvo as diligências de Oficiais de Justiça, que possuem procedimento próprio

Tribunal Pleno - Tribunal Pleno

e/+CACjJs5sMI+abxtI3PZSVyxI=

de recolhimento, nos termos da norma regulamentar. § 7º. As custas ocasionais, taxas e pagamentos em virtude de demanda por outros serviços, quando devidas no decorrer do processo, serão calculadas e recolhidas antes da prática de quaisquer dos atos definidos em lei ou regulamento próprio.
§ 8º. Antes do arquivamento do feito processual, quando houver débito de custas ou taxas, eventualmente apurados pela Contadoria Judicial, serão recolhidas pelo devedor, se intimado, as custas e taxas remanescentes, no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Des.ª ELAINE BIANCHI
Presidente

RESOLUÇÃO N.º 34, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre estágio probatório e avaliação de desempenho para fins de aquisição de estabilidade e desenvolvimento na carreira dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Roraima.

O EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, em sua composição plenária, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 41, caput, § 1º, III, e § 4º da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, ainda, o disposto nos artigos 11, 12 e 13 da Lei Complementar Estadual nº 227, de 4 de agosto de 2014;

RESOLVE:

SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo no Poder Judiciário do Estado de Roraima, ao entrar em exercício, ficará sujeito a avaliações de desempenho para fins de estágio probatório e aquisição de estabilidade e para fins de desenvolvimento na Carreira, realizadas na forma da legislação vigente e nos termos desta Resolução.
Parágrafo único. As avaliações de que trata esta Resolução não substituem outros mecanismos institucionais de gestão de desempenho profissional dos servidores deste Poder Judiciário.

SEÇÃO II
DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 2º. O servidor nomeado para cargo efetivo cumprirá estágio probatório pelo período de 36 meses, durante o qual sua aptidão e capacidade para o desempenho do cargo serão objeto de avaliação, observados os seguintes fatores:
I - assiduidade;
II - disciplina;
III - capacidade de iniciativa;
IV - produtividade;
V - responsabilidade.

Art. 3º. A avaliação do servidor no período do estágio probatório far-se-á em cinco etapas, a serem realizadas ao término do 6º, 12º, 18º, 24º e 30º mês, contados a partir do início do exercício no cargo.

Tribunal Pleno - Tribunal Pleno

e/+CACjJs5sMi+abxti3PZSVyxI=

Art. 4º. O servidor em estágio probatório poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação, mas somente poderá ser cedido a outro órgão ou entidade para ocupar cargos de natureza especial e cargos de provimento em comissão.

Art. 5º. Ao servidor em estágio probatório somente poderão ser concedidos:
I - licenças:
a) para tratamento da própria saúde;
b) por motivo de doença em pessoa da família;
c) por acidente em serviço;
d) para acompanhar cônjuge ou companheiro;
e) para o serviço militar;
f) para a atividade política;
g) à gestante, adotante e paternidade;
II - afastamentos:
a) para mandato eletivo;
b) para estudo ou missão no exterior;
c) para participação em curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na Administração Pública.

Art. 6º. Fica suspenso o período de estágio probatório em virtude de:
I - licença por motivo de doença em pessoa da família;
II - licença para acompanhar cônjuge ou companheiro;
III - licença para atividade política;
Parágrafo único. Nos casos de suspensão relacionados nos incisos I a III deste artigo e de faltas injustificadas ao serviço, a contagem do tempo para completar o interstício será retomada na data em que o servidor retornar ao efetivo exercício.

SUBSEÇÃO I
DO SERVIDOR COM DEFICIÊNCIA

Art. 7º. O servidor nomeado em vaga destinada a pessoa com deficiência será acompanhado, durante o estágio probatório, por equipe multiprofissional, que avaliará a compatibilidade entre as atribuições essenciais do cargo e a deficiência apresentada pelo servidor.

Art. 8º. A equipe multiprofissional será designada mediante ato da Secretaria de Gestão de Pessoas e será constituída por três servidores integrantes do quadro de pessoal do TJRR.
Parágrafo único. Preferencialmente, os membros da equipe multiprofissional serão aqueles que avaliaram a compatibilidade entre as atribuições essenciais do cargo e a deficiência do servidor durante a realização do concurso público.

Art. 9º. A avaliação a que se refere o artigo 7º será realizada pelo menos uma vez durante o período do estágio probatório, devendo a equipe multiprofissional encaminhar à Comissão de Avaliação de Desempenho (CAD), a cada avaliação realizada, parecer acerca da compatibilidade ou da incompatibilidade entre a deficiência do servidor e as atribuições essenciais do cargo público para o qual foi aprovado.

Art. 10. A equipe multiprofissional, ao emitir o parecer, deverá observar os seguintes termos:
I - as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição;
II - a natureza das atribuições e tarefas essenciais do cargo ou da função a desempenhar;
III - a viabilidade das condições de acessibilidade e as adequações do ambiente de trabalho na execução das tarefas;
IV - a possibilidade de uso, pelo candidato, de equipamentos ou outros meios que habitualmente utilize; e
V - a CID e outros padrões reconhecidos nacional e internacionalmente.
Parágrafo único. Caso a deficiência do servidor seja considerada incompatível com o desempenho das atribuições essenciais do cargo, o servidor será considerado inapto, nos termos do inciso II do art. 14 desta Resolução.

Tribunal Pleno - Tribunal Pleno
e/+CACjJs5sMi+abxti3PZSVyxI=

Tribunal Pleno - Tribunal Pleno

SUBSEÇÃO II
DA HOMOLOGAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 11. Quatro meses antes do encerramento do período de estágio probatório, as notas das avaliações referentes às cinco primeiras etapas avaliativas serão submetidas pelo Presidente da CAD ao(à) Presidente do Tribunal, para fins de homologação, sem prejuízo da continuidade de apuração dos fatores de avaliação no período remanescente.

Art. 12. A aprovação nas avaliações de desempenho concederá ao servidor direito à estabilidade no serviço público e à primeira progressão funcional a partir do dia subsequente àquele em que for declarado estável.

Art. 13. Serão considerados aprovados no estágio probatório os servidores que alcançarem média aritmética dos totais das etapas avaliativas igual ou superior a 70% (setenta por cento), sendo considerados reprovados os que não obtiverem este resultado.
Parágrafo único. Caso o servidor, ao final do estágio probatório, não tenha qualquer avaliação válida em decorrência de sucessivas licenças para tratar da própria saúde, conforme art. 29 desta Resolução, deverá ser submetido à junta médica oficial.

Art. 14. A qualquer tempo, durante o período do estágio probatório, serão considerados inaptos para o desempenho do cargo os servidores que obtiverem:
I - duas notas de estágio probatório inferiores a 70% (setenta por cento), em períodos avaliativos consecutivos ou não; ou
II - parecer pela incompatibilidade entre a deficiência apresentada e as atribuições essenciais do cargo, emitido pela equipe multiprofissional, nos termos do parágrafo único do art.10 desta Resolução.

Art. 15. Caso o servidor não alcance a média igual ou superior a 70% (setenta por cento) nas avaliações de desempenho ou, a qualquer tempo, seja considerado inapto, a conclusão sobre a aptidão e a capacidade do servidor para o desempenho das atribuições do cargo será contrária à homologação do estágio probatório do servidor.
§ 1º A CAD notificará o servidor, cuja conclusão do estágio probatório seja contrária a sua confirmação no cargo, por intermédio da chefia imediata, para apresentar suas razões e justificativas, no prazo improrrogável de dez dias, contados da data da ciência, garantindo-lhe o contraditório e a ampla defesa.
§ 2º A CAD instruirá o processo dos casos previstos no parágrafo anterior e o encaminhará à Presidência para apreciação.
§ 3º A Presidência decidirá pela aprovação ou não do servidor no estágio probatório, conforme os critérios estabelecidos nesta Resolução e na legislação em vigor.
§ 4º O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, observado o disposto no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Roraima.

SEÇÃO III
DO DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA

Art. 16. O desenvolvimento do servidor nos cargos de provimento efetivo das carreiras do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Roraima ocorre mediante progressão funcional.

Art. 17. A progressão funcional consiste na passagem do servidor efetivo estável de uma referência de vencimento para outra, observado o interstício de 02 (dois) anos de efetivo exercício, mediante aprovação em avaliações de desempenho.
Parágrafo único. Não será concedida progressão funcional ao servidor punido nos 12 (doze) meses anteriores à data de concessão da progressão funcional com pena de suspensão, convertida ou não em multa.

Art. 18. A aprovação nas avaliações de desempenho, com média aritmética dos totais de cada avaliação igual ou superior a 70% (setenta por cento), concederá ao servidor direito à progressão funcional.

e/+CACjJs5sMi+abxti3PZSVyXI=

Tribunal Pleno - Tribunal Pleno

Art. 19. O interstício para a progressão funcional é computado em dois períodos corridos de 365 dias, contados a partir da data em que o servidor completou o último interstício aquisitivo, ficando suspenso em virtude de:
I - licença por motivo de doença em pessoa da família;
II - licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro;
III - licença para o serviço militar;
IV - licença para atividade política;
V - licença para tratar de interesses particulares;
VI - licença para desempenho de mandato classista;
VII - afastamento para exercício de mandato eletivo, exceto quando, havendo compatibilidade de horários, o servidor continuar a exercer as atribuições do cargo;
VIII - afastamento para estudo ou missão no exterior;
IX - afastamento para servir em organismo internacional;
X - afastamento para participar de curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na Administração Pública;
XI - faltas injustificadas ao serviço.
XII - prisão não decorrente de decisão judicial definitiva;
XIII - vacância do cargo com posterior recondução.
§ 1º Ao término do período de suspensão a que se refere este artigo, a contagem de tempo para completar o interstício é retomada na data em que o servidor retornar ao efetivo exercício.
§ 2º A contagem do tempo será interrompida nos casos de condenação à pena privativa de liberdade por sentença definitiva e reiniciada a partir do primeiro período de avaliação que ocorrer após o término do impedimento.

SEÇÃO IV
DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 20. A Comissão de Avaliação de Desempenho - CAD é composta pelo(a):
I - titular da Secretaria de Gestão de Pessoas;
I – titular da Subsecretaria de Desenvolvimento de Pessoal; e
II- 03 (um) servidores efetivos, representantes de cada uma das Carreiras do Poder Judiciário Estadual.
§ 1º A Comissão reúne-se com a presença de, no mínimo, três de seus membros e somente decide com a maioria absoluta do total dos membros.
§ 2º A Presidência da Comissão é exercida pelo titular da Secretaria de Gestão de Pessoas ou seu substituto legal.

Art. 21. Compete à CAD:
I - emitir parecer conclusivo acerca das avaliações de desempenho de servidor em estágio probatório, a fim de subsidiar a autoridade competente pela declaração de estabilidade;
II - zelar pela observância dos procedimentos e dos critérios de avaliação previstos nesta resolução;
III - apreciar os recursos interpostos sobre o resultado da avaliação de desempenho;
IV - notificar o servidor avaliado e o avaliador do julgamento de recurso;
V - solicitar pronunciamento do avaliador, com relação ao recurso impetrado pelo servidor, sempre que necessário;
VI - requisitar pareceres, orientações e atuação técnica especializada, quando julgar necessário.
Parágrafo único. O trabalho como membro da CAD dá-se sem prejuízo das atribuições normais do cargo ou da função e não implica, em nenhuma hipótese ou a qualquer título, remuneração complementar.

SEÇÃO V
DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO E DO RECURSO

Art. 22. O servidor que discordar do resultado da avaliação pode interpor pedido de reconsideração dirigido ao avaliador, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da ciência do resultado.

Art. 23. Caso seja mantido o posicionamento após a interposição do pedido de reconsideração, o avaliador encaminhará, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data de recebimento do pedido, sua decisão fundamentada para apreciação da CAD, que decidirá a respeito e notificará o avaliado e o avaliador da decisão.

e/+CACjJs5sMI+abxtI3PZSVyXI=

Tribunal Pleno - Tribunal Pleno

Art. 24. Da decisão da CAD cabe recurso à Presidência, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação aos envolvidos, que proferirá a decisão final.
§ 1º Na exposição das razões do recurso, o recorrente deve ater-se aos itens da avaliação que forem objeto de contestação e aos fatos que evidenciam a irregularidade constatada.
§ 2º É indeferido, liminarmente, o recurso interposto fora do prazo ou que não observar o disposto no parágrafo anterior.

SEÇÃO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25. A Avaliação de Desempenho Funcional também será aplicada aos servidores posicionados no último padrão da carreira, devendo abranger o desempenho funcional do servidor no decurso dos 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias imediatamente anteriores.

Art. 26. O avaliador é o gestor a que o servidor esteja imediatamente subordinado ou, no caso de impedimento ou ausência regulamentar, o seu substituto designado.
Parágrafo único. O servidor que durante a etapa avaliativa houver trabalhado sob a supervisão de mais de um gestor, será avaliado por aquele a que esteve subordinado durante a maior parte desse período.

Art. 27. Os servidores que compõem a Equipe de Apoio Itinerante e a Unidade de Apoio ao 1º Grau serão avaliados pelos gestores imediatos de cada unidade em que tenham atuado por prazo superior a 30 (trinta) dias.
§1º A nota do avaliador corresponderá à média ponderada dos valores atribuídos pelos gestores imediatos das unidades onde o servidor atuou durante o período de avaliação, que será calculada de acordo com a fórmula matemática constante no Anexo A desta Resolução.
§2º O peso das notas dos avaliadores aplicadas ao servidor em cada uma das unidades onde atuou será calculado levando-se em consideração o total de dias do período de avaliação e será diretamente proporcional à quantidade de dias que atuou na unidade, sendo calculado conforme Anexo B desta Resolução.

Art. 28. O servidor deste Poder Judiciário cedido ou com lotação provisória em outro órgão da Administração Pública é avaliado pelo órgão cessionário, que deve observar os critérios estabelecidos nesta Resolução.

Art. 29. O servidor que permanecer em gozo de licença ou afastamento por tempo superior à metade do período de cada período avaliativo não será avaliado, sendo essa etapa suprimida do cálculo da média final.

Art. 30. A Subsecretaria de Desenvolvimento de Pessoal buscará auxiliar o servidor que obtiver nota abaixo de 70% (setenta por cento) de aproveitamento em qualquer um dos quesitos da avaliação, por meio de intervenções individuais ou em grupo.

Art. 31. Os prazos previstos nesta Resolução são contados em dias corridos, excluindo-se da contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento, ficando prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte o prazo vencido em dia que não houver expediente ou se este for encerrado antes da hora normal.

Art. 32. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 33. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Des.ª ELAINE BIANCH
Presidente

e/+CACjJs5sMi+abxti3PZSVyXI=

ANEXOS DA RESOLUÇÃO N.º 34, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANEXO A - Fórmula para cálculo da média dos avaliadores.

$$MA = \frac{\sum_{i=1}^{n} N_i P_i}{\sum_{i=1}^{n} P_i}$$

Onde:

MA: Corresponde à média ponderada das notas dos avaliadores durante o período de avaliação;

$\sum_{i=1}^{n} N_i P_i$: Corresponde ao somatório dos produtos entre as notas aplicadas ao servidor pelos gestores das unidades onde o mesmo atuou e os seus respectivos pesos, durante o período de avaliação;

$\sum_{i=1}^{n} P_i$: Corresponde ao somatório dos pesos das notas aplicadas ao servidor pelos gestores das unidades onde o mesmo atuou, durante o período de avaliação.

ANEXO B - Fórmula para cálculo do peso das notas dos avaliadores.

$$P = \frac{QD}{TD} \times 100$$

Onde:

P: Corresponde ao peso da nota atribuída ao servidor pelo chefe da unidade onde atuou;

QD: Corresponde à quantidade de dias em que o servidor atuou na unidade;

TD: Corresponde ao total de dias de atuação do servidor em todas as unidades durante o período de avaliação.

Tribunal Pleno - Tribunal Pleno

e/+CACjJs5sMi+abxti3PZSVyxI=

Tribunal Pleno - Tribunal Pleno

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

RECURSO ADMINISTRATIVO N.º 0000.17.002055-6
RECORRENTE: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES DE QUEIROZ
RECORRIDA: PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA
RELATOR: DESEMBARGADOR ALMIRO PADILHA

EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO ANUAL DE DESEMPENHO. PAGAMENTO EM PARCELA ÚNICA ATÉ O MÊS DE JANEIRO DO ANO SUBSEQUENTE. INTELIGÊNCIA DO ART. 13, DA PORTARIA N.º 029/2016. GRATIFICAÇÃO QUE NÃO POSSUI NATUREZA INDENIZATÓRIA. OBEDIÊNCIA AO TETO REMUNERATÓRIO PREVISTO CONSTITUCIONALMENTE. RECURSO NÃO PROVIDO.
1. Nos termos do art. 13, da Portaria n.º 029/2016, o pagamento da GAD deverá ser realizado em parcela única até o mês de janeiro do ano subsequente, razão pela qual o fato de tal verba ter sido lançada no momento em que a servidora percebeu remuneração superior ao teto constitucional, não autoriza a Administração Pública à conferir-lhe tratamento distinto.
2. A Gratificação Anual de Desempenho não possui natureza indenizatória, não incidindo nas hipóteses de exceção ao teto constitucional previstas no parágrafo único do art. 39, da Lei Complementar Estadual n.º 053/2001.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros das Câmaras Reunidas, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em negar provimento ao recurso administrativo, nos termos do voto-vista de fls. 28/28v.

Participaram da Sessão de Julgamento os Senhores Desembargadores Elaine Bianchi (Presidente), Mozarildo Cavalcanti (Vice-Presidente), Ricardo Oliveira (Julgador), Jefferson Fernandes da Silva (Relator), Almiro Padilha (Julgador), Tânia Vasconcelos (Julgadora), Cristóvão Suter (Julgador) e Luiz Fernando Mallet (Juiz Convocado).

Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

Jefferson Fernandes da Silva
Desembargador Vistor

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

MANDADO DE SEGURANÇA N.º 0000.17.002877-3
IMPETRANTE: KALINY SOUZA FARIAS
ADVOGADO: DR. GIANCARLO PEIXOTO DA SILVA (OAB/RR 1716)
IMPETRADO: ESTADO DE RORAIMA
RELATOR: JUIZ CONVOCADO LUIZ FERNANDO MALLET

DECISÃO

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado em favor de Kaliny Souza Farias em face de ato coator supostamente ilegal emanado pela Governadora do Estado de Roraima, consistente na ausência de nomeação da impetrante para o cargo de Cirurgião-Dentista, referente ao Concurso Público nº 006/2013 (fl. 40), tendo em vista a existência de vagas não ocupadas.

Alega a impetrante que somente cinco dos sete candidatos nomeados através do Decreto nº 1008-p, acostado à fl. 40, em 19/09/2017, tomaram posse, remanescendo duas vagas para serem preenchidas pelos candidatos subsequentes, classificados em 26º e 27º, conforme convocação de fl. 39, publicada no Diário Oficial do dia 16/10/2017.

e/+CACjJs5sMI+abxti3PZSVyxI=

Tribunal Pleno - Tribunal Pleno

Aduz que ficou classificada em 27º lugar, conforme resultado final do certame, publicado no Diário Oficial publicado no dia 19/09/2013, às fls. 41/42.

Ao final, requereu a concessão de liminar para que a autoridade coatora assegure à impetrante o seu direito à nomeação para às vagas não preenchidas e, no mérito, pediu a concessão definitiva da segurança, confirmando-se a liminar deferida, a fim de assegurar o alegado direito líquido e certo da impetrante.

Juntou documentos de fls. 12/44.

É o relatório. DECIDO.

Quanto ao pedido liminar, verifico ausente o requisito do *periculum in mora*, vez que o direito da impetrante não perecerá acaso somente seja concedido por ocasião do julgamento da matéria de fundo deste writ.

Ademais, a pronta concessão do pleito de urgência significaria a antecipação do mérito do *mandamus*, ante a natureza satisfativa do pedido, o que é vedado pela jurisprudência.

Nesse sentido:
"AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR. REQUISITOS. PROCESSUAL CIVIL. COGNIÇÃO SUMÁRIA. AUSÊNCIA DO PERICULUM IN MORA. CARÁTER SATISFATIVO. PEDIDO LIMINAR INDEFERIDO. 1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental; 2. Não se encontram satisfeitos, em juízo de cognição sumária, os requisitos autorizadores da medida liminar; 3. Ademais, o pleito liminar, no caso sub examine, confunde-se com o próprio mérito do mandamus, razão pela qual, diante da sua natureza satisfativa, torna inviável o acolhimento do pedido. (v.g.: AgRg no MS 14090/DF, Relator Ministro Og Fernandes, DJe de 01.07.2010); 4. Agravo regimental não provido." (STJ - RCD no MS 20.976/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 11/06/2014, DJe 17/06/2014)

Portanto, reservo análise mais minuciosa para momento oportuno, qual seja, por ocasião do julgamento de mérito deste Mandado de Segurança, após colhido o parecer da Procuradoria de Justiça.

Ante o exposto, INDEFIRO a liminar.

Intime-se a autoridade apontada como coatora, para que preste as informações pertinentes.

Dê-se ciência desta impetração à Procuradoria-Geral do Estado de Roraima, enviando-lhe cópia da petição (artigo 7º, inciso II, da Lei 12.016/09).

Decorrido tal prazo, abra-se vista à douta Procuradoria de Justiça.

Após, conclusos.

Boa Vista, 14 de dezembro de 2017.

Juiz Convocado Luiz Fernando Mallet - Relator

PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

MANDADO DE SEGURANÇA N.º 0000.17.002743-7
IMPETRANTE: CÍNTHIA DUARTE TERMINELI
DEFENSORA PÚBLICA: DR.ª TERESINHA LOPES DA SILVA AZEVEDO (OAB/RR 429).
IMPETRADO: SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. CELSO ROBERTO B. DOS SANTOS (OAB/RR 328-B)
RELATOR: DESEMBARGADOR JEFFERSON FERNANDES DA SILVA

DESPACHO

e/+CACjJs5sMi+abxti3PZSVyXI=

AUTOS N.º 0000 17 002743-7

Ouça-se o douto representante do Ministério Público Graduado.

Após, voltem os autos conclusos.

Boa Vista (RR), em 15 de dezembro de 2017.

Jefferson Fernandes da Silva
Desembargador Relator

MANDADO DE SEGURANÇA N.º 0000.13.000215-7
IMPETRANTE: ALBERTO ALENCAR DE SOUZA
ADVOGADO: DR. GIL VIANNA SIMÕES BATISTA (OAB/RR 410)
IMPETRADO: SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. ANDRÉ ELYSIO CAMPOS BARBOSA (OAB/RR 244-B)
RELATOR: JUIZ CONVOCADO LUIZ FERNANDO MALLET

DESPACHO

Defiro o pedido formulado à fl. 222.

Após, concluso.

Boa Vista, 15 de dezembro de 2017.

Juiz Convocado Luiz Fernando Mallet - Relator

MANDADO DE SEGURANÇA N.º 0000.17.002692-6
IMPETRANTE: VILDARLEM TRAVASSO BARBOSA
ADVOGADO: DR. PAULO LUIS DE MOURA HOLANDA (OAB/RR 481)
IMPETRADA: COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. FERNANDO MARCO RODRIGUES DE LIMA (OAB/RR 277-A)
RELATOR: JUIZ CONVOCADO LUIZ FERNANDO MALLET

DESPACHO

Vista à douta Procuradoria de Justiça, para manifestação.

Boa Vista, 15 de dezembro de 2017.

Juiz Convocado Luiz Fernando Mallet - Relator

PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO

Segredo de Justiça
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CÍVEL N.º 0010.15.833698-1
AGRAVANTE: A. P. C. R. D. S.
ADVOGADA: DR. KAROLYNE GUIMARÃES DOS SANTOS (OAB/DF 32.717)
AGRAVADO: R. C. M. D. M.
ADVOGADA: DR.ª LUÍSA COELHO (OAB/RR 1.354)

FINALIDADE: Intimação da parte agravada para apresentar resposta no prazo legal.

RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CÍVEL N.º 0010.13.801149-8
RECORRENTE: F A SANTOS BONFIM - ME
ADVOGADO: DR. DEUSDEDITH FERREIRA (OAB/RR 550)
RECORRIDO: R F ISOLAMENTO TÉRMINCO LTDA

Tribunal Pleno - Tribunal Pleno
e/+CACjJs5sMi+abxti3PZSVyxI=
SICOJURR - 00059813

ADVOGADO: DR. ALEXANDRE LUIS OLIVEIRA RODRIGUES (OAB/SP 216.472)

FINALIDADE: Intimação da parte recorrida para apresentar contrarrazões no prazo legal.

Segredo de Justiça
AGRAVANTE EM RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CÍVEL N.º 0047.14.800884-1
AGRAVANTE: A. V. D. S. G.
ADVOGADOS: DR. RUSSIAN LIBERATO RIBEIRO DE ARAÚJO LIMA (OAB/RR 1134) E OUTRO
AGRAVADA: C. N. D. O.
ADVOGADOS: DR. WARNER VELASQUE RIBEIRO (OAB/RR 288-A)

FINALIDADE: Intimação da parte agravada para apresentar resposta no prazo legal.

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO, BOA VISTA-RR, 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

RONALDO BARROSO NOGUEIRA
Diretor de Secretaria

GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA

Expediente de 15/12/2017

PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

AGRAVO INTERNO N.º 0000.17.002515-9
AGRAVANTE: MEDTEC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
ADVOGADO: DR. ANDRÉ LUÍS VILLÓRIA BRANDÃO (OAB/RR 276-A)
AGRAVADO: BANCO SANTANDER BANESPA S/A
ADVOGADOS: DR. CELSO MARCON (OAB/RR 303-A) E OUTROS

DESPACHO

Intimem-se os agravados para apresentar as contrarrazões ao recurso de Agravo no Recurso Especial.

Após, retornem-me os autos conclusos.

Boa Vista, 19 de outubro de 2017.

Des. Mozarildo Cavalcanti
Vice-Presidente do TJRR

Tribunal Pleno - Tribunal Pleno

e/+CACjJs5sMi+abxti3PZSVyxI=

SECRETARIA DAS CÂMARAS REUNIDAS

Expediente de 15/12/2017

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.17.002440-0 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: STELA MARI FURLIN
ADVOGADO: IVONEI DARCI STULP – OAB/RR N. 412-A
AGRAVADO: DENARIUM FOMENTO MERCANTIL LTDA
ADVOGADO: JOSÉ CARLOS BARBOSA CAVALCANTE – OAB/RR N. 74-B
RELATOR: DES. ALMIRO PADILHA

DECISÃO

STELA MARI FURLIN interpôs este Agravo de Instrumento com pedido de efeito suspensivo em face da decisão proferida pelo Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, nos autos da Ação de Execução nº 0903173-78.2011.8.23.0010.
O Magistrado a quo proferiu Decisão (EP 130) rejeitando a exceção de pré-executividade oposta pela Executada/Agravante ao EP 124, sob a alegação de que não ficou cabalmente demonstrada a inexigibilidade da execução e a matéria demanda dilação probatória.
Inconformada, a Agravante interpôs o presente agravo, aduzindo, em síntese, que:
a) não houve o preenchimento dos requisitos para que a nota promissória apresentada pela Agravada pudesse ser considerada título executivo;
b) não há necessidade de dilação probatória, uma vez que a prova estaria pré-constituída nos autos – a nota promissória juntada pela Exequente/Agravada.
Ao final, pugna pela concessão do efeito suspensivo ao presente agravo para o sobrestamento da Ação de Execução e, no mérito, requer o provimento do recurso a fim reformar a decisão agravada.
Juntou documentos de fls. 11/54.
Indeferi o pedido de atribuição de efeito suspensivo, nos termos da decisão de fl. 60.
É o breve relato. Decido.
Os vícios apontados no título de crédito são: a falta do nome do beneficiário e da indicação precisa da data do vencimento.
Em que pese o notório saber do Magistrado de 1º. grau, a simples leitura da nota promissória é suficiente para se perceber a existência ou não dos vícios alegados. Isso, por si só, dispensa qualquer dilação probatória. Os efeitos desses vícios são questões jurídicas, então também não impedem a análise da exceção.
Quanto à preliminar de intempestividade, a exceção de pré-executividade, em razão de não possuir regramento legal específico, apenas exige o preenchimento de dois requisitos para sua admissibilidade: que a matéria seja conhecível de ofício e que não demande dilação probatória.
A respeito disso, confira-se o Tema/Repetitivo nº. 104, relacionado à execução fiscal, que diz: "A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória."
Não há um termo final para a interposição dela.
A respeito disso, o Superior Tribunal de Justiça decidiu:
"EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE – CABIMENTO – REQUISITOS – DISCUSSÃO DE QUESTÕES DE ORDEM PÚBLICA E DESNECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA – CONHECIMENTO EM QUALQUER TEMPO E GRAU DE JURISDIÇÃO – ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL – EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA CONHECIDOS E PROVIDOS.
[…]
2. Mérito. A orientação assente da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça caminha no sentido de que a exceção de pré-executividade é cabível em qualquer tempo e grau de jurisdição, quando a matéria nela invocada seja suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz e a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória.
3. Embargos de Divergência conhecidos e providos" (STJ, EREsp 905.416/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/10/2013, DJe 20/11/2013)
Sobre o não-recolhimento das custas, não existe previsão legal para a cobrança de custas processuais em exceções de pré-executividade.

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

A Lei Uniforme de Genebra (Anexo 1 do Decreto nº. 57663/1966) impõe que são requisitos essenciais para as notas promissórias, entre outros:
"Artigo 75
A Nota Promissória contém: [...]
3. A época do pagamento.
[...]
5. O nome da pessoa a quem ou a ordem de quem deve ser paga;"
O Artigo 76 dessa norma estabelece que, caso falte alguns dos requisitos do Artigo 75, o título não produzirá efeito como nota promissória, contudo, permite algumas exceções. Vejamos o teor do dispositivo:
"Art. 76. O título em que faltar algum dos requisitos indicados no artigo anterior não produzirá efeito como nota promissória, salvo nos casos determinados das alíneas seguintes.
A nota promissória em que se não indique a época do pagamento será considerada à vista.
Na falta de indicação especial, o lugar onde o título foi passado considera-se como sendo o lugar do pagamento e, ao mesmo tempo, o lugar do domicílio do subscritor da nota promissória.
A nota promissória que não contenha indicação do lugar onde foi passada considera-se como tendo-o sido no lugar designado ao lado do nome do subscritor" (destaquei).
Do mesmo modo, a jurisprudência:
"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. NOTA PROMISSÓRIA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO CREDOR NO TÍTULO. EXIGIBILIDADE. VERIFICAÇÃO DO DADO FALTANTE POR OUTROS MEIOS. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. A ausência de indicação de requisitos da nota promissória não implica a sua inexistência, mormente quando é possível aferir o dado faltante por outros meios dispostos no título. Precedentes.
2. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no AREsp 687.907/DF, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 01/09/2015, DJe 24/09/2015).
"DIREITO CAMBIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. NOTA PROMISSÓRIA. AUSÊNCIA NA CÁRTULA DE LOCAL DE EMISSÃO E DE PAGAMENTO. ELEMENTOS QUE NÃO SÃO ESSENCIAIS, CONFORME EXPRESSA RESSALVA DO ART. 76 DA LUG. TESE RECURSAL ACERCA DA DESNATURAÇÃO DA NOTA PROMISSÓRIA. MANIFESTO DESCABIMENTO. CÁRTULA QUE MANTÉM CARACTERÍSTICA E EFEITO DE NOTA PROMISSÓRIA E PLENA EFICÁCIA EXECUTIVA.
[...]
2. O art. 76 da LUG ressalva que permanece tendo o efeito de nota promissória a cártula em que não se indique a época de pagamento, lugar de pagamento e onde foi emitida, obtendo-se neste mesmo dispositivo as soluções a serem conferidas a cada uma dessas hipóteses, não havendo, pois, falar em perda da eficácia executiva do título.
3. Recurso especial não provido" (STJ, REsp 1352704/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 11/02/2014, DJe 19/02/2014).
A falta de exigibilidade deve ser vista em cada caso.
Na situação em análise, como já dito, faltaram o nome do beneficiário e uma data de vencimento correta.
Faltando uma data certa para o vencimento, como se viu, a nota será considerada a vista e, portanto, não perde a exigibilidade.
A falta do nome do beneficiário (a pessoa a quem deve ser paga), contudo, descaracteriza o título, porque não se admite que a nota promissória seja ao portador.
A respeito disso, Fábio Ulhoa Coelho leciona:
"A nota promissória deve atender aos requisitos definidos pelos arts. 75 e 76 da LU, a saber: […]
c) o nome do beneficiário da promessa, o que significa a impossibilidade do saque de nota promissória ao portador (art. 75, n. 5);" (Manual de Direito Comercial. Direito de Empresa, 20ª. ed., Saraiva, 2008, p. 269).
Desaparecendo os efeitos de uma nota promissória (Artigo 76 da LUG), some, também, a exigibilidade do título executado e, portanto, a ação de execução deve ser extinta sem resolução de mérito (art. 583, inc. I do art. 585, 586 e inc. I do art. 618 todos do CPC/1973, bem como o art. 783, inc. I do art. 784 e inc. I do art. 803 todos do CPC/2015).
Por essas razões, autorizado pelo art. 90 do CPC, conheço e dou provimento ao agravo de instrumento para declarar a nulidade da execução e extinguir o processo sem resolução de mérito, com fundamento no inc. X do art. 485 do CPC.
Custas e honorários advocatícios pelo Exequente, o segundo na quantia equivalente a 10% (dez por cento) do valor da causa.
Publique-se e intimem-se. Após as providências necessárias, arquive-se.
Boa Vista, 14 de dezembro de 2017.

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

Des. Almiro Padilha
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.12.711506-0 - BOA VISTA/RR
APELANTE: LECCA CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A
ADVOGADA: STEPHANIE CARVALHO LEÃO – OAB/RR N. 612
APELADO: DANIEL MARTINS KRUGER
ADVOGADA: GISELE DE SOUZA MARQUES AYONG TEIXEIRA – OAB/RR N. 721
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Trata-se de apelação cível interposta contra sentença do EP 52 que julgou parcialmente procedente a pretensão autoral.
Às fls. 10/11, a instituição bancária recorrente protocolou pedido de desistência do apelo.
Vieram-me os autos conclusos.
É o breve relatório.
DECIDO.
Nos termos do art. 998 do CPC, o recorrente poderá, a qualquer tempo, desistir do recurso.
Assim, com fulcro no art. 90, II do RITJRR c/c art. 485, VII do CPC, homologo a desistência requerida.
Publique-se. Intimem-se.
Após as baixam necessárias, arquivem-se os autos.
Boa Vista (RR), 11 de dezembro de 2017.

Desa. Tânia Vasconcelos
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.17.002883-1 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: FAMA - FEDERACAO DAS UNIMEDES DA AMAZÔNIA
ADVOGADA: TATIANA RODRIGUES DANTAS – OAB/RR 1138 E OUTRA
AGRAVADO: FELIPE KELSON PEREIRA ALVES
ADVOGADO: LUIZ DE CARVALHO MARTINS – OAB/RR N. 1727 E OUTROS
RELATOR: DES. CRISTÓVÃO SUTER

DECISÃO

I - Tratam os autos de Agravo de Instrumento com pedido de liminar, interposto por FAMA - Federação das Unimedes da Amazônia, contra decisão oriunda da 3.ª Vara Cível, que deferiu liminar, ordenando-lhe a realização de cirurgia, sob pena de multa.
Aduz a agravante que o decisum não traduziria o melhor direito, porquanto supostamente impossível seu cumprimento no prazo de 10 dias, sendo incabível a aplicação de multa.
Assevera estar presente o fundado receito de dano irreparável ou de difícil reparação, pugnando pelo deferimento da liminar, a fim de suspender o cumprimento da decisão lançada no juízo de origem.
É o breve relato.
Passo a decidir.
II - Resta prejudicado o recurso.
Em análise do sistema, constata-se que os autos principais restaram sentenciados, com a homologação de acordo celebrado entre as partes, descortinando-se a perda do objeto do presente agravo.
Sobre o tema, colha-se o entendimento deste Colegiado e do colendo Superior Tribunal de Justiça:
"AGRAVO DE INSTRUMENTO - SENTENÇA SUPERVENIENTE - EXTINÇÃO DO RECURSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO - PERDA DO OBJETO CONFIGURADA. 1. A prolação de sentença de extinção do feito originário, com resolução do mérito, gera a perda do objeto do recurso. Precedentes do STJ: AgRg na Rcl 1884/RJ, Relator Ministro Luiz Fux, Julgamento 26.08.2009; EDcl no AgRg no REsp 1186146/MS, Relator Ministro Jorge Mussi, Julgamento 14.06.2011. 2. É patente a perda do objeto do agravo interposto, dada a superveniência de sentença proferida pelo Juízo a quo, uma vez que restou absorvido o conteúdo da decisão interlocutória, em face da qual se recorreu por instrumento. 3. Agravo extinto, sem resolução do mérito". (TJRR, AgInst 0000.14.000944-0, Câmara Única, Rel. Juiz(a) Conv. Leonardo Cupello - p.: 18/09/2014)

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=
SICOJURR - 00059811

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA ATACADA VIA AGRAVO DE INSTRUMENTO. SUPERVENIÊNCIA DE DECISÃO DE MÉRITO NOS AUTOS PRINCIPAIS. PERDA DE OBJETO DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. Cuida-se, na origem, de Agravo de Instrumento interposto contra decisão interlocutória não concessiva de antecipação de tutela. 2. Averiguou-se ter sobrevindo sentença de mérito nos autos principais, fato que, segundo firme jurisprudência desta Corte, ocasiona perda de objeto do recurso interposto face ao Agravo de Instrumento, no caso, o Agravo em Recurso Especial. 3. Agravo Regimental desprovido." (STJ- AgRg no AREsp 156174/RJ, Primeira Turma, Relator: Min. Napoleão Nunes Maia Filho - p.: 04/03/2016)

III - Posto isto, nos termos do art. 932, inciso III, do CPC, reconheço a prejudicialidade do reclame.
Boa Vista, 12/12/17

Desembargador Cristóvão Suter

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.17.002906-0 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO: RAFAEL SGANZERLA DURAND – OAB/RR N. 337-A
AGRAVADO: JOSÉ ARNÓBIO DA SILVA
ADVOGADO: DANILO DIAS FURTADO – OAB/RR N. 428-A
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

BANCO DO BRASIL S/A interpôs Agravo de Instrumento contra a Decisão proferida pelo Juiz de Direito da 3ª Vara Cível de Boa Vista que, nos autos da ação cumprimento de sentença fundados na ação civil pública, determinou o prosseguimento do feito em razão do julgamento do REsp 1.438.263.
Alega o Agravante, em síntese essas ações, que foram tratadas no REsp referido, ainda não receberam solução definitiva, sendo temerário o prosseguimento dos feitos pois poderão trazer prejuízos irreparáveis as partes.
Requer a atribuição de efeito suspensivo ao agravo e, no mérito, a suspensão dos autos principais.
É o breve relato. DECIDO.
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.
É sabido que para a concessão do efeito suspensivo devem estar presentes dois requisitos legais, quais sejam periculum in mora e o fumus boni juris. Ausente um deles é de rigor o seu indeferimento.
Analisando os autos não vislumbro, de início, a presença da fumaça do bom direito que permita a concessão do efeito pretendido. Isso porque, em juízo de cognição sumária, o recorrente não demonstrou quais pontos ainda não receberam solução definitiva.
ISSO POSTO, indefiro o pedido de atribuição de efeito suspensivo.
Intime-se a parte agravada para, querendo, apresentar contrarrazões, na forma do art. 1.019, II do CPC/2015.
Publique-se. Intimem-se.
Boa Vista, 11 de dezembro de 2017.

Desa. Tânia Vasconcelos
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.16.806073-8 - BOA VISTA/RR
APELANTE: ANTONIO BATISTA DOS SANTOS
ADVOGADO: THAINA SOEIRO DE MORAES – OAB/RR N. 1227
APELADO: HYAGO LUCAS SILVA DOS SANTOS E OUTROS
ADVOGADA: CARMEM TEREZA TALAMÁS – OAB/RR N. 338 E OUTRA
RELATOR: DES. ALMIRO PADILHA

DECISÃO

ANTÔNIO BATISTA DOS SANTOS interpôs esta apelação cível contra a sentença proferida pelo Juiz de Direito da 1ª. Vara de Família de Boa Vista (EP 77), na ação de exoneração de pensão alimentícia nº. 0806073-50.2016.8.23.0010, ajuizada em face de HYAGO LUCAS SILVA DOS SANTOS, IARA DENYSE SILVA DOS SANTOS e MARIA BEATRIZ SILVA DOS SANTOS.

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

O pedido foi julgado parcialmente procedente, exonerando o Autor da obrigação em relação a HYAGO LUCAS, mantendo-a quanto a IARA DENYSE e MARIA BEATRIZ.

O Apelante alega, em síntese, que (EP 87):

1 – a certidão de matrícula do EP 43.2 está em nome de pessoa estranha à lide;

2 – IARA DENYSE frequenta curso de Enfermagem e, como é notório para a família, sua pensão é entregue a sua mãe;

3 – todos os cursos em que MARIA BEATRIZ inscreveu-se foram iniciados após o ajuizamento da ação de exoneração de alimentos;

4 – requereu a produção de provas em audiência de instrução e julgamento, mas não foi atendido;

5 – é, no mínimo, duvidoso o fato de que MARIA BEATRIZ tenha iniciado todos os cursos após o ajuizamento da ação;

6 – até hoje quem recebe o valor é sua ex-mulher;

7 – a sentença é nula, por causa da não-realização da audiência de instrução e julgamento, na qual seria constatado que IARA DENYSE vive em união estável e não recebe, nem utiliza o dinheiro da pensão, bem como que MARIA BEATRIZ começou a estudar apenas após o ajuizamento da ação de exoneração de alimentos.

Pede a declaração de nulidade da sentença, ou que o valor de desconto em folha seja de, pelo menos, dez por cento sobre o vencimento do Autor e que seja alterada a conta bancária das beneficiadas.

As Apeladas IARA DENYSE SILVA DOS SANTOS e MARIA BEATRIZ SILVA DOS SANTOS contrataram as mesmas Advogadas para representá-las (EPs 43.3, 43.4 e 95), que foram intimadas para contrarrazões, via sistema de informática, no EP 103, apesar de aparecer apenas o nome da primeira. Elas não apresentaram contrarrazões. Pediram dilação do prazo.

O Representante do Ministério Público entendeu não ser caso de sua intervenção (fls. 06-08).

É o relatório. Decido.

A intimação para contrarrazões foi válida e realizada para Advogadas com poderes regulares.

De fato, verifico que houve a causa de nulidade da sentença.

No caso em análise, foi determinada a especificação de provas no EP 56, o Autor-Apelante pediu a audiência de instrução e julgamento no EP 62. O Juiz de Direito anunciou o julgamento antecipado da lide no EP 65. O Requerente reiterou o pedido de realização da audiência de instrução e julgamento no EP 73. A sentença foi proferida no EP 77 e nela o Magistrado entendeu, entre outros pontos, que o Autor não produziu prova a respeito de as Requeridas não estarem cursando o ensino superior/técnico. Confira-se:

"Assim, em que pese o fato em que se fundamenta o direito da parte requerente – a maioridade dos filhos – estar suficientemente comprovado nos autos, não se observa a comprovação de que as requeridas não estejam cursando o ensino superior/técnico. Assim, tem-se que persiste íntegro o vínculo parental, que enseja os alimentos a que alude o art. 1.694, do CC."

Essa situação em que o autor pede a produção da prova, o juiz indefere e depois julga o pedido improcedente (ou parcialmente procedente) por falta de provas, configura o cerceamento do direito defesa e provoca a declaração de nulidade do julgado.

Essa situação foi apreciada pelo Fórum Permanente de Processualistas Civis, da qual foi criado o Enunciado nº. 297, que diz: "O juiz que promove julgamento antecipado do mérito por desnecessidade de outras provas não pode proferir sentença de improcedência por insuficiência de provas."

Os litigantes em processo judicial tem o direito ao contraditório e à ampla defesa, conforme o inc. LV do art. 5º. da Constituição Federal, que diz: "LV – aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;".

Sobre o assunto, o Superior Tribunal de Justiça pacificou:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. JULGAMENTO ANTECIPADO. IMPROCEDÊNCIA FUNDADA NA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. INDEFERIMENTO DA PRODUÇÃO DAS PROVAS. CERCEAMENTO DE DEFESA OCORRÊNCIA.

1. Configura cerceamento de defesa o procedimento adotado pelo magistrado que indefere o pedido de produção de provas oportunamente especificadas e, na sequência, julga improcedente o pedido exatamente por falta de comprovação do alegado. Precedentes.

2. Hipótese em que o magistrado julgou antecipadamente improcedente os embargos à execução fiscal.

3. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no REsp 1459326/SC, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/04/2017, DJe 16/05/2017).

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. IMPROCEDÊNCIA POR FALTA DE PROVAS. NÃO CABIMENTO. CERCEAMENTO DE DEFESA. OCORRÊNCIA.

[...]

Câmara - Única

+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

2. O Superior Tribunal de Justiça já decidiu que há cerceamento de defesa quando o tribunal julga improcedente o pedido por ausência de provas cuja produção foi indeferida no curso do processo.
3. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO" (STJ, AgInt no REsp 1493745/SC, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/08/2017, DJe 01/09/2017).
"RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL E NULIDADE DE ESCRITURA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL DA FALÊNCIA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA. OCORRÊNCIA. NULIDADE PROCESSUAL RECONHECIDA.
[…]
4. É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que configura cerceamento de defesa a decisão que conclui pela improcedência do pedido por falta de prova e julga antecipadamente a lide.
[…]
6. Recurso especial provido" (STJ, REsp 1554361/GO, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/02/2017, DJe 15/03/2017).
Por essas razões, indefiro o pedido de dilação do prazo e, autorizado pelo art. 90 do RITJRR, conheço e dou provimento à apelação, para declarar a nulidade da sentença.
Publique-se e intimem-se. Após as providências necessárias, arquive-se.
Boa Vista, 12 de dezembro de 2017.

Des. Almiro Padilha
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.15.818626-1 - BOA VISTA/RR
APELANTE: JOSE EDMILSON DA SILVA
ADVOGADO: MIKE AROUCHE DE PINHO – OAB/RR N. 635 E OUTROS
APELADO: AYMORÉ CRÉDITOS FINANCIAMENTOS E INVESTIMENTOS S/A
ADVOGADO: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES – OAB/MS N. 6171
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Trata-se de apelação cível interposta em face da sentença proferida pelo MM. Juiz da 1.ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, que julgou parcialmente procedente o pedido formulado pelo ora apelante na Ação Revisional n.º 0818626-66.2015.8.23.0010.
Aduz o recorrente, em síntese, ser abusiva a cobrança de taxa de juros mensais e sua capitalização, bem como a ilegalidade da tabela price, o que caracteriza, a seu ver, dissídio jurisprudencial com a Corte Superior (STJ – 0659128 e STJ – 0641094).
Por fim, requer o conhecimento e provimento do recurso para reformar a decisão singular vergastada.
Contrarrazões apresentadas no EP 61.
Vieram-me os autos conclusos.
É o breve relato.
DECIDO, autorizada pelo art. 90, VI do RITJRR.
Nos termos do art. 458, I, do CPC/73, aplicável à época da decisão, reproduzido na íntegra no art. 489, I do CPC/2015, o relatório é requisito essencial da sentença, devendo nele constar o nome das partes, o resumo dos fatos, do pedido, da contestação e as demais informações ocorridas ao longo do processo.
In casu, o relatório da sentença impugnada restou assim elaborado:
"JOSE EDMILSON DA SILVA em desfavor da ingressou com ação revisional de contrato Instituição Financeira já qualificada nos autos, requerendo a declaração de nulidade das cláusulas contratuais indicadas na petição inicial.
Contestação apresentada nos autos.
As partes colacionaram documentos aos autos."
Pois bem, embora a doutrina e a jurisprudência, procurando atender ao princípio da celeridade, tenham mitigado bastante a obrigatoriedade de relatórios demasiadamente extensos, se faz necessário que o juiz demonstre, ao menos, que conhece os limites da lide posta a julgamento.
Na hipótese, observa-se que o relatório consignado pelo Juiz a quo foi extremamente sucinto, não deixando claro, sequer, que tinha ciência dos dados do processo que julgava, o que configura afronta ao art. 458, I, do CPC/73, devendo ser anulada a sentença.
Nesse sentido:

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA. AUSÊNCIA DE RELATÓRIO E DE FUNDAMENTAÇÃO ENFRENTANDO PONTOS RELEVANTES ENVOLVENDO O MERITUM CAUSAE DA LIDE. DESCUMPRIMENTO DO ART. 458, I E II, DO CPC. PRELIMINAR ACOLHIDA. SENTENÇA ANULADA. RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO A QUO. RECURSO PREJUDICADO. 1. O relatório constitui requisito intrínsico da sentença, nos termos do art. 458, inciso I, do CPC. Trata-se de uma garantia às partes de que o magistrado tomou conhecimento de suas respectivas teses, oferecendo segurança ao julgado. A sua falta, portanto, conduz à nulidade insanável do decisum, por omissão a formalidade essencial ao ato. 2. Por força do art. 458, inciso II do CPC, cabe ao julgador ao decidir a lide, enfrentar os pontos relevantes envolvendo o meritum causae da ação delineados na peça inicial, sob pena de nulidade do decisum. 3. Preliminar acolhida. Sentença anulada. Prejudicada a análise do mérito recursal. (TJ/RR - AC 0010137196480, Relatora: Desa. Elaine Bianchi, DJe 12.06.2015). - g.n.

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. EXPEDIÇÃO DE MANDADO DE PRISÃO. HOMÔNIMO. SENTENÇA. RELATÓRIO. FATOS DISSOCIADOS. INDICAÇÃO DE EVENTOS QUE NÃO ACONTECERAM NO PROCESSO EM ANÁLISE. ART. 458, CPC. REQUISITOS. NÃO CUMPRIMENTO. NULIDADE.

Revela-se nula a sentença que, no relatório, não explicita fielmente os fatos narrados na inicial e na resposta da parte ré, além de indicar eventos que não aconteceram na marcha processual em análise, sendo evidente a afronta ao artigo 458, I e II, do CPC/73. (TJMG - Apelação Cível 1.0024.13.342893-8/001, Relator(a): Des.(a) Washington Ferreira , 1ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 21/03/2017, publicação da súmula em 31/03/2017) – g.n.

"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR RURAL. SENTENÇA. AUSÊNCIA DE RELATÓRIO. NULIDADE.ando da prolação da sentença acarreta a sua nulidade, por infringência do art. 458 do Código de Processo Civil.

2. Apelação do INSS e remessa oficial providas em parte."

(TRF-1 -AC 6116/PI. Segunda Turma, Juiz Federal Murilo Fernandes de Almeida DJe 11.04.2013) - g.n.

Dessarte, tratando-se de matéria de ordem pública, a qual pode ser suscitada de ofício pelo magistrado, tem-se por impositiva a declaração de nulidade da sentença:

"APELAÇÃO CÍVEL - SENTENÇA - RELATÓRIO - REQUISITO ESSENCIAL - AUSÊNCIA - NULIDADE RECONHECIDA DE OFÍCIO - DETERMINAÇÃO DE RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM. 1. Ao estabelecer o Código de Processo Civil que o relatório constitui elemento essencial da sentença, o fez não por apego ao formalismo, traduzindo verdadeira garantia às partes de que o Juiz examinou suas razões deduzidas nos autos. 2. Ausente requisito essencial, impõe-se, inclusive ex officio, o reconhecimento de nulidade da sentença, ordenando-se a remessa do feito à instância singular, a fim de que o

1. A falta do relatório e fundamentação quutra seja proferida. 3. Votação unânime". (TJRR, AC 0010.14.822502-1, Câmara Cível, Relator: Des. Cristóvão Suter - p.: 14/07/2016) – g.n.

ISSO POSTO, diante da existência de vício insanável, anulo ex officio a sentença de piso, determinando a baixa dos autos ao Juízo de origem para o regular prosseguimento do feito.

Publique-se e intimem-se.

Boa Vista (RR), 12 de dezembro de 2017.

Desa. Tânia Vasconcelos

Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.10.922396-5 - BOA VISTA/RR
APELANTE: O MUNICIPIO DE BOA VISTA
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: LUIZ TRAVASSOS DUARTE NETO E OUTROS
APELADO: SÁ ENGENHARIA LTDA
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Trata-se de Apelação Cível interposta pelo Município de Boa Vista contra sentença proferida pelo Juízo da 2ª Vara da Fazenda Pública que extinguiu a Execução Fiscal n.º 0922396-51.2010.8.23.0010, com resolução do mérito, reconhecendo a prescrição dos débitos constantes na Certidão da Dívida Ativa.

Afirma o Apelante, em síntese, que a Fazenda Pública não pode ser prejudicada em razão de cumprimento ao art. 128 do provimento CGJ nº 01/2009, que determina a suspensão das execuções fiscais cujo valor seja inferior a 05 UFER.

Câmara - Única

+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

Aduz, que a execução permaneceu paralisada por força de mecanismo processual e não por desídia do exequente, e que nunca foi proferido despacho inicial de citação.
Por fim, requer o provimento do recurso, para cassar a sentença combatida e determinar o prosseguimento da presente execução fiscal.
É o breve relato.
Com fulcro no art. 90, VI, do RITJRR, DECIDO.
O recurso merece provimento.
A sentença vergastada restou assim proferida (EP. 103):
" (...)
Ademais, a jurisprudência pátria, entende que, transcorrido o lapso temporal de 5 (cinco) anos, desde o ajuizamento da execução, qual seja a data 14/12/2010, até a citação válida do devedor, na data de 11/01/2017, há de ser reconhecida a prescrição, assim, vejamos:
(...)
Com isso, prescrito o presente débito, verifica-se que a medida que se impõe é a extinção do presente feito, com resolução do mérito, vez que a parte executada não foi citada dentro do prazo de 5 (cinco) anos após o ajuizamento dos presentes autos."
De fato, denota-se dos autos que a presente ação executiva não teve outra movimentação processual que não a determinação de arquivamento do feito em virtude do valor executado ser inferior a 05 (cinco) UFERR, nos termos do art. 128 do Provimento CGJ n.º 01/2009, revogado pelo Provimento CGJ n.º 2/2014. Inclusive, no EP. 102, antes da prolação da sentença, a Recorrente informou ao Juízo que não teria sido proferido o despacho inicial de citação, restando o feito paralisado por motivo de determinação do Judiciário. Observa-se, portanto, que não houve desídia da Fazenda Pública a ensejar a ocorrência da prescrição intercorrente, ficando o processo paralisado desde o seu ajuizamento em razão de movimentação processual determinada por esta própria Corte, de modo que não se pode penalizar o exequente por cumprimento de norma do próprio Judiciário.
Aliás, essa Corte vem se posicionando nesse sentido:
"APELAÇÃO CÍVEL EM EXECUÇÃO FISCAL - PROCESSO ARQUIVADO PROVISORIAMENTE COM FUNDAMENTO EM PROVIMENTO DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RORAIMA - AUSÊNCIA DE INÉRCIA DO TITULAR DA PRETENSÃO - INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.
1. Este Tribunal de Justiça adotou o entendimento de que o período de arquivamento provisório, decorrente do baixo valor da execução, com fundamento no Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça, não pode ser utilizado para prejudicar a fazenda pública, visto que ela não deu causa à demora do processo.
2. A prescrição pressupõe a inércia do titular da pretensão. Se não houve inércia, não há prescrição.
3. No caso concreto, descontando-se os períodos de arquivamento provisório, não houve prescrição intercorrente." (TJRR - AC 0010.10.920290-2, Rel. Des. Almiro Padilha, 2.ª Turma Cível, julg. 31.08.2017, DJe 05.09.2017, p. 14). Grifos acrescidos.
"APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL EM RAZÃO DO PEQUENO VALOR – DOIS GRUPOS DISTINTOS – 1º GRUPO – ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO COM BASE NO NOVO PROVIMENTO DA CORREGEDORIA (02/2017) – FUNDAMENTADO NA LEI ESTADUAL Nº 1.204/2016 – SUSPENDE O PRAZO PRESCRICIONAL COM BASE NO ENTENDIMENTO DO STJ – RESP 1102554/MG – REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA – JULGADO EM SEDE DE RECURSOS REPETITIVOS – TEMA 100 – 2º GRUPO – ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO POR FORÇA DO PROVIMENTO DA CORREGEDORIA Nº 02/2014 – INEXISTÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA PARA SUSPENDER O PRAZO PRESCRICIONAL – MERO ATO NORMATIVO INTERNO – NÃO PODE SER UTILIZADO PARA PREJUDICAR A FAZENDA PÚBLICA – INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE – ENTENDIMENTO FIRMADO NESTE TRIBUNAL – SENTENÇA ANULADA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.
1. As ações de execução fiscais poderão ser suspensas em razão do pequeno valor, fazendo-se necessário distinguir dois grupos existentes.
2. Quando a determinação de arquivamento for com base no novo Provimento 02/2017 da Corregedoria, este terá força para suspender o prazo prescricional, por estar fundamentado na Lei Estadual nº 1.2014/2016, e por estar em concordância com o estabelecido na tese nº 100 do STJ, após o julgamento do REsp 1102554/MG, representativo de controvérsia, em sede de recursos repetitivos.
3. Por outro lado, quando o arquivamento provisório ocorrer por força do Provimento da Corregedoria nº 02/2014, não haverá a suspensão do prazo prescricional, por não ter fundamento em nenhuma lei específica que determine tal suspensão.
4. O caso concreto se amolda ao segundo caso, quando este Tribunal de Justiça definiu seu entendimento de que o período do arquivamento provisório, decorrente do baixo valor da execução, com fundamento no

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

art. 128 do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça (02/2014), não pode ser utilizado para prejudicar a fazenda pública, visto que ela não deu causa à demora do processo.
5. Observando-se as causas de interrupção, suspensão e não-contagem do prazo, não houve prescrição intercorrente no caso concreto.
5. Sentença anulada.
6. Recurso conhecido e provido. (TJRR – AC 0010.08.901342-8, Rel. Des. MOZARILDO CAVALCANTI, 2ª Turma Cível, julg.: 24/11/2017, DJe 28/11/2017, p. 20). Grifos acrescidos.
"APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. AFASTADA A OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. ARQUIVAMENTO DOS AUTOS POR FORÇA DE PROVIMENTO DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA. EXECUÇÃO FISCAL, CUJO VALOR NÃO ULTRAPASSAVA 05 (CINCO) UFERR. SITUAÇÃO QUE NÃO DEMONSTRA INÉRCIA DA PARTE EXEQUENTE. TRÂMITE PROCESSUAL SUSPENSO POR MOTIVOS INERENTES A MECANISMOS DA JUSTIÇA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO, PARA DETERMINAR O RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM, PARA REGULAR PROSSEGUIMENTO DO FEITO.
1. É consabido que não pode a parte credora ser penalizada com decreto de prescrição por motivos inerentes ao Poder Judiciário.
2. In casu, descontado do período total de tramitação do feito aquele interregno em que restou paralisado em virtude de mecanismo inerente ao Judiciário, verifico que não transcorreu o prazo prescricional de 05 (cinco) anos" (TJRR - AC 0010.08.901659-5, Rel. Des. Jefferson Fernandes da Silva, Câmara Cível, julg.: 13/10/2016, DJe: 18/10/2016, p. 18). Grifos acrescidos.
ISSO POSTO, inexistindo desídia do exequente que justifique o reconhecimento da prescrição, DOU PROVIMENTO ao recurso para anular a sentença monocrática e determinar o regular prosseguimento do feito.
Publique-se.
Boa Vista (RR), 12 de dezembro de 2017.

Desª. Tânia Vasconcelos
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.11.911880-9 - BOA VISTA/RR
APELANTE: BANCO BBM S/A
ADVOGADO: TÁSSYO MOREIRA SILVA – OAB/RR N. 709
APELADO: DEMÉTRIO ALVES DA SILVA
ADVOGADO: CLODOCÍ FERREIRA DO AMARAL – OAB/RR N. 181-A
RELATOR: DES. ALMIRO PADILHA

DECISÃO

Trata-se de Apelação Cível interposta pelo BANCO BBM S/A em face da Sentença proferida pelo Juiz respondendo pela 1ª. Vara Cível de Boa Vista, na Ação 0911880-35.2011.8.23.0010, que julgou parcialmente procedente o pedido.
No julgado, o Magistrado determinou a revisão do mútuo a fim de limitar os juros remuneratórios a 2% ao mês, instituir como índice de correção monetária o do INPC, afastar suposta comissão de permanência, capitalização mensal e anual de juros, assim como a tarifa de abertura de crédito ou cadastro, cobrança de pagamentos a terceiros, boletos bancários e registro de contrato. Ademais, decidiu pela restituição em dobro de todos os valores indevidamente descontados na folha de pagamento do Autor.
O Apelante afirma, em síntese, que:
a) a Sentença é ultra petita e cerceou o seu direito de defesa;
b) não é possível a limitação da taxa de juros, quando respeitada a média de mercado;
c) é cabível a capitalização mensal dos juros;
d) deve ser mantido o índice de correção monetária do contrato;
e) não há cobrança de comissão de permanência no contrato,
f) não é devida a devolução/compensação de valores em dobro, porque não foi comprovada a má-fé;
g) a inclusão do nome do devedor nos órgão de proteção ao crédito é um direito e uma faculdade da Instituição Financeira.
Ao final, requer seja, liminarmente, declarada a nulidade da Sentença a quo. No mérito, suscita sua integral reforma.
Apesar de devidamente intimado, o Apelado absteve-se de apresentar contrarrazões (EP. 120).
Subiram os autos, cabendo-me a relatoria.

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

É o relatório. Decido.
Considerando que a matéria discutida neste recurso encontra-se sedimentada na jurisprudência deste TJRR e do STJ, passo à análise monocrática do Recurso, conforme autoriza o art. 932, VIII, do CPC c/c art. 90 do RITJRR.
VOTO PRELIMINAR
Preliminarmente, alega o Apelante que houve cerceamento de defesa, no que pertine à limitação dos juros pelo Juízo de piso, bem como porque decidiu o Magistrado muito além do que foi pleiteado pelo Autor.
Compulsando os autos, verifico que o Apelante, em sua contestação, debateu todos os pontos da demanda, inclusive quanto aos juros, não restando configurado o cerceamento de defesa.
Ademais, na leitura da exordial da presente Ação Revisional, verifica-se a intenção de revisionar juros, capitalização, utilização da tabela price, índice de correção monetária e tarifas administrativas, tendo o julgado sido proferido corretamente.
Desse modo, rejeito a preliminar.
É como voto.
VOTO DE MÉRITO
I. DA LIMITAÇÃO DA TAXA DE JUROS
Inicialmente, vale dizer que a existência de relação consumerista autoriza a revisão contratual, caso configurada qualquer ofensa ao direito do consumidor, à luz do Princípio Pacta Sunt Servanda.
Com essa linha de raciocínio, passo à análise das cláusulas contratuais controvertidas.
É certo que a limitação da taxa de juros, nos contratos bancários, somente é possível quando o percentual contratado estiver acima da média do mercado, consoante jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Vejamos:
"AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO. JUROS REMUNERATÓRIOS. LIMITAÇÃO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 284/STF.
1. Nos contratos bancários, a limitação da taxa de juros remuneratórios só se justifica nos casos em que aferida a exorbitância da taxa em relação à média de mercado, o que não ocorreu na hipótese.
2. Agravo interno a que se nega provimento.
(STJ - AgInt no AREsp 952.678/MS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 20/04/2017, DJe 03/05/2017)".
***
"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. REVISIONAL. TEMAS SUBMETIDOS AO JULGAMENTO DOS RECURSOS REPRESENTATIVOS DA CONTROVÉRSIA. JUROS REMUNERATÓRIOS. LIMITAÇÃO EM 12% A.A. IMPOSSIBILIDADE. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. LEGALIDADE. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.
1. As instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto n. 22.626/1933), Súmula n. 596/STF e a estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade (REsp n. 1.061.530/RS, representativo da controvérsia, Relatora Ministra Nancy Andrighi, Segunda Seção, julgado em 22/10/2008, DJe 10/3/2009).
2. Admite-se a comissão de permanência durante o período de inadimplemento contratual, à taxa média dos juros de mercado, limitada ao percentual fixado no contrato (Súmula n. 294/STJ), desde que não cumulada com a correção monetária (Súmula n. 30/STJ), com os juros remuneratórios (Súmula n. 296/STJ) e moratórios, nem com a multa contratual (REsp n. 1.058.114/RS, recurso representativo da controvérsia, Relator p/ Acórdão Ministro João Otávio de Noronha, Segunda Seção, julgado em 12/8/2009, DJe 16/11/2010).
3. Agravo interno improvido.
(STJ - AgInt no REsp 1615195/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/11/2016, DJe 24/11/2016)".
Trago, ainda, os seguintes posicionamentos sumulados sobre o tema:
Súmula 382 – STJ: "A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade".
Súmula 296 – STJ: "Os juros remuneratórios, não cumuláveis com a comissão de permanência, são devidos no período de inadimplência, à taxa média de mercado estipulada pelo Banco Central do Brasil, limitada ao percentual contratado.
Súmula 596 – STF: "As disposições do Decreto 22626/1933 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas, que integram o Sistema Financeiro Nacional".

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

Dessa forma, a Sentença merece reforma neste ponto, pois o percentual contratado de 2,02% ao mês configura-se dentro da taxa média de mercado no período e está expressamente previsto no Contrato em tela. Razão por que não vislumbro abusividade nesse valor.

Assim sendo, acolho a alegação do Apelante, para declarar legal a taxa de juros contratados.

II. DA CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS

É possível a capitalização mensal de juros por força da MP nº 2.170-36/2001, desde que expressamente pactuada no contrato.

A questão já foi pacificada no Superior Tribunal de Justiça, em sede da sistemática dos recursos repetitivos, nos termos a seguir:

"CIVIL E PROCESSUAL. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. AÇÕES REVISIONAL E DE BUSCA E APREENSÃO CONVERTIDA EM DEPÓSITO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. JUROS COMPOSTOS. DECRETO 22.626/1933 MEDIDA PROVISÓRIA 2.170-36/2001. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. MORA. CARACTERIZAÇÃO.

1. A capitalização de juros vedada pelo Decreto 22.626/1933 (Lei de Usura) em intervalo inferior a um ano e permitida pela Medida Provisória 2.170-36/2001, desde que expressamente pactuada, tem por pressuposto a circunstância de os juros devidos e já vencidos serem, periodicamente, incorporados ao valor principal. Os juros não pagos são incorporados ao capital e sobre eles passam a incidir novos juros.

2. Por outro lado, há os conceitos abstratos, de matemática financeira, de "taxa de juros simples" e "taxa de juros compostos", métodos usados na formação da taxa de juros contratada, prévios ao início do cumprimento do contrato. A mera circunstância de estar pactuada taxa efetiva e taxa nominal de juros não implica capitalização de juros, mas apenas processo de formação da taxa de juros pelo método composto, o que não é proibido pelo Decreto 22.626/1933.

3. Teses para os efeitos do art. 543-C do CPC: - "É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada." - "A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada".

4. Segundo o entendimento pacificado na 2ª Seção, a comissão de permanência não pode ser cumulada com quaisquer outros encargos remuneratórios ou moratórios.

5. É lícita a cobrança dos encargos da mora quando caracterizado o estado de inadimplência, que decorre da falta de demonstração da abusividade das cláusulas contratuais questionadas.

6. Recurso especial conhecido em parte e, nessa extensão, provido.

(STJ, REsp 973827/RS, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, Rel. p/ Acórdão Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, 2ª. SEÇÃO, j. 08/08/2012)".

Com efeito, o Superior Tribunal de Justiça, por sua Segunda Seção, seguindo voto da Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, pacificou, no Recurso Especial Repetitivo nº. 973827/RS (já transcrito), o entendimento de que bastaria a presença dos dados no contrato para entendê-los como previstos contratualmente.

No caso em análise, a Instituição Financeira fez constar expressamente na Cédula de Crédito Bancário do Financiamento a previsão de capitalização mensal dos juros de 2,02%, cujo duodécuplo corresponde a 24,24%. Logo, a taxa de juros anual contratada de 27,13% é superior ao duodécuplo da taxa de juros mensal. Assim, a cobrança de juros capitalizados, a teor do entendimento consolidado pelo STJ, não é abusiva.

Nesse sentido:

"Súmula 541-STJ: A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada".

"AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO BANCÁRIO. CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS. JUROS COMPOSTOS.

1. "A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada" (2ª Seção, REsp 973.827/RS, Rel. p/ acórdão Ministra Maria Isabel Gallotti, DJe de 24.9.2012).

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(STJ - AgInt no AREsp 823.621/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 18/10/2016, DJe 21/10/2016)".

Na vertente hipótese, portanto, a capitalização mensal dos juros foi pactuada pelos contratantes, restando prevista no contrato a taxa efetiva anual, a qual é superior ao duodécuplo da mensal.

Sendo assim, a Sentença merece reforma neste ponto, para manter a capitalização dos juros conforme previsão contratual.

Câmara - Única

+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

III. DA MANUTENÇÃO DO ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA

Analisando o contrato em tela, verifica-se a ausência do índice utilizado como correção monetária.

Desse modo, não havendo a previsão contratual, entendo que o Juiz fixou o índice e não há o que se falar em reforma da Sentença neste quesito.

IV. DA COMISSÃO DE PERMANÊNCIA

A comissão de permanência, por sua vez, também é matéria muito debatida e pacificada na jurisprudência, que admite a possibilidade da sua cobrança desde que não cumulada com correção monetária, juros remuneratórios, moratórios e multa contratual.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. BANCÁRIO. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. NÃO ATACADO.RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SÚMULA Nº 126/STJ. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. CUMULAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.

1. O acórdão recorrido afastou a capitalização de juros ante a inconstitucionalidade do art. 5º da Medida Provisória nº 1.963-17/2000, com redação repetida no art. 5º da Medida Provisória nº 2.170-36/2001.

2. Inadmissível o recurso especial em virtude da ausência de interposição de recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal para impugnar fundamento constitucional autônomo (Súmula nº 126/STJ).

3. Segundo o entendimento pacificado por essa Corte, a comissão de permanência não pode ser cumulada com quaisquer outros encargos remuneratórios ou moratórios.

4. Agravo regimental não provido.

(STJ - AgRg no AREsp 775.176/SE, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/05/2017, DJe 31/05/2017)".

No presente caso, o Apelante alega que não há cobrança de Comissão de Permanência no Contrato, o que realmente se observa da sua detida análise.

Entretanto, não vejo prejuízo em ter constado na Sentença a vedação de sua cumulação com os demais encargos moratórios, restando unicamente ineficaz neste interregno.

IV. DAS TARIFAS ADMINISTRATIVAS

Quanto à legalidade do Custo Efetivo Total, o STJ ao julgar o REsp nº 1.251.331/RS, representativo da controvérsia (Tema 618), fixou as seguintes teses:

"CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. DIVERGÊNCIA. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. JUROS COMPOSTOS. MEDIDA PROVISÓRIA 2.170-36/2001. RECURSOS REPETITIVOS. CPC, ART. 543-C. TARIFAS ADMINISTRATIVAS PARA ABERTURA DE CRÉDITO (TAC), E EMISSÃO DE CARNÊ (TEC). EXPRESSA PREVISÃO CONTRATUAL. COBRANÇA. LEGITIMIDADE. PRECEDENTES. MÚTUO ACESSÓRIO PARA PAGAMENTO PARCELADO DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS (IOF). POSSIBILIDADE.

[...]

9. Teses para os efeitos do art. 543-C do CPC:

- 1ª Tese: Nos contratos bancários celebrados até 30.4.2008 (fim da vigência da Resolução CMN 2.303/96) era válida a pactuação das tarifas de abertura de crédito (TAC) e de emissão de carnê (TEC), ou outra denominação para o mesmo fato gerador, ressalvado o exame de abusividade em cada caso concreto.

- 2ª Tese: Com a vigência da Resolução CMN 3.518/2007, em 30.4.2008, a cobrança por serviços bancários prioritários para pessoas físicas ficou limitada às hipóteses taxativamente previstas em norma padronizadora expedida pela autoridade monetária. Desde então, não mais tem respaldo legal a contratação da Tarifa de Emissão de Carnê (TEC) e da Tarifa de Abertura de Crédito (TAC), ou outra denominação para o mesmo fato gerador. Permanece válida a Tarifa de Cadastro expressamente tipificada em ato normativo padronizador da autoridade monetária, a qual somente pode ser cobrada no início do relacionamento entre o consumidor e a instituição financeira.

- 3ª Tese: Podem as partes convencionar o pagamento do Imposto sobre Operações Financeiras e de Crédito (IOF) por meio de financiamento acessório ao mútuo principal, sujeitando-o aos mesmos encargos contratuais.

10. Recurso especial parcialmente provido."

(STJ, REsp 1251331/RS, Rel. Mina. MARIA ISABEL GALLOTTI, 2ª. Seção, j. 28/08/2013).

Nesta hipótese, o contrato foi celebrado após 30/04/2008, razão pela qual a cobrança da Tarifa de Emissão de Carnê (TEC) e da Tarifa de Abertura de Crédito (TAC), ou qualquer outra denominação para o mesmo fato gerador, são vedadas.

Destaque-se, porém, que não há no Contrato a cobrança das chamadas TAC e TEC, logo, não há o que se decidir quanto a isso ante a ausência de interesse recursal.

Quanto à cobrança de outras tarifas, como serviços de terceiros, tarifa de avaliação de bens etc, esta Corte de Justiça já decidiu que ela é imposta ao consumidor por pura adesão e é abusiva (CDC, IV do art. 51),

Câmara - Única

+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

porque evidencia vantagem exagerada da instituição financeira, visando acobertar as despesas de financiamento inerentes à operação de outorga de crédito.
Logo, mantenho a Sentença nesta parte.
V. DA REPETIÇÃO DE INDÉBITO EM DOBRO
O parágrafo único do art. 42 do CDC estabelece que "O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável".
A respeito deste dispositivo, o Superior Tribunal de Justiça e este Tribunal entendem que é necessária a comprovação da má-fé por parte do fornecedor e que a previsão contratual é capaz de justificar a cobrança a ponto de não permitir a devolução em dobro.
Nesse sentido:
"RECURSO ESPECIAL - DEMANDA INDENIZATÓRIA - RECUSA INDEVIDA À COBERTURA DE PLANO DE SAÚDE - BENEFICIÁRIA QUE, PREMIDA POR RISCO DE MORTE, EFETUA DESEMBOLSO PARA AQUISIÇÃO DE STENT - CIRCUNSTÂNCIA CONFIGURADORA DE COBRANÇA INDIRETA, AUTORIZANDO, EM PRINCÍPIO, A APLICAÇÃO DA PENALIDADE PREVISTA NO ARTIGO 42, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CDC, EM DESFAVOR DO FORNECEDOR - AUSÊNCIA, TODAVIA, DE MÁ-FÉ NA CONDUTA DA OPERADORA - NULIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL DECRETADA EM JUÍZO - IMPOSSIBILIDADE DA REPETIÇÃO DE INDÉBITO EM DOBRO - RECURSO DESPROVIDO.
1. Devolução em dobro de indébito (artigo 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor). Pressupostos necessários e cumulativos: (i) cobrança extrajudicial indevida de dívida decorrente de contrato de consumo; (ii) efetivo pagamento do indébito pelo consumidor; e (iii) engano injustificável por parte do fornecedor ou prestador.
1.1. A conduta da operadora de plano de saúde que nega indevidamente fornecimento de stent, para aplicação em intervenção cirúrgica cardíaca, forçando o consumidor a adquiri-lo perante terceiros, configura cobrança extrajudicial indireta, ocasionando locupletamento do fornecedor e, por isso, possibilita, em tese, a aplicação da penalidade prevista no artigo 42, parágrafo único, do CDC.
1.2. Todavia, resta ausente, no caso, a má-fé do prestador do serviço, pois a negativa apresentada ao consumidor, ainda que abusiva, encontrava-se prevista em cláusula contratual, presumidamente aceita pelas partes quando da celebração do negócio jurídico. Não configurada a má-fé na cobrança extrajudicial, direta ou indireta, inviabiliza-se a cominação da penalidade atinente à repetição do indébito em dobro. Precedentes.
2. Termo inicial dos juros de mora e da correção monetária. 2.1. A Segunda Seção desta Corte consolidou o entendimento de que o cômputo dos juros moratórios, resultantes de inadimplemento de obrigação contratual, inicia-se na data da citação do réu, por força da norma cogente inserta no artigo 405 do Código Civil de 2002. Ademais, à luz da premissa lógico-jurídica firmada pelo citado órgão julgador, quando do julgamento do Recurso Especial 1.132.866/SP (Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Rel. p/ Acórdão Ministro Sidnei Beneti, julgado em 23.11.2011, DJe 03.09.2012), a iliquidez da obrigação (como é o caso da indenização por dano moral) não tem o condão de deslocar o termo inicial dos juros moratórios para a data do arbitramento definitivo do quantum debeatur. 2.2. 'A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento' (Súmula 362/STJ).
3. Recurso especial desprovido."
(STJ - REsp 1177371/RJ, Rel. Min. MARCO BUZZI, 4ª. Turma, j. em 20/11/2012).
Desse modo, os valores cobrados em excesso que não encontram previsão contratual, deverão ser devolvidos em dobro. Contudo, aqueles previstos no Contrato, mesmo que cobrados indevidamente, deverão ser devolvidos na forma simples.
Assim sendo, considerando que o Magistrado a quo determinou a restituição em dobro de todos os valores indevidamente descontados do Autor, acolho a irresignação do Apelante neste prisma.
V. INCLUSÃO OU MANUTENÇÃO DO NOME DO AUTOR NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO
O Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento (no Recurso Especial nº. 1061530/RS, relatado pela Ministra NANCY ANDRIGHI, na 2ª. Seção) de que a abstenção da inscrição/manutenção do nome do consumidor nos órgãos de proteção ao crédito, em antecipações de tutela ou medidas cautelares, depende dos seguintes requisitos cumulativos:
a) a ação for fundada em questionamento integral ou parcial do débito;
b) houver demonstração de que a cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do STF ou STJ;
c) houver depósito da parcela incontroversa ou for prestada a caução fixada conforme o prudente arbítrio do juiz.
Vejamos outro precedente do mesmo tribunal:

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. RETIRADA DE NOME DE CADASTRO DE INADIMPLENTES. REQUISITOS EXIGIDOS POR ESTA CORTE. INOBSERVADOS.
1. Uníssono o entendimento desta Corte, expresso, inclusive, em sede de processo submetido ao rito dos recursos repetitivo, no sentido de que 'a abstenção da inscrição/manutenção em cadastro de inadimplentes, requerida em antecipação de tutela e/ou medida cautelar, somente será deferida se, cumulativamente: i) a ação for fundada em questionamento integral ou parcial do débito; ii) houver demonstração de que a cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do STF ou STJ; iii) houver depósito da parcela incontroversa ou for prestada a caução fixada conforme o prudente arbítrio do juiz' (REsp 1061530/RS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 10/03/2009).
2. Mantida decisão de retenção do recurso especial, porquanto ausente o 'fumus boni juris'.
3. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO".
(STJ, AgRg no REsp 1266439/PR, Rel. Min. PAULO DE TARSO SANSEVERINO, 3ª. Turma, j. 26/02/2013).
Repito: esses requisitos são utilizados para a proibição de inscrição do nome do devedor antes da Sentença, em antecipação de tutela ou medida cautelar.
No caso em análise, entretanto, o impedimento foi criado no próprio julgado recorrido, no qual foi reconhecida a abusividade da cobrança.
Assim, entendo que é perfeitamente possível a proibição de inclusão ou manutenção do nome do Devedor nos órgãos de proteção ao crédito, por não existir mora diante da abusividade. Sendo que tal determinação foi imposta após o Magistrado singular ter reconhecido o excesso ilícito na cobrança.
Além disso, o desrespeito à respectiva ordem configuraria má-fé da Instituição Financeira, ora Apelante.
Por essas razões, autorizado pelo o que dispõe o art. 932, VIII, do CPC c/c art. 90 do RITJRR, dou provimento parcial ao Recurso, reformando a Sentença apenas para declarar a validade da cláusula dos juros remuneratórios no patamar estipulado contratualmente, para permitir a capitalização mensal de juros e determinar a restituição na forma simples de todos os valores indevidamente descontados do Apelado.
Custas pagas na proporção de 50% por cada uma das Partes e demais despesas e honorários advocatícios compensados reciprocamente, na forma do art.21 CPC/73 (vigente à época da Sentença).
Publique-se, intimem-se e demais providências de estilo.
Boa Vista, 14 de dezembro de 2017.

DES. ALMIRO PADILHA
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000.17.001036-7 - BOA VISTA/RR
APELANTE: JOSÉ NILO BARBOSA DOS SANTOS
ADVOGADA: LILIANE RAQUEL DE MELO CERVEIRA OAB/RR N. 639
APELADO: SERVS/BV FINANCEIRA - CFI BV FINANCEIRA
ADVOGADO: GIULIO ALVARENGA REALE – OAB/MG N. 65628
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Tendo em vista a decisão do Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n.º 1.578.526/SP, da relatoria do Min. Paulo de Tarso Sanseverino, o tema debatido neste recurso encontra-se cadastrado no sistema dos repetitivos sob o número 958.
Dessa forma, necessária se faz a suspensão do presente feito até o pronunciamento definitivo daquela Corte Superior, que servirá como orientação às instâncias ordinárias.
Sendo assim, permaneçam os autos sobrestados em cartório até o julgamento do Recurso Especial acima mencionado.
Boa Vista (RR), 11 de dezembro de 2017.

Desa. Tânia Vasconcelos
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.05.101656-5 - BOA VISTA/RR
APELANTE: ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO RORAIMA - BOVESA
ADVOGADO: ALEXANDRE CESAR DANTAS SOCORRO – OAB/RR N. 264
APELADO: MARILYN DE OLIVEIRA AZEVEDO CRUZ
DEFENSORA PÚBLICA: ANNA ELIZE FENOLL AMARAL

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

RELATOR: DES. CRISTÓVÃO SUTER

DECISÃO

I - Tratam os autos de Apelação Cível, apresentada por Eletrobrás Distribuição Roraima - BOVESA, contra sentença oriunda 3.ª Vara Cível, que reconhecendo a existência de prescrição intercorrente pelo transcurso do prazo quinquenal, extinguiu os autos de cumprimento de sentença.
Sustenta o recorrente a inexistência do fenômeno da prescrição, porquanto além de ter assumido postura proativa no que pertine ao recebimento do crédito, o prazo prescricional aplicável ao caso seria decenal, pugnando pela reforma da sentença.
Regularmente intimado, apresentou o apelado suas contrarrazões, manifestando-se pela manutenção da sentença.
É o breve relato.
Passo a decidir.
II - Merece prosperar o recurso.
Da análise dos autos, constata-se que a decisão combatida afigura-se contrária à tese consolidada pelo colendo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recurso repetitivo, autorizando o julgamento monocrático do recurso pelo Relator.
De fato, nos termos da jurisprudência firmada pelo Superior Tribunal de Justiça em Recurso Especial Representativo de Controvérsia nº. 1.117.903/RS e AgRg no AREsp 324.990/MS, o prazo prescricional para a cobrança de tarifa de consumo de energia elétrica é de dez anos.
Registre-se, por oportuno, que a matéria alçada a debate foi recentemente enfrentada por este Colegiado, oportunidade em que reconheceu a inocorrência da prescrição intercorrente (in verbis):
"APELAÇÃO CÍVEL - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INOCORRÊNCIA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O prazo prescricional para a cobrança de tarifa de consumo de energia elétrica é de dez anos neste caso concreto, com fundamento no arts. 205 e 2028 do CC, conforme o Recurso Especial Representativo de Controvérsia nº. 1117903/RS. 2. As paralisações, decorrentes dos mecanismos da Justiça, ou seja, alheias à vontade do credor, não contam para a prescrição, justamente porque não configuram a "inércia do possuidor da pretensão". Súmula nº. 106 do Superior Tribunal de Justiça. 3. O trânsito em julgado aconteceu em 23/03/2007 e o requerimento para início do cumprimento de sentença foi apresentado em 06/06/2007. Não foram encontrados bens para a satisfação da execução, mas o processo não foi suspenso, mesmo havendo pedido nesse sentido. O deslinde processual, somado ao prazo prescricional de dez anos, por si só, demonstra a inocorrência da prescrição intercorrente. 4. Sentença anulada. Recurso provido." (TJRR, AC 0000.17.002291-7, Primeira Turma Cível, Relator: Des. Almiro Padilha - p.: 21/11/2017)
III - Posto isto, autorizado pelo art. 932, inciso V, alínea b, do CPC, dou provimento ao recurso, desconstituindo a sentença, determinando o retorno dos autos ao juízo de origem.
Boa Vista, 12 de dezembro de 2017.

Desembargador Cristóvão Suter

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.15.803276-2 - BOA VISTA/RR
APELANTE: MARIA DA CONCEIÇÃO MACHADO ALVES
ADVOGADO: GIOBERTO DE MATOS JÚNIOR – OAB/RR N. 787
APELADO: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
ADVOGADO: RUBENS GASPAR SERRA – OAB/SP N. 119859
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Tendo em vista a decisão do Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n.º 1.578.526/SP, da relatoria do Min. Paulo de Tarso Sanseverino, o tema debatido neste recurso encontra-se cadastrado no sistema dos repetitivos sob o número 958.
Dessa forma, necessária se faz a suspensão do presente feito até o pronunciamento definitivo daquela Corte Superior, que servirá como orientação às instâncias ordinárias.
Sendo assim, permaneçam os autos sobrestados em cartório até o julgamento do Recurso Especial acima mencionado.
Boa Vista (RR), 11 de dezembro de 2017.

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

Desa. Tânia Vasconcelos
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.10.918236-9 - BOA VISTA/RR
APELANTE: O MUNICIPIO DE BOA VISTA
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: LUIZ TRAVASSOS DUARTE NETO E OUTROS
APELADO: JOSE FERREIRA PINTO
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Trata-se de Apelação Cível interposta pelo Município de Boa Vista contra sentença proferida pelo Juízo da 2.ª Vara da Fazenda Pública que extinguiu a Execução Fiscal n.º 0918236-80.2010.8.23.0010, com resolução do mérito, reconhecendo a prescrição dos débitos constantes na Certidão da Dívida Ativa nº 2010001648.
Afirma o apelante, em síntese, que a Fazenda Pública não pode ser prejudicada em razão de cumprimento ao art. 128 do provimento CGJ n.º 01/2009, que determina a suspensão das execuções fiscais cujo valor seja inferior a 05 UFER.
Aduz, que a execução permaneceu paralisada por força de mecanismo processual e não por desídia do exequente.
Por fim, requer o provimento do recurso, para cassar a sentença combatida e determinar o prosseguimento da presente execução fiscal.
É o breve relato.
Com fulcro no art. 90, V do RITJRR, DECIDO.
O recurso merece provimento.
A sentença vergastada restou assim proferida (EP. 79):
" (...)
Ademais, a jurisprudência pátria, entende que, transcorrido o lapso temporal de 5 (cinco) anos, desde o ajuizamento da execução, qual seja a data 10/11/2010, até a citação válida do devedor, na data 17/01/2017, há de ser reconhecida a prescrição, assim, vejamos:
(...)
Com isso, prescrito o presente débito, verifica-se que a medida que se impõe é a extinção do presente feito, com resolução do mérito, vez que a parte executada não foi citada dentro do prazo de 5 (cinco) anos após o ajuizamento dos presentes autos."
De fato, denota-se dos autos que a presente ação executiva não teve outra movimentação processual que não a determinação de arquivamento do feito em virtude do valor executado ser inferior a 05 (cinco) UFERR, nos termos do art. 128 do Provimento CGJ n.º 01/2009, revogado pelo Provimento CGJ n.º 2/2014.
Observa-se, portanto, que não houve desídia da Fazenda Pública a ensejar a ocorrência da prescrição intercorrente, ficando o feito paralisado desde o seu ajuizamento em razão de movimentação processual determinada por esta própria Corte, de modo que não se pode penalizar o exequente por cumprimento de norma do próprio Judiciário.
Aliás, essa Corte vem se posicionando nesse sentido:
"APELAÇÃO CÍVEL EM EXECUÇÃO FISCAL - PROCESSO ARQUIVADO PROVISORIAMENTE COM FUNDAMENTO EM PROVIMENTO DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RORAIMA - AUSÊNCIA DE INÉRCIA DO TITULAR DA PRETENSÃO - INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.
1. Este Tribunal de Justiça adotou o entendimento de que o período de arquivamento provisório, decorrente do baixo valor da execução, com fundamento no Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça, não pode ser utilizado para prejudicar a fazenda pública, visto que ela não deu causa à demora do processo.
2. A prescrição pressupõe a inércia do titular da pretensão. Se não houve inércia, não há prescrição.
3. No caso concreto, descontando-se os períodos de arquivamento provisório, não houve prescrição intercorrente."
(TJRR - AC 0010.10.920290-2, Rel. Des. Almiro Padilha, 2.ª Turma Cível, julg. 31.08.2017, DJe 05.09.2017, p. 14)
"APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL EM RAZÃO DO PEQUENO VALOR - DOIS GRUPOS DISTINTOS - 1º GRUPO - ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO COM BASE NO NOVO PROVIMENTO DA CORREGEDORIA (02/2017) - FUNDAMENTADO NA LEI ESTADUAL Nº 1.204/2016 - SUSPENDE O PRAZO PRESCRICIONAL COM BASE NO ENTENDIMENTO DO STJ - RESP 1102554/MG - REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA - JULGADO EM SEDE DE RECURSOS

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

REPETITIVOS - TEMA 100 - 2º GRUPO - ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO POR FORÇA DO PROVIMENTO DA CORREGEDORIA Nº 02/2014 - INEXISTÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA PARA SUSPENDER O PRAZO PRESCRICIONAL - MERO ATO NORMATIVO INTERNO - NÃO PODE SER UTILIZADO PARA PREJUDICAR A FAZENDA PÚBLICA - INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - ENTENDIMENTO FIRMADO NESTE TRIBUNAL - SENTENÇA ANULADA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.
1. As ações de execução fiscais poderão ser suspensas em razão do pequeno valor, fazendo-se necessário distinguir dois grupos existentes.
2. Quando a determinação de arquivamento for com base no novo Provimento 02/2017 da Corregedoria, este terá força para suspender o prazo prescricional, por estar fundamentado na Lei Estadual nº 1.2014/2016, e por estar em concordância com o estabelecido na tese nº 100 do STJ, após o julgamento do REsp 1102554/MG, representativo de controvérsia, em sede de recursos repetitivos.
3. Por outro lado, quando o arquivamento provisório ocorrer por força do Provimento da Corregedoria nº 02/2014, não haverá a suspensão do prazo prescricional, por não ter fundamento em nenhuma lei específica que determine tal suspensão.
4. O caso concreto se amolda ao segundo caso, quando este Tribunal de Justiça definiu seu entendimento de que o período do arquivamento provisório, decorrente do baixo valor da execução, com fundamento no art. 128 do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça (02/2014), não pode ser utilizado para prejudicar a fazenda pública, visto que ela não deu causa à demora do processo.
5. Observando-se as causas de interrupção, suspensão e não-contagem do prazo, não houve prescrição intercorrente no caso concreto.
5. Sentença anulada.
6. Recurso conhecido e provido
(TJRR - AC 0010.08.901342-8, Rel. Des. MOZARILDO CAVALCANTI, 2ª Turma Cível, julg.: 24/11/2017, DJe 28/11/2017, p. 20)
"APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. AFASTADA A OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. ARQUIVAMENTO DOS AUTOS POR FORÇA DE PROVIMENTO DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA. EXECUÇÃO FISCAL, CUJO VALOR NÃO ULTRAPASSAVA 05 (CINCO) UFERR. SITUAÇÃO QUE NÃO DEMONSTRA INÉRCIA DA PARTE EXEQUENTE. TRÂMITE PROCESSUAL SUSPENSO POR MOTIVOS INERENTES A MECANISMOS DA JUSTIÇA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO, PARA DETERMINAR O RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM, PARA REGULAR PROSSEGUIMENTO DO FEITO.
1. É consabido que não pode a parte credora ser penalizada com decreto de prescrição por motivos inerentes ao Poder Judiciário.
2. In casu, descontado do período total de tramitação do feito aquele interregno em que restou paralisado em virtude de mecanismo inerente ao Judiciário, verifico que não transcorreu o prazo prescricional de 05 (cinco) anos" (TJRR - AC 0010.08.901659-5, Rel. Des. Jefferson Fernandes da Silva, Câmara Cível, julg.: 13/10/2016, DJe: 18/10/2016, p. 18)
ISSO POSTO, inexistindo desídia do exequente que justifique o reconhecimento da prescrição, DOU PROVIMENTO ao recurso para anular a sentença monocrática e determinar o regular prosseguimento do feito.
Publique-se.
Boa Vista (RR), 11 de dezembro de 2017.

Desa. Tânia Vasconcelos
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.10.922456-7 - BOA VISTA/RR
APELANTE: O MUNICIPIO DE BOA VISTA
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: LUIZ TRAVASSOS DUARTE NETO E OUTROS
APELADO: AMADEU HUNZE HAMID
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Trata-se de Apelação Cível interposta pelo Município de Boa Vista contra sentença proferida pelo Juízo da 2.ª Vara da Fazenda Pública que extinguiu a Execução Fiscal n.º 0922456-24.2010.8.23.0010, com resolução do mérito, reconhecendo a prescrição dos débitos constantes na Certidão da Dívida Ativa nº 2010029666.

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

Afirma o apelante, em síntese, que o processo fora arquivamento antes de se oportunizar o protesto das cédulas da dívida ativa executadas, o que impede o reconhecimento da prescrição.
Aduz, ainda, que não houve a prévia intimação da Fazenda Pública nos termos do § 4.º, art. 40 da Lei n.º 6.830/80 e art. 10 do CPC.
Por fim, requer o provimento do recurso, para cassar a sentença combatida e determinar o prosseguimento da presente execução fiscal.
É o breve relato.
Com fulcro no art. 90, V do RITJRR, DECIDO.
Em primeiro lugar, cumpre afastar a alegação da necessidade de intimação prévia da Fazenda Pública antes do decreto de prescrição.
Esta Corte de Justiça, por meio do incidente proposto na Apelação Cível n.º 0010.01.009220-2, da relatoria do Juiz Convocado Euclydes Calil Filho, se posicionou acerca da inconstitucionalidade do art. 4.º, § 4.º da Lei de Execução Fiscal, mantendo firme o entendimento de que a prescrição deve ser analisada com base no art. 174 do CTN.
Pois bem, nesse contexto, é sabido que o art. 174 do CTN estabelece que a cobrança do crédito tributário prescreverá em 05 (cinco) anos, contados da data da sua constituição definitiva, sendo tal prazo interrompido, entre outras causas, pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal (art. 174, parágrafo único, I do CTN).
Poderá, ainda, haver o arquivamento da execução fiscal após um ano de suspensão do feito em decorrência da não localização do devedor, conforme disposto no art. 40 da Lei n.º 6830/80. Decorrido tal prazo, contar-se-á o prazo da prescrição intercorrente, que é de cinco anos.
O protesto judicial, por sua vez, não é obrigatório e muito menos tem o condão, como quer fazer valer o recorrente, de interromper o prazo prescricional, haja vista que a situação não se encontra no rol do parágrafo único do art. 174 do CTN.
Os créditos tributários objetos da execução foram constituídos em 10.06.2010, o ajuizamento da ação ocorreu em 14.12.2010, o despacho do juiz determinando a citação se deu em 18.02.2011 e em 15.04.2011 fora certificado pelo Oficial de Justiça que o executado é falecido, juntando-se a certidão de óbito no e.p. 119.
Nesse contexto, inegável é a ocorrência da prescrição intercorrente, haja vista que mesmo após o largo espaço de tempo entre o término da suspensão (21.09.2011) e a sentença, prolatada em 04.05.2017, a Fazenda Pública não logrou êxito em encontrar bens do espólio devedor ou meios de satisfazer o crédito tributário.
Importante esclarecer que a inércia capaz de ensejar a prescrição intercorrente não se caracteriza somente com a paralisação total do feito, podendo ser considerada também quando a movimentação processual não é suficiente para alterar a situação do feito.
Assim, se as tentativas de satisfação do crédito não se mostraram suficientes mesmo após o transcurso de 06 (seis) anos desde o término da suspensão processual, não se pode permitir a eternização da ação e do próprio crédito tributário, impondo-se o reconhecimento da prescrição independentemente de intimação pessoal da Fazenda Pública.
Nesse sentido:
"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO EXEQUENTE.
NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DO CONTRADITÓRIO RESPEITADA. AGRAVO DESPROVIDO.
1. A Terceira Turma do STJ modificou seu entendimento para adotar a tese de que a ocorrência da prescrição intercorrente será reconhecida quando o exequente permanecer inerte por prazo superior ao de prescrição do direito material vindicado, sendo prescindível a sua intimação pessoal prévia, bastando que seja respeitado o princípio do contraditório.
2. Inaplicável, ao caso, a Súmula 106/STJ. O prazo prescricional cuja fluência havia se iniciado com o vencimento da nota promissória não se interrompeu com a propositura da ação, pois a citação ocorreu mais de 14 (quatorze) anos após a decisão do Juiz que ordenou a sua realização. Dessa forma, quando a citação efetivamente veio a ocorrer, a prescrição já estava consumada.
3. Agravo interno desprovido."
(STJ - AgInt no REsp 1615303/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/04/2017, DJe 11/05/2017)
"DIREITO PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. SUSPENSÃO/ARQUIVAMENTO DO PROCESSO. INTIMAÇÃO PESSOAL. IRRELEVÂNCIA PARA CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL.
- Decorrido prazo superior a cinco anos desde o último pedido de suspensão do processo de execução fiscal, remetidos os autos ao arquivo provisório, a prescrição intercorrente se configura a partir da inércia da

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

parte interessada em promover os atos necessários à consecução dos objetivos da execução fiscal, que se consolidam com a satisfação do débito.
- A fluência do prazo prescricional independe da intimação pessoal da Fazenda Pública do ato de suspensão do processo por ela mesma requerida, ou do arquivamento do processo que ocorre de forma automática.
- Recurso não provido." (TJMG - Apelação Cível 1.0251.02.001216-6/001, Relator(a): Des.(a) Kildare Carvalho , 4ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 30/11/0017, publicação da súmula em 05/12/2017)
"APELAÇÃO CÍVEL - EXECUÇÃO FISCAL - PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - PRELIMINAR DE NULIDADE POR FALTA DE INTIMAÇÃO PRÉVIA DA FAZENDA PÚBLICA - AFASTADAS - TRANSCURSO DE MAIS DE 5 (CINCO) ANOS ENTRE A PRIMEIRA CAUSA INTERRUPTIVA NO CURSO DA AÇÃO E A SENTENÇA - INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 40, § 4.º, DA LEF RECONHECIDA PELO PLENO DESTA CORTE - CÔMPUTO DO PRAZO PRESCRICIONAL REALIZADO NOS TERMOS DO ART. 174, I, DO CTN - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.
1. O transcurso de lapso temporal superior a 05 (cinco) anos, contados da constituição do crédito tributário, é causa de extinção do crédito tributário, em face da ocorrência da prescrição, a teor do disposto no art. 174 c/c art. 156, inc. V, ambos do CTN.
2. A alegada ofensa ao artigo 40, § 4.º, da LEF não é causa suficiente a dar azo à alteração da Sentença ora impugnada, sobretudo, quando esta Corte de Justiça já reconheceu sua inconstitucionalidade e mantém firme a jurisprudência nesse sentido.
3. De acordo com o art. 174 do CTN, a prescrição se interrompe com o despacho citatório do executado, período em que se recomeça o cômputo quinquenal, mas, desta vez, para o reconhecimento da prescrição intercorrente, que ocorre no curso do feito executivo.
4. Na vertente situação, do respectivo despacho do executado à prolação da Sentença, transcorreram quase 07 (sete) anos sem que tenha havido, posteriormente, outra causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, nem qualquer ato relevante que importasse em modificação do processo.
5. Sentença mantida." (TJRR - AC 0010.10.922416-1, Rel. Des. Almiro Padilha, 2.ª Turma Cível, julg.: 15.09.2017, DJe 26/09/2017, p. 18-19)
Assim, correta a sentença que declarou a ocorrência da prescrição da execução, nos termos do art. 174 do Código Tributário Nacional.
ISSO POSTO, NEGO PROVIMENTO ao recurso.
Publique-se.
Boa Vista (RR), 11 de dezembro de 2017.

Desa. Tânia Vasconcelos
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.13.712056-3 - BOA VISTA/RR
APELANTE: AYMORÉ CRÉDITOS FINANCIAMENTOS E INVESTIMENTOS S/A
ADVOGADO: MARCOS ANDRÉ HONDA FLORES – OAB/MS N. 6171 E OUTROS
APELADO: ANTONIA NECO DA CRUZ
ADVOGADA: PAULA CRISTIANE ARALDI – OAB/RR N. 289-A
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Tendo em vista a decisão do Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n.º 1.578.526/SP, da relatoria do Min. Paulo de Tarso Sanseverino, o tema debatido neste recurso encontra-se cadastrado no sistema dos repetitivos sob o número 958.
Dessa forma, necessária se faz a suspensão do presente feito até o pronunciamento definitivo daquela Corte Superior, que servirá como orientação às instâncias ordinárias.
Sendo assim, permaneçam os autos sobrestados em cartório até o julgamento do Recurso Especial acima mencionado.
Boa Vista (RR), 11 de dezembro de 2017.

Desa. Tânia Vasconcelos
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.15.821876-7 - BOA VISTA/RR
APELANTE: RUBEM SERRA DA CUNHA

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

ADVOGADO: GIOBERTO DE MATOS JÚNIOR – OAB/RR N. 787
APELADO: ITAU UNIBANCO VEICULOS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA
ADVOGADA: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES – OAB/RR N. 375-A E OUTROS
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Tendo em vista a decisão do Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n.º 1.578.526/SP, da relatoria do Min. Paulo de Tarso Sanseverino, o tema debatido neste recurso encontra-se cadastrado no sistema dos repetitivos sob o número 958.
Dessa forma, necessária se faz a suspensão do presente feito até o pronunciamento definitivo daquela Corte Superior, que servirá como orientação às instâncias ordinárias.
Sendo assim, permaneçam os autos sobrestados em cartório até o julgamento do Recurso Especial acima mencionado.
Boa Vista (RR), 11 de dezembro de 2017.

Desa. Tânia Vasconcelos
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.10.922513-5 - BOA VISTA/RR
APELANTE: O MUNICIPIO DE BOA VISTA
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: LUIZ TRAVASSOS DUARTE NETO E OUTROS
APELADO: SEBASTIAO JANUARIO PEREIRA
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Trata-se de Apelação Cível interposta pelo Município de Boa Vista contra sentença proferida pelo Juízo da 2.ª Vara da Fazenda Pública que extinguiu a Execução Fiscal n.º 0922513-42.2010.8.23.0010, com resolução do mérito, reconhecendo a prescrição dos débitos constantes na Certidão da Dívida Ativa nº 2010018178.
Afirma o apelante, em síntese, que a Fazenda Pública não pode ser prejudicada em razão de cumprimento ao art. 128 do provimento CGJ n.º 01/2009, que determina a suspensão das execuções fiscais cujo valor seja inferior a 05 UFER.
Aduz, que a execução permaneceu paralisada por força de mecanismo processual e não por desídia do exequente.
Por fim, requer o provimento do recurso, para cassar a sentença combatida e determinar o prosseguimento da presente execução fiscal.
É o breve relato.
Com fulcro no art. 90, V do RITJRR, DECIDO.
O recurso merece provimento.
A sentença vergastada restou assim proferida (EP. 56):
" (...)
Ademais, a jurisprudência pátria, entende que, transcorrido o lapso temporal de 5 (cinco) anos, desde o ajuizamento da execução, qual seja a data 14/12/2010, até a citação válida do devedor, na data 31/01/2017, há de ser reconhecida a prescrição, assim, vejamos:
(...)
Com isso, prescrito o presente débito, verifica-se que a medida que se impõe é a extinção do presente feito, com resolução do mérito, vez que a parte executada não foi citada dentro do prazo de 5 (cinco) anos após o ajuizamento dos presentes autos."
De fato, denota-se dos autos que a presente ação executiva não teve outra movimentação processual que não a determinação de arquivamento do feito em virtude do valor executado ser inferior a 05 (cinco) UFERR, nos termos do art. 128 do Provimento CGJ n.º 01/2009, revogado pelo Provimento CGJ n.º 2/2014.
Observa-se, portanto, que não houve desídia da Fazenda Pública a ensejar a ocorrência da prescrição intercorrente, ficando o feito paralisado desde o seu ajuizamento em razão de movimentação processual determinada por esta própria Corte, de modo que não se pode penalizar o exequente por cumprimento de norma do próprio Judiciário.
Aliás, essa Corte vem se posicionando nesse sentido:

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

"APELAÇÃO CÍVEL EM EXECUÇÃO FISCAL - PROCESSO ARQUIVADO PROVISORIAMENTE COM FUNDAMENTO EM PROVIMENTO DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RORAIMA - AUSÊNCIA DE INÉRCIA DO TITULAR DA PRETENSÃO - INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.
1. Este Tribunal de Justiça adotou o entendimento de que o período de arquivamento provisório, decorrente do baixo valor da execução, com fundamento no Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça, não pode ser utilizado para prejudicar a fazenda pública, visto que ela não deu causa à demora do processo.
2. A prescrição pressupõe a inércia do titular da pretensão. Se não houve inércia, não há prescrição.
3. No caso concreto, descontando-se os períodos de arquivamento provisório, não houve prescrição intercorrente."
(TJRR - AC 0010.10.920290-2, Rel. Des. Almiro Padilha, 2.ª Turma Cível, julg. 31.08.2017, DJe 05.09.2017, p. 14)
"APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL EM RAZÃO DO PEQUENO VALOR - DOIS GRUPOS DISTINTOS - 1º GRUPO - ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO COM BASE NO NOVO PROVIMENTO DA CORREGEDORIA (02/2017) - FUNDAMENTADO NA LEI ESTADUAL Nº 1.204/2016 - SUSPENDE O PRAZO PRESCRICIONAL COM BASE NO ENTENDIMENTO DO STJ - RESP 1102554/MG - REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA - JULGADO EM SEDE DE RECURSOS REPETITIVOS - TEMA 100 - 2º GRUPO - ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO POR FORÇA DO PROVIMENTO DA CORREGEDORIA Nº 02/2014 - INEXISTÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA PARA SUSPENDER O PRAZO PRESCRICIONAL - MERO ATO NORMATIVO INTERNO - NÃO PODE SER UTILIZADO PARA PREJUDICAR A FAZENDA PÚBLICA - INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - ENTENDIMENTO FIRMADO NESTE TRIBUNAL - SENTENÇA ANULADA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.
1. As ações de execução fiscais poderão ser suspensas em razão do pequeno valor, fazendo-se necessário distinguir dois grupos existentes.
2. Quando a determinação de arquivamento for com base no novo Provimento 02/2017 da Corregedoria, este terá força para suspender o prazo prescricional, por estar fundamentado na Lei Estadual nº 1.2014/2016, e por estar em concordância com o estabelecido na tese nº 100 do STJ, após o julgamento do REsp 1102554/MG, representativo de controvérsia, em sede de recursos repetitivos.
3. Por outro lado, quando o arquivamento provisório ocorrer por força do Provimento da Corregedoria nº 02/2014, não haverá a suspensão do prazo prescricional, por não ter fundamento em nenhuma lei específica que determine tal suspensão.
4. O caso concreto se amolda ao segundo caso, quando este Tribunal de Justiça definiu seu entendimento de que o período do arquivamento provisório, decorrente do baixo valor da execução, com fundamento no art. 128 do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça (02/2014), não pode ser utilizado para prejudicar a fazenda pública, visto que ela não deu causa à demora do processo.
5. Observando-se as causas de interrupção, suspensão e não-contagem do prazo, não houve prescrição intercorrente no caso concreto.
5. Sentença anulada.
6. Recurso conhecido e provido
(TJRR - AC 0010.08.901342-8, Rel. Des. MOZARILDO CAVALCANTI, 2ª Turma Cível, julg.: 24/11/2017, DJe 28/11/2017, p. 20)
"APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. AFASTADA A OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. ARQUIVAMENTO DOS AUTOS POR FORÇA DE PROVIMENTO DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA. EXECUÇÃO FISCAL, CUJO VALOR NÃO ULTRAPASSAVA 05 (CINCO) UFERR. SITUAÇÃO QUE NÃO DEMONSTRA INÉRCIA DA PARTE EXEQUENTE. TRÂMITE PROCESSUAL SUSPENSO POR MOTIVOS INERENTES A MECANISMOS DA JUSTIÇA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO, PARA DETERMINAR O RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM, PARA REGULAR PROSSEGUIMENTO DO FEITO.
1. É consabido que não pode a parte credora ser penalizada com decreto de prescrição por motivos inerentes ao Poder Judiciário.
2. In casu, descontado do período total de tramitação do feito aquele interregno em que restou paralisado em virtude de mecanismo inerente ao Judiciário, verifico que não transcorreu o prazo prescricional de 05 (cinco) anos" (TJRR - AC 0010.08.901659-5, Rel. Des. Jefferson Fernandes da Silva, Câmara Cível, julg.: 13/10/2016, DJe: 18/10/2016, p. 18)
ISSO POSTO, inexistindo desídia do exequente que justifique o reconhecimento da prescrição, DOU PROVIMENTO ao recurso para anular a sentença monocrática e determinar o regular prosseguimento do feito.
Publique-se.

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

Boa Vista (RR), 11 de dezembro de 2017.

Desa. Tânia Vasconcelos
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.17.002916-9 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: W L M DOS SANTOS - ME E OUTROS
ADVOGADA: MARIA NAZARÉ SANTOS – OAB/RR N. 1516
AGRAVADO: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO: EDSON RAMOS JÚNIOR – OAB/RR N. 530-A
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pelo W L M dos Santos-ME e outros contra decisão proferida pelo MM. Juiz de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista que indeferiu a tutela cautelar antecedente ajuizada com o escopo de obstaculizar o leilão extrajudicial do imóvel dado em garantia no contrato de empréstimo bancário com alienação fiduciária.
Afirmam os recorrentes, em síntese, que não foram validamente notificados para a purgação da mora, haja vista que mantêm relacionamento com o banco agravado e esses possuem meios de localizá-los, de modo que não podem ser considerados em lugar incerto e não sabido.
Aduzem, ainda, que estão presentes os requisitos para a concessão da tutela pretendida.
Por fim, pugnam pela concessão da antecipação da tutela recursal para suspender o leilão extrajudicial do lote dado em garantia fiduciária, bem como que seja declarada a nulidade da consolidação da posse e propriedade em nome do agravado.
No mérito, pugna pela confirmação da tutela de urgência.
Juntou aos autos os documentos obrigatórios e aqueles que entendeu necessários ao deslinde da controvérsia.
Vieram-me os autos.
É o sucinto relato.
DECIDO.
É sabido que para a concessão da antecipação da tutela pretendida devem estar presentes dois requisitos legais, quais sejam, a probabilidade do direito e o perigo de dano ou de resultado útil ao processo. Ausente um deles é de rigor o seu indeferimento.
Analisando os autos, não se vislumbra, de início, a presença dos requisitos autorizadores da medida pleiteada.
Isso porque, em juízo de cognição sumária, inerente aos pedidos liminares, observa-se que as notificações extrajudiciais foram realizadas corretamente no endereço informado pelos agravantes no contrato em questão, sendo que em três tentativas não foi possível a localização dos devedores, ocorrendo, consequentemente, a notificação por edital.
ISSO POSTO, ausente a fumaça do bom direito, INDEFIRO o pedido liminar.
Intime-se a parte agravada para, querendo, apresentar contrarrazões, na forma do art. 1.019, II do CPC/2015.
Publique-se e intimem-se.
Boa Vista, 12 de dezembro de 2017.

Desa. Tânia Vasconcelos
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.13.713285-7 - BOA VISTA/RR
APELANTE: SERVS/BV FINANCEIRA - CFI BV FINANCEIRA
ADVOGADO: FERNANDO LUZ PEREIRA – OAB/SP N. 147020
APELADO: ADALGIZA MENDONÇA DE LIMA
RELATORA: DES.(A) TÂNIA VASCONCELOS DIAS

DECISÃO

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=
SICOJURR - 00059811

Câmara - Única

Trata-se de Recurso de Apelação interposto por Servs/BV Financeira – CFI BV Financeira em face da sentença proferida pelo Juízo da 2ª Vara Cível que, nos autos da ação de busca e apreensão, extinguiu o processo sem resolução do mérito por abandono da causa, na forma do art. 485, §1º, do CPC/15.

Irresignado, aduz a apelante que não fora intimado pessoalmente do comando judicial para dar andamento ao processo.

No mais, defende que o Juízo a quo não deveria ter extinguido a ação, mas ter determinado a sua suspensão, em atenção aos princípios do aproveitamento dos atos processuais, da economia e celeridade processual.

Nesse sentido, pugna pela reforma/anulação da sentença, a fim de que seja dada contiuidade à ação.

Sem contrarrazões, já que não houve citação do apelada.

Vieram-me os autos conclusos.

É o breve relato.

Decido, na forma autorizada pelo art. 90, VI, do RITJRR.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.

Analisando os autos, verifica-se que, de fato, a intimação da apelante restou prejudicada em virtude de sua mudança do local indicado (EP. 67).

Por sua vez, o douto magistrado não intimou o seu patrono para que indicasse outro endereço da parte, vindo a proferir sentença sem análise meritocrática (EP. 69), de forma contrário ao regramento do art. 485, §1º, CPC/15:

Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:

III – por não promover ps atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias;

(...)

§ 1º Nas hipóteses descritas nos incisos II e III, a parte será intimada pessoalmente para suprir a falta no prazo de 5 (cinco) dias.

Cumpre salientar que a extinção do processo por abandono da causa deve ser precedida da intimação pessoal da parte autora, a fim de resguardar seu interesse na lide, evitando que essa seja prejudicada por uma possível negligência de seu advogado. Não ocorrendo, ter-se-á configurado o cerceamento de defesa.

Nesse sentido:

APELAÇÃO CÍVEL – BUSCA E APREENSÃO – EXTINÇÃO DO PROCESSO - INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL – AUSÊNCIA DE OPORTUNIDADE DE EMENDA – NECESSIDADE - RECURSO PROVIDO.

(TJRR – AC 0010.15.804461-9, Rel. Des. MOZARILDO CAVALCANTI, Câmara Cível, julg.: 19/05/2016, DJe 30/05/2016, p. 19. Grifos nossos.)

PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO DE EXECUÇÃO. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. CUSTAS DE DILIGÊNCIA DO OFICIAL DE JUSTIÇA. EXIGÊNCIA QUE NÃO CONFIGURA REQUISITO DA PETIÇÃO INICIAL. IMPOSSIBILIDADE DE INDEFERIMENTO DA INICIAL. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR PARA PROMOVER O ANDAMENTO DO FEITO EM 05 (CINCO) DIAS, PARA FINS DE EXTINÇÃO POR ABANDONO DA CAUSA. INTELIGÊNCIA DO § 1º, DO ARTIGO 485, DO CPC. APELO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA ANULADA.

(TJRR – AC 0010.15.834616-2, Rel. Des. JEFFERSON FERNANDES DA SILVA, 2ª Turma Cível, julg.: 15/09/2017, DJe 26/09/2017, p. 23. Grifos nossos.)

APELAÇÃO CÍVEL – EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO ART. 267, III e VIII e § 1º DO CPC/73 – ABANDONO DE CAUSA – FALTA DE INTIMAÇÃO PESSOAL – EXIGÊNCIA DO ART. 485, § 1º DO CPC/15 – SENTENÇA ANULADA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJRR – AC 0020.13.700160-6, Rel. Des. MOZARILDO CAVALCANTI, 2ª Turma Cível, julg.: 27/10/2017, DJe 07/11/2017, p. 34. Grifos nossos.)

Face ao exposto, dou provimento ao apelo para anular a senteça, na forma do art. 90, VI, do RITJRR,

Publique-se. Intimem-se.

Boa Vista (RR), 12 de dezembro de 2017.

Desa. Tânia Vasconcelos
Relatora

REMESSA NECESSÁRIA Nº 0020.15.800248-3 - CARACARAÍ/RR
AUTORES: CLEIDILENE DO NASCIMENTO CORDEIRO E OUTROS
ADVOGADA: EUMARIA DOS SANTOS AGUIAR – OAB/RR N. 829 E OUTRA
RÉU: MUNICÍPIO DE CARACARAÍ
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: SUZETE DE CARVALHO OLIVEIRA

+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

REMETENTE: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE CARACARAÍ
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Cleidilene do Nascimento Cordeiro e outros interpuseram Ação de Cobrança nº 0800248-32.2015.8.23.0020 contra o Município de Caracaraí, pretendendo o recebimento de todas as verbas trabalhistas (férias proporcionais, insalubridade e FGTS) decorrentes da rescisão de seus contratos de trabalho com o réu.
Decorrida a instrução, sobreveio a sentença nos seguintes termos (EP 57):
"Ante o exposto, julgo parcialmente procedente os pedidos formulados por Cleidilene do Nascimento Cordeiro, Maria Rejane da Silva, Suzelene Silva Souza, Leila Soares da Costa e Valtiones Chaves Ramos para CONDENAR o Município de Caracaraí – RR a pagar à Reclamante o saldo de salários e os depósitos referentes ao FGTS, no período descrito na inicial."
Inexistindo recurso voluntário, vieram os autos para reexame da sentença.
É o sucinto relato.
Autorizada pelo art. 90, VI do RITJRR, decido.
Analisando os autos, observa-se que a sentença a quo encontra-se em conformidade com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que consolidou o entendimento de que os contratos de trabalho firmados com a administração pública em desconformidade com os preceitos do art. 37, IX, da Constituição Federal não geram efeitos jurídicos válidos, vejamos:
"ADMINISTRATIVO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO CONTRATADO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. REQUISITOS DE VALIDADE (RE 658.026, REL. MIN. DIAS TOFFOLI, DJE DE 31/10/2014, TEMA 612). DESCUMPRIMENTO. EFEITOS JURÍDICOS. DIREITO À PERCEPÇÃO DOS SALÁRIOS REFERENTES AO PERÍODO TRABALHADO E, NOS TERMOS DO ART. 19-A DA LEI 8.036/1990, AO LEVANTAMENTO DOS DEPÓSITOS EFETUADOS NO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS. 1. Reafirma-se, para fins de repercussão geral, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que a contratação por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público realizada em desconformidade com os preceitos do art. 37, IX, da Constituição Federal não gera quaisquer efeitos jurídicos válidos em relação aos servidores contratados, com exceção do direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e, nos termos do art. 19-A da Lei 8.036/1990, ao levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS. 2. Recurso extraordinário a que se dá parcial provimento, com o reconhecimento da repercussão geral do tema e a reafirmação da jurisprudência sobre a matéria." (RE 765320 RG, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, julgado em 15/09/2016, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-203 DIVULG 22-09-2016 PUBLIC 23-09-2016).
Tal julgado, por unanimidade, reconheceu a existência de repercussão geral acerca da questão constitucional suscitada e reafirmou a jurisprudência dominante da matéria.
Esta Corte de Justiça, por sua vez, também já se posicionou sobre o assunto:
APELAÇÃO CÍVEL - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - CONTRATAÇÃO DE PESSOAL - AUSÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO - NULIDADE - PRETENSÃO AO RECEBIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS, 13.º SALÁRIO PROPORCIONAL - IMPOSSIBILIDADE - TEMA 308 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - RECURSO DESPROVIDO 1. Os contratos temporários declarados nulos com a administração pública têm como "Efeitos jurídicos: pagamento do saldo salarial e levantamento de FGTS" (STF, RE nº 863.125/MG-AgR, Segunda Turma, Relator: Ministro Gilmar Mendes - p.: 06/05/2015); 2. Revelando-se como impossível a pretensão a outras verbas, tem-se como impositiva a manutenção da sentença. (TJRR – AC 0020.13.700157-2, Rel. Des. CRISTÓVÃO SUTER, Câmara Cível, julg.: 18/08/2016, DJe 01/09/2016, p. 27).
APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. VERBAS RESCISÓRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. CONTRATO TEMPORÁRIO. NULIDADE DA CONTRATAÇÃO. DIREITO À PERCEPÇÃO APENAS DO SALDO DE SALÁRIO E FGTS. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (TJRR – AC 0010.14.810911-8, Rel. Des. MOZARILDO CAVALCANTI, Câmara Cível, julg.: 25/05/2016, DJe 08/11/2016, p. 08).
Assim, escorreita a sentença que, em sintonia com a jurisprudência do STF, julgou parcialmente procedente o pedido do recorrente, para declarar somente seu direito saque do FGTS, se existente.
Ante o exposto, confirmo in totum a sentença de primeiro grau.
Publique-se.
Boa Vista (RR), 11 de dezembro de 2017.

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

Câmara - Única

Desª. Tânia Vasconcelos
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.13.710750-3 - BOA VISTA/RR
APELANTE: ANTONIO DOS SANTOS RODRIGUES
ADVOGADO: WARNER VELASQUE RIBERIO – OAB/RR N. 288-A
APELADO: BANCO ITAUCARD S/A
ADVOGADO: CELSO MARCON – OAB/RR Nº. 303-A
RELATORA: DES.(A) TÂNIA VASCONCELOS DIAS

DECISÃO

Trata-se de apelação cível interposta por ANTONIO DOS SANTOS RODRIGUES contra sentença proferida pelo MM. Juiz da 3.ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, que julgou improcedente o pedido formulado na Ação Revisional n.º 0710750-23.2013.8.23.0010.
Aduz o apelante, em síntese, que a sentença padece de nulidade em virtude da violação ao contraditório e ao devido processo legal, da ausência de relatório, nos termos do art. 458, I do CPC/73, aplicável à época, bem como diante a sua natureza extra petita, pois a resolução do mérito está fora dos contornos traçados na petição inicial.
Conclui asseverando a existência de dissídio jurisprudencial com a Corte Superior diante dos Recursos Especiais nº 1.255.573/RS e nº 1.228.306/PB.
Por fim, requer o conhecimento e provimento do recurso para declarar a nulidade da decisão singular vergastada.
Contrarrazões apresentadas no EP 73.1, onde a apelada pugna pelo desprovimento do apelo.

Vieram-me os autos conclusos.
É o breve relato.
DECIDO, autorizada pelo art. 90, VI do RITJRR.
O apelo merece provimento.
Nos termos do art. 458, I, do CPC/73, aplicável à época da decisão, reproduzido na íntegra no art. 489, I do CPC/2015, o relatório é requisito essencial da sentença, devendo nele constar o nome das partes, o resumo dos fatos, do pedido, da contestação e as demais informações ocorridas ao longo do processo.
In casu, o relatório da sentença impugnada restou assim elaborado:
"Trata-se de ação revisional de contrato.
Em contestação, a parte ré pugnou pela manutenção do contrato.
Fiel ao breve, dou por relatado."
Pois bem, embora a doutrina e a jurisprudência, procurando atender ao princípio da celeridade, tenham mitigado bastante a obrigatoriedade de relatórios demasiadamente extensos, se faz necessário que o juiz demonstre, ao menos, que conhece os limites da lide posta a julgamento.
Na hipótese, observa-se que o relatório consignado pelo Juiz a quo foi extremamente sucinto, não deixando claro, sequer, que tinha ciência dos dados do processo que julgava, o que configura afronta ao art. 458, I do CPC/73, devendo ser anulada a sentença.
Nesse sentido:
"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA. AUSÊNCIA DE RELATÓRIO E DE FUNDAMENTAÇÃO ENFRENTANDO PONTOS RELEVANTES ENVOLVENDO O MERITUM CAUSAE DA LIDE. DESCUMPRIMENTO DO ART. 458, I E II, DO CPC. PRELIMINAR ACOLHIDA. SENTENÇA ANULADA. RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO A QUO. RECURSO PREJUDICADO. 1. O relatório constitui requisito intrínsico da sentença, nos termos do art. 458, inciso I, do CPC. Trata-se de uma garantia às partes de que o magistrado tomou conhecimento de suas respectivas teses, oferecendo segurança ao julgado. A sua falta, portanto, conduz à nulidade insanável do decisum, por omissão a formalidade essencial ao ato. 2. Por força do art. 458, inciso II do CPC, cabe ao julgador ao decidir a lide, enfrentar os pontos relevantes envolvendo o meritum causae da ação delineados na peça inicial, sob pena de nulidade do decisum. 3. Preliminar acolhida. Sentença anulada. Prejudicada a análise do mérito recursal. (TJ/RR - AC 0010137196480, Relatora: Desa. Elaine Bianchi, DJe 12.06.2015).
"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. EXPEDIÇÃO DE MANDADO DE PRISÃO. HOMÔNIMO. SENTENÇA. RELATÓRIO. FATOS DISSOCIADOS. INDICAÇÃO DE EVENTOS QUE NÃO ACONTECERAM NO PROCESSO EM ANÁLISE. ART. 458, CPC. REQUISITOS. NÃO CUMPRIMENTO. NULIDADE.

+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

Revela-se nula a sentença que, no relatório, não explicita fielmente os fatos narrados na inicial e na resposta da parte ré, além de indicar eventos que não aconteceram na marcha processual em análise, sendo evidente a afronta ao artigo 458, I e II, do CPC/73. (TJMG - Apelação Cível 1.0024.13.342893-8/001, Relator(a): Des.(a) Washington Ferreira , 1ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 21/03/2017, publicação da súmula em 31/03/2017)

"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR RURAL. SENTENÇA. AUSÊNCIA DE RELATÓRIO. NULIDADE.

1. A falta do relatório e fundamentação quando da prolação da sentença acarreta a sua nulidade, por infringência do art. 458 do Código de Processo Civil.

2. Apelação do INSS e remessa oficial providas em parte."

(TRF-1 -AC 6116/PI. Segunda Turma, Juiz Federal Murilo Fernandes de Almeida DJe 11.04.2013)

ISSO POSTO, diante da existência de vício insanável, dou provimento ao recurso, para anular a sentença de piso e determinar a baixa dos autos ao Juízo de origem para o regular prosseguimento do feito.

Publique-se e intimem-se.

Boa Vista (RR), 11 de dezembro de 2017.

Desa. Tânia Vasconcelos
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.901064-8 - BOA VISTA/RR
APELANTE: O MUNICIPIO DE BOA VISTA
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: FREDERICO BASTOS LINHARES E OUTROS
APELADO: P M NOGUEIRA DA CUNHA
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Trata-se de Apelação Cível interposta pelo Município de Boa Vista contra sentença proferida pelo Juízo da 2.ª Vara da Fazenda Pública que extinguiu a Execução Fiscal n.º 090106496.2008.8.23.0010, com resolução do mérito, reconhecendo a prescrição dos débitos constantes na Certidão da Dívida Ativa nº 2006142925.

Afirma o apelante, em síntese, que a Fazenda Pública não pode ser prejudicada em razão de cumprimento ao art. 128 do provimento CGJ n.º 01/2009, que determina a suspensão das execuções fiscais cujo valor seja inferior a 05 UFER.

Aduz, que a execução permaneceu paralisada por força de mecanismo processual e não por desídia do exequente.

Por fim, requer o provimento do recurso, para cassar a sentença combatida e determinar o prosseguimento da presente execução fiscal.

É o breve relato.

Com fulcro no art. 90, V do RITJRR, DECIDO.

O recurso merece provimento.

A sentença vergastada restou assim proferida (EP. 126):

" (...)

Ademais, a jurisprudência pátria, entende que, transcorrido o lapso temporal de 5 (cinco) anos, desde o ajuizamento da execução, qual seja a data 27/02/2008, até a citação válida do devedor, na data 16/01/2017, há de ser reconhecida a prescrição, assim, vejamos:

(...)

Com isso, prescrito o presente débito, verifica-se que a medida que se impõe é a extinção do presente feito, com resolução do mérito, vez que a parte executada não foi citada dentro do prazo de 5 (cinco) anos após o ajuizamento dos presentes autos."

De fato, denota-se dos autos que a presente ação executiva não teve outra movimentação processual que não a determinação de arquivamento do feito em virtude do valor executado ser inferior a 05 (cinco) UFERR, nos termos do art. 128 do Provimento CGJ n.º 01/2009, revogado pelo Provimento CGJ n.º 2/2014.

Observa-se, portanto, que não houve desídia da Fazenda Pública a ensejar a ocorrência da prescrição intercorrente, ficando o feito paralisado desde o seu ajuizamento em razão de movimentação processual determinada por esta própria Corte, de modo que não se pode penalizar o exequente por cumprimento de norma do próprio Judiciário.

Aliás, essa Corte vem se posicionando nesse sentido:

Câmara - Única

+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

"APELAÇÃO CÍVEL EM EXECUÇÃO FISCAL - PROCESSO ARQUIVADO PROVISORIAMENTE COM FUNDAMENTO EM PROVIMENTO DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RORAIMA - AUSÊNCIA DE INÉRCIA DO TITULAR DA PRETENSÃO - INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.
1. Este Tribunal de Justiça adotou o entendimento de que o período de arquivamento provisório, decorrente do baixo valor da execução, com fundamento no Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça, não pode ser utilizado para prejudicar a fazenda pública, visto que ela não deu causa à demora do processo.
2. A prescrição pressupõe a inércia do titular da pretensão. Se não houve inércia, não há prescrição.
3. No caso concreto, descontando-se os períodos de arquivamento provisório, não houve prescrição intercorrente."
(TJRR - AC 0010.10.920290-2, Rel. Des. Almiro Padilha, 2.ª Turma Cível, julg. 31.08.2017, DJe 05.09.2017, p. 14)
"APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL EM RAZÃO DO PEQUENO VALOR - DOIS GRUPOS DISTINTOS - 1º GRUPO - ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO COM BASE NO NOVO PROVIMENTO DA CORREGEDORIA (02/2017) - FUNDAMENTADO NA LEI ESTADUAL Nº 1.204/2016 - SUSPENDE O PRAZO PRESCRICIONAL COM BASE NO ENTENDIMENTO DO STJ - RESP 1102554/MG - REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA - JULGADO EM SEDE DE RECURSOS REPETITIVOS - TEMA 100 - 2º GRUPO - ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO POR FORÇA DO PROVIMENTO DA CORREGEDORIA Nº 02/2014 - INEXISTÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA PARA SUSPENDER O PRAZO PRESCRICIONAL - MERO ATO NORMATIVO INTERNO - NÃO PODE SER UTILIZADO PARA PREJUDICAR A FAZENDA PÚBLICA - INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - ENTENDIMENTO FIRMADO NESTE TRIBUNAL - SENTENÇA ANULADA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.
1. As ações de execução fiscais poderão ser suspensas em razão do pequeno valor, fazendo-se necessário distinguir dois grupos existentes.
2. Quando a determinação de arquivamento for com base no novo Provimento 02/2017 da Corregedoria, este terá força para suspender o prazo prescricional, por estar fundamentado na Lei Estadual nº 1.2014/2016, e por estar em concordância com o estabelecido na tese nº 100 do STJ, após o julgamento do REsp 1102554/MG, representativo de controvérsia, em sede de recursos repetitivos.
3. Por outro lado, quando o arquivamento provisório ocorrer por força do Provimento da Corregedoria nº 02/2014, não haverá a suspensão do prazo prescricional, por não ter fundamento em nenhuma lei específica que determine tal suspensão.
4. O caso concreto se amolda ao segundo caso, quando este Tribunal de Justiça definiu seu entendimento de que o período do arquivamento provisório, decorrente do baixo valor da execução, com fundamento no art. 128 do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça (02/2014), não pode ser utilizado para prejudicar a fazenda pública, visto que ela não deu causa à demora do processo.
5. Observando-se as causas de interrupção, suspensão e não-contagem do prazo, não houve prescrição intercorrente no caso concreto.
5. Sentença anulada.
6. Recurso conhecido e provido
(TJRR - AC 0010.08.901342-8, Rel. Des. MOZARILDO CAVALCANTI, 2ª Turma Cível, julg.: 24/11/2017, DJe 28/11/2017, p. 20)
"APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. AFASTADA A OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. ARQUIVAMENTO DOS AUTOS POR FORÇA DE PROVIMENTO DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA. EXECUÇÃO FISCAL, CUJO VALOR NÃO ULTRAPASSAVA 05 (CINCO) UFERR. SITUAÇÃO QUE NÃO DEMONSTRA INÉRCIA DA PARTE EXEQUENTE. TRÂMITE PROCESSUAL SUSPENSO POR MOTIVOS INERENTES A MECANISMOS DA JUSTIÇA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO, PARA DETERMINAR O RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM, PARA REGULAR PROSSEGUIMENTO DO FEITO.
1. É consabido que não pode a parte credora ser penalizada com decreto de prescrição por motivos inerentes ao Poder Judiciário.
2. In casu, descontado do período total de tramitação do feito aquele interregno em que restou paralisado em virtude de mecanismo inerente ao Judiciário, verifico que não transcorreu o prazo prescricional de 05 (cinco) anos" (TJRR - AC 0010.08.901659-5, Rel. Des. Jefferson Fernandes da Silva, Câmara Cível, julg.: 13/10/2016, DJe: 18/10/2016, p. 18)
ISSO POSTO, inexistindo desídia do exequente que justifique o reconhecimento da prescrição, DOU PROVIMENTO ao recurso para anular a sentença monocrática e determinar o regular prosseguimento do feito.
Publique-se.

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

Câmara - Única

Boa Vista (RR), 11 de dezembro de 2017.

Desa. Tânia Vasconcelos
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.10.919054-5 - BOA VISTA/RR
APELANTE: O MUNICIPIO DE BOA VISTA
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: FREDERICO BASTOS LINHARES E OUTROS
APELADO: MADEL COELHO PEREIRA
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Trata-se de Apelação Cível interposta pelo Município de Boa Vista contra sentença proferida pelo Juízo da 2.ª Vara da Fazenda Pública que extinguiu a Execução Fiscal n.º 0919054-32.2010.8.23.0010, com resolução do mérito, reconhecendo a prescrição dos débitos constantes na Certidão da Dívida Ativa.
Afirma o Apelante, em síntese, que a Fazenda Pública não pode ser prejudicada em razão de cumprimento ao art. 128 do provimento CGJ nº 01/2009, que determina a suspensão das execuções fiscais cujo valor seja inferior a 05 UFER.
Aduz, que a execução permaneceu paralisada por força de mecanismo processual e não por desídia do exequente.
Por fim, requer o provimento do recurso, para cassar a sentença combatida e determinar o prosseguimento da presente execução fiscal.
É o breve relato.
Com fulcro no art. 90, V do RITJRR, DECIDO.
O recurso merece provimento.
A sentença vergastada restou assim proferida (EP. 53):
" (...)
Ademais, a jurisprudência pátria, entende que, transcorrido o lapso temporal de 5 (cinco) anos, desde o ajuizamento da execução, qual seja a data 06/12/2010, até a citação válida do devedor, na data 31/01/2017, há de ser reconhecida a prescrição, assim, vejamos:
(...)
Com isso, prescrito o presente débito, verifica-se que a medida que se impõe é a extinção do presente feito, com resolução do mérito, vez que a parte executada não foi citada dentro do prazo de 5 (cinco) anos após o ajuizamento dos presentes autos."
De fato, denota-se dos autos que a presente ação executiva não teve outra movimentação processual que não a determinação de arquivamento do feito em virtude do valor executado ser inferior a 05 (cinco) UFERR, nos termos do art. 128 do Provimento CGJ n.º 01/2009, revogado pelo Provimento CGJ n.º 2/2014.
Observa-se, portanto, que não houve desídia da Fazenda Pública a ensejar a ocorrência da prescrição intercorrente, ficando o feito paralisado desde o seu ajuizamento em razão de movimentação processual determinada por esta própria Corte, de modo que não se pode penalizar o exequente por cumprimento de norma do próprio Judiciário.
Aliás, essa Corte vem se posicionando nesse sentido:
"APELAÇÃO CÍVEL EM EXECUÇÃO FISCAL - PROCESSO ARQUIVADO PROVISORIAMENTE COM FUNDAMENTO EM PROVIMENTO DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RORAIMA - AUSÊNCIA DE INÉRCIA DO TITULAR DA PRETENSÃO - INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.
1. Este Tribunal de Justiça adotou o entendimento de que o período de arquivamento provisório, decorrente do baixo valor da execução, com fundamento no Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça, não pode ser utilizado para prejudicar a fazenda pública, visto que ela não deu causa à demora do processo.
2. A prescrição pressupõe a inércia do titular da pretensão. Se não houve inércia, não há prescrição.
3. No caso concreto, descontando-se os períodos de arquivamento provisório, não houve prescrição intercorrente." (TJRR - AC 0010.10.920290-2, Rel. Des. Almiro Padilha, 2.ª Turma Cível, julg. 31.08.2017, DJe 05.09.2017, p. 14). Grifos acrescidos.
"APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL EM RAZÃO DO PEQUENO VALOR – DOIS GRUPOS DISTINTOS – 1º GRUPO – ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO COM BASE NO NOVO PROVIMENTO DA CORREGEDORIA (02/2017) – FUNDAMENTADO NA LEI ESTADUAL Nº 1.204/2016 – SUSPENDE O PRAZO PRESCRICIONAL COM BASE NO ENTENDIMENTO DO STJ – RESP 1102554/MG – REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA – JULGADO EM SEDE DE

+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

Câmara - Única

RECURSOS REPETITIVOS – TEMA 100 – 2º GRUPO – ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO POR FORÇA DO PROVIMENTO DA CORREGEDORIA Nº 02/2014 – INEXISTÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA PARA SUSPENDER O PRAZO PRESCRICIONAL – MERO ATO NORMATIVO INTERNO – NÃO PODE SER UTILIZADO PARA PREJUDICAR A FAZENDA PÚBLICA – INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE – ENTENDIMENTO FIRMADO NESTE TRIBUNAL – SENTENÇA ANULADA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.
1. As ações de execução fiscais poderão ser suspensas em razão do pequeno valor, fazendo-se necessário distinguir dois grupos existentes.
2. Quando a determinação de arquivamento for com base no novo Provimento 02/2017 da Corregedoria, este terá força para suspender o prazo prescricional, por estar fundamentado na Lei Estadual nº 1.2014/2016, e por estar em concordância com o estabelecido na tese nº 100 do STJ, após o julgamento do REsp 1102554/MG, representativo de controvérsia, em sede de recursos repetitivos.
3. Por outro lado, quando o arquivamento provisório ocorrer por força do Provimento da Corregedoria nº 02/2014, não haverá a suspensão do prazo prescricional, por não ter fundamento em nenhuma lei específica que determine tal suspensão.
4. O caso concreto se amolda ao segundo caso, quando este Tribunal de Justiça definiu seu entendimento de que o período do arquivamento provisório, decorrente do baixo valor da execução, com fundamento no art. 128 do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça (02/2014), não pode ser utilizado para prejudicar a fazenda pública, visto que ela não deu causa à demora do processo.
5. Observando-se as causas de interrupção, suspensão e não-contagem do prazo, não houve prescrição intercorrente no caso concreto.
5. Sentença anulada.
6. Recurso conhecido e provido. (TJRR – AC 0010.08.901342-8, Rel. Des. MOZARILDO CAVALCANTI, 2ª Turma Cível, julg.: 24/11/2017, DJe 28/11/2017, p. 20). Grifos acrescidos.
"APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. AFASTADA A OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. ARQUIVAMENTO DOS AUTOS POR FORÇA DE PROVIMENTO DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA. EXECUÇÃO FISCAL, CUJO VALOR NÃO ULTRAPASSAVA 05 (CINCO) UFERR. SITUAÇÃO QUE NÃO DEMONSTRA INÉRCIA DA PARTE EXEQUENTE. TRÂMITE PROCESSUAL SUSPENSO POR MOTIVOS INERENTES A MECANISMOS DA JUSTIÇA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO, PARA DETERMINAR O RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM, PARA REGULAR PROSSEGUIMENTO DO FEITO.
1. É consabido que não pode a parte credora ser penalizada com decreto de prescrição por motivos inerentes ao Poder Judiciário.
2. In casu, descontado do período total de tramitação do feito aquele interregno em que restou paralisado em virtude de mecanismo inerente ao Judiciário, verifico que não transcorreu o prazo prescricional de 05 (cinco) anos" (TJRR - AC 0010.08.901659-5, Rel. Des. Jefferson Fernandes da Silva, Câmara Cível, julg.: 13/10/2016, DJe: 18/10/2016, p. 18). Grifos acrescidos.
ISSO POSTO, inexistindo desídia do exequente que justifique o reconhecimento da prescrição, DOU PROVIMENTO ao recurso para anular a sentença monocrática e determinar o regular prosseguimento do feito.
Publique-se.
Boa Vista (RR), 11 de dezembro de 2017.

Desª. Tânia Vasconcelos
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.10.918894-5 - BOA VISTA/RR
APELANTE: O MUNICIPIO DE BOA VISTA
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: FREDERICO BASTOS LINHARES E OUTROS
APELADO: ALIETE QUADROS PERES
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Trata-se de Apelação Cível interposta pelo Município de Boa Vista contra sentença proferida pelo Juízo da 2.ª Vara da Fazenda Pública que extinguiu a Execução Fiscal n.º 0918894-07.2010.8.23.0010, com resolução do mérito, reconhecendo a prescrição dos débitos constantes na Certidão da Dívida Ativa nº 2010012536.

+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

Afirma o apelante, em síntese, que a Fazenda Pública não pode ser prejudicada em razão de cumprimento ao art. 128 do provimento CGJ n.º 01/2009, que determina a suspensão das execuções fiscais cujo valor seja inferior a 05 UFER.

Aduz, que a execução permaneceu paralisada por força de mecanismo processual e não por desídia do exequente.

Por fim, requer o provimento do recurso, para cassar a sentença combatida e determinar o prosseguimento da presente execução fiscal.

É o breve relato.

Com fulcro no art. 90, V do RITJRR, DECIDO.

O recurso merece provimento.

A sentença vergastada restou assim proferida (EP. 72):

" (...)

Ademais, a jurisprudência pátria, entende que, transcorrido o lapso temporal de 5 (cinco) anos, desde o ajuizamento da execução, qual seja a data 18/12/2010, até a citação válida do devedor, na data 16/01/2017, há de ser reconhecida a prescrição, assim, vejamos:

(...)

Com isso, prescrito o presente débito, verifica-se que a medida que se impõe é a extinção do presente feito, com resolução do mérito, vez que a parte executada não foi citada dentro do prazo de 5 (cinco) anos após o ajuizamento dos presentes autos."

De fato, denota-se dos autos que a presente ação executiva não teve outra movimentação processual que não a determinação de arquivamento do feito em virtude do valor executado ser inferior a 05 (cinco) UFERR, nos termos do art. 128 do Provimento CGJ n.º 01/2009, revogado pelo Provimento CGJ n.º 2/2014.

Observa-se, portanto, que não houve desídia da Fazenda Pública a ensejar a ocorrência da prescrição intercorrente, ficando o feito paralisado desde o seu ajuizamento em razão de movimentação processual determinada por esta própria Corte, de modo que não se pode penalizar o exequente por cumprimento de norma do próprio Judiciário.

Aliás, essa Corte vem se posicionando nesse sentido:

"APELAÇÃO CÍVEL EM EXECUÇÃO FISCAL - PROCESSO ARQUIVADO PROVISORIAMENTE COM FUNDAMENTO EM PROVIMENTO DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RORAIMA - AUSÊNCIA DE INÉRCIA DO TITULAR DA PRETENSÃO - INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

1. Este Tribunal de Justiça adotou o entendimento de que o período de arquivamento provisório, decorrente do baixo valor da execução, com fundamento no Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça, não pode ser utilizado para prejudicar a fazenda pública, visto que ela não deu causa à demora do processo.

2. A prescrição pressupõe a inércia do titular da pretensão. Se não houve inércia, não há prescrição.

3. No caso concreto, descontando-se os períodos de arquivamento provisório, não houve prescrição intercorrente."

(TJRR - AC 0010.10.920290-2, Rel. Des. Almiro Padilha, 2.ª Turma Cível, julg. 31.08.2017, DJe 05.09.2017, p. 14)

"APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL EM RAZÃO DO PEQUENO VALOR – DOIS GRUPOS DISTINTOS – 1º GRUPO – ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO COM BASE NO NOVO PROVIMENTO DA CORREGEDORIA (02/2017) – FUNDAMENTADO NA LEI ESTADUAL Nº 1.204/2016 – SUSPENDE O PRAZO PRESCRICIONAL COM BASE NO ENTENDIMENTO DO STJ – RESP 1102554/MG – REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA – JULGADO EM SEDE DE RECURSOS REPETITIVOS – TEMA 100 – 2º GRUPO – ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO POR FORÇA DO PROVIMENTO DA CORREGEDORIA Nº 02/2014 – INEXISTÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA PARA SUSPENDER O PRAZO PRESCRICIONAL – MERO ATO NORMATIVO INTERNO – NÃO PODE SER UTILIZADO PARA PREJUDICAR A FAZENDA PÚBLICA – INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE – ENTENDIMENTO FIRMADO NESTE TRIBUNAL – SENTENÇA ANULADA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

1. As ações de execução fiscais poderão ser suspensas em razão do pequeno valor, fazendo-se necessário distinguir dois grupos existentes.

2. Quando a determinação de arquivamento for com base no novo Provimento 02/2017 da Corregedoria, este terá força para suspender o prazo prescricional, por estar fundamentado na Lei Estadual nº 1.2014/2016, e por estar em concordância com o estabelecido na tese nº 100 do STJ, após o julgamento do REsp 1102554/MG, representativo de controvérsia, em sede de recursos repetitivos.

3. Por outro lado, quando o arquivamento provisório ocorrer por força do Provimento da Corregedoria nº 02/2014, não haverá a suspensão do prazo prescricional, por não ter fundamento em nenhuma lei específica que determine tal suspensão.

Câmara - Única

+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

4. O caso concreto se amolda ao segundo caso, quando este Tribunal de Justiça definiu seu entendimento de que o período do arquivamento provisório, decorrente do baixo valor da execução, com fundamento no art. 128 do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça (02/2014), não pode ser utilizado para prejudicar a fazenda pública, visto que ela não deu causa à demora do processo.
5. Observando-se as causas de interrupção, suspensão e não-contagem do prazo, não houve prescrição intercorrente no caso concreto.
5. Sentença anulada.
6. Recurso conhecido e provido
(TJRR – AC 0010.08.901342-8, Rel. Des. MOZARILDO CAVALCANTI, 2ª Turma Cível, julg.: 24/11/2017, DJe 28/11/2017, p. 20)
"APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. AFASTADA A OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. ARQUIVAMENTO DOS AUTOS POR FORÇA DE PROVIMENTO DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA. EXECUÇÃO FISCAL, CUJO VALOR NÃO ULTRAPASSAVA 05 (CINCO) UFERR. SITUAÇÃO QUE NÃO DEMONSTRA INÉRCIA DA PARTE EXEQUENTE. TRÂMITE PROCESSUAL SUSPENSO POR MOTIVOS INERENTES A MECANISMOS DA JUSTIÇA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO, PARA DETERMINAR O RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM, PARA REGULAR PROSSEGUIMENTO DO FEITO.
1. É consabido que não pode a parte credora ser penalizada com decreto de prescrição por motivos inerentes ao Poder Judiciário.
2. In casu, descontado do período total de tramitação do feito aquele interregno em que restou paralisado em virtude de mecanismo inerente ao Judiciário, verifico que não transcorreu o prazo prescricional de 05 (cinco) anos" (TJRR - AC 0010.08.901659-5, Rel. Des. Jefferson Fernandes da Silva, Câmara Cível, julg.: 13/10/2016, DJe: 18/10/2016, p. 18)
ISSO POSTO, inexistindo desídia do exequente que justifique o reconhecimento da prescrição, DOU PROVIMENTO ao recurso para anular a sentença monocrática e determinar o regular prosseguimento do feito.
Boa Vista, 11 de dezembro de 2017.

Desa. TÂNIA VASCONCELOS
- Relatora –

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.10.919324-2 - BOA VISTA/RR
APELANTE: O MUNICIPIO DE BOA VISTA
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: FREDERICO BASTOS LINHARES E OUTROS
APELADO: JOAO FREITAS DOS SANTOS
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Trata-se de Apelação Cível interposta pelo Município de Boa Vista contra sentença proferida pelo Juízo da 2.ª Vara da Fazenda Pública que extinguiu a Execução Fiscal n.º 0919324-56.2010.8.23.0010, com resolução do mérito, reconhecendo a prescrição dos débitos constantes nas Certidões da Dívida Ativa nº 2010052642 e 2010031248.
Afirma o apelante, em síntese, que a Fazenda Pública não pode ser prejudicada em razão de cumprimento ao art. 128 do provimento CGJ n.º 01/2009, que determina a suspensão das execuções fiscais cujo valor seja inferior a 05 UFER.
Aduz, que a execução permaneceu paralisada por força de mecanismo processual e não por desídia do exequente.
Por fim, requer o provimento do recurso, para cassar a sentença combatida e determinar o prosseguimento da presente execução fiscal.
É o breve relato.
Com fulcro no art. 90, V do RITJRR, DECIDO.
O recurso merece provimento.
A sentença vergastada restou assim proferida (EP. 94):
" (...)
Ademais, a jurisprudência pátria, entende que, transcorrido o lapso temporal de 5 (cinco) anos, desde o ajuizamento da execução, qual seja a data 23/11/2008, até a citação válida do devedor, na data 16/01/2017, há de ser reconhecida a prescrição, assim, vejamos:
(...)

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

Com isso, prescrito o presente débito, verifica-se que a medida que se impõe é a extinção do presente feito, com resolução do mérito, vez que a parte executada não foi citada dentro do prazo de 5 (cinco) anos após o ajuizamento dos presentes autos."

De fato, denota-se dos autos que a presente ação executiva não teve outra movimentação processual que não a determinação de arquivamento do feito em virtude do valor executado ser inferior a 05 (cinco) UFERR, nos termos do art. 128 do Provimento CGJ n.º 01/2009, revogado pelo Provimento CGJ n.º 2/2014.

Observa-se, portanto, que não houve desídia da Fazenda Pública a ensejar a ocorrência da prescrição intercorrente, ficando o feito paralisado desde o seu ajuizamento em razão de movimentação processual determinada por esta própria Corte, de modo que não se pode penalizar o exequente por cumprimento de norma do próprio Judiciário.

Aliás, essa Corte vem se posicionando nesse sentido:

"APELAÇÃO CÍVEL EM EXECUÇÃO FISCAL - PROCESSO ARQUIVADO PROVISORIAMENTE COM FUNDAMENTO EM PROVIMENTO DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RORAIMA - AUSÊNCIA DE INÉRCIA DO TITULAR DA PRETENSÃO - INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

1. Este Tribunal de Justiça adotou o entendimento de que o período de arquivamento provisório, decorrente do baixo valor da execução, com fundamento no Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça, não pode ser utilizado para prejudicar a fazenda pública, visto que ela não deu causa à demora do processo.

2. A prescrição pressupõe a inércia do titular da pretensão. Se não houve inércia, não há prescrição.

3. No caso concreto, descontando-se os períodos de arquivamento provisório, não houve prescrição intercorrente."

(TJRR - AC 0010.10.920290-2, Rel. Des. Almiro Padilha, 2.ª Turma Cível, julg. 31.08.2017, DJe 05.09.2017, p. 14)

"APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL EM RAZÃO DO PEQUENO VALOR – DOIS GRUPOS DISTINTOS – 1º GRUPO – ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO COM BASE NO NOVO PROVIMENTO DA CORREGEDORIA (02/2017) – FUNDAMENTADO NA LEI ESTADUAL Nº 1.204/2016 – SUSPENDE O PRAZO PRESCRICIONAL COM BASE NO ENTENDIMENTO DO STJ – RESP 1102554/MG – REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA – JULGADO EM SEDE DE RECURSOS REPETITIVOS – TEMA 100 – 2º GRUPO – ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO POR FORÇA DO PROVIMENTO DA CORREGEDORIA Nº 02/2014 – INEXISTÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA PARA SUSPENDER O PRAZO PRESCRICIONAL – MERO ATO NORMATIVO INTERNO – NÃO PODE SER UTILIZADO PARA PREJUDICAR A FAZENDA PÚBLICA – INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE – ENTENDIMENTO FIRMADO NESTE TRIBUNAL – SENTENÇA ANULADA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

1. As ações de execução fiscais poderão ser suspensas em razão do pequeno valor, fazendo-se necessário distinguir dois grupos existentes.

2. Quando a determinação de arquivamento for com base no novo Provimento 02/2017 da Corregedoria, este terá força para suspender o prazo prescricional, por estar fundamentado na Lei Estadual nº 1.2014/2016, e por estar em concordância com o estabelecido na tese nº 100 do STJ, após o julgamento do REsp 1102554/MG, representativo de controvérsia, em sede de recursos repetitivos.

3. Por outro lado, quando o arquivamento provisório ocorrer por força do Provimento da Corregedoria nº 02/2014, não haverá a suspensão do prazo prescricional, por não ter fundamento em nenhuma lei específica que determine tal suspensão.

4. O caso concreto se amolda ao segundo caso, quando este Tribunal de Justiça definiu seu entendimento de que o período do arquivamento provisório, decorrente do baixo valor da execução, com fundamento no art. 128 do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça (02/2014), não pode ser utilizado para prejudicar a fazenda pública, visto que ela não deu causa à demora do processo.

5. Observando-se as causas de interrupção, suspensão e não-contagem do prazo, não houve prescrição intercorrente no caso concreto.

5. Sentença anulada.

6. Recurso conhecido e provido

(TJRR – AC 0010.08.901342-8, Rel. Des. MOZARILDO CAVALCANTI, 2ª Turma Cível, julg.: 24/11/2017, DJe 28/11/2017, p. 20)

"APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. AFASTADA A OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. ARQUIVAMENTO DOS AUTOS POR FORÇA DE PROVIMENTO DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA. EXECUÇÃO FISCAL, CUJO VALOR NÃO ULTRAPASSAVA 05 (CINCO) UFERR. SITUAÇÃO QUE NÃO DEMONSTRA INÉRCIA DA PARTE EXEQUENTE. TRÂMITE PROCESSUAL SUSPENSO POR MOTIVOS INERENTES A MECANISMOS DA JUSTIÇA. RECURSO

Câmara - Única

+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

CONHECIDO E PROVIDO, PARA DETERMINAR O RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM, PARA REGULAR PROSSEGUIMENTO DO FEITO.
1. É consabido que não pode a parte credora ser penalizada com decreto de prescrição por motivos inerentes ao Poder Judiciário.
2. In casu, descontado do período total de tramitação do feito aquele interregno em que restou paralisado em virtude de mecanismo inerente ao Judiciário, verifico que não transcorreu o prazo prescricional de 05 (cinco) anos" (TJRR - AC 0010.08.901659-5, Rel. Des. Jefferson Fernandes da Silva, Câmara Cível, julg.: 13/10/2016, DJe: 18/10/2016, p. 18)
ISSO POSTO, inexistindo desídia do exequente que justifique o reconhecimento da prescrição, DOU PROVIMENTO ao recurso para anular a sentença monocrática e determinar o regular prosseguimento do feito.
Boa Vista, 11 de dezembro de 2017.

Desa. TÂNIA VASCONCELOS
- Relatora -

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.10.917150-3 - BOA VISTA/RR
APELANTE: O MUNICIPIO DE BOA VISTA
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: FREDERICO BASTOS LINHARES E OUTROS
APELADO: MARIA IVANI LIMA DE LIMA
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Trata-se de Apelação Cível interposta pelo Município de Boa Vista contra sentença proferida pelo Juízo da 2.ª Vara da Fazenda Pública que extinguiu a Execução Fiscal n.º 0917150-74.2010.8.23.0010, com resolução do mérito, reconhecendo a prescrição dos débitos constantes na Certidão da Dívida Ativa nº 2010007614.
Afirma o apelante, em síntese, que a Fazenda Pública não pode ser prejudicada em razão de cumprimento ao art. 128 do provimento CGJ n.º 01/2009, que determina a suspensão das execuções fiscais cujo valor seja inferior a 05 UFER.
Aduz, que a execução permaneceu paralisada por força de mecanismo processual e não por desídia do exequente.
Por fim, requer o provimento do recurso, para cassar a sentença combatida e determinar o prosseguimento da presente execução fiscal.
É o breve relato.
Com fulcro no art. 90, V do RITJRR, DECIDO.
O recurso merece provimento.
A sentença vergastada restou assim proferida (EP. 62):
" (...)
Ademais, a jurisprudência pátria, entende que, transcorrido o lapso temporal de 5 (cinco) anos, desde o ajuizamento da execução, qual seja a data 25/10/2008, até a citação válida do devedor, na data 08/02/2017, há de ser reconhecida a prescrição, assim, vejamos:
(...)
Com isso, prescrito o presente débito, verifica-se que a medida que se impõe é a extinção do presente feito, com resolução do mérito, vez que a parte executada não foi citada dentro do prazo de 5 (cinco) anos após o ajuizamento dos presentes autos."
De fato, denota-se dos autos que a presente ação executiva não teve outra movimentação processual que não a determinação de arquivamento do feito em virtude do valor executado ser inferior a 05 (cinco) UFERR, nos termos do art. 128 do Provimento CGJ n.º 01/2009, revogado pelo Provimento CGJ n.º 2/2014.
Observa-se, portanto, que não houve desídia da Fazenda Pública a ensejar a ocorrência da prescrição intercorrente, ficando o feito paralisado desde o seu ajuizamento em razão de movimentação processual determinada por esta própria Corte, de modo que não se pode penalizar o exequente por cumprimento de norma do próprio Judiciário.
Aliás, essa Corte vem se posicionando nesse sentido:
"APELAÇÃO CÍVEL EM EXECUÇÃO FISCAL - PROCESSO ARQUIVADO PROVISORIAMENTE COM FUNDAMENTO EM PROVIMENTO DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RORAIMA - AUSÊNCIA DE INÉRCIA DO TITULAR DA PRETENSÃO - INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=
SICOJURR - 00059811

1. Este Tribunal de Justiça adotou o entendimento de que o período de arquivamento provisório, decorrente do baixo valor da execução, com fundamento no Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça, não pode ser utilizado para prejudicar a fazenda pública, visto que ela não deu causa à demora do processo.
2. A prescrição pressupõe a inércia do titular da pretensão. Se não houve inércia, não há prescrição.
3. No caso concreto, descontando-se os períodos de arquivamento provisório, não houve prescrição intercorrente."
(TJRR - AC 0010.10.920290-2, Rel. Des. Almiro Padilha, 2.ª Turma Cível, julg. 31.08.2017, DJe 05.09.2017, p. 14)
"APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL EM RAZÃO DO PEQUENO VALOR – DOIS GRUPOS DISTINTOS – 1º GRUPO – ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO COM BASE NO NOVO PROVIMENTO DA CORREGEDORIA (02/2017) – FUNDAMENTADO NA LEI ESTADUAL Nº 1.204/2016 – SUSPENDE O PRAZO PRESCRICIONAL COM BASE NO ENTENDIMENTO DO STJ – RESP 1102554/MG – REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA – JULGADO EM SEDE DE RECURSOS REPETITIVOS – TEMA 100 – 2º GRUPO – ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO POR FORÇA DO PROVIMENTO DA CORREGEDORIA Nº 02/2014 – INEXISTÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA PARA SUSPENDER O PRAZO PRESCRICIONAL – MERO ATO NORMATIVO INTERNO – NÃO PODE SER UTILIZADO PARA PREJUDICAR A FAZENDA PÚBLICA – INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE – ENTENDIMENTO FIRMADO NESTE TRIBUNAL – SENTENÇA ANULADA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.
1. As ações de execução fiscais poderão ser suspensas em razão do pequeno valor, fazendo-se necessário distinguir dois grupos existentes.
2. Quando a determinação de arquivamento for com base no novo Provimento 02/2017 da Corregedoria, este terá força para suspender o prazo prescricional, por estar fundamentado na Lei Estadual nº 1.2014/2016, e por estar em concordância com o estabelecido na tese nº 100 do STJ, após o julgamento do REsp 1102554/MG, representativo de controvérsia, em sede de recursos repetitivos.
3. Por outro lado, quando o arquivamento provisório ocorrer por força do Provimento da Corregedoria nº 02/2014, não haverá a suspensão do prazo prescricional, por não ter fundamento em nenhuma lei específica que determine tal suspensão.
4. O caso concreto se amolda ao segundo caso, quando este Tribunal de Justiça definiu seu entendimento de que o período do arquivamento provisório, decorrente do baixo valor da execução, com fundamento no art. 128 do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça (02/2014), não pode ser utilizado para prejudicar a fazenda pública, visto que ela não deu causa à demora do processo.
5. Observando-se as causas de interrupção, suspensão e não-contagem do prazo, não houve prescrição intercorrente no caso concreto.
5. Sentença anulada.
6. Recurso conhecido e provido
(TJRR – AC 0010.08.901342-8, Rel. Des. MOZARILDO CAVALCANTI, 2ª Turma Cível, julg.: 24/11/2017, DJe 28/11/2017, p. 20)
"APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. AFASTADA A OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. ARQUIVAMENTO DOS AUTOS POR FORÇA DE PROVIMENTO DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA. EXECUÇÃO FISCAL, CUJO VALOR NÃO ULTRAPASSAVA 05 (CINCO) UFERR. SITUAÇÃO QUE NÃO DEMONSTRA INÉRCIA DA PARTE EXEQUENTE. TRÂMITE PROCESSUAL SUSPENSO POR MOTIVOS INERENTES A MECANISMOS DA JUSTIÇA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO, PARA DETERMINAR O RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM, PARA REGULAR PROSSEGUIMENTO DO FEITO.
1. É consabido que não pode a parte credora ser penalizada com decreto de prescrição por motivos inerentes ao Poder Judiciário.
2. In casu, descontado do período total de tramitação do feito aquele interregno em que restou paralisado em virtude de mecanismo inerente ao Judiciário, verifico que não transcorreu o prazo prescricional de 05 (cinco) anos" (TJRR - AC 0010.08.901659-5, Rel. Des. Jefferson Fernandes da Silva, Câmara Cível, julg.: 13/10/2016, DJe: 18/10/2016, p. 18)
ISSO POSTO, inexistindo desídia do exequente que justifique o reconhecimento da prescrição, DOU PROVIMENTO ao recurso para anular a sentença monocrática e determinar o regular prosseguimento do feito.
Boa Vista, 11 de dezembro de 2017.

Desa. TÂNIA VASCONCELOS
- Relatora -

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

Câmara - Única

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.10.912160-7 - BOA VISTA/RR
APELANTE: O MUNICIPIO DE BOA VISTA
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: FREDERICO BASTOS LINHARES E OUTROS
APELADO: JOAO BATISTA BORGES
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Trata-se de Apelação Cível interposta pelo Município de Boa Vista contra sentença proferida pelo Juízo da 2.ª Vara da Fazenda Pública que extinguiu a Execução Fiscal n.º 0912160-40.2010.8.23.0010, com resolução do mérito, reconhecendo a prescrição dos débitos constantes na Certidão da Dívida Ativa nº 2010005646.
Afirma o apelante, em síntese, que a Fazenda Pública não pode ser prejudicada em razão de cumprimento ao art. 128 do provimento CGJ n.º 01/2009, que determina a suspensão das execuções fiscais cujo valor seja inferior a 05 UFER.
Aduz, que a execução permaneceu paralisada por força de mecanismo processual e não por desídia do exequente.
Por fim, requer o provimento do recurso, para cassar a sentença combatida e determinar o prosseguimento da presente execução fiscal.
É o breve relato.
Com fulcro no art. 90, V do RITJRR, DECIDO.
O recurso merece provimento.
A sentença vergastada restou assim proferida (EP. 74):
" (...)
Ademais, a jurisprudência pátria, entende que, transcorrido o lapso temporal de 5 (cinco) anos, desde o ajuizamento da execução, qual seja a data 13/08/2010, até a citação válida do devedor, na data 17/01/2017, há de ser reconhecida a prescrição, assim, vejamos:
(...)
Com isso, prescrito o presente débito, verifica-se que a medida que se impõe é a extinção do presente feito, com resolução do mérito, vez que a parte executada não foi citada dentro do prazo de 5 (cinco) anos após o ajuizamento dos presentes autos."
De fato, denota-se dos autos que a presente ação executiva não teve outra movimentação processual que não a determinação de arquivamento do feito em virtude do valor executado ser inferior a 05 (cinco) UFERR, nos termos do art. 128 do Provimento CGJ n.º 01/2009, revogado pelo Provimento CGJ n.º 2/2014.
Observa-se, portanto, que não houve desídia da Fazenda Pública a ensejar a ocorrência da prescrição intercorrente, ficando o feito paralisado desde o seu ajuizamento em razão de movimentação processual determinada por esta própria Corte, de modo que não se pode penalizar o exequente por cumprimento de norma do próprio Judiciário.
Aliás, essa Corte vem se posicionando nesse sentido:
"APELAÇÃO CÍVEL EM EXECUÇÃO FISCAL - PROCESSO ARQUIVADO PROVISORIAMENTE COM FUNDAMENTO EM PROVIMENTO DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RORAIMA - AUSÊNCIA DE INÉRCIA DO TITULAR DA PRETENSÃO - INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.
1. Este Tribunal de Justiça adotou o entendimento de que o período de arquivamento provisório, decorrente do baixo valor da execução, com fundamento no Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça, não pode ser utilizado para prejudicar a fazenda pública, visto que ela não deu causa à demora do processo.
2. A prescrição pressupõe a inércia do titular da pretensão. Se não houve inércia, não há prescrição.
3. No caso concreto, descontando-se os períodos de arquivamento provisório, não houve prescrição intercorrente."
(TJRR - AC 0010.10.920290-2, Rel. Des. Almiro Padilha, 2.ª Turma Cível, julg. 31.08.2017, DJe 05.09.2017, p. 14)
"APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL EM RAZÃO DO PEQUENO VALOR - DOIS GRUPOS DISTINTOS - 1º GRUPO - ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO COM BASE NO NOVO PROVIMENTO DA CORREGEDORIA (02/2017) - FUNDAMENTADO NA LEI ESTADUAL Nº 1.204/2016 - SUSPENDE O PRAZO PRESCRICIONAL COM BASE NO ENTENDIMENTO DO STJ - RESP 1102554/MG - REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA - JULGADO EM SEDE DE RECURSOS REPETITIVOS - TEMA 100 - 2º GRUPO - ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO POR FORÇA DO PROVIMENTO DA CORREGEDORIA Nº 02/2014 - INEXISTÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA PARA SUSPENDER O PRAZO PRESCRICIONAL - MERO ATO NORMATIVO INTERNO - NÃO PODE SER

+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

UTILIZADO PARA PREJUDICAR A FAZENDA PÚBLICA - INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - ENTENDIMENTO FIRMADO NESTE TRIBUNAL - SENTENÇA ANULADA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.
1. As ações de execução fiscais poderão ser suspensas em razão do pequeno valor, fazendo-se necessário distinguir dois grupos existentes.
2. Quando a determinação de arquivamento for com base no novo Provimento 02/2017 da Corregedoria, este terá força para suspender o prazo prescricional, por estar fundamentado na Lei Estadual nº 1.2014/2016, e por estar em concordância com o estabelecido na tese nº 100 do STJ, após o julgamento do REsp 1102554/MG, representativo de controvérsia, em sede de recursos repetitivos.
3. Por outro lado, quando o arquivamento provisório ocorrer por força do Provimento da Corregedoria nº 02/2014, não haverá a suspensão do prazo prescricional, por não ter fundamento em nenhuma lei específica que determine tal suspensão.
4. O caso concreto se amolda ao segundo caso, quando este Tribunal de Justiça definiu seu entendimento de que o período do arquivamento provisório, decorrente do baixo valor da execução, com fundamento no art. 128 do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça (02/2014), não pode ser utilizado para prejudicar a fazenda pública, visto que ela não deu causa à demora do processo.
5. Observando-se as causas de interrupção, suspensão e não-contagem do prazo, não houve prescrição intercorrente no caso concreto.
5. Sentença anulada.
6. Recurso conhecido e provido
(TJRR - AC 0010.08.901342-8, Rel. Des. MOZARILDO CAVALCANTI, 2ª Turma Cível, julg.: 24/11/2017, DJe 28/11/2017, p. 20)
"APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. AFASTADA A OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. ARQUIVAMENTO DOS AUTOS POR FORÇA DE PROVIMENTO DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA. EXECUÇÃO FISCAL, CUJO VALOR NÃO ULTRAPASSAVA 05 (CINCO) UFERR. SITUAÇÃO QUE NÃO DEMONSTRA INÉRCIA DA PARTE EXEQUENTE. TRÂMITE PROCESSUAL SUSPENSO POR MOTIVOS INERENTES A MECANISMOS DA JUSTIÇA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO, PARA DETERMINAR O RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM, PARA REGULAR PROSSEGUIMENTO DO FEITO.
1. É consabido que não pode a parte credora ser penalizada com decreto de prescrição por motivos inerentes ao Poder Judiciário.
2. In casu, descontado do período total de tramitação do feito aquele interregno em que restou paralisado em virtude de mecanismo inerente ao Judiciário, verifico que não transcorreu o prazo prescricional de 05 (cinco) anos" (TJRR - AC 0010.08.901659-5, Rel. Des. Jefferson Fernandes da Silva, Câmara Cível, julg.: 13/10/2016, DJe: 18/10/2016, p. 18)
ISSO POSTO, inexistindo desídia do exequente que justifique o reconhecimento da prescrição, DOU PROVIMENTO ao recurso para anular a sentença monocrática e determinar o regular prosseguimento do feito.
Publique-se.
Boa Vista (RR), 11 de dezembro de 2017.

Desa. Tânia Vasconcelos
Relatora

AGRAVO INTERNO Nº 0000.17.002478-0 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: REAL SEGUROS S.A
ADVOGADO: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO – OAB/RJ N. 134.307
AGRAVADO: DANIEL DA SILVA VIANA
ADVOGADA: ROSIANE MARIA OLIVEIRA GOMES – OAB/RR N. 1358
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto contra decisão desta relatoria que deu provimento ao apelo, condenando a agravante ao pagamento de R$ 4.320,50 (quatro mil trezentos e vinte reais e cinquenta centavos), ante o grau das lesões constantes no laudo médico oficial.
Para tanto, às fls. 02/04, aduz a agravante que o cálculo condenatório está errado, haja vista que o montante indenizatório não condiz com o soma dos danos individualizados.
Ademais, informa que houve omissão em relação à atualização monetária e o cômputo dos juros.

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

Câmara - Única

Nesse sentido, requer que o presente Juízo se retratate ou submeta o recurso ao julgamento pelo órgão colegiado.
Sem contrarrazões (fl. 09).
É o breve relato.
Consoante dispõe o parágrafo 2º do art. 1.021, do CPC/15, conheço o agravo interno e passo ao juízo de retratação.
Da análise dos autos, observa-se que, de fato, o cálculo condenatório apresenta erro de soma. Assim, retifico a r. decisum para que essa passe a constar a condenação no valor de R$ 1.282,50 (um mil duzentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos), a qual resulta da adição entre as indenizações relativas às lesões na mão esquerda (R$ 945,00) e no tornozelo esquerdo da vítima (R$ 337,50).
No mais, considerando que também restaram ausentes a porcentagem dos honorários advocatícios, o índice de correção monetária e a data inicial de sua contagem, assim como o dia de início dos juros moratórios, passo ao saneamento de tais omissões.
Em relação ao índice aplicável à correção monetária, aplico tabela de atualização do TJ/RR, a qual prevê o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) .
Por seguinte, em relação à data inicial da correção monetária, resta pacificado que sua contagem incidirá desde a data do evento danoso, conforme dispôs o REsp 1.483.620-SC, de relatoria do Min. Paulo de Tarso Sanseverino, julgado em 27/05/2015 (recurso repetitivo) e a Súmula 580-STJ.
Os juros de mora, por sua vez, devem ser de 1% ao mês, computados da data da citação, em atenção a Súmula 426 do STJ.
Já a porcentagem relativa aos honorários advocatícios, arbitro em 12% (doze por cento) sobre o valor da condenação.
Isso posto, exerço o Juízo de retratação segundo o parágrafo 2º do art. 1.021, do CPC/15, saneando os erros materiais da r. decisum na forma supracitada.
Publique-se e intimem-se.
Boa Vista, 11 de dezembro de 2017.

Desa. Tânia Vasconcelos Dias
Relatora

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 0000.17.002898-9 - BOA VISTA/RR
SUSCITANTE: CLEBER RENATO WOLLMANN
ADVOGADO: VINÍCIUS GUARESCHI – OAB/RR N. 994 E OUTRO
SUSCITADOS: JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA E 1.ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA
RELATOR: DES. CRISTOVÃO SUTER

DECISÃO

I - Tratam os autos de Conflito Negativo de Competência, apresentado por Cleber Renato Wollmann, em face do Juizado Especial da Fazenda Pública e 1.ª Vara de Fazenda Pública.
Sustentando a necessidade de definição do juízo competente para julgamento da demanda, argumenta o suscitante que ajuizou ação anulatória de ato jurídico perante a 1.ª Vara de Fazenda Pública, que teve sua competência declinada para o Juizado Especial da Fazenda Pública, ocasião em que o magistrado extinguiu o feito sem resolução do mérito, nos termos do art. 2º, § 1º, II, da Lei n.º 12.153/09 c/c art. 51, II, da Lei n.º 9.099/95.
É o breve relato.
Passo a decidir.
II - O recurso não comporta conhecimento.
Consoante se asseverou, pretende o suscitante, via conflito de competência, a desconstituição de sentença.
Em respeito ao Princípio da Unirrecorribilidade Recursal, tem-se como impossível o manejo de conflito de competência em situações desse jaez, face à existência do recurso próprio.
Nessa direção a inequívoca jurisprudência deste Tribunal:
"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA SUSCITADO PELA PARTE - PROCESSOS SENTENCIADOS - NATUREZA INCIDENTAL DO CONFLITO - AFASTADO O CABIMENTO - CONFLITO NÃO CONHECIDO. Finda a relação jurídica processual, que extingue o processo em razão da incompetência, não há que se falar em ajuizamento de conflito de competência, em razão da sua natureza incidental." (TJRR, CC 0000.15.001803-4, Câmara Única, Rel. Des. Ricardo Oliveira - p.: 25/09/2015)

+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

Por corolário, não se cogita da pretendida declaração ex officio de competência, tradução natural da máxima ne procedat judex ex officio.
III - Posto isto, nos termos do art. 932, III, do Código de Processo Civil, não conheço do inconformismo.
Boa Vista, 12/12/17

Desembargador Cristóvão Suter

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.17.002887-2 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: CEFASPAR COMERCIO DE PEDRAS E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA
ADVOGADO: LUIS GUSTAVO D'AGOSTINI BUENO – OAB/RR N. 376-A
AGRAVADO: MARIA INEZ SOUZA DA SILVA E OUTROS
ADVOGADA: CASSIA GISELE GÓIS – OAB/RR N. 556-A
RELATOR: DES. MOZARILDO CAVALCANTI

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto em face da decisão proferida no processo n° 0908994-63.2011.8.23.0010, a qual revogou decisão anterior e determinou a transferência do valor bloqueado nos autos para conta judicial vinculada à reclamação trabalhista em trâmite na 3ª Vara da Justiça do Trabalho.
Em síntese, o agravante afirma que este Tribunal já se manifestou diversas vezes no sentido de que as questões envolvendo contratos de cessão de créditos trabalhistas são de competência da justiça comum, e que a sentença que extinguiu a cautelar reconheceu a validade dos contratos de cessão de crédito celebrados entre as partes.
Sustenta que não há qualquer ato a ser praticado pela Justiça do Trabalho, posto que o precatório já foi pago.
Ao final, requer a concessão de efeito suspensivo e, no mérito, a reforma da decisão.
De acordo com o art. 932, III, do CPC, compete ao relator não conhecer de recurso inadmissível:
Art. 932. Incumbe ao relator:
III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida;
O Regimento Interno do Tribunal de Justiça estabelece o seguinte:
Art. 90. São atribuições do relator nos feitos cíveis:
IV – não conhecer, negar ou dar provimento a recurso, nos termos dos art. 932, incisos III a V, do Código de Processo Civil;
No presente caso, observo que o recurso é inadmissível, razão pela qual decido monocraticamente.
O CPC estabelece:
Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre:
I - tutelas provisórias;
II - mérito do processo;
III - rejeição da alegação de convenção de arbitragem;
IV - incidente de desconsideração da personalidade jurídica;
V - rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação;
VI - exibição ou posse de documento ou coisa;
VII - exclusão de litisconsorte;
VIII - rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio;
IX - admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros;
X - concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução;
XI - redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1 <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm#art373§1><http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm#art373§1>;
XII – (VETADO);
XIII - outros casos expressamente referidos em lei.
Parágrafo único. Também caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário.
O rol estabelecido pelo CPC é taxativo, devendo ser interpretado de maneira restrita.
A decisão agravada contempla hipótese não prevista no art. 1.015 do CPC.

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

A ação cautelar foi extinta sem resolução do mérito, em razão de perda superveniente do objeto, tendo a sentença transitado em julgado. Portanto, o cumprimento de sentença fica restrito à condenação em honorários de sucumbência.
No EP 334, a parte agravante deu início ao cumprimento de sentença, requerendo a liberação dos valores bloqueados nos autos e a intimação dos requeridos, nos termos do art. 513, § 2º, do CPC.
A decisão agravada revogou decisão anterior, que tinha deferido a expedição do alvará, e determinou e transferência dos valores bloqueados nos autos para conta judicial vinculada ao processo que tramita na Justiça do Trabalho. Vejamos:
(...)
No EP 21 noticia-se que os valores decorrentes do precatório foram depositados pelo SINTERR na conta dos requeridos. O valor foi bloqueado na conta dos promovidos conforme ofícios de EPs 88/91, inclusive os 30% que em razão da decisão do EP 09 deveriam ser entregues a eles.
Conclui-se que o valor integral do precatório está à disposição deste juízo.
Ocorre que, conforme assentado em sentença, a cautelar perdeu seu objeto diante da extinção do processo principal.
Com a extinção deste feito sem resolução de mérito, fica logicamente cassada a liminar, devendo tudo retornar ao status quo ante.
Dessa forma, o valor do precatório deve retornar à vara do trabalho da qual ela teve origem para que lá seja avaliado a quem caberá os respectivos valores.
Essa é a conclusão legal e lógica a que se chega, tendo em vista que no juízo estadual não foi apreciado o mérito da discussão travada entre as partes. Assim, cabe ao juízo do trabalho dar a destinação adequada, de acordo com a situação dos autos da execução, observando inclusive a habilitação ou não do cessionário do crédito.
Assim, deve prosseguir este feito apenas quanto à execução do que aqui foi condenado, ou seja, com a execução dos honorários advocatícios.
(…)
Assim, deve o valor retornar à disposição da vara do trabalho para que lá seja resolvido a quem pertence o numerário devendo a parte autora inclusive, requerer sua habilitação na condição de cessionária, se for o caso.
Desta forma, chamo o feito à ordem para, em razão da extinção deste processo, determinar que seja oficiado ao Banco do Brasil para que transfira o valor bloqueado em razão da decisão do EP 09 para conta judicial vinculada à reclamação trabalhista n.º 054/90, em trâmite perante a 3.ª Vara da Justiça do Trabalho para que ali o juiz competente dê a destinação adequada do numerário. Remeta-se cópia desta decisão, da petição do EP 360.
Oficie-se, outrossim, à 3.ª Vara da Justiça do Trabalho desta Capital, informando o teor desta decisão, bem como remetendo cópia da inicial, da sentença do EP 294 deste processo e do processo em apenso, para que tome ciência e adote as providências necessárias no que tange à destinação do valor liberado via precatório.
Desta forma, este recurso é manifestamente inadmissível, pois não há previsão legal para a interposição de agravo de instrumento contra decisão que, não sendo matéria afeta ao cumprimento de sentença, indefere levantamento ou determina transferência de valores.
Cabe ressaltar que o bloqueio dos valores foi determinado nesta ação cautelar, em sede de liminar, a fim de resguardar o direito das partes quando do julgamento da ação anulatória. Logo, a efetivação do levantamento desses valores não significa cumprimento de sentença.
Face ao exposto, não conheço do recurso, com fundamento no art. 932, III, do CPC, e art. 90, IV, do RITJRR.
Publique-se. Intime-se.
Boa Vista - RR, 07 de dezembro de 2017.

Des. Mozarildo Monteiro Cavalcanti
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.10.918222-9 - BOA VISTA/RR
APELANTE: O MUNICIPIO DE BOA VISTA
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: LUIZ TRAVASSOS DUARTE NETO
APELADO: JOAO GALDENCIO DE ALMEIDA
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

Câmara - Única

Trata-se de Apelação Cível interposta pelo Município de Boa Vista contra sentença proferida pelo Juízo da 2.ª Vara da Fazenda Pública que extinguiu a Execução Fiscal n.º 0918222-96.2010.8.23.0010, com resolução do mérito, reconhecendo a prescrição dos débitos constantes na Certidão da Dívida Ativa nº 2010000938.

Afirma o apelante, em síntese, que a Fazenda Pública não pode ser prejudicada em razão de cumprimento ao art. 128 do provimento CGJ n.º 01/2009, que determina a suspensão das execuções fiscais cujo valor seja inferior a 05 UFER.

Aduz, que a execução permaneceu paralisada por força de mecanismo processual e não por desídia do exequente.

Por fim, requer o provimento do recurso, para cassar a sentença combatida e determinar o prosseguimento da presente execução fiscal.

É o breve relato.

Com fulcro no art. 90, V do RITJRR, DECIDO.

O recurso merece provimento.

A sentença vergastada restou assim proferida (EP. 80):

" (...)

Ademais, a jurisprudência pátria, entende que, transcorrido o lapso temporal de 5 (cinco) anos, desde o ajuizamento da execução, qual seja a data 10/11/2010, até a citação válida do devedor, na data 16/01/2017, há de ser reconhecida a prescrição, assim, vejamos:

(...)

Com isso, prescrito o presente débito, verifica-se que a medida que se impõe é a extinção do presente feito, com resolução do mérito, vez que a parte executada não foi citada dentro do prazo de 5 (cinco) anos após o ajuizamento dos presentes autos."

De fato, denota-se dos autos que a presente ação executiva não teve outra movimentação processual que não a determinação de arquivamento do feito em virtude do valor executado ser inferior a 05 (cinco) UFERR, nos termos do art. 128 do Provimento CGJ n.º 01/2009, revogado pelo Provimento CGJ n.º 2/2014.

Observa-se, portanto, que não houve desídia da Fazenda Pública a ensejar a ocorrência da prescrição intercorrente, ficando o feito paralisado desde o seu ajuizamento em razão de movimentação processual determinada por esta própria Corte, de modo que não se pode penalizar o exequente por cumprimento de norma do próprio Judiciário.

Aliás, essa Corte vem se posicionando nesse sentido:

"APELAÇÃO CÍVEL EM EXECUÇÃO FISCAL - PROCESSO ARQUIVADO PROVISORIAMENTE COM FUNDAMENTO EM PROVIMENTO DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RORAIMA - AUSÊNCIA DE INÉRCIA DO TITULAR DA PRETENSÃO - INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

1. Este Tribunal de Justiça adotou o entendimento de que o período de arquivamento provisório, decorrente do baixo valor da execução, com fundamento no Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça, não pode ser utilizado para prejudicar a fazenda pública, visto que ela não deu causa à demora do processo.

2. A prescrição pressupõe a inércia do titular da pretensão. Se não houve inércia, não há prescrição.

3. No caso concreto, descontando-se os períodos de arquivamento provisório, não houve prescrição intercorrente."

(TJRR - AC 0010.10.920290-2, Rel. Des. Almiro Padilha, 2.ª Turma Cível, julg. 31.08.2017, DJe 05.09.2017, p. 14)

"APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL EM RAZÃO DO PEQUENO VALOR - DOIS GRUPOS DISTINTOS - 1º GRUPO - ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO COM BASE NO NOVO PROVIMENTO DA CORREGEDORIA (02/2017) - FUNDAMENTADO NA LEI ESTADUAL Nº 1.204/2016 - SUSPENDE O PRAZO PRESCRICIONAL COM BASE NO ENTENDIMENTO DO STJ - RESP 1102554/MG - REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA - JULGADO EM SEDE DE RECURSOS REPETITIVOS - TEMA 100 - 2º GRUPO - ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO POR FORÇA DO PROVIMENTO DA CORREGEDORIA Nº 02/2014 - INEXISTÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA PARA SUSPENDER O PRAZO PRESCRICIONAL - MERO ATO NORMATIVO INTERNO - NÃO PODE SER UTILIZADO PARA PREJUDICAR A FAZENDA PÚBLICA - INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - ENTENDIMENTO FIRMADO NESTE TRIBUNAL - SENTENÇA ANULADA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

1. As ações de execução fiscais poderão ser suspensas em razão do pequeno valor, fazendo-se necessário distinguir dois grupos existentes.

2. Quando a determinação de arquivamento for com base no novo Provimento 02/2017 da Corregedoria, este terá força para suspender o prazo prescricional, por estar fundamentado na Lei Estadual nº

+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

1.2014/2016, e por estar em concordância com o estabelecido na tese nº 100 do STJ, após o julgamento do REsp 1102554/MG, representativo de controvérsia, em sede de recursos repetitivos.
3. Por outro lado, quando o arquivamento provisório ocorrer por força do Provimento da Corregedoria nº 02/2014, não haverá a suspensão do prazo prescricional, por não ter fundamento em nenhuma lei específica que determine tal suspensão.
4. O caso concreto se amolda ao segundo caso, quando este Tribunal de Justiça definiu seu entendimento de que o período do arquivamento provisório, decorrente do baixo valor da execução, com fundamento no art. 128 do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça (02/2014), não pode ser utilizado para prejudicar a fazenda pública, visto que ela não deu causa à demora do processo.
5. Observando-se as causas de interrupção, suspensão e não-contagem do prazo, não houve prescrição intercorrente no caso concreto.
5. Sentença anulada.
6. Recurso conhecido e provido
(TJRR - AC 0010.08.901342-8, Rel. Des. MOZARILDO CAVALCANTI, 2ª Turma Cível, julg.: 24/11/2017, DJe 28/11/2017, p. 20)
"APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. AFASTADA A OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. ARQUIVAMENTO DOS AUTOS POR FORÇA DE PROVIMENTO DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA. EXECUÇÃO FISCAL, CUJO VALOR NÃO ULTRAPASSAVA 05 (CINCO) UFERR. SITUAÇÃO QUE NÃO DEMONSTRA INÉRCIA DA PARTE EXEQUENTE. TRÂMITE PROCESSUAL SUSPENSO POR MOTIVOS INERENTES A MECANISMOS DA JUSTIÇA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO, PARA DETERMINAR O RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM, PARA REGULAR PROSSEGUIMENTO DO FEITO.
1. É consabido que não pode a parte credora ser penalizada com decreto de prescrição por motivos inerentes ao Poder Judiciário.
2. In casu, descontado do período total de tramitação do feito aquele interregno em que restou paralisado em virtude de mecanismo inerente ao Judiciário, verifico que não transcorreu o prazo prescricional de 05 (cinco) anos" (TJRR - AC 0010.08.901659-5, Rel. Des. Jefferson Fernandes da Silva, Câmara Cível, julg.: 13/10/2016, DJe: 18/10/2016, p. 18)
ISSO POSTO, inexistindo desídia do exequente que justifique o reconhecimento da prescrição, DOU PROVIMENTO ao recurso para anular a sentença monocrática e determinar o regular prosseguimento do feito.
Publique-se.
Boa Vista (RR), 11 de dezembro de 2017.

Desa. Tânia Vasconcelos
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.10.920892-5 - BOA VISTA/RR
APELANTE: O MUNICIPIO DE BOA VISTA
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: LUIZ TRAVASSOS DUARTE NETO
APELADO: IÊDA DE OLIVEIRA CARVALHO FERREIRA
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Trata-se de Apelação Cível interposta pelo Município de Boa Vista contra sentença proferida pelo Juízo da 2.ª Vara da Fazenda Pública que extinguiu a Execução Fiscal n.º 0920892-10.2010.8.23.0010, com resolução do mérito, reconhecendo a prescrição dos débitos constantes na Certidão da Dívida Ativa nº 2010034390.
Afirma o apelante, em síntese, que a Fazenda Pública não pode ser prejudicada em razão de cumprimento ao art. 128 do provimento CGJ n.º 01/2009, que determina a suspensão das execuções fiscais cujo valor seja inferior a 05 UFER.
Aduz, que a execução permaneceu paralisada por força de mecanismo processual e não por desídia do exequente.
Por fim, requer o provimento do recurso, para cassar a sentença combatida e determinar o prosseguimento da presente execução fiscal.
É o breve relato.
Com fulcro no art. 90, V do RITJRR, DECIDO.
O recurso merece provimento.

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

A sentença vergastada restou assim proferida (EP. 56):
" (...)
Ademais, a jurisprudência pátria, entende que, transcorrido o lapso temporal de 5 (cinco) anos, desde o ajuizamento da execução, qual seja a data 06/12/2010, até a citação válida do devedor, na data 31/01/2017, há de ser reconhecida a prescrição, assim, vejamos:
(...)
Com isso, prescrito o presente débito, verifica-se que a medida que se impõe é a extinção do presente feito, com resolução do mérito, vez que a parte executada não foi citada dentro do prazo de 5 (cinco) anos após o ajuizamento dos presentes autos."
De fato, denota-se dos autos que a presente ação executiva não teve outra movimentação processual que não a determinação de arquivamento do feito em virtude do valor executado ser inferior a 05 (cinco) UFERR, nos termos do art. 128 do Provimento CGJ n.º 01/2009, revogado pelo Provimento CGJ n.º 2/2014.
Observa-se, portanto, que não houve desídia da Fazenda Pública a ensejar a ocorrência da prescrição intercorrente, ficando o feito paralisado desde o seu ajuizamento em razão de movimentação processual determinada por esta própria Corte, de modo que não se pode penalizar o exequente por cumprimento de norma do próprio Judiciário.
Aliás, essa Corte vem se posicionando nesse sentido:
"APELAÇÃO CÍVEL EM EXECUÇÃO FISCAL - PROCESSO ARQUIVADO PROVISORIAMENTE COM FUNDAMENTO EM PROVIMENTO DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RORAIMA - AUSÊNCIA DE INÉRCIA DO TITULAR DA PRETENSÃO - INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.
1. Este Tribunal de Justiça adotou o entendimento de que o período de arquivamento provisório, decorrente do baixo valor da execução, com fundamento no Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça, não pode ser utilizado para prejudicar a fazenda pública, visto que ela não deu causa à demora do processo.
2. A prescrição pressupõe a inércia do titular da pretensão. Se não houve inércia, não há prescrição.
3. No caso concreto, descontando-se os períodos de arquivamento provisório, não houve prescrição intercorrente."
(TJRR - AC 0010.10.920290-2, Rel. Des. Almiro Padilha, 2.ª Turma Cível, julg. 31.08.2017, DJe 05.09.2017, p. 14)
"APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL EM RAZÃO DO PEQUENO VALOR - DOIS GRUPOS DISTINTOS - 1º GRUPO - ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO COM BASE NO NOVO PROVIMENTO DA CORREGEDORIA (02/2017) - FUNDAMENTADO NA LEI ESTADUAL Nº 1.204/2016 - SUSPENDE O PRAZO PRESCRICIONAL COM BASE NO ENTENDIMENTO DO STJ - RESP 1102554/MG - REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA - JULGADO EM SEDE DE RECURSOS REPETITIVOS - TEMA 100 - 2º GRUPO - ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO POR FORÇA DO PROVIMENTO DA CORREGEDORIA Nº 02/2014 - INEXISTÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA PARA SUSPENDER O PRAZO PRESCRICIONAL - MERO ATO NORMATIVO INTERNO - NÃO PODE SER UTILIZADO PARA PREJUDICAR A FAZENDA PÚBLICA - INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - ENTENDIMENTO FIRMADO NESTE TRIBUNAL - SENTENÇA ANULADA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.
1. As ações de execução fiscais poderão ser suspensas em razão do pequeno valor, fazendo-se necessário distinguir dois grupos existentes.
2. Quando a determinação de arquivamento for com base no novo Provimento 02/2017 da Corregedoria, este terá força para suspender o prazo prescricional, por estar fundamentado na Lei Estadual nº 1.2014/2016, e por estar em concordância com o estabelecido na tese nº 100 do STJ, após o julgamento do REsp 1102554/MG, representativo de controvérsia, em sede de recursos repetitivos.
3. Por outro lado, quando o arquivamento provisório ocorrer por força do Provimento da Corregedoria nº 02/2014, não haverá a suspensão do prazo prescricional, por não ter fundamento em nenhuma lei específica que determine tal suspensão.
4. O caso concreto se amolda ao segundo caso, quando este Tribunal de Justiça definiu seu entendimento de que o período do arquivamento provisório, decorrente do baixo valor da execução, com fundamento no art. 128 do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça (02/2014), não pode ser utilizado para prejudicar a fazenda pública, visto que ela não deu causa à demora do processo.
5. Observando-se as causas de interrupção, suspensão e não-contagem do prazo, não houve prescrição intercorrente no caso concreto.
5. Sentença anulada.
6. Recurso conhecido e provido
(TJRR - AC 0010.08.901342-8, Rel. Des. MOZARILDO CAVALCANTI, 2ª Turma Cível, julg.: 24/11/2017, DJe 28/11/2017, p. 20)

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

"APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. AFASTADA A OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. ARQUIVAMENTO DOS AUTOS POR FORÇA DE PROVIMENTO DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA. EXECUÇÃO FISCAL, CUJO VALOR NÃO ULTRAPASSAVA 05 (CINCO) UFERR. SITUAÇÃO QUE NÃO DEMONSTRA INÉRCIA DA PARTE EXEQUENTE. TRÂMITE PROCESSUAL SUSPENSO POR MOTIVOS INERENTES A MECANISMOS DA JUSTIÇA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO, PARA DETERMINAR O RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM, PARA REGULAR PROSSEGUIMENTO DO FEITO.
1. É consabido que não pode a parte credora ser penalizada com decreto de prescrição por motivos inerentes ao Poder Judiciário.
2. In casu, descontado do período total de tramitação do feito aquele interregno em que restou paralisado em virtude de mecanismo inerente ao Judiciário, verifico que não transcorreu o prazo prescricional de 05 (cinco) anos" (TJRR - AC 0010.08.901659-5, Rel. Des. Jefferson Fernandes da Silva, Câmara Cível, julg.: 13/10/2016, DJe: 18/10/2016, p. 18)
ISSO POSTO, inexistindo desídia do exequente que justifique o reconhecimento da prescrição, DOU PROVIMENTO ao recurso para anular a sentença monocrática e determinar o regular prosseguimento do feito.
Publique-se.
Boa Vista (RR), 11 de dezembro de 2017.

Desa. Tânia Vasconcelos
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.10.919012-3 - BOA VISTA/RR
APELANTE: O MUNICIPIO DE BOA VISTA
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: LUIZ TRAVASSOS DUARTE NETO
APELADO: ANTONIO DE PADUA SOUSA
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Trata-se de Apelação Cível interposta pelo Município de Boa Vista contra sentença proferida pelo Juízo da 2.ª Vara da Fazenda Pública que extinguiu a Execução Fiscal n.º 0919012-80.2010.8.23.0010, com resolução do mérito, reconhecendo a prescrição dos débitos constantes na Certidão da Dívida Ativa nº 2010014224.
Afirma o apelante, em síntese, que a Fazenda Pública não pode ser prejudicada em razão de cumprimento ao art. 128 do provimento CGJ n.º 01/2009, que determina a suspensão das execuções fiscais cujo valor seja inferior a 05 UFER.
Aduz, que a execução permaneceu paralisada por força de mecanismo processual e não por desídia do exequente.
Por fim, requer o provimento do recurso, para cassar a sentença combatida e determinar o prosseguimento da presente execução fiscal.
É o breve relato.
Com fulcro no art. 90, V do RITJRR, DECIDO.
O recurso merece provimento.
A sentença vergastada restou assim proferida (EP. 53):
" (...)
Ademais, a jurisprudência pátria, entende que, transcorrido o lapso temporal de 5 (cinco) anos, desde o ajuizamento da execução, qual seja a data 18/12/2010, até a citação válida do devedor, na data 24/04/2017, há de ser reconhecida a prescrição, assim, vejamos:
(...)
Com isso, prescrito o presente débito, verifica-se que a medida que se impõe é a extinção do presente feito, com resolução do mérito, vez que a parte executada não foi citada dentro do prazo de 5 (cinco) anos após o ajuizamento dos presentes autos."
De fato, denota-se dos autos que a presente ação executiva não teve outra movimentação processual que não a determinação de arquivamento do feito em virtude do valor executado ser inferior a 05 (cinco) UFERR, nos termos do art. 128 do Provimento CGJ n.º 01/2009, revogado pelo Provimento CGJ n.º 2/2014.
Observa-se, portanto, que não houve desídia da Fazenda Pública a ensejar a ocorrência da prescrição intercorrente, ficando o feito paralisado desde o seu ajuizamento em razão de movimentação processual

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=
SICOJURR - 00059811

determinada por esta própria Corte, de modo que não se pode penalizar o exequente por cumprimento de norma do próprio Judiciário.

Aliás, essa Corte vem se posicionando nesse sentido:

"APELAÇÃO CÍVEL EM EXECUÇÃO FISCAL - PROCESSO ARQUIVADO PROVISORIAMENTE COM FUNDAMENTO EM PROVIMENTO DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RORAIMA - AUSÊNCIA DE INÉRCIA DO TITULAR DA PRETENSÃO - INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

1. Este Tribunal de Justiça adotou o entendimento de que o período de arquivamento provisório, decorrente do baixo valor da execução, com fundamento no Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça, não pode ser utilizado para prejudicar a fazenda pública, visto que ela não deu causa à demora do processo.

2. A prescrição pressupõe a inércia do titular da pretensão. Se não houve inércia, não há prescrição.

3. No caso concreto, descontando-se os períodos de arquivamento provisório, não houve prescrição intercorrente."

(TJRR - AC 0010.10.920290-2, Rel. Des. Almiro Padilha, 2.ª Turma Cível, julg. 31.08.2017, DJe 05.09.2017, p. 14)

"APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL EM RAZÃO DO PEQUENO VALOR - DOIS GRUPOS DISTINTOS - 1º GRUPO - ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO COM BASE NO NOVO PROVIMENTO DA CORREGEDORIA (02/2017) - FUNDAMENTADO NA LEI ESTADUAL Nº 1.204/2016 - SUSPENDE O PRAZO PRESCRICIONAL COM BASE NO ENTENDIMENTO DO STJ - RESP 1102554/MG - REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA - JULGADO EM SEDE DE RECURSOS REPETITIVOS - TEMA 100 - 2º GRUPO - ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO POR FORÇA DO PROVIMENTO DA CORREGEDORIA Nº 02/2014 - INEXISTÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA PARA SUSPENDER O PRAZO PRESCRICIONAL - MERO ATO NORMATIVO INTERNO - NÃO PODE SER UTILIZADO PARA PREJUDICAR A FAZENDA PÚBLICA - INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - ENTENDIMENTO FIRMADO NESTE TRIBUNAL - SENTENÇA ANULADA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

1. As ações de execução fiscais poderão ser suspensas em razão do pequeno valor, fazendo-se necessário distinguir dois grupos existentes.

2. Quando a determinação de arquivamento for com base no novo Provimento 02/2017 da Corregedoria, este terá força para suspender o prazo prescricional, por estar fundamentado na Lei Estadual nº 1.2014/2016, e por estar em concordância com o estabelecido na tese nº 100 do STJ, após o julgamento do REsp 1102554/MG, representativo de controvérsia, em sede de recursos repetitivos.

3. Por outro lado, quando o arquivamento provisório ocorrer por força do Provimento da Corregedoria nº 02/2014, não haverá a suspensão do prazo prescricional, por não ter fundamento em nenhuma lei específica que determine tal suspensão.

4. O caso concreto se amolda ao segundo caso, quando este Tribunal de Justiça definiu seu entendimento de que o período do arquivamento provisório, decorrente do baixo valor da execução, com fundamento no art. 128 do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça (02/2014), não pode ser utilizado para prejudicar a fazenda pública, visto que ela não deu causa à demora do processo.

5. Observando-se as causas de interrupção, suspensão e não-contagem do prazo, não houve prescrição intercorrente no caso concreto.

5. Sentença anulada.

6. Recurso conhecido e provido

(TJRR - AC 0010.08.901342-8, Rel. Des. MOZARILDO CAVALCANTI, 2ª Turma Cível, julg.: 24/11/2017, DJe 28/11/2017, p. 20)

"APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. AFASTADA A OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. ARQUIVAMENTO DOS AUTOS POR FORÇA DE PROVIMENTO DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA. EXECUÇÃO FISCAL, CUJO VALOR NÃO ULTRAPASSAVA 05 (CINCO) UFERR. SITUAÇÃO QUE NÃO DEMONSTRA INÉRCIA DA PARTE EXEQUENTE. TRÂMITE PROCESSUAL SUSPENSO POR MOTIVOS INERENTES A MECANISMOS DA JUSTIÇA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO, PARA DETERMINAR O RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM, PARA REGULAR PROSSEGUIMENTO DO FEITO.

1. É consabido que não pode a parte credora ser penalizada com decreto de prescrição por motivos inerentes ao Poder Judiciário.

2. In casu, descontado do período total de tramitação do feito aquele interregno em que restou paralisado em virtude de mecanismo inerente ao Judiciário, verifico que não transcorreu o prazo prescricional de 05 (cinco) anos" (TJRR - AC 0010.08.901659-5, Rel. Des. Jefferson Fernandes da Silva, Câmara Cível, julg.: 13/10/2016, DJe: 18/10/2016, p. 18)

Câmara - Única

+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

ISSO POSTO, inexistindo desídia do exequente que justifique o reconhecimento da prescrição, DOU PROVIMENTO ao recurso para anular a sentença monocrática e determinar o regular prosseguimento do feito.
Publique-se.
Boa Vista (RR), 11 de dezembro de 2017.

Desa. Tânia Vasconcelos
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.161237-7 - BOA VISTA/RR
APELANTE: O MUNICIPIO DE BOA VISTA
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: LUIZ TRAVASSOS DUARTE NETO
APELADO: M S DE ALMEIDA SILVA - ME E OUTROS
DEFENSORA PÚBLICA: TERESINHA LOPES DA SILVA AZEVEDO
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Trata-se de Apelação Cível interposta pelo Município de Boa Vista contra sentença proferida pelo Juízo da 2.ª Vara da Fazenda Pública que extinguiu a Execução Fiscal n.º 0161237-56.2007.8.23.0010, com resolução do mérito, reconhecendo a prescrição dos débitos constantes na Certidão da Dívida Ativa nº 2006.15758-2.
Afirma o apelante, em síntese, que:
a) a sentença não apresenta fundamentação suficiente, padecendo de nulidade;
b) não houve a prévia intimação da Fazenda Pública nos termos do § 4.º, art. 40 da Lei n.º 6.830/80 e art. 10 do CPC.
c) o simples transcurso do lapso temporal de 05 (cinco) anos não é suficiente para a caracterização da prescrição, devendo-se observar também a atitude proativa do credor em localizar o devedor;
d) não se pode afirmar a inconstitucionalidade do art. 40, § 2.º da Lei de Execução Fiscal, uma vez que a edição da norma em questão é anterior a própria constituição;
e) o protesto extrajudicial efetivado nos autos tem o condão de constituir o devedor em mora e interrompe o prazo prescricional.
Por fim, requer o provimento do recurso, para cassar a sentença combatida e determinar o prosseguimento da presente execução fiscal.
É o breve relato.
Com fulcro no art. 90, V do RITJRR, DECIDO.
Em primeiro lugar, cumpre afastar a alegação de nulidade da sentença por ausência de fundamentação, haja vista que a decisão objurgada possui fundamentação suficiente, apresentando todos os pontos convicção do julgador.
A questão acerca da inconstitucionalidade do art. 4.º, § 4.º da Lei de Execução Fiscal foi debatida e declarada por esta Corte de Justiça por meio de incidente proposto na Apelação Cível n.º 0010.01.009220-2, da relatoria do Juiz Convocado Euclydes Calil Filho, mantendo-se firme no posicionamento de que a prescrição deve ser analisada com base no art. 174 do CTN.
Pois bem, no que concerne a ocorrência, ou não, do prazo prescricional, é sabido que o art. 174 do CTN estabelece que a cobrança do crédito tributário prescreverá em 05 (cinco) anos, contados da data da sua constituição definitiva, sendo tal prazo interrompido, entre outras causas, pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal (art. 174, parágrafo único, I do CTN).
Poderá, ainda, haver o arquivamento da execução fiscal após um ano de suspensão do feito em decorrência da não localização do devedor, conforme disposto no art. 40 da Lei n.º 6830/80. Decorrido tal prazo, contar-se-á o prazo da prescrição intercorrente, que é de cinco anos.
Cabe ressaltar, que o protesto judicial não tem o condão, como quer fazer valer o recorrente, de interromper o prazo prescricional, haja vista que a situação não se encontra no rol do parágrafo único do art. 174 do CTN.
Compulsando os autos, observa-se que o crédito tributário foi constituído em 21.02.2007, o ajuizamento da execução ocorreu em 11.05.2007, o despacho do juiz determinando a citação se deu em 17.05.2007 e um período de suspensão findo em 17.11.2009.
Nesse contexto, inegável é a ocorrência da prescrição intercorrente, haja vista que mesmo após o largo espaço de tempo entre o término da suspensão (17.11.2009) e a sentença, prolatada em 09.08.2017, a Fazenda Pública não logrou êxito em encontrar bens do devedor ou meios de satisfazer o crédito tributário.

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

Embora o exequente afirme que teve atitude proativa no sentido de localizar bens do devedor, importante esclarecer que a inércia capaz de ensejar a prescrição intercorrente não se caracteriza somente com a paralisação total do feito, podendo ser considerada também quando a movimentação processual não é suficiente para alterar a situação do feito.

Assim, se as tentativas de satisfação do crédito não se mostraram suficientes mesmo após o transcurso de 08 (oito) anos desde o término da suspensão processual, não se pode permitir a eternização da ação e do próprio crédito tributário, impondo-se o reconhecimento da prescrição independentemente de intimação pessoal da Fazenda Pública.

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO EXEQUENTE.

NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DO CONTRADITÓRIO RESPEITADA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A Terceira Turma do STJ modificou seu entendimento para adotar a tese de que a ocorrência da prescrição intercorrente será reconhecida quando o exequente permanecer inerte por prazo superior ao de prescrição do direito material vindicado, sendo prescindível a sua intimação pessoal prévia, bastando que seja respeitado o princípio do contraditório.

2. Inaplicável, ao caso, a Súmula 106/STJ. O prazo prescricional cuja fluência havia se iniciado com o vencimento da nota promissória não se interrompeu com a propositura da ação, pois a citação ocorreu mais de 14 (quatorze) anos após a decisão do Juiz que ordenou a sua realização. Dessa forma, quando a citação efetivamente veio a ocorrer, a prescrição já estava consumada.

3. Agravo interno desprovido."

(STJ - AgInt no REsp 1615303/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/04/2017, DJe 11/05/2017)

"DIREITO PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. SUSPENSÃO/ARQUIVAMENTO DO PROCESSO. INTIMAÇÃO PESSOAL. IRRELEVÂNCIA PARA CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL.

- Decorrido prazo superior a cinco anos desde o último pedido de suspensão do processo de execução fiscal, remetidos os autos ao arquivo provisório, a prescrição intercorrente se configura a partir da inércia da parte interessada em promover os atos necessários à consecução dos objetivos da execução fiscal, que se consolidam com a satisfação do débito.

- A fluência do prazo prescricional independe da intimação pessoal da Fazenda Pública do ato de suspensão do processo por ela mesma requerida, ou do arquivamento do processo que ocorre de forma automática.

- Recurso não provido." (TJMG - Apelação Cível 1.0251.02.001216-6/001, Relator(a): Des.(a) Kildare Carvalho , 4ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 30/11/0017, publicação da súmula em 05/12/2017)

"APELAÇÃO CÍVEL - EXECUÇÃO FISCAL - PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - PRELIMINAR DE NULIDADE POR FALTA DE INTIMAÇÃO PRÉVIA DA FAZENDA PÚBLICA - AFASTADAS - TRANSCURSO DE MAIS DE 5 (CINCO) ANOS ENTRE A PRIMEIRA CAUSA INTERRUPTIVA NO CURSO DA AÇÃO E A SENTENÇA - INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 40, § 4.º, DA LEF RECONHECIDA PELO PLENO DESTA CORTE - CÔMPUTO DO PRAZO PRESCRICIONAL REALIZADO NOS TERMOS DO ART. 174, I, DO CTN - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. O transcurso de lapso temporal superior a 05 (cinco) anos, contados da constituição do crédito tributário, é causa de extinção do crédito tributário, em face da ocorrência da prescrição, a teor do disposto no art. 174 c/c art. 156, inc. V, ambos do CTN.

2. A alegada ofensa ao artigo 40, § 4.º, da LEF não é causa suficiente a dar azo à alteração da Sentença ora impugnada, sobretudo, quando esta Corte de Justiça já reconheceu sua inconstitucionalidade e mantém firme a jurisprudência nesse sentido.

3. De acordo com o art. 174 do CTN, a prescrição se interrompe com o despacho citatório do executado, período em que se recomeça o cômputo quinquenal, mas, desta vez, para o reconhecimento da prescrição intercorrente, que ocorre no curso do feito executivo.

4. Na vertente situação, do respectivo despacho do executado à prolação da Sentença, transcorreram quase 07 (sete) anos sem que tenha havido, posteriormente, outra causa suspensiva ou interruptiva da prescrição, nem qualquer ato relevante que importasse em modificação do processo.

5. Sentença mantida." (TJRR - AC 0010.10.922416-1, Rel. Des. Almiro Padilha, 2.ª Turma Cível, julg.: 15.09.2017, DJe 26/09/2017, p. 18-19)

Assim, correta a sentença que declarou a ocorrência da prescrição da execução, nos termos do art. 174 do Código Tributário Nacional.

ISSO POSTO, NEGO PROVIMENTO ao recurso.

Publique-se.

Câmara - Única

+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

Câmara - Única

Boa Vista (RR), 11 de dezembro de 2017.

Desa. Tânia Vasconcelos
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.13.727985-6 - BOA VISTA/RR
APELANTE: O MUNICIPIO DE BOA VISTA
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: MARCUS VINÍCIUS MOURA MARQUES
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA
JUIZ CONVOCADO: LUIZ FERNANDO MALLET

DECISÃO

Trata-se de apelação cível na qual o Município de Boa Vista se insurge quanto à sentença proferida nos autos nº 0727985-97.2013.8.23.0010 que, acolhendo parcialmente a pretensão formulada na inicial, condenou o apelante a "adequação das unidades de saúde da rede de atenção básica já existente, com o saneamento das inconformidades sanitárias das unidades básicas de saúde atestadas pelo órgão de fiscalização sanitária, após reforma e/ou construção a ser procedida pelo Requerido; adequação da composição das equipes de saúde da família já existentes, respeitando a composição mínima prevista na Portaria 2.488/11 MS (01 médico, 01 enfermeiro, 01 técnico de enfermagem e 05 agentes comunitários de saúde); regularização do fornecimento dos recursos materiais e insumos necessários ao desempenho das atividades da rede de atenção básica, inclusive da estratégia saúde da família e programa de agentes comunitários de saúde, sob pena de multa diária, no importe de R$ 5.000,00, a perdurar por trinta dias" (EP nº 78).
Aduz, nas razões recursais, preliminarmente, que não houve manifestação expressa de aceitação da emenda à inicial; que a inicial é inepta por ausência de causa de pedir (tanto a descrição dos fatos como da relação jurídica decorrente exigem complementação, inviabilizando o processamento da pretensão), bem como por ausência de lastro fático por não especificar o conteúdo e extensão da obrigação de fazer e ausência de certeza e determinação.
No mérito, o recorrente invoca, também, a observância do princípio da reserva do possível.
Requer, ao final, o conhecimento e provimento do apelo para declarar a total improcedência dos pedidos deferidos na sentença ora vergastada.
O Ministério Público apresentou contrarrazões defendendo a manutenção da sentença (EP nº 89).
Parecer do Representante do Parquet com atuação perante o Segundo Grau pela manutenção da sentença (fls.06/09).
É o relatório.
Decido monocraticamente porque autorizado pelo art. 932, inc. VIII do CPC c/c art. 90, V, do RITJRR.
O recurso não merece provimento, porque os argumentos nele sustentados estão em confronto com a jurisprudência dominante nos Tribunais Superiores e desta Corte, como restará evidenciado. Vejamos:
Processo civil e direito do consumidor. Recurso especial. Ação civil pública. Direitos individuais homogêneos. Pedidos genéricos presentes. Tutela coletiva. Cabimento.
- A ação coletiva exige que o pedido mediato seja formulado de forma genérica.
[…] - Tais pedidos permitem o acolhimento de uma tese geral, referente a determinados fatos, capaz de aproveitar a muitas demandas.
[…] Recurso especial conhecido e provido.(REsp 681.872/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/04/2005, DJ 23/05/2005, p. 287) (sem grifos no original)
PROCESSUAL CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. PEDIDO GENÉRICO. TUTELA COLETIVA. CABIMENTO.
1. A ação coletiva permite que o pedido mediato seja formulado de forma genérica. Precedentes do STJ.
2. Ademais, no caso, está definido no pedido situação em que é perfeitamente possível delinear como obrigação de não fazer, não havendo falar em generalidade.
3. No tocante ao argumento de que a penalidade aplicada não está prevista em lei, o insurgente não combate o fundamento do decisum monocrático, no sentido que tal matéria não se encontra prequestionada (Súmula 282/STF, aplicada por analogia), o que impossibilita o conhecimento do recurso quanto ao ponto.
4. Agravo Regimental parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. (AgRg nos EDcl no REsp 1408382/PB, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/11/2014, DJe 27/11/2014)

+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL PRESUMIDA. SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE LOCAL. PODER JUDICIÁRIO. DETERMINAÇÃO DE ADOÇÃO DE MEDIDAS PARA A MELHORIA DO SISTEMA. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIOS DA SEPARAÇÃO DOS PODERES E DA RESERVA DO POSSÍVEL. VIOLAÇÃO. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

A controvérsia objeto destes autos possibilidade, ou não, de o Poder Judiciário determinar ao Poder Executivo a adoção de providências administrativas visando a melhoria da qualidade da prestação do serviço de saúde por hospital da rede pública foi submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal na SL 47-AgR, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJ de 30.4.10.

Naquele julgamento, esta Corte, ponderando os princípios do mínimo existencial e da reserva do possível, decidiu que, em se tratando de direito à saúde, a intervenção judicial é possível em hipóteses como a dos autos, nas quais o Poder Judiciário não está inovando na ordem jurídica, mas apenas determinando que o Poder Executivo cumpra políticas públicas previamente estabelecidas.

Agravo regimental a que se nega provimento". (STF. RE 642536 AgR, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe 27.2.2013) (sem grifos no original).

DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO A SAÚDE. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PROSSEGUIMENTO DE JULGAMENTO. AUSÊNCIA DE INGERÊNCIA NO PODER DISCRICIONÁRIO DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 2º, 6º E 196 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

1. O direito a saúde é prerrogativa constitucional indisponível, garantido mediante a implementação de políticas públicas, impondo ao Estado a obrigação de criar condições objetivas que possibilitem o efetivo acesso a tal serviço.

2. É possível ao Poder Judiciário determinar a implementação pelo Estado, quando inadimplente, de políticas públicas constitucionalmente previstas, sem que haja ingerência em questão que envolve o poder discricionário do Poder Executivo. Precedentes.

3. Agravo regimental improvido". (AI 734487 AgR, Rel. Min. ELLEN GRACIE, Segunda Turma, DJe 20.8.2010).

No que tange aos fundamentos firmados na sentença ora combatida, mantenho-os intactos e reitero como razão de decidir neste recurso.

Confira-se:

"[…] II. Fundamentação

A - Das Preliminares

Rejeitos as preliminares - 1. de ausência de emenda à inicial pois a mesma foi emenda nos EP's 11 e 12, cuja emenda deu suporte à concessão da antecipação de tutela pleiteada.- 2. inépcia da inicial, pois elaborada de forma compreensível e dentro dos padrões legais, resumindo em conclusões e pedidos lógicos, 3- de ausência de interesse processual: já disse, com toda propriedade, CÂNDIDO DINAMARCO, que "o interesse processual está representado, esquematicamente, pelo binômio necessidade/adequação; necessidade concreta da atividade jurisdicional e adequação de provimento e procedimento desejados" (Execução Civil. 1987, p. 299). No mesmo sentido, HUMBERTO THEODORO JÚNIOR enfatiza: "O interesse de agir, que é instrumental e secundário, surge da necessidade de obter através do processo a proteção ao interesse substancial (...) Localiza-se o interesse processual não apenas na utilidade, mas especificamente na necessidade do processo como remédio apto à aplicação do direito objetivo no caso concreto, pois a tutela jurisdicional não é jamais outorgada sem uma necessidade, como adverte Allorio. Essa necessidade se encontra naquela situação 'que nos leva a procurar uma solução judicial, sob pena de, se não o fizermos, vermo-nos na contingência de não podermos ter satisfeita uma pretensão (o direito de que nos afirmamos titulares)'. Vale dizer: o processo jamais será utilizável como simples instrumento de indagação ou consulta acadêmica. Só o dano ou o perigo de dano jurídico, representado pela efetiva existência de uma lide, é que autoriza o exercício do direito de ação" (Curso de Processo Civil, vol. I, Forense, Rio de Janeiro, 1990, pág. 59).

Havendo o binômio necessidade/adequação, tal preliminar deve ser afastada.

B - Do Mérito

Mister se faz ver que não prevalece a qualquer argumentação da não intervenção do Poder Judiciário:

'É certo que não se inclui, ordinariamente, no âmbito das funções institucionais do Poder Judiciário a atribuição de formular e de implementar políticas públicas, domínio afeto aos Poderes Legislativo e Executivo. Tal incumbência, no entanto, embora de forma excepcional, poderá ser atribuída Poder Judiciário, se e quando os órgãos estatais competentes, por descumprirem ou omitirem-se nos encargos político-jurídicos que sobre eles incidem, vierem a comprometer a eficácia e a integridade de direitos individuais e/ou coletivos" TRF-4 - AC: 50011003120124047017 PR.

Vejamos a jurisprudência:

Câmara - Única

+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPLEMENTAÇÃO DE BALANÇAS DE PESAGEM EM RODOVIA FEDERAL. FISCALIZAÇÃO DE EXCESSO DE PESO DOS VEÍCULOS. LEGITIMIDADE PASSIVA. DNIT. UNIÃO. INTERVENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO EM TEMA DE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.
(...). 2. É certo que não se inclui, ordinariamente, no âmbito das funções institucionais do Poder Judiciário a atribuição de formular e de implementar políticas públicas, domínio afeto aos Poderes Legislativo e Executivo. Tal incumbência, no entanto, embora de forma excepcional, poderá ser atribuída Poder Judiciário, se e quando os órgãos estatais competentes, por descumprirem ou omitirem-se nos encargos político-jurídicos que sobre eles incidem, vierem a comprometer a eficácia e a integridade de direitos individuais e/ou coletivos, tal como restou decidido na ADPF 45/DF, Rel. Min. Celso de Mello. 3. Na mencionada ADPF 45, o E. STF destacou também a relevância da 'reserva do possível', notadamente em sede de efetivação e implementação (sempre onerosas) dos direitos de segunda geração (direitos econômicos, sociais e culturais), cujo adimplemento, pelo Poder Público, impõe e exige desta, prestações estatais positivas concretizadoras de tais prerrogativas individuais e/ou coletivas. Ressaltou, ainda, a gradualidade de seu processo de concretização, dependente, em grande medida, de um inescapável vínculo financeiro subordinado às possibilidades orçamentárias do Estado, de tal modo que, comprovada, objetivamente, a incapacidade econômico-financeira da pessoa estatal, desta não se poderá razoavelmente exigir, considerada a limitação material referida, a imediata efetivação do comando fundado no texto da Carta Política. 4. No caso em tela, restou comprovado o devido agir do DNIT, empreendendo significativos esforços para a solução dos complexos e graves problemas das rodovias federais objeto da ação. Os trabalhos de levantamento, demarcação e solução temporária do problema demandam recursos humanos e materiais, especialmente de ordem econômico-financeira, cuja mobilização exige prazo incompatível com a determinação judicial. e resto, descabe ao Poder Judiciário substituir o Poder Executivo no delineamento e na implantação de providências administrativas da atribuição deste, mormente quando não verificada omissão da Administração. (TRF-4 - AC: 50011003120124047017 PR 5001100-31.2012.404.7017, Relator: MARGA INGE BARTH TESSLER, Data de Julgamento: 12/03/2014, TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: D.E. 17/03/2014).

ADMINISTRATIVO. CONTROLE JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. POSSIBILIDADE EM CASOS EXCEPCIONAIS - DIREITO À SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. MANIFESTA NECESSIDADE. OBRIGAÇÃO SOLIDÁRIA DE TODOS OS ENTES DO PODER
PÚBLICO. NÃO OPONIBILIDADE DA RESERVA DO POSSÍVEL AO MÍNIMO EXISTENCIAL. NÃO HÁ OFENSA À SÚMULA 126/STJ.
1. Não podem os direitos sociais ficar condicionados à boa vontade do Administrador, sendo de suma importância que o Judiciário atue como órgão controlador da atividade administrativa. Seria uma distorção pensar que o princípio da separação dos poderes, originalmente concebido com o escopo de garantia dos direitos fundamentais, pudesse ser utilizado justamente como óbice à realização dos direitos sociais, igualmente importantes.
2. Tratando-se de direito essencial, incluso no conceito de mínimo existencial, inexistirá empecilho jurídico para que o Judiciário
estabeleça a inclusão de determinada política pública nos planos orçamentários do ente político, mormente quando não houver comprovação objetiva da incapacidade econômico-financeira da pessoa estatal. 3. In casu, não há impedimento jurídico para que a ação, que visa a assegurar o fornecimento de medicamentos, seja dirigida contra o Município, tendo em vista a consolidada jurisprudência do STJ: 'o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS) é de responsabilidade solidária da União, Estados-membros e Municípios, de modo que qualquer dessas entidades têm legitimidade ad causam para
figurar no pólo passivo de demanda que objetiva a garantia do acesso à medicação para pessoas desprovidas de recursos financeiros' (REsp 771.537/RJ, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJ 3.10.2005). 4. Apesar de o acórdão ter fundamento constitucional, o recorrido interpôs corretamente o Recurso Extraordinário para impugnar tal matéria. Portanto, não há falar em incidência da Súmula 126/STF. 5. Agravo Regimental não provido. (STJ - AgRg no REsp: 1107511 RS 2008/0265338-9, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 21/11/2013, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 06/12/2013).

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS). DIREITO À SAÚDE E À VIDA. PORTADORES DE LEUCINOSE. FORNECIMENTO DA FÓRMULA NUTRICIONAL MSUD/KENOTEX. ÚNICO TRATAMENTO. 'MÍNIMO EXISTENCIAL" E "RESERVA DO POSSÍVEL". PONDERAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS INTRÍNSECAS DO CASO CONCRETO. DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. ASTREINTES CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE.
1. Remessa oficial e apelação da União contra sentença que, em sede de Ação Civil Pública, julgou extinto, sem resolução de mérito, o pedido referente à menor Mirela Vitória Lopes Bezerra, em razão de seu falecimento, e julgou procedente em

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

parte o pedido de fornecimento da fórmula MSUD 2 a todos os pacientes que dele necessitarem segundo prescrição médica, bem como a manutenção em estoque da referida fórmula, para atender emergencialmente pacientes do estado do Rio Grande do Norte.
2. O STF e o STJ firmaram entendimento de que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são partes legítimas, para figurarem no polo passivo de demandas que objetivem o fornecimento de medicamento ou tratamento médico adequado, em virtude da responsabilidade solidária (STF. ARE 738729 AgR, Relator (a) Ministra Rosa Weber, Primeira Turma, DJE 15/08/2013; STJ. AgRg no REsp 1082865/RS, Relator Ministro Ari Pargendler, Primeira Turma, DJE 05/09/2013).
3. (...).
4. A natureza prestacional do direito à saúde implica na necessidade de compatibilização das possíveis limitações com o 'mínimo existencial' e a denominada 'reserva do possível'. As referidas teorias devem ser aplicadas de forma a ponderar as circunstâncias intrínsecas do caso concreto, conforme o Ministro Celso de Mello destacou no julgamento da ADPF 45/DF. 5. O conceito de mínimo existencial não deve ser reduzido à noção de mínimo vital, sob risco de se recusar a fundamentalidade aos direitos sociais e, em última análise, a proteção jurídica efetiva da dignidade da pessoa humana.
6. "O argumento da reserva do possível somente deve ser acolhido se o Poder Público demonstrar suficientemente que a decisão causará mais danos do que vantagens à efetivação de direitos fundamentais."(MARMELSTEIN, George. Curso de Direitos Fundamentais. Atlas: São Paulo, 2008.)
7. Cabe ao Estado efetivamente concretizar o direito à saúde por intermédio de políticas públicas, não se admitindo escusas que justifiquem o não fornecimento gratuito de medicamento à pessoa portadora de moléstia grave desprovida de recursos financeiros para tanto.
8. Ausência de violação ao princípio da separação dos poderes. A concretização de direitos sociais mostra-se indispensável para a realização da dignidade da pessoa humana. 9. A alegação genérica de limitações orçamentária vinculadas à reserva do possível, além de não provida concretamente quanto à eventual indisponibilidade de fundos para o atendimento da pretensão inicial, não é suficiente para obstar a concretização do direito constitucional em exame, sobretudo quando notório o fato de que o Poder Público possui verbas de grande vulto destinadas a gastos vinculados a interesses bem menos importantes do que a saúde.
10. Regra geral, devem ser privilegiados os tratamentos disponíveis pelo Sistema Único de Saúde. Contudo, comprovada a ineficácia ou inexistência de tratamento regularmente oferecido pelo SUS, deve o Estado custear o tratamento prescrito pelo médico como único capaz de assegurar a saúde do paciente (STF. STA 175 AgR, Relator: Min. Gilmar Mendes (Presidente), Tribunal Pleno, DJe 29-04-2010.)
11.(...)
13. In casu, devem prevalecer os direitos constitucionais invocados pelo Ministério Público no lugar dos argumentos superficiais de natureza econômica, administrativa ou formalista alinhados pela parte ré em suas razões.
14. (...) 19. Apelação improvida e remessa oficial parcialmente provida. (TRF-5 - REEX: 57187020104058400 , Relator: Desembargador Federal Fernando Braga, Data de Julgamento:
17/12/2013, Segunda Turma, Data de Publicação: 19/12/2013)
RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO (LEI Nº 12.322/2010) MANUTENÇÃO DE REDE DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DEVER ESTATAL RESULTANTE DE NORMA CONSTITUCIONAL CONFIGURAÇÃO, NO CASO, DE TÍPICA HIPÓTESE DE OMISSÃO INCONSTITUCIONAL IMPUTÁVEL AO MUNICÍPIO DESRESPEITO À CONSTITUIÇÃO PROVOCADO POR INÉRCIA ESTATAL (RTJ 183/818-819) COMPORTAMENTO QUE TRANSGRIDE A AUTORIDADE DA LEI FUNDAMENTAL DA REPÚBLICA (RTJ 185/794-796) A QUESTÃO DA RESERVA DO POSSÍVEL: RECONHECIMENTO DE SUA INAPLICABILIDADE, SEMPRE QUE A INVOCAÇÃO DESSA CLÁUSULA PUDER COMPROMETER O NÚCLEO BÁSICO QUE QUALIFICA O MÍNIMO EXISTENCIAL (RTJ 200/191-197) O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS INSTITUÍDAS PELA CONSTITUIÇÃO E NÃO EFETIVADAS PELO PODER PÚBLICO A FÓRMULA DA RESERVA DO POSSÍVEL NA PERSPECTIVA DA TEORIA DOS CUSTOS DOS DIREITOS: IMPOSSIBILIDADE DE SUA INVOCAÇÃO PARA LEGITIMAR O INJUSTO INADIMPLEMENTO DE DEVERES ESTATAIS DE PRESTAÇÃO CONSTITUCIONALMENTE IMPOSTOS AO PODER PÚBLICO A TEORIA DA RESTRIÇÃO DAS RESTRIÇÕES (OU DA LIMITAÇÃO DAS LIMITAÇÕES) CARÁTER COGENTE E VINCULANTE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS, INCLUSIVE DAQUELAS DE CONTEÚDO PROGRAMÁTICO, QUE VEICULAM DIRETRIZES DE POLÍTICAS PÚBLICAS, ESPECIALMENTE NA ÁREA DA SAÚDE (CF, ARTS. 6º, 196 E 197) A QUESTÃO DAS ESCOLHAS TRÁGICAS A COLMATAÇÃO DE OMISSÕES INCONSTITUCIONAIS COMO NECESSIDADE INSTITUCIONAL FUNDADA EM COMPORTAMENTO AFIRMATIVO DOS JUÍZES E TRIBUNAIS E DE QUE RESULTA UMA POSITIVA CRIAÇÃO JURISPRUDENCIAL DO DIREITO CONTROLE JURISDICIONAL DE LEGITIMIDADE DA OMISSÃO DO

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

PODER PÚBLICO: ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO JUDICIAL QUE SE JUSTIFICA PELA NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DE CERTOS PARÂMETROS CONSTITUCIONAIS (PROIBIÇÃO DE RETROCESSO SOCIAL, PROTEÇÃO AO MÍNIMO EXISTENCIAL, VEDAÇÃO DA PROTEÇÃO INSUFICIENTE E PROIBIÇÃO DE EXCESSO) DOUTRINA PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM TEMA DE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DELINEADAS NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA (RTJ 174/687 RTJ 175/1212-1213 RTJ 199/1219-1220) EXISTÊNCIA, NO CASO EM EXAME, DE RELEVANTE INTERESSE SOCIAL RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. (STF - ARE: 745745 MG , Relator: Min. CELSO DE MELLO, Data de Julgamento: 02/12/2014, Segunda Turma, Data de Publicação: DJe-250 DIVULG 18-12-2014 PUBLIC 19-12-2014).

Como visto, 'a natureza prestacional do direito à saúde implica na necessidade de compatibilização das possíveis limitações com o 'mínimo existencial' e a denominada 'reserva do possível'.

As referidas teorias devem ser aplicadas de forma a ponderar as circunstâncias intrínsecas do caso concreto, conforme o Ministro Celso de Mello destacou no julgamento da ADPF 45/DF. O conceito de mínimo existencial não deve ser reduzido à noção de mínimo vital, sob risco de se recusar a fundamentalidade aos direitos sociais e, em última análise, a proteção jurídica efetiva da dignidade da pessoa humana. "O argumento da reserva do possível somente deve ser acolhido se o Poder Público demonstrar suficientemente que a decisão causará mais danos do que vantagens à efetivação de direitos fundamentais' (MARMELSTEIN, George. Curso de Direitos Fundamentais. Atlas: São Paulo, 2008.) Cabe ao Estado efetivamente concretizar o direito à saúde por intermédio de políticas públicas, não se admitindo escusas que justifiquem o não fornecimento gratuito de medicamento à pessoa portadora de moléstia grave desprovida de recursos financeiros para tanto Pela política de descentralização, pela proteção ao idoso, por se questão de direito coletivo difuso, enfim, tratando-se de direito essencial não pode esses direitos sociais ficar condicionados à boa vontade do Administrador". Desembargador Federal Fernando Braga (TRF-5 - REEX: 57187020104058400).

Seria uma distorção pensar que o princípio da separação dos poderes, originalmente concebido com o escopo de garantia dos direitos fundamentais, pudesse ser utilizado justamente como óbice à realização dos direitos sociais, igualmente importantes.

In casu, segundo as provas documentais verifico que o município de Boa Vista tem sido ineficiente na prestação de serviços primários à saúde.

Assim, entendo que cabe ao Poder Judiciário a missão de intervir nessas hipóteses determinando medidas hábeis para solucionar o caso.

III. Dispositivo

Ante o exposto, confirmo a liminar, com a devida alteração feita pela decisão colegiada, resolvendo o mérito do presente feito, nos termos do inciso I do art. 269 do CPC, para julgar parcialmente, procedente o pedido do autor, determinando ao réu a adequação das unidades de saúde da rede de atenção básica já existente, com o saneamento das inconformidades sanitárias das unidades básicas de saúde atestadas pelo órgão de fiscalização sanitária, após reforma e/ou construção a ser procedida pelo Requerido; adequação da composição das equipes de saúde da família já existentes, respeitando a composição mínima prevista na Portaria 2.488/11 MS (01 médico, 01 enfermeiro, 01 técnico de enfermagem e 05 agentes comunitários de saúde); regularização do fornecimento dos recursos materiais e insumos necessários ao desempenho das atividades da rede de atenção básica, inclusive da estratégia saúde da família e programa de agentes comunitários de saúde, sob pena de multa diária, no importe de R$ 5.000,00, a perdurar por trinta dias. [...]". (EP. 78).

DA PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO DA DETERMINAÇÃO À EMEDA INICIAL

Primacialmente afasto a alegação de ausência da emenda à inicial e omissão do julgador quanto à análise da referida emenda. Isso porque, consoante detida análise dos autos, verifico o cumprimento da determinação judicial conforme EP. 12.

Outrossim, no EP. 20.1, verifica-se que o Juízo a quo proferiu o seguinte despacho de mero expediente:

"I. Intime-se o Município de Boa Vista para, em 72 (setenta e duas) horas, s emanifestar (sic) acerca do pedido liminar;

II. Após, transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, retornem os autos conclusos com urgência; III. Int. [...]".

Concluindo-se, portanto, que o julgador satisfez-se com a emenda apresentada, e deu prosseguimento ao feito.

DA PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL

Também ao argumento de inépcia da incial não há razão, haja vista que preenche todos os requisitos para o conhecimento.

Câmara - Única

+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

Não se vislumbra carência de interesse processual, tampouco lhe falta pedido ou causa de pedir. Igualmente, não se verifica incongruência com os fatos narrados e a conclusão lógica dos pedidos e, ainda, os requerimentos são possíveis e determináveis.

Vejamos:

"1) a ampliação da rede de atenção básica, com a instalação de 09 unidades básicas de saúde, implantação de 39 equipes saúde da família, respeitando a composição mínima (01 médico, 01 enfermeiro, 01 técnico de enfermagem e 05 agentes comunitários de saúde), implantação de 14 núcleos de apoio à saúde, a fim de alcançar 100% de cobertura assistencial da rede básica, dando plenitude de acesso ao Sistema de Único de Saúde; 2) a adequação das unidades de saúde da rede de atenção básica já existente, com o saneamento das inconformidades sanitárias das unidades básicas de saúde atestadas pelo órgão de fiscalização sanitária, após reforma e/ou construção a ser procedida pelo Requerido; 3) adequação da composição das equipes de saúde da família já existentes, respeitando a composição mínima prevista na Portaria 2.488/11 MS (01 médico, 01 enfermeiro, 01 técnico de enfermagem e 05 agentes comunitários de saúde); 4) regularização do fornecimento dos recursos materiais e insumos necessários ao desempenho das atividades da rede de atenção básica, inclusive da estratégia saúde da família e programa de agentes comunitários de saúde; bem como, mantendo o funcionamento dessas unidades e serviços adequado aos termos da Portaria GM/MS nº 2.488/11, ou outra que a venha a substituir [...]"

Assim, apesar de extenso, o requerimento é perfeitamente possível, determinável e passível de cumprimento.

Acerca do tema colaciono os julgados:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - PETIÇÃO INICIAL - REGULARIDADE - IMPOSSIBILIDADE DE INDEFERIMENTO DA PEÇA VESTIBULAR - RECURSO PROVIDO (TJRR - AC 0010.14.819048-0, Rel. Des. CRISTÓVÃO SÚTER, Câmara Cível, julg.: 28/09/2016, DJe 06/10/2016, p. 38)

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - PETIÇÃO INICIAL - IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO E CAUSA DE PEDIR - IMPOSSIBILIDADE DE EXTINÇÃO PREMATURA DO FEITO - RECURSO PROVIDO (TJRR - AC 0010.13.805155-1, Rel. Des. CRISTÓVÃO SUTER, Câmara Cível, julg.: 22/09/2016, DJe 27/09/2016, p. 26)

"APELAÇÃO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - MINISTÉRIO PÚBLICO - INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL - NÃO CONFIGURAÇÃO - INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS PREVISTOS NO ART. 295 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - CAUSA DE PEDIR E PEDIDO DELINEADOS NA EXORDIAL - NARRAÇÃO DOS FATOS DA QUAL DECORRE LOGICAMENTE A CONCLUSÃO - PEDIDO GENÉRICO CABIMENTO, NOS TERMOS DO INCISO II DO ART. 286 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - SENTENÇA ANULADA PARA DETERMINAR O RECEBIMENTO DA INICIAL E O PROSSEGUIMENTO DA AÇÃO. RECURSO PROVIDO." (TJ-SP, APL 00005715120158260549, Terceira Câmara de Direito Público, Relator: Amorim Cantuária - p.: 16/09/2015)

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DO ENTE MUNICIPAL E DE INÉPCIA DA INICIAL REJEITADAS. DIREITO À ACESSIBILIDADE E LOCOMOÇÃO. PRAÇA PÚBLICA. OFENSA À SEPARAÇÃO DOS PODERES. INOCORRÊNCIA. NECESSIDADE DE OBRAS DE ADEQUAÇÃO. OMISSÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL. ART. 3º DA LEI Nº 10098/2000. RECURSO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. (TJRR - AC 0010.14.822487-5, Rel. Des. ELAINE BIANCHI, Câmara Cível, julg.: 12/05/2016, DJe 13/05/2016, p. 50)

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - PETIÇÃO INICIAL ÍNTEGRA E QUE ATENDE AOS REQUISITOS PREVISTOS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - IMPOSSIBILIDADE DE EXTINÇÃO PREMATURA DO FEITO - NECESSIDADE DE CONHECIMENTO DA DEMANDA NA INSTÂNCIA DE ORIGEM - RECURSO PROVIDO. (TJRR - AC 0010.13.727996-3, Rel. Des. CRISTÓVÃO SÚTER, Câmara Cível, julg.: 07/07/2016, DJe 14/07/2016, p. 41)

DIREITO ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. REFORMA E ADEQUAÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL. RISCO À SEGURANÇA E SAÚDE. INACESSIBILIDADE PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS À SALAS DE AULA. DISCRICIONARIEDADE E INGERÊNCIA ENTRE PODERES. NÃO OCORRÊNCIA. a) Constatada a situação insegura (descumprimento de normas de segurança contra incêndio, infiltrações em lajes, instalações quebradas), insalubre (caixas d'água sem limpeza, inexistência de controle de más condições de higiene na cozinha), e de inacessibilidade à sala de aula, ginásio e refeitório para portadores de necessidades especiais, é cabível o ajuizamento da Ação Civil Pública para compelir o Estado do Paraná - proprietário do prédio - a adotar medidas para solucionar tais problemas. b) Nesse contexto, basta ao Ministério Público demonstrar a existência dos problemas e indicar a solução pretendida (por exemplo, aprovação de pelo Corpo de Bombeiros e acessibilidade de alunos PNE às salas de aula, ginásio e refeitório), cabendo ao Réu providenciar, ao seu critério, a forma de resolvê-los. c) Não se pode dizer genérico o pedido feito desta forma, não decorrendo daí impossibilidade jurídico, tampouco obtenção, pelo Autor, de "cheque em branco"

Câmara - Única

+6FZRVqleWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

para exigir do Réu quaisquer reformas ou adequações que, no futuro, entenda necessárias. d) O dever de zelar pelo patrimônio público, pela segurança e salubridade de professores e alunos e pela observância de normas legais que garantem acessibilidade dos portadores de necessidade especiais aos prédios públicos não se insere no âmbito dos atos puramente discricionários da Administração, haja vista que não lhe é dado decidir se cumpre ou não seu dever; e, tampouco caracteriza ingerência a tutela jurisdicional prestada em Ação Civil Pública ajuizada para compelir a Administração a cumpri-lo.2) APELO A QUE SE NEGA PROVIMENTO, MANTENDO-SE A SENTENÇA EM REEXAME NECESSÁRIO. (TJPR - 5ª C.Cível - ACR - 1321614-1 - Cascavel - Rel.: Leonel Cunha - Unânime - - J. 31.03.2015).

CONSTITUCIONAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PROTEÇÃO AOS DIREITOS DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA. ACESSIBILIDADE DE PRÉDIO PÚBLICO (ESCOLA MUNICIPAL). OFENSA À SEPARAÇÃO DOS PODERES. INEXISTÊNCIA. OMISSÃO DO PODER PÚBLICO. CARACTERIZAÇÃO. - É legítima a intervenção do Poder Judiciário que, no âmbito de ação civil pública, pode determinar que o Poder Executivo implemente direito subjetivo de conteúdo certo e determinado, como o previsto no art. 9º da Lei nº 10.098/2000, ao garantir ao portador de deficiência a plena acessibilidade a prédio público cuja regularização somente ocorreu de forma parcial. (TJMG. AC 10499120021047002 MG. Rel. Alberto Vilas Boas. 1ª Câmara Cível. j. 11/08/2015. publ. 18/08/2015).

DO MÉRITO

Quanto a alegação da legalidade orçamentária e a reserva do possível, esta Corte de Justiça já se manifestou:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONSTRUÇÃO DE ABRIGO PARA IDOSOS. PRELIMINAR. NULIDADE DO JULGADO. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO. REJEIÇÃO. MÉRITO. PONDERAÇÃO DE VALORES. PREVALÊNCIA DA TUTELA DO MÍNIMO EXISTENCIAL SOBRE A RESERVA DO POSSÍVEL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO À SEPARAÇÃO DE PODERES. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJRR - AC 0010.14.821378-7, Rel. Des. MOZARILDO CAVALCANTI, Câmara Cível, julg.: 01/12/2016, DJe 07/12/2016, p. 23) (sem grifos no original)

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER - PRELIMINARES DE INCOMPETÊNCIA E DE ILEGITIMIDADE PASSIVA - REJEIÇÃO - FORNECIMENTO GRATUITO DE CADEIRA DE RODAS ADAPTADA - DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE E À VIDA - DEVER DO MUNICÍPIO - RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERATIVOS - INAPLICABILIDADE DA RESERVA DO POSSÍVEL - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJRR - AC 0010.15.014651-1, Rel. Des. MOZARILDO CAVALCANTI, Câmara Cível, julg.: 15/09/2016, DJe 21/09/2016, p. 17) (sem grifos no original)

APELAÇÃO CÍVEL - OBRIGAÇÃO DE FAZER - TUTELA ANTECIPADA - DETERMINADA IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE SEMILIBERDADE - OFENSA O PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES - PONDERAÇÃO COM PRINCÍPIO DA PRIORIDADE ABSOLUTA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CASO EXCEPCIONAL QUE AUTORIZA O PODER JUDICIÁRIO A DEFERIR A PRETENSÃO - PRECEDENTES - APELO DESPROVIDO EM CONSONÂNCIA PARCIAL COM O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.

1. Os principais argumentos das partes consubstancia verdadeira colisão de princípios, quais sejam: o princípio da prioridade absoluta da criança e do adolescente e o da separação dos poderes.

2. A prioridade absoluta da criança e do adolescente deve se sobressair à separação dos poderes, pois não se pode admitir que adolescentes em cumprimento de medida semiliberdade, tenham que amargar medida mais gravosa por omissão do Estado.

3. Não se pode pretender isentar a Administração dos seus deveres constitucionais, sob a alegação de falta de disponibilidade orçamentária, ausência de autorização legal específica, inexistência de previsão na lei orçamentária anual para licitação ou pela aplicação da reserva do possível.

4. O juízo concedeu prazo de um ano, razoável e proporcional, para que todos estas condições pudessem ser buscadas para cumprimento de sua determinação.

5. Apelo Desprovido. (TJRR - AC 0010.15.005201-6, Rel. Des. JEFFERSON FERNANDES DA SILVA, Câmara Cível, julg.: 02/06/2016, DJe 07/06/2016, p. 44) (sem grifos no original).

Compreensão essa arrimada em julgado do eg Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. ANISTIA DE MILITAR. EFEITOS PECUNIÁRIOS RETROATIVOS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA. PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. CARÁTER PROTELATÓRIO. IMPOSIÇÃO DE MULTA. ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC.

1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC.

Câmara - Única

+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

2. Ao contrário do que afirma a embargante, o acórdão hostilizado contém manifestação expressa a respeito dos seguintes temas: a) decadência do direito de impetração do writ; b) necessidade de previsão orçamentária para pagamento integral do débito; c) aplicação do art. 730 do CPC e d) incidência dos juros moratórios.
3. É inadmissível a utilização do recurso com finalidade protelatória, como se configuram os presentes aclaratórios.
4. Embargos de Declaração rejeitados, com imposição de multa de 0,5% do valor da causa, atualizado desde o seu ajuizamento. (EDcl no MS 21.648/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/06/2016, DJe 01/09/2016)
Em face do exposto, com arrimo no 932, inc. VIII do CPC c/c art. 90, V, do RITJRR e em consonância com o parecer ministerial (fls. 06/08), conheço do recurso para negar provimento ao apelo visto que a tese nele sustentadas contrariam entendimento já consolidado pelos Tribunais Superiores e por esta Corte de Justiça.
Torno sem efeito o relatório de fls. 12.
Retire-se o feito de pauta de julgamento, tendo em vista a presente decisão monocrática.
P.I.
Boa Vista, 11 de dezembro de 2017.

Juiz Convocado LUIZ FERNANDO MALLET
RELATOR
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.17.002847-6 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: CELMA ALVES DA SILVA
ADVOGADO: WARNER VELASQUE RIBEIRO – OAB/RR N. 288-A
AGRAVADO: BANCO FINASA S/A
ADVOGADO: CELSO MARCON – OAB/RR N. 303-A
RELATOR: DESEMBARGADOR CRISTÓVÃO SUTER

DECISÃO

I - Tratam os autos de agravo de instrumento com pedido de liminar, apresentado por Celma Alves da Silva, em face de decisão oriunda da 1.ª Vara Cível, que homologou os cálculos apresentados pela Contadoria Judicial em cumprimento de sentença.
Sustenta a agravante que o juízo singular teria supostamente olvidado dos efeitos concernentes à descaracterização da mora, incorrendo em violação à coisa julgada, pugnando pela revisão do decisum, inclusive liminarmente.
É o breve relato.
II - Passo a decidir.
Nos termos do entendimento do Supremo Tribunal Federal, "deixo de abrir prazo para contrarrazões, na medida em que está sendo mantida a decisão que aproveita à parte agravada".
Não se justifica o reclame.
Constata-se que o decisum encontra-se em consonância com jurisprudência deste Colegiado e do colendo Superior Tribunal de Justiça, autorizando o julgamento monocrático do recurso pelo Relator, nos termos do art. 932, inciso VIII, do CPC, combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno deste Tribunal.
A análise detida dos autos revela que o decisum impugnado, ao decidir expressamente acerca dos efeitos concernentes à descaracterização da mora, afastou a incidência de juros moratórios e determinou a aplicação de juros remuneratórios nas parcelas em aberto (EP. 138):
"Depreende-se que os cálculos juntados pela contadoria judicial estão de acordo com a sentença/acórdão transitado em julgado no presente processo. Foi considerado nos cálculos o valor pago a maior atualizado e compensado devidamente. Embora o contador judicial tenha se referido aos juros moratórios que foram afastados na decisão de mérito, aplicam -se os juros remuneratórios na mesma proporção para as parcelas em aberto, não havendo desta forma prejuízo, assim como é devida realizar a correção monetária em face destas parcelas. Portanto , rejeito a impugnação aos cálculos apresentada pela parte autora."
Portanto, embora tenha alegado, deixou a agravante de comprovar a alegada incorreção nos cálculos elaborados pela Contadoria, olvidando da demonstração da pretensa afronta ao título executivo judicial, inexistindo possibilidade de alteração do julgado singular.
Importante registrar que a jurisprudência deste Colegiado e do colendo Superior Tribunal de Justiça convergem pela necessidade de demonstração de eventual incorreção de cálculos:
"AGRAVO DE INSTRUMENTO - HOMOLOGAÇÃO DE CÁLCULOS ELABORADOS PELA CONTADORIA JUDICIAL - AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO SUPOSTO ERRO COMETIDO PELO ÓRGÃO

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

TÉCNICO - RECURSO DESPROVIDO." (TJRR, AgInst 0000.15.001875-2, Câmara Cível, Relator: Des. Cristóvão Suter - p.: 21/09/2016)
"AGRAVO DE INSTRUMENTO - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - CÁLCULOS DA CONTADORIA - IMPUGNAÇÃO DESMOTIVADA - HOMOLOGAÇÃO - DECISÃO MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. Os cálculos realizados pela Contadoria Judicial gozam de presunção relativa de veracidade, que somente poderá ser afastada mediante a demonstração de elementos probatórios contundentes a afastar a sua legitimidade." (TJRR, AgInst 0000.17.002220-6, Primeira Turma Cível, Relatora: Desa. Tania Vasconcelos - p.: 04/12/2017)
"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. (...) DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA 284/STF. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. 1. As razões do recurso especial limitam-se a alegar, de forma genérica, que os cálculos elaborados são excessivos, sem discorrer em que ponto desrespeitam o título executivo e os motivos pelos quais o acórdão recorrido estaria violando algum dispositivo legal. Essa falta de clareza do apelo extremo e a inexistência de demonstração do artigo de lei ofendido pelo acórdão caracterizam deficiência na fundamentação recursal. Aplicação da Súmula 284/STF. 2. Agravo interno desprovido." (STJ, AgInt no AREsp 1098625/SC, Terceira Turma, Relator: Min. Marco Aurélio Bellizze - p.: 28/09/2017)
III - Posto isto, nos termos do art. 932, inciso VIII, do CPC, combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno deste Tribunal, nego provimento ao recurso.
Boa Vista, 12 de dezembro de 2017.

Desembargador Cristóvão Suter

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.15.814035-9 - BOA VISTA/RR
1º APELANTE/2º APELADO: ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: MARIA DE LOURDES DUARTE FERNANDES
2º APELANTE/1º APELADA: FABIOLA BRAGA DE LIMA
ADVOGADO: EMERSON CRYSTIAN RODRIGUES BRITO – OAB/RR N. 768
RELATOR: DESEMBARGADOR CRISTÓVÃO SUTER

DECISÃO

I - Tratam os autos de Apelações Cíveis, apresentadas pelo Estado de Roraima e por Fabiola Braga de Lima, em face de sentença oriunda 1.ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, que julgou procedente a ação, condenando o ente público ao pagamento de indenização por danos morais de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) e honorários advocatícios de 20% (vinte por cento).
Nas razões de recurso, sustenta o 1.º Apelante Estado de Roraima a suposta inexistência de dano moral indenizável, porquanto não restariam presentes os requisitos indispensáveis à caracterização do ilícito, pugnando pela reforma do julgado ou sua minoração, inclusive com a revisão dos honorários advocatícios.
Por sua vez, argumenta a 2.ª Apelante Fabiola Braga de Lima que a sentença mereceria ser revista, na medida em que arbitrado dano moral em valor ínfimo, pugnando por sua majoração.
Regularmente intimado, o 1.º Apelante apresentou suas contrarrazões, refutando as alegações recursais da 2.ª Apelante.
A 1.ª Apelada Fabiola Braga de Lima apresentou contrarrazões, pretendendo a manutenção da condenação em danos morais.
É o breve relato.
II - Passo a decidir.
Constata-se que a sentença proferida encontra-se em consonância com a jurisprudência deste Colegiado e do colendo Superior Tribunal de Justiça, autorizando o julgamento monocrático do recurso pelo Relator, nos termos do art. 932, inciso VIII, do CPC, combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno deste Tribunal.
Descrevem os autos tratar-se na origem de ação indenizatória, em que se pleiteou a reparação moral por supostos excessos cometidos por policiais militares ao intervirem em uma briga na Comarca de Rorainópolis.
Quanto à análise probatória, afirmou com precisão o reitor singular (EP. 36):
"Da análise do conjunto probatório se faz necessário apontarmos as obrigações de ambas as partes. No que tange a parte autora, resta o ônus probatório de seu direito, nos termos do art. 373, I do CPC. Ao réu, por sua vez, cabe demonstrar qualquer fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito pleiteado, nos termos do inciso II do mesmo artigo. Logo, o Estado de Roraima não apresentou qualquer prova capaz de

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

prejudicar o conjunto apresentado pela parte autora, se limitando, a sustentar a sua ausência de responsabilidade, o que, conforme apontado acima, já foi firmado entendimento em sentido contrário. Nesse contexto, analisando as datas apresentadas, os exames acostados aos autos, bem como o danos sofridos, entendo que resta configurada os fatos, os danos e por fim, o nexo de causalidade, materializando, assim, o direito ao dano moral. (...) Dessa maneira, verificado a responsabilidade estatal, bem como o excesso praticado, resta configurado o dever de indenizar do Estado."

Vale trazer à colação, por oportuno, os elementos de prova anexados pela 2.ª Apelante Fabiola Braga de Lima:

Afirmações prestadas perante o Parquet (EP. 1.12): "(...) encontrou seu irmão (...) embriagado na esquina da academia (...), tentou conduzir seu irmão Guilherme até sua residência; que seu irmão "empurrou" a declarante dizendo que não iria para casa; que chegaram alguns policiais militares e sem qualquer aviso desferiram golpe de cassetete na cabeça do adolescente o deixando desacordado; que quando Guilherme começou a voltar a si, começou a xingar os policiais de "filhos da puta", sendo que os policiais começaram a chutar enquanto o mesmo ainda estava deitado no chão; que a declarante deitou-se em cima de Guilherme para que os policiais parassem de bater no adolescente; que seu esposo tentou intervir (...) sendo que o mesmo foi agredido com um soco no olho e ficou desacordado; que sua amiga Carol tentou intervir (...) sendo que jogaram uma bomba de efeitos morais na mesma; que os policiais começaram a bater da (sic) declarante a puxando pelos cabelos para que saíssem de cima de seu irmão; que quando os policiais conseguiram tirar a declarante de cima de seu irmão a mesma reagiu com tapas e chutes nos policiais sendo que os policiais a algemaram e a jogaram dentro do veículo da polícia; que quando estavam sendo conduzidos para a Delegacia de Polícia os policiais continuaram a espancar a declarante e seu irmão; que um policial tentou enforcar a declarante e a ameaçou dizendo que caso não parassem de reagir iriam matá-la; que os policiais desferiram vários tapas no rosto da declarante, sendo que ficaram várias escoriações, conforme fotos anexas; (...) que não sabe o nome dos policiais mas conseguiria identificá-los (...)".

Declarações prestadas pelo irmão da 2.ª Apelante perante a autoridade policial (EP. 1.11): "(...) afirma que foi para a festa com sua irmã e cunhado por volta de 21:00h; (...) ingeriu bebida alcoólica (...); afirma que sua irmã chegou e o encontrou embriagado e disse para ele ir para casa (...) e iniciou-se uma discussão; que afirma que chegou a Policial Militar e foi agredido na cabeça, caindo no chão, sendo algemado e posto na carroceria da viatura da viatura; que jogaram spray de pimenta em seu olho e afirma ter sido espancado durante a viagem (...); que confirma ter reagido à prisão e confessa ter desacatado a guarnição (...)."

Declarações prestadas perante a Corregedoria da Polícia Militar (EP. 1.10): "(...) quando a declarante chamou seu irmão Guilherme para irem embora para casa, momento que seu irmão deu um empurrão no peito da declarante e disse que não iria para casa; que de imediato chegaram uns cinco policiais militares (....)."

Portanto, constata-se efetivamente a existência de ato ilícito, consubstanciada em ação desproporcional das forças de segurança.

Por corolário, não logrando êxito o 1.º Apelante em demonstrar fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito indicado na vestibular, inobservando o art. 373, inciso II, do CPC, correta a sentença que reconhece a responsabilidade objetiva do Estado, ex vi do art. 37, § 6.º, da Constituição Federal, impondo-se o dever de indenizar.

Confira-se:

"APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS - (...) ÔNUS DA PROVA DO APELANTE QUANTO A FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO DO AUTOR - INOBSERVÂNCIA - QUANTUM INDENIZATÓRIO QUE ATENDE AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE - RECURSO DESPROVIDO." (TJRR, AC 0010.13.708244-1, Câmara Cível, Relator: Des. Cristóvão Suter - p.: 01/09/2016)

No que pertine ao quantum indenizatório, nos termos da jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça, sua revisão deve ser realizada somente nas hipóteses em que se revele exorbitante ou irrisório, em observância aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

No caso alçado a debate, considerando o contexto fático delineado nos autos em que as agressões restaram perpetradas, inclusive restando lavrado em desfavor da 2.ª Apelante Fabiola Braga de Lima Termo Circunstanciado de Ocorrência pela prática, em tese, dos delitos tipificados no art. 40 da Lei n.º 3.688/41 e previstos nos arts. 329 e 330 do Código Penal (EP. 1.14), tem-se como claro que fixado na instância de origem em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), afigura-se impossível a pretendida revisão, porquanto não demonstrada a alegada exorbitância.

Portanto, respeitado o Princípio da Razoabilidade, não se cogita de alteração do julgado:

Câmara - Única

+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

"APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE (...) INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - CORRETA FIXAÇÃO NO JUÍZO DE ORIGEM - RECURSO DESPROVIDO." (TJRR, AC 0010.11.922316-1, Câmara Cível, Relator: Des. Cristóvão Suter - p.: 27/09/2016)

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. DANOS MORAIS. AGRESSÕES FÍSICAS E VERBAIS, DESFERIDAS POR PROFESSORA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO, EM FACE DE ALUNO. (...) VI. No que tange ao quantum indenizatório, "a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que a revisão dos valores fixados a título de danos morais somente é possível quando exorbitante ou insignificante, em flagrante violação aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não é o caso dos autos. A verificação da razoabilidade do quantum indenizatório esbarra no óbice da Súmula 7/STJ" (STJ, AgInt no AREsp 927.090/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 08/11/2016). No caso, o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) não se mostra irrisório, diante das peculiaridades da causa, expostas no acórdão recorrido. Conclusão em contrário encontra óbice na Súmula 7/STJ. (...). VIII. Agravo interno improvido." (STJ, AgInt no REsp 1637065/MG, Segunda Turma, Relatora: Min. Assusete Magalhães - p.: 04/05/2017)

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. (...) RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. AGRESSÕES FÍSICAS PRATICADAS POR POLICIAIS MILITARES. DANOS MORAIS. MAJORAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. (...) III. Ademais, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento no sentido de que o valor arbitrado a título de danos morais somente pode ser revisto excepcionalmente, quando irrisório ou exorbitante, sob pena de ofensa ao disposto na Súmula 7 desta Corte. IV. Na hipótese, o Tribunal a quo, em vista das circunstâncias fáticas do caso, reduziu o valor dos danos morais, fixados pela sentença, de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) para R$ 8.000,00 (oito mil reais), observando os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, não se mostrando ele irrisório, ante o quadro fático delineado no acórdão de origem. Conclusão em contrário encontra óbice na Súmula 7/STJ. V. Agravo Regimental improvido." (STJ, AgRg no AgRg no AREsp 602.463/PR, Segunda Turma, Relatora: Min. Assusete Magalhães - p.: 23/10/2015)

Por fim, quanto aos honorários advocatícios, resta demonstrado que foram fixados pelo reitor singular nos termos do artigo 85 do CPC, atendendo aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, razão pela qual devem ser mantidos:

"APELAÇÃO CÍVEL - (...) HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS REGULARMENTE FIXADOS NA INSTÂNCIA DE ORIGEM - RECURSO IMPROVIDO. (...) 2. Fixados os honorários advocatícios na forma preceituada pelo Código de Processo Civil, não se cogita de qualquer alteração do julgado." (TJRR, AC 0010.13.803388-0, Câmara Cível, Relator: Des. Cristóvão Suter - p.: 24/01/2017)

III - Posto isto, nos termos do art. 932 do CPC combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno deste Tribunal, nego provimento aos recursos.

Boa Vista, 12 de dezembro de 2017.

Desembargador Cristóvão Suter

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000.17.001115-9 - BOA VISTA/RR
APELANTE: MARIA DE LOURDES MARQUES MARANHAO
ADVOGADO: WARNER VELASQUE RIBEIRO – OAB/RR N. 288-A
APELADO: BANCO ITAÚ VEÍCULOS S/A
ADVOGADO: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR – OAB/RR N. 490-A
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Tendo em vista a decisão do Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n.º 1.578.526/SP, da relatoria do Min. Paulo de Tarso Sanseverino, o tema debatido neste recurso encontra-se cadastrado no sistema dos repetitivos sob o número 958.

Dessa forma, necessária se faz a suspensão do presente feito até o pronunciamento definitivo daquela Corte Superior, que servirá como orientação às instâncias ordinárias.

Sendo assim, permaneçam os autos sobrestados em cartório até o julgamento do Recurso Especial acima mencionado.

Boa Vista (RR), 11 de dezembro de 2017.

Câmara - Única

+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

Câmara - Única

Desa. Tânia Vasconcelos
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.11.912177-9 - BOA VISTA/RR
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DANIELLA TORRES MELO BEZERRA
APELADO: F CARLITO DOS SANTOS E OUTROS
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS DIAS

DECISÃO

Cuida-se de Apelação Cível interposta em face da sentença que julgou extinto o processo com resolução de mérito, declarando a ocorrência da prescrição intercorrente com a consequente extinção do crédito tributário, com fundamento no art. 156, V c/c art. 174, parágrafo único, I, ambos do CPC.
Alega o Apelante, em síntese, que não houve inércia de sua parte, vez que foi dado cumprimento a todas as decisões proferidas pelo Juízo, não sendo suficiente simples decurso do prazo quinquenal para caracterizar a prescrição.
Requer, destarte, o provimento do recurso para anular a sentença proferida pelo Juiz de Direito, devolvendo o processo para a sua regular tramitação.
A parte requerida não foi sequer citada, motivo pelo qual não há contrarrazões.
É o breve relato.
Com fulcro no art. 90, V do RITJRR, DECIDO.
O artigo 174, do Código de Tributário Nacional, estabelece que a ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 05 (cinco) anos, contados da data da sua constituição definitiva.
O inciso I, do parágrafo único, do artigo citado, prevê:
Parágrafo único. A prescrição se interrompe:
I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal".
Pois bem. Transcorrendo lapso temporal superior a 05 (cinco) anos, contados da constituição do crédito tributário, o reconhecimento da prescrição e consequente extinção do crédito tributário é medida que se impõe, a teor do disposto no artigo 174, combinado com artigo 156, inciso V, ambos do Código Tributário Nacional.
No caso concreto, o despacho que determinou a citação do devedor ocorreu em 08.07.2011.
Não houve sequer a citação da parte executada, eis que não encontrado seu endereço, apesar de várias buscas realizadas.
Assim, do despacho inicial até a prolação da sentença (31.07.2017), transcorreu mais de cinco anos, impondo-se o reconhecimento da prescrição.
Aduz o Apelante, de outra banda, que o artigo 174, do CTN, somente teria aplicação no caso de inércia da parte exequente.
Com efeito, em que pese a alegação de não ficar inerte no processo, de se destacar que nenhuma diligência útil foi providenciada pelo Recorrente.
O processo tramita há 06 (seis) anos e a parte executada sequer foi citada. Ademais, não se verifica no caso a prática de nenhum ato processual hábil à satisfação do crédito tributário, o que leva à caracterização da prescrição.
Ademais, impende ressaltar que a mera reiteração de pedidos de citação ou de diligências a fim de descobrir o endereço do devedor, não pode ser considerada como diligência útil e, não sendo demonstrada falha no mecanismo da justiça que tenha causado a demora, impõe-se o reconhecimento da inércia do Apelante.
Nesse sentido:
APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. ISS. PRESCRIÇÃO. CITAÇÃO INEXISTENTE. INÉRCIA. CONFIGURAÇÃO. POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO. 1. Existindo orientação jurisprudencial dominante nesta Corte sobre o tema, possível o julgamento monocrático, à luz do que dispõem os artigos 932, VIII, do novo CPC e 169 do RITJRS, alterado pela Emenda Regimental nº 03/2016. 2. Os exercícios fiscais em cobrança restam fulminados pela prescrição, na medida em que nenhuma diligência útil foi praticada nos últimos anos, sendo que sequer o executado foi citado. Incidência do art. 174, inc. I, do CTN. 3. O fato de a Súmula 409 do STJ apenas referir a prescrição ocorrida antes da propositura da ação, não afasta, do julgador, a possibilidade de reconhecimento da prescrição intercorrente mesmo de ofício, nos casos em que é manifesta a inércia do exequente, como na hipótese dos autos. Precedentes. NEGADO PROVIMENTO AO APELO. JULGAMENTO MONOCRÁTICO. APLICAÇÃO DO ART. 932, INCISO VIII, DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, C/C ARTIGO 169,

+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

XXXIX DO REGIMENTO INTERNO DESTE TRIBUNAL. (Apelação Cível Nº 70073453169, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ricardo Torres Hermann, Julgado em 16/05/2017).
Assim, correta a sentença que declarou a ocorrência da prescrição da execução, nos termos do art. 174 do Código Tributário Nacional.
Isso posto, NEGO PROVIMENTO ao recurso.
Publique-se.
Boa Vista (RR), 12 de dezembro de 2017.

Desª. Tânia Vasconcelos
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.17.002607-4 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO: SERVIO TULIO DE BARCELOS – OAB/RR N. 479-A
AGRAVADO: MARIA DE ASSUNÇÃO REBOUÇAS DANTAS
ADVOGADO: RIMATLA QUEIROZ – OAB/RR N. 194
RELATOR: DES. ALMIRO PADILHA

DECISÃO

BANCO DO BRASIL S/A interpôs agravo de instrumento contra a decisão proferida pelo Juiz de Direito da 3ª. Vara Cível de Boa Vista (EP 43), no cumprimento de sentença (número 0832607-02.2014.8.23.0010) da Ação Civil Pública nº. 16.798/98, que tramitou perante a 12ª. Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF.
Consta nos autos que o Magistrado de 1º. Grau acolheu parcialmente a impugnação ao cumprimento de sentença do EP 43 e este recurso foi interposto.
A Agravante alega, em síntese, que:
1 – recurso é tempestivo e cabível;
2 – suspensão do feito;
3 – a Agravada não tem legitimidade ativa, porque não comprova a condição de filiado ao IDEC;
4 – a sentença somente produziu efeitos nos limites territoriais do Distrito Federal, inexistindo coisa julgada neste caso;
5 – houve a prescrição do crédito;
6 – a sentença não apresenta certeza, nem liquidez e, portanto, a execução é nula;
7 – a situação exige liquidação de sentença por artigos e a Exequente elaborou planilha de cálculos sem critérios judiciais e com valor superior ao devido;
8 – são parâmetros para a liquidação de sentença neste caso:
8.1 – a observância do índice de inflação de 42,72% para janeiro de 1989 e de 10,14% para fevereiro de 1989;
8.2 – o termo inicial para os juros de mora deve ser a citação do processo de liquidação/cumprimento de sentença;
8.3 – os índices da caderneta de poupança devem ser utilizados para a atualização monetária.
Pede a atribuição de efeito suspensivo e, no mérito, o acolhimento da impugnação e das preliminares.
Indeferi o pedido de atribuição de efeito suspensivo, conforme a decisão de fl. 228-229-verso.
A Agravada não se manifestou, apesar de intimado (fl. 230-verso).
É o relatório. Decido.
O Relator pode, por meio de decisão monocrática, dar provimento a recurso contra julgado em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior. E pode não conhecer, negar ou dar provimento a recurso, nos termos dos incisos III a V do art. 932 do Código de Processo Civil. É o que dizem os incisos IV e VI do art. 90 do Regimento Interno do TJRR.
Ilegitimidade ativa, em razão da não-comprovação da condição de filiados ao IDEC. Incompetência territorial, porque apenas os titulares das contas poupança abertas no Distrito Federal teriam direito ao cumprimento de sentença. Ausência de coisa julgada
O Superior Tribunal de Justiça proferiu Acórdão em Recurso Repetitivo, entendendo que os poupadores ou seus sucessores detêm legitimidade ativa independentemente de fazerem parte dos quadros associativos do IDEC. Entendeu, também, que a sentença executada é aplicável a todos os detentores de caderneta de poupança do Banco do Brasil, independentemente de sua residência ou domicílio no Distrito Federal e que estes podem ajuizar o cumprimento individual no Juízo de seu domicílio ou no Distrito Federal.

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=
SICOJURR - 00059811

A incompetência relativa não pode ser declarada sem provocação das partes, conforme o enunciado da Súmula nº. 33 do STJ, que diz: "A INCOMPETÊNCIA RELATIVA NÃO PODE SER DECLARADA DE OFICIO".

Além disso, o Recorrente não alegou a falta de competência no momento da impugnação ao cumprimento de sentença, prorrogando-se esta, nos termos do art. 65 do CPC.

O Tribunal Superior decidiu, também, ser a coisa julgada o fundamento da legitimidade ativa e da competência territorial no caso da execução individual da AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº. 1998.01.1.016798-9.

Eis o Recurso Especial Repetitivo mencionado:

"AÇÃO CIVIL PÚBLICA. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DA 12ª VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA/DF NA AÇÃO CIVIL COLETIVA N. 1998.01.1.016798-9 (IDEC X BANCO DO BRASIL). EXPURGOS INFLACIONÁRIOS OCORRIDOS EM JANEIRO DE 1989 (PLANO VERÃO). EXECUÇÃO/LIQUIDAÇÃO INDIVIDUAL. FORO COMPETENTE E ALCANCE OBJETIVO E SUBJETIVO DOS EFEITOS DA SENTENÇA COLETIVA. OBSERVÂNCIA À COISA JULGADA.

1. Para fins do art. 543-C do Código de Processo Civil: a) a sentença proferida pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF, na ação civil coletiva n. 1998.01.1.016798-9, que condenou o Banco do Brasil ao pagamento de diferenças decorrentes de expurgos inflacionários sobre cadernetas de poupança ocorridos em janeiro de 1989 (Plano Verão), é aplicável, por força da coisa julgada, indistintamente a todos os detentores de caderneta de poupança do Banco do Brasil, independentemente de sua residência ou domicílio no Distrito Federal, reconhecendo-se ao beneficiário o direito de ajuizar o cumprimento individual da sentença coletiva no Juízo de seu domicílio ou no Distrito Federal;

b) os poupadores ou seus sucessores detêm legitimidade ativa – também por força da coisa julgada –, independentemente de fazerem parte ou não dos quadros associativos do Idec, de ajuizarem o cumprimento individual da sentença coletiva proferida na Ação Civil Pública n. 1998.01.1.016798-9, pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF.

2. Recurso especial não provido" (STJ, REsp 1391198/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/08/2014, DJe 02/09/2014).

Logo, as alegações do Agravante, nessa parte, não merecem acolhimento.

Registro que o Supremo Tribunal Federal, em relação ao inc. XXI do art. 5º. da Constituição Federal, julgou o mérito do Recurso Extraordinário com Repercussão Geral nº. 612.043, entendendo que:

"A eficácia subjetiva da coisa julgada formada a partir de ação coletiva, de rito ordinário, ajuizada por associação civil na defesa de interesses dos associados, somente alcança os filiados, residentes no âmbito da jurisdição do órgão julgador, que o fossem em momento anterior ou até a data da propositura da demanda, constantes da relação jurídica juntada à inicial do processo de conhecimento" (Tema 499).

Esse julgamento, entretanto, referiu-se às ações coletivas regidas pelo art. 2º.-A da Lei Federal nº. 9.494/1997 (dispositivo que foi apreciado durante o julgamento no STF). Não é o caso desta ação civil pública.

Necessidade de suspensão do processo

Em busca por meio da ferramenta de buscas da página do Superior Tribunal de Justiça na internet, não encontrei determinação de suspensão dos processos sobre o Plano Verão. Todas que aparecerem transitaram em julgado.

Contudo, nada impede que o Magistrado de 1º. Grau declare a suspensão do processo caso localize alguma ordem nesse sentido.

Prescrição do crédito

O STJ proferiu julgamento no Recurso Especial Repetitivo nº. 1107201/DF, de relatoria do Ministro SIDNEI BENETI, pela Segunda Seção, julgado em 08/09/2010, que resultou no Tema 300, cuja redação é a seguinte:

"É vintenária a prescrição nas ações individuais em que são questionados os critérios de remuneração da caderneta de poupança e são postuladas as respectivas diferenças, sendo inaplicável às ações individuais o prazo decadencial quinquenal atinente à Ação Civil Pública."

Portanto, na data do ajuizamento do cumprimento de sentença, a pretensão não estava prescrita.

Sentença não apresenta certeza, nem liquidez. Exigência de liquidação de sentença por artigos.

O Autor pediu expressamente ao Juiz do processo a dispensa da liquidação da sentença coletiva, por entender que ela não seria necessária (EP 1.4, fl. 11).

Nas ações coletivas a respeito de direitos individuais homogêneos, não se discute a situação individual de cada pessoa. A sentença é genérica, restando a definição, por meio de liquidação, da legitimidade para a execução, do nexo de causalidade e da quantia a ser recebida.

Câmara - Única

+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

Isso está no art. 95 do Código de Defesa do Consumidor, que diz: "Em caso de procedência do pedido, a condenação será genérica, fixando a responsabilidade do réu pelos danos causados."
Diante disso, a "A liquidação e a execução de sentença poderão ser promovidas pela vítima e seus sucessores, assim como pelos legitimados de que trata o art. 82" (art. 97 do CDC).
A liquidação de sentença é necessária para que se possa saber a quem e quanto será pago.
A respeito do assunto, Vital Serrano Nunes Júnior e Yolanda Alves Pinto Serrano de Matos lecionam:
"Uma vez proferida sentença genérica na ação coletiva proposta para a tutela de direitos individuais homogêneos, restará, para que os danos individuais sejam ressarcidos, que o quantum debeatur seja fixado, trazendo-se – agora sim – à baila as peculiaridades de cada caso concreto.
Caberá, pois, à vítima, seus sucessores ou algum dos legitimados constantes no rol do art. 82 promover a liquidação de sentença, para – como o próprio nome enseja – tornar líquido o que, com a sentença genérica, passou a ser revestido de certeza: a responsabilidade do réu" (Código de Defesa do Consumidor Interpretado, 5ª. ed., Verbatim, 2011, p. 379).
Acontece que o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº. 880.385/SP, de relatoria da Exma. Ministra NANCY ANDRIGHI, pela Terceira Turma, julgado em 02/09/2008, entendeu pela desnecessidade excepcional de liquidação prévia, quando o exequente apresentar documentos que indicam o número e agência da respectiva conta, bem como o valor em depósito em janeiro de 1989. Confira-se:
"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO COLETIVA. POSSIBILIDADE DE QUE A EXECUÇÃO DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS SEJA PROMOVIDA POR ASSOCIAÇÃO NA QUALIDADE DE REPRESENTANTE DE SEUS ASSOCIADOS. A SENTENÇA CONDENATÓRIA COLETIVA PODE, EM CIRCUNSTÂNCIAS ESPECÍFICAS, SER LIQUIDADA POR CÁLCULOS, PRESCINDINDO-SE DE PRÉVIO PROCEDIMENTO JUDICIAL DE LIQUIDAÇÃO. A PENHORA DEFERIDA CONTRA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PODE RECAIR SOBRE VALORES QUE ESTA TENHA EM CONTA-CORRENTE.
[...]
- Diante das circunstâncias específicas do caso, a execução coletiva pode dispensar a prévia liquidação por artigos ou por arbitramento, podendo ser feita por simples cálculos, na forma da antiga redação do art. 604, CPC.
[...]
Recurso não conhecido" (STJ, REsp 880.385/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/09/2008, DJe 16/09/2008).
Eis um trecho do voto da Relatora:
"Os representados pelo IDEC nesta execução apresentaram documentos que indicam o número e agência da respectiva conta, bem como o valor em depósito em janeiro de 89. Daí, para que se chegue ao valor devido basta uma simples operação matemática com planilha de cálculo. Certamente, a situação poderá ser diversa se outros beneficiados pela sentença não puderem comprovar sua condição de vítima com extratos ou documentos. Diante da diversidade de situações fáticas postas no processo coletivo, não se pode ler a lei de forma restritiva, como se ela estivesse a exigir sempre a liquidação por artigos.
Ressalte-se que o recorrente não sofrerá prejuízo processual com o procedimento aceito pelo Tribunal de origem, pois poderá, em sede de embargos do devedor, argüir a defesa que entender necessária."
Este Tribunal de Justiça, inclusive, manifestou esse entendimento diversas vezes:
"AGRAVO DE INSTRUMENTO – EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA – IDEC E BANCO DO BRASIL – EXPURGOS INFLACIONÁRIOS – SOBRESTAMENTO – LEGITIMIDADE ATIVA – LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA – CORREÇÃO MONETÁRIA – JUROS DE MORA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.
[…]
3. Havendo elementos suficientes no caso concreto, a execução de sentença coletiva pode ser feita por simples cálculos.
[…]
6. Recurso desprovido" (TJRR – AgInst 0000.17.002054-9, Rel. Des. MOZARILDO CAVALCANTI, 2ª Turma Cível, julg.: 10/11/2017, DJe 16/11/2017, p. 23)
"AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PRELIMINARES DE NULIDADE POR AUSÊNCIA DE TÍTULO EXECUTIVO E ILEGITIMIDADE ATIVA AFASTADAS. DECISÃO PROFERIDA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA APLICÁVEL A TODOS OS POUPADORES. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. DATA DA CITAÇÃO NA FASE DE CONHECIMENTO DA RESPECTIVA AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LIQUIDAÇÃO PRÉVIA. DESNECESSIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. PLANO VERÃO (JANEIRO/1989). ÍNDICE APLICÁVEL 42,72%. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO CONHECIDO, MAS NÃO PROVIDO.

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=
SICOJURR - 00059811

[...]
2. É desnecessária a prévia liquidação da sentença proferida em ação civil pública quando a apuração do montante devido depende tão somente de cálculos aritméticos de pouca complexidade.
[...]
5. Agravo conhecido, mas não provido" (TJRR – AR 0000.15.002596-3, Rel. Juiz(a) Conv. JEFFERSON FERNANDES DA SILVA, Câmara Única, julg.: 01/03/2016, DJe 09/03/2016, p. 23)
No caso concreto, o Exequente apresentou extrato que indica o número e agência da respectiva conta (EP 1.1), bem como o valor em depósito em janeiro de 1989 (EP 1.3).
Logo, o processo não carece de correção neste ponto.
Em relação aos honorários advocatícios sucumbenciais, vi que foram fixados em 10% do valor executado no despacho do EP 15, contra o qual o Executado não se insurgiu no momento devido.
Termo inicial dos juros de mora
O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento dos Recursos Especiais Repetitivos nº 1370899/SP, firmou o Tema 685, que diz ser a citação da fase de conhecimento da ação civil pública o termo inicial para a contagem dos juros moratórios. Confira-se:
"Os juros de mora incidem a partir da citação do devedor na fase de conhecimento da Ação Civil Pública, quando esta se fundar em responsabilidade contratual, se que haja configuração da mora em momento anterior."
Mais uma vez, julgado recorrido não merece reparo.
Índices de inflação e de correção monetária
Na Impugnação, o Recorrente não tratou dos índices de inflação e de correção monetária. Portanto, essa discussão não pode ser apreciada unicamente aqui no 2º. Grau de Jurisdição.
Sendo desnecessário, por isso, o encaminhamento dos autos à Contadoria Judicial.
Inclusão de valores de planos econômicos posteriores ao Plano Verão
É devida a incidência dos expurgos inflacionários posteriores a título de correção monetária plena do débito judicial. Foi o que o Superior Tribunal de Justiça decidiu no Recurso Especial Repetitivo nº. 1314478/RS, cuja ementa é a seguinte:
"DIREITO CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PLANO VERÃO. EXECUÇÃO. INCLUSÃO DE EXPURGOS INFLACIONÁRIOS SUBSEQUENTES. CABIMENTO. CORREÇÃO MONETÁRIA PLENA.
1. Para efeitos do art. 543-C do CPC: 'Na execução de sentença que reconhece o direito de poupadores aos expurgos inflacionários decorrentes do Plano Verão (janeiro de 1989), incidem os expurgos inflacionários posteriores a título de correção monetária plena do débito judicial, que terá como base de cálculo o saldo existente ao tempo do referido plano econômico, e não os valores de eventuais depósitos da época de cada plano subsequente'.
2. Recurso especial não provido" (STJ, REsp 1314478/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/05/2015, DJe 09/06/2015).
A decisão não merece mudança.
Nulidade do processo, em razão da inobservância do art. 475-F do CPC/1973
O art. 475-F do CPC/1973 (vigente na época do ajuizamento) estabelecia que a liquidação por artigos seguiria, no que coubesse, o procedimento comum. Os fatos a serem comprovados nesta liquidação são a legitimidade para a execução da sentença coletiva e o valor da execução.
Ajuizada a ação de cumprimento de sentença (EP 01), o Juiz de Direito determinou a citação do Requerido (EP 15). Este foi citado e apresentou impugnação à execução (EP 22). Dessa impugnação, resultou, entre outras, a decisão recorrida (EP 43).
No momento imediatamente posterior à apresentação da impugnação à execução, a liquidação afastou-se do devido processo legal. Ou seja, tomou um rumo diferente daquele previsto para o processo comum, o que enseja a nulidade de todos os atos praticados a partir desse momento.
Este Tribunal de Justiça pacificou a necessidade de declaração de nulidade dos atos processuais que não respeitaram o devido processo legal:
"AGRAVO DE INSTRUMENTO. HOMOLOGAÇÃO DOS CÁLCULOS DO CREDOR. INOBSERVÂNCIA DO PROCEDIMENTO PREVISTO NO ART. 523 DO CPC. PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO QUE SOMENTE COMEÇA A CORRER APÓS ESCOADO O PRAZO PARA O PAGAMENTO VOLUNTÁRIO DA DÍVIDA. OFENSA AO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. RECURSO CONHECIDO. DECISÃO ANULADA DE OFÍCIO.
[...]
4. A decisão agravada, ao não observar o desenvolvimento regular dos atos processuais, afigura-se nula, por inobservância ao devido processo legal, bem como dos corolários do contraditório e da ampla defesa, consagrados no art. 5º, LV, da Constituição Federal de 1988.

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

5. Recurso conhecido, sentença anulada de offício, mérito prejudicado" (TJRR – AgInst 0000.17.001583-8, Rel. Des. JEFFERSON FERNANDES DA SILVA, 2ª Turma Cível, julg.: 20/10/2017, DJe 25/10/2017, p. 8)

* * *

"APELAÇÃO CÍVEL EM MANDADO DE SEGURANÇA. PRELIMINAR DE NULIDADE. SENTENÇA PROFERIDA ANTES DE ESCOADO O PRAZO LEGAL PARA MANIFESTAÇÃO DA AUTORIDADE IMPETRADA. INOBSERVÂNCIA DO ARTIGO 7º, II, DA LEI Nº. 12.016/09. VIOLAÇÃO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E DO CONTRADITÓRIO. PRELIMINAR ACOLHIDA. SENTENÇA ANULADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO" (TJRR – AC 0010.16.819193-9, Rel. Des. JEFFERSON FERNANDES DA SILVA, 2ª Turma Cível, julg.: 24/08/2017, DJe 28/08/2017, p. 09)

* * *

"AGRAVO DE INSTRUMENTO – LIQUIDAÇÃO POR CÁLCULO – ANULAÇÃO DA DECISÃO QUE HOMOLOGOU OS CÁLCULOS DO CREDOR – PRECLUSÃO PARA O JUIZ – INOCORRÊNCIA – VÍCIO DE FORMA – QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA – INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO. NULIDADE DA DECISÃO – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

[...]

3. A chamada 'liquidação por cálculo' foi excluída do CPC de 1973 no ano de 1994, por meio da Lei Federal nº. 8.898/1994. Ou seja, toda a liquidação por cálculo realizada é nula de pleno direito, porque está em desacordo com o procedimento legal previsto no CPC/1973 (art. 475-B) e, consequentemente, viola o princípio do devido processo legal, previsto no inc. LIV do art. 5º. da CF.

[...]

5. Recurso conhecido e provido" (TJRR – AgInst 0000.17.001148-0, Rel. Des. ALMIRO PADILHA, 1ª Turma Cível, julg.: 04/08/2017, DJe 08/08/2017, p. 20)

O Requerido foi citado para responder à inicial, mas apresentou impugnação à execução. Depois disso surgiu o vício que maculou o processo.

Dispositivo

Por essas razões, autorizado pelo art. 90 do CPC, conheço e dou provimento parcial ao recurso, para, de ofício, declarar a nulidade parcial do processo a contar do EP 24 em diante e determinar a continuidade do feito.

Publique-se e intimem-se.

Após as providências necessárias, arquive-se.

Boa Vista, 12 de dezembro de 2017.

Des. Almiro Padilha
Relator

HABEAS CORPUS Nº 0000.17.002907-8 - BOA VISTA/RR
IMPETRANTE: DEFENSOR PÚBICO ROGENILTON FERREIRA GOMES
PACIENTE: RYCHARDSON VICTOR EVARISTO DE OLIVEIRA
AUTORIDADE COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL
RELATOR: JUIZ CONVOCADO LUIZ FERNANDO MALLET

DECISÃO

Trata-se de habeas corpus com pedido de liminar impetrado em favor de Rychardson Victor Evaristo de Oliveira, preso em flagrante no dia 04/03/2016, convertida em preventiva na data de 05/03/2016, pela suposta prática delitiva prevista no art. 157, §2º, I c/c art. 14, II, ambos do Código Penal.

Alega o impetrante, em síntese, que há excesso de prazo na constrição cautelar, tendo em vista que o paciente encontra-se preso há aproximadamente 638 (seiscentos e trinta e oito) dias, sem o encerramento da instrução criminal.

Esclarece que não houve participação da defesa no aludido atraso restando caracterizado o constrangimento ilegal suportado pelo paciente em virtude do apontado excesso de prazo, ressaltando as condições pessoais favoráveis do paciente.

Costa na Ata de deliberação de fl. 60 que a audiência designada para o dia 26/07/2019, se realizou, porém, o MP insistiu na oitiva de uma testemunha de acusação que estava ausente. Após, consta uma sequência de audiências que não se realizaram ora pela ausência do MP, ora pela ausência da testemunha de acusação, ora pela ausência do Juiz, ora porque o preso não foi apresentado pelo sistema prisional ou porque este se recusou a comparecer.

Câmara - Única

+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

Requer o deferimento da medida liminar, com a expedição de alvará de soltura e, no mérito, pugna pela concessão definitiva da ordem, com a obrigatoriedade de comparecimento do paciente a todos os atos processuais.
Juntou documentos de fls. 19/39.
É o relatório. DECIDO.
A liminar em habeas corpus é medida excepcional, cuja concessão somente se mostra possível, quando, mesmo em análise perfunctória, se mostra apurável, de plano, o alegado constrangimento pela ótica da patente ilegalidade.
No presente caso, a demanda de tempo não é razoável, uma vez que o paciente encontra-se custodiado há quase 02 (dois) anos, sem ao menos ter sido interrogado, havendo pouca contribuição da defesa, uma vez que a Juíza informou na Ata de deliberação de fls. 33/34 que o paciente se recusou a comparecer no juízo naquela oportunidade porque haveria uma determinação da liderança de uma organização criminosa, segundo informações prestada pelo Diretor da Penitenciária Agrícola Monte Cristo - PAMC.
Registre-se que, apesar da recusa do paciente em comparecer ao citado ato, em outras oportunidades o paciente compareceu às audiências designadas nos dias 23/08/2016, 08/09/2016, 25/01/2017 e nas audiências dos dias 22/11/2016, 12/12/2016 o réu não foi apresentado pelo Sistema Prisional, numa das ocasiões por falta de viatura (fl. 29).
Assim, entendo que a garantia constitucional da conclusão do processo em prazo razoável (art. 5º, inc. LXXVIII) se afigura como um preceito que deve ser perseguido pelo Judiciário, não se mostrando razoável a demora ora verificada para encerramento da instrução criminal, mormente porque já se passaram mais de vinte meses sem que o paciente tenha sido interrogado, impondo-se a imediata soltura do paciente.
Por fim, considerando a gravidade do crime imputado ao paciente, roubo circunstanciado tentado, cf. disposto no art. 157, § 2º, inciso I c/c art. 14, II, ambos do CP, entendo necessária a imposição de medidas cautelares diversas da prisão nos termos do art. 282, II e § 2.º, do CPP.
Pelo exposto, verificado o constrangimento ilegal suportado pelo paciente, em face do excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal, relaxo a prisão preventiva de RYCHARDSON VICTOR EVARISTO DE OLIVEIRA, com a imposição das medidas cautelares do art. 319, I, IV e V do CPP, quais sejam:
1) Comparecer em juízo de conhecimento mensalmente para informar suas atividades, devendo fazê-lo nos próximos 07 dias após a soltura para atualizar seu endereço;
2) Não ausentar-se da Comarca sem autorização do Juízo processante;
3) Recolher-se à sua casa no período noturno e dias de folga.
Expeça-se o competente ALVARÁ DE SOLTURA.
Comunique-se, de ordem, a autoridade coatora da presente decisão.
Dispenso as informações.
Após, abra-se vista à douta Procuradoria de Justiça para manifestação, no prazo legal.
Publique-se e intime-se.
Boa Vista, 11 de dezembro de 2017.

Juiz Convocado Luiz Fernando Mallet - Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.17.001969-9 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: CLINICA RENAL DE RORAIMA LTDA - EPP
ADVOGADA: NEIDE INACIO CAVALCANTE – OAB/RR N. 602
AGRAVADO: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: TEMAIR CARLOS DE SIQUEIRA
RELATOR: DES. MOZARILDO CAVALCANTI

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento com pedido de antecipação de tutela, interposto contra decisão proferida no processo nº 0820325-24.2017.8.23.0010, que deferiu a tutela antecipada em sede de decisão provisória, cujo o objeto é que a agravante se abstenha de realizar qualquer ato que resulte na suspensão ou interrupção do serviço de hemodiálise a beira leito, dos pacientes internados no Hospital Geral de Roraima, sob pena de multa de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) por sessão de hemodiálise que deixe de ser realizada.
Em síntese, a agravante alega que não pode manter o serviço de hemodiálise, por se tratar de um serviço extremamente oneroso e inviável sem a devida contraprestação pelo Estado.

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

Ao final, pede o conhecimento e provimento do recurso para reformar da decisão combatida para que não seja agravante obrigada a manter os serviços de hemodiálise, o que acarretará em prejuízo irreparável.
Foi realizada uma audiência de conciliação no agravo de instrumento de nº0000.17.001921-0, que trata de situação conexa, em que as partes se comprometeram a manter o atendimento e a contraprestação na forma da decisão impugnada até o julgamento do mérito do recurso. Por isso, restou prejudicado o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao agravo.
Em contrarrazões de fls.50-53, o agravado sustenta, preliminarmente, que o agravante descumpriu o art. 1.018 do CPC/15, uma vez que deixou de juntar aos autos de origem, cópia da petição do presente agravo de instrumento e a relação dos documentos. Por fim, requer a inadmissibilidade do recurso. No mérito, requer o desprovimento do recurso.
Primeiramente, cabe mencionar que o presente agravo de instrumento é processo físico, ao passo que o processo originário é eletrônico. Dessa forma, aplica-se o disposto nos §2º e §3º do art. 1.018 do CPC/15, o qual dispõe:
Art. 1.018. O agravante poderá requerer a juntada, aos autos do processo, de cópia da petição do agravo de instrumento, do comprovante de sua interposição e da relação dos documentos que instruíram o recurso.
§ 1o Se o juiz comunicar que reformou inteiramente a decisão, o relator considerará prejudicado o agravo de instrumento.
§ 2o Não sendo eletrônicos os autos, o agravante tomará a providência prevista no caput, no prazo de 3 (três) dias a contar da interposição do agravo de instrumento.
§ 3o O descumprimento da exigência de que trata o § 2o, desde que arguido e provado pelo agravado, importa inadmissibilidade do agravo de instrumento.
Nos termos do caput do art. 1.018, § 2º do NCPC, incumbe à parte agravante, no prazo de três dias, contados da data de interposição do agravo, juntar aos autos do processo cópia da petição do agravo, do comprovante de sua interposição, além da relação dos documentos que formam o instrumento.
Dispõe o § 3º do referido artigo que a inobservância da exigência de que trata o § 2º acarreta o não-conhecimento do recurso, desde que arguida e comprovada pela parte agravada.
No presente caso, o agravante não juntou aos autos de origem cópia da petição do presente agravo de instrumento e a relação dos documentos, conforme certidão de fl. 835, juntada pelo agravado.
Cabe mencionar que o próprio apelante confirma o alegado pelo agravado, apesar de argumentar ausência de prejuízo.
A comunicação do agravo de instrumento ao juízo em que foi prolatada a decisão tem a finalidade de permitir o juízo de retratação. Apesar de o caput do artigo utilizar a expressão "poderá", não se trata de uma faculdade do agravante, uma vez que o próprio §3º prevê uma consequência em caso de descumprimento.
Cito os seguintes precedentes:
AGRAVO INTERNO - AGRAVO DE INSTRUMENTO ELETRÔNICO - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA INDIVIDUAL EM AÇÃO COLETIVA - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS - PLANO VERÃO - SUSPENSÃO POR DETERMINAÇÃO DO STJ - RESP 1.361.799/SO E RESP 1.438.263/SP - PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO ELETRÔNICO - DESCUMPRIMENTO DO ART. 526, DO CPC/73 CORRESPONDENTE AO ART. 1.018 DO CPC/15 - NÃO OBRIGATORIEDADE - § 2, DO ART. 1.018, DO CPC/15. Nos termos do § 2º, do art. 1.018, do CPC/15, o comprovante da interposição do recurso na origem, com as peças necessárias, só será obrigatório quando o processo não for eletrônico. (TJ-MG - AGT: 10024142766583003 MG, Relator: Sérgio André da Fonseca Xavier, Data de Julgamento: 29/06/2016, Câmaras Cíveis / 18ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 29/06/2016)
AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL. AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO DA INTERPOSIÇÃO DO AGRAVO PERANTE O JUÍZO A QUO. ARGUIÇÃO PELO AGRAVADO. NÃO ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 1.018 DO NCPC. RECURSO NÃO CONHECIDO. 1. A parte agravante não atendeu o disposto no art. 1.018 do Código de Processo Civil, ensejando o não conhecimento do agravo, diante da incidência do parágrafo segundo do mesmo dispositivo legal. Precedentes desta Corte. 2. A ausência de comunicação ao Juízo a quo da interposição de agravo de instrumento e devidamente arguida pela parte agravada, importa em inobservância a pressuposto de admissibilidade recursal, que uma vez desatendido resulta no não conhecimento do recurso. 2. Recurso de Agravo de Instrumento não conhecido. (Classe: Agravo de Instrumento,Número do Processo: 0005238-29.2016.8.05.0000, Relator (a): Maurício Kertzman Szporer, Segunda Câmara Cível, Publicado em: 13/07/2016) (TJ-BA - AI: 00052382920168050000, Relator: Maurício Kertzman Szporer, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 13/07/2016)
AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE CUMULADA COM AÇÃO DE ALIMENTOS. DESCUMPRIMENTO DO ART. 1.018 DO CPC/2015. O não-atendimento ao disposto no art. 1.018 do CPC/2015, desde que arguido e comprovado pela parte agravada, acarretam o não-

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

conhecimento do recurso. Agravo de instrumento não conhecido, de plano. (Agravo de Instrumento Nº 70069881431, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luís Dall'Agnol, Julgado em 06/07/2016). (TJ-RS - AI: 70069881431 RS, Relator: Jorge Luís Dall'Agnol, Data de Julgamento: 06/07/2016, Sétima Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 11/07/2016)
AGRAVO DE INSTRUMENTO. INOBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO CAPUT DO ART. 1.018, § 2º DO NCPC. Nos termos do § 2º do art. 1.018 do NCPC, incumbe ao agravante, no prazo de três dias, contados da data de interposição do agravo, juntar aos autos do processo cópia da petição do agravo, do comprovante de sua interposição, além da relação dos documentos que formam o instrumento. O descumprimento do disposto no referido dispositivo acarreta o não conhecimento do recurso, desde que argüido e comprovado pelo agravado. Inteligência do § 3º do art. 1.018 do NCPC. RECURSO NÃO CONHECIDO. (TJ-RS, Agravo de Instrumento Nº 70068742840, Décima Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Paulo Sérgio Scarparo, Julgado em 12/05/2016).
Diante dos fatos, verifica-se que o referido pressuposto de admissibilidade não se encontra presente.
Por esta razão, nego seguimento ao recurso.
Publique-se e intime-se.
Boa Vista/RR, 06 de dezembro de 2017.

Des. Mozarildo Monteiro Cavalcanti
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.832389-1 - BOA VISTA/RR
APELANTE: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO: SERVIO TULIO DE BARCELOS – OAB/RR N. 479-A
APELADO: MARIA APARECIDA DA SILVA RAMOS BRUNO
ADVOGADO: LAIS RAMOS CHRUSCIAK – OAB/RR N. 1057 E OUTRO
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Trata-se de Apelação Cível interposta por Banco do Brasil S/A contra decisão proferida pelo Juízo da 2.ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, que acolheu parcialmente a impugnação à execução, apenas par afastar os juros remuneratórios.
Afirma o apelante, em síntese, que a decisão deve ser reformada, para que seja acolhida integralmente.
Sem contrarrazões.
Vieram-me os autos conclusos.
É o sucinto relato.
DECIDO.
O apelo não merece conhecimento.
O apelante opôs impugnação à execução alegando ausência de interesse de agir da exequente; necessidade de suspensão da execução, por se tratar de matéria sobrestada no STJ; ilegitimidade ativa da exequente; nulidade do título, nos termos do art. 803 do CPC/73 e por ausência de liquidação; excesso na execução; que os juros de mora devem incindir a partir da citação do cumprimento de sentença, sem incidência dos juros remuneratórios e de expurgos inflacionários dos planos subsequentes; que é incabível a fixação de honorários advocatícios; e, por fim, apontou o valor que reputa ser o devido.
O juiz acolheu parcialmente a impugnação, apenas para afastar a incidência dos juros remuneratórios.
A decisão atacada acolheu parcialmente a impugnação ao cumprimento de sentença oposto pelo apelante sem, contudo, por fim ao feito executivo proposto pela apelada.
Trata-se, assim, de decisão interlocutória, e não de sentença, nos termos do art. 203, § 2.º, do CPC/15, em face da qual, conforme preceitua o art. 1.025, parágrafo único, do CPC/15, cabe agravo de instrumento, e não apelação, como aqui incorretamente intentada.
Dessa forma, o caso é o de não conhecimento do recurso, por erro injustificável na sua interposição, sem a possibilidade de aplicação do princípio da fungibilidade.
Nesse sentido:
"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGUROS. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ART. 535 DO ANTIGO CPC. AUSÊNCIA DE OMISSÕES. DECISÃO QUE EXTINGUE PARCIALMENTE A FASE. NATUREZA INTERLOCUTÓRIA. RECURSO CABÍVEL. AGRAVO. INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

1. Não se viabiliza o recurso especial pela alegada violação ao art. 1.022, I e II, do Novo CPC (art. 535, I e II, do CPC/73). Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente.
2. 'Este Superior Tribunal de Justiça tem entendimento sedimentado de que da decisão que julga impugnação ao cumprimento de sentença, sem extinção da fase executiva, é cabível o agravo de instrumento, nos termos da segunda parte do § 3º do art. 475-M do CPC, não se aplicando o princípio da fungibilidade para conhecimento de de apelação, por constituir erro grosseiro'. (AgRg no AREsp 154.794/SP, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 25.11.2014, DJe 11.12.2014).
3. Agravo interno não provido."
(STJ, AgInt no AREsp 983.766/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 02/02/2017)
ISSO POSTO, com fulcro no art. 932, III do CPC/2015 c/c art. 90, IV do RITJRR, não conheço do recurso por ser manifestamente incabível.
Boa Vista (RR), 11 de dezembro de 2017.

Desa. Tânia Vasconcelos
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0020.14.800921-8 - CARACARAÍ/RR
APELANTE: IVO ROBERTO PEREIRA
ADVOGADO: EMERSON CRYSTYAN RODRIGUES BRITO – OAB/RR 768 E OUTRO
APELADO: O MUNICIPIO DE CARACARAI
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: SUZETE DE CARVALHO OLIVEIRA
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Trata-se de Apelação Cível interposta por Ivo Roberto Pereira contra sentença proferida pelo Juízo da Comarca de Caracaraí, que julgou parcialmente procedentes os pedidos, determinando o pagamento apenas dos valores correspondentes ao saldo de salário do período não prescrito.
Irresignado, o Apelante afirma, em síntese, que a sentença acarreta o enriquecimento ilícito da administração pública e que os direitos pretendidos devem lhe ser garantidos.
Aduz, ainda, que o prazo prescricional deveria iniciar a contagem do prazo a partir da propositura da ação.
Ao final, pugna pelo conhecimento e provimento do apelo, para reformar a sentença monocrática de modo a determinar o pagamento dos valores constantes na ficha financeira e que não foram pagos pelo recorrido.
Sem contrarrazões.
É o breve relato.
DECIDO.
Analisando os autos, observa-se que a sentença a quo encontra-se em conformidade com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que consolidou o entendimento de que os contratos de trabalho firmados com a administração pública em desconformidade com os preceitos do art. 37, IX, da Constituição Federal não geram efeitos jurídicos válidos, vejamos:
"ADMINISTRATIVO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO CONTRATADO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. REQUISITOS DE VALIDADE (RE 658.026, REL. MIN. DIAS TOFFOLI, DJE DE 31/10/2014, TEMA 612). DESCUMPRIMENTO. EFEITOS JURÍDICOS. DIREITO À PERCEPÇÃO DOS SALÁRIOS REFERENTES AO PERÍODO TRABALHADO E, NOS TERMOS DO ART. 19-A DA LEI 8.036/1990, AO LEVANTAMENTO DOS DEPÓSITOS EFETUADOS NO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS. 1. Reafirma-se, para fins de repercussão geral, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que a contratação por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público realizada em desconformidade com os preceitos do art. 37, IX, da Constituição Federal não gera quaisquer efeitos jurídicos válidos em relação aos servidores contratados, com exceção do direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e, nos termos do art. 19-A da Lei 8.036/1990, ao levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS. 2. Recurso extraordinário a que se dá parcial provimento, com o reconhecimento da repercussão geral do tema e a reafirmação da jurisprudência sobre a matéria." (RE 765320 RG, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, julgado em 15/09/2016, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-203 DIVULG 22-09-2016 PUBLIC 23-09-2016).

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

Tal julgado, por unanimidade, reconheceu a existência de repercussão geral acerca da questão constitucional suscitada e reafirmou a jurisprudência dominante da matéria.
Esta Corte de Justiça, por sua vez, também já se posicionou sobre o assunto:
APELAÇÃO CÍVEL - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - CONTRATAÇÃO DE PESSOAL - AUSÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO - NULIDADE - PRETENSÃO AO RECEBIMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS, 13.º SALÁRIO PROPORCIONAL - IMPOSSIBILIDADE - TEMA 308 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - RECURSO DESPROVIDO 1. Os contratos temporários declarados nulos com a administração pública têm como "Efeitos jurídicos: pagamento do saldo salarial e levantamento de FGTS" (STF, RE nº 863.125/MG-AgR, Segunda Turma, Relator: Ministro Gilmar Mendes - p.: 06/05/2015); 2. Revelando-se como impossível a pretensão a outras verbas, tem-se como impositiva a manutenção da sentença. (TJRR – AC 0020.13.700157-2, Rel. Des. CRISTÓVÃO SUTER, Câmara Cível, julg.: 18/08/2016, DJe 01/09/2016, p. 27).
APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. VERBAS RESCISÓRIAS. SERVIDOR PÚBLICO. CONTRATO TEMPORÁRIO. NULIDADE DA CONTRATAÇÃO. DIREITO À PERCEPÇÃO APENAS DO SALDO DE SALÁRIO E FGTS. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (TJRR – AC 0010.14.810911-8, Rel. Des. MOZARILDO CAVALCANTI, Câmara Cível, julg.: 25/05/2016, DJe 08/11/2016, p. 08).
Quanto à alegação de que a prescrição deve ser contada a partir da propositura da ação, não é o que determina o Decreto-Lei nº 20.910/32, aplicável ao caso em análise. Assim, correta a aplicação do prazo prescricional pelo Magistrado a quo, não havendo o que se corrigir.
Nesse contexto, escorreita a sentença que, em sintonia com a jurisprudência do STF, julgou parcialmente procedentes os pedidos da inicial, uma vez que a nulidade do contrato não gera efeito jurídico e não garante, consequentemente, o direito ao recebimento dos adicionais e benefícios pretendidos pelo apelante e, ainda, afastou as verbas alcançadas pela prescrição quinquenal.
Isso posto, com fulcro no art. 932, IV, b, do CPC/2015 c/c art. 90, V, do RITJRR, NEGO PROVIMENTO ao recurso, mantendo incólume a sentença guerreada.
Publique-se e intimem-se.
Boa Vista - RR, 11 de dezembro de 2017.

Desª. Tânia Vasconcelos
Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.10.918659-2 - BOA VISTA/RR
APELANTE: O MUNICIPIO DE BOA VISTA
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: LUIZ TRAVASSOS DUARTE NETO E OUTROS
APELADO: JOSE TORQUATO DA SILVA
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Trata-se de Apelação Cível interposta pelo Município de Boa Vista contra sentença proferida pelo Juízo da 2.ª Vara da Fazenda Pública que extinguiu a Execução Fiscal n.º 0918659-40.2010.8.23.0010, com resolução do mérito, reconhecendo a prescrição dos débitos constantes na Certidão da Dívida Ativa nº 2010010354.
Afirma o apelante, em síntese, que a Fazenda Pública não pode ser prejudicada em razão de cumprimento ao art. 128 do provimento CGJ n.º 01/2009, que determina a suspensão das execuções fiscais cujo valor seja inferior a 05 UFER.
Aduz, que a execução permaneceu paralisada por força de mecanismo processual e não por desídia do exequente.
Por fim, requer o provimento do recurso, para cassar a sentença combatida e determinar o prosseguimento da presente execução fiscal.
É o breve relato.
Com fulcro no art. 90, V do RITJRR, DECIDO.
O recurso merece provimento.
A sentença vergastada restou assim proferida (EP. 86):
" (...)
Ademais, a jurisprudência pátria, entende que, transcorrido o lapso temporal de 5 (cinco) anos, desde o ajuizamento da execução, qual seja a data 16/12/2010, até a citação válida do devedor, na data 16/01/2017, há de ser reconhecida a prescrição, assim, vejamos:
(...)

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

Com isso, prescrito o presente débito, verifica-se que a medida que se impõe é a extinção do presente feito, com resolução do mérito, vez que a parte executada não foi citada dentro do prazo de 5 (cinco) anos após o ajuizamento dos presentes autos."

De fato, denota-se dos autos que a presente ação executiva não teve outra movimentação processual que não a determinação de arquivamento do feito em virtude do valor executado ser inferior a 05 (cinco) UFERR, nos termos do art. 128 do Provimento CGJ n.º 01/2009, revogado pelo Provimento CGJ n.º 2/2014.

Observa-se, portanto, que não houve desídia da Fazenda Pública a ensejar a ocorrência da prescrição intercorrente, ficando o feito paralisado desde o seu ajuizamento em razão de movimentação processual determinada por esta própria Corte, de modo que não se pode penalizar o exequente por cumprimento de norma do próprio Judiciário.

Aliás, essa Corte vem se posicionando nesse sentido:

"APELAÇÃO CÍVEL EM EXECUÇÃO FISCAL - PROCESSO ARQUIVADO PROVISORIAMENTE COM FUNDAMENTO EM PROVIMENTO DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RORAIMA - AUSÊNCIA DE INÉRCIA DO TITULAR DA PRETENSÃO - INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

1. Este Tribunal de Justiça adotou o entendimento de que o período de arquivamento provisório, decorrente do baixo valor da execução, com fundamento no Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça, não pode ser utilizado para prejudicar a fazenda pública, visto que ela não deu causa à demora do processo.

2. A prescrição pressupõe a inércia do titular da pretensão. Se não houve inércia, não há prescrição.

3. No caso concreto, descontando-se os períodos de arquivamento provisório, não houve prescrição intercorrente."

(TJRR - AC 0010.10.920290-2, Rel. Des. Almiro Padilha, 2.ª Turma Cível, julg. 31.08.2017, DJe 05.09.2017, p. 14)

"APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL EM RAZÃO DO PEQUENO VALOR – DOIS GRUPOS DISTINTOS – 1º GRUPO – ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO COM BASE NO NOVO PROVIMENTO DA CORREGEDORIA (02/2017) – FUNDAMENTADO NA LEI ESTADUAL Nº 1.204/2016 – SUSPENDE O PRAZO PRESCRICIONAL COM BASE NO ENTENDIMENTO DO STJ – RESP 1102554/MG – REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA – JULGADO EM SEDE DE RECURSOS REPETITIVOS – TEMA 100 – 2º GRUPO – ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO POR FORÇA DO PROVIMENTO DA CORREGEDORIA Nº 02/2014 – INEXISTÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA PARA SUSPENDER O PRAZO PRESCRICIONAL – MERO ATO NORMATIVO INTERNO – NÃO PODE SER UTILIZADO PARA PREJUDICAR A FAZENDA PÚBLICA – INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE – ENTENDIMENTO FIRMADO NESTE TRIBUNAL – SENTENÇA ANULADA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

1. As ações de execução fiscais poderão ser suspensas em razão do pequeno valor, fazendo-se necessário distinguir dois grupos existentes.

2. Quando a determinação de arquivamento for com base no novo Provimento 02/2017 da Corregedoria, este terá força para suspender o prazo prescricional, por estar fundamentado na Lei Estadual nº 1.2014/2016, e por estar em concordância com o estabelecido na tese nº 100 do STJ, após o julgamento do REsp 1102554/MG, representativo de controvérsia, em sede de recursos repetitivos.

3. Por outro lado, quando o arquivamento provisório ocorrer por força do Provimento da Corregedoria nº 02/2014, não haverá a suspensão do prazo prescricional, por não ter fundamento em nenhuma lei específica que determine tal suspensão.

4. O caso concreto se amolda ao segundo caso, quando este Tribunal de Justiça definiu seu entendimento de que o período do arquivamento provisório, decorrente do baixo valor da execução, com fundamento no art. 128 do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça (02/2014), não pode ser utilizado para prejudicar a fazenda pública, visto que ela não deu causa à demora do processo.

5. Observando-se as causas de interrupção, suspensão e não-contagem do prazo, não houve prescrição intercorrente no caso concreto.

5. Sentença anulada.

6. Recurso conhecido e provido

(TJRR – AC 0010.08.901342-8, Rel. Des. MOZARILDO CAVALCANTI, 2ª Turma Cível, julg.: 24/11/2017, DJe 28/11/2017, p. 20)

"APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. AFASTADA A OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. ARQUIVAMENTO DOS AUTOS POR FORÇA DE PROVIMENTO DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA. EXECUÇÃO FISCAL, CUJO VALOR NÃO ULTRAPASSAVA 05 (CINCO) UFERR. SITUAÇÃO QUE NÃO DEMONSTRA INÉRCIA DA PARTE EXEQUENTE. TRÂMITE PROCESSUAL SUSPENSO POR MOTIVOS INERENTES A MECANISMOS DA JUSTIÇA. RECURSO

Câmara - Única

+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

CONHECIDO E PROVIDO, PARA DETERMINAR O RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM, PARA REGULAR PROSSEGUIMENTO DO FEITO.
1. É consabido que não pode a parte credora ser penalizada com decreto de prescrição por motivos inerentes ao Poder Judiciário.
2. In casu, descontado do período total de tramitação do feito aquele interregno em que restou paralisado em virtude de mecanismo inerente ao Judiciário, verifico que não transcorreu o prazo prescricional de 05 (cinco) anos" (TJRR - AC 0010.08.901659-5, Rel. Des. Jefferson Fernandes da Silva, Câmara Cível, julg.: 13/10/2016, DJe: 18/10/2016, p. 18)
ISSO POSTO, inexistindo desídia do exequente que justifique o reconhecimento da prescrição, DOU PROVIMENTO ao recurso para anular a sentença monocrática e determinar o regular prosseguimento do feito.
Boa Vista, 11 de dezembro de 2017.

Desa. TÂNIA VASCONCELOS
- Relatora -

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.10.920651-5 - BOA VISTA/RR
APELANTE: O MUNICIPIO DE BOA VISTA
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: LUIZ TRAVASSOS DUARTE NETO E OUTROS
APELADO: ORGANELO DA SILVA VIEIRA
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Trata-se de Apelação Cível interposta pelo Município de Boa Vista contra sentença proferida pelo Juízo da 2.ª Vara da Fazenda Pública que extinguiu a Execução Fiscal n.º 0920651-36.2010.8.23.0010, com resolução do mérito, reconhecendo a prescrição dos débitos constantes na Certidão da Dívida Ativa nº 2010004178.
Afirma o apelante, em síntese, que a Fazenda Pública não pode ser prejudicada em razão de cumprimento ao art. 128 do provimento CGJ n.º 01/2009, que determina a suspensão das execuções fiscais cujo valor seja inferior a 05 UFER.
Aduz, que a execução permaneceu paralisada por força de mecanismo processual e não por desídia do exequente.
Por fim, requer o provimento do recurso, para cassar a sentença combatida e determinar o prosseguimento da presente execução fiscal.
É o breve relato.
Com fulcro no art. 90, V do RITJRR, DECIDO.
O recurso merece provimento.
A sentença vergastada restou assim proferida (EP. 63):
" (...)
Ademais, a jurisprudência pátria, entende que, transcorrido o lapso temporal de 5 (cinco) anos, desde o ajuizamento da execução, qual seja a data 03/12/2010, até a citação válida do devedor, na data 31/01/2017, há de ser reconhecida a prescrição, assim, vejamos:
(...)
Com isso, prescrito o presente débito, verifica-se que a medida que se impõe é a extinção do presente feito, com resolução do mérito, vez que a parte executada não foi citada dentro do prazo de 5 (cinco) anos após o ajuizamento dos presentes autos."
De fato, denota-se dos autos que a presente ação executiva não teve outra movimentação processual que não a determinação de arquivamento do feito em virtude do valor executado ser inferior a 05 (cinco) UFERR, nos termos do art. 128 do Provimento CGJ n.º 01/2009, revogado pelo Provimento CGJ n.º 2/2014.
Observa-se, portanto, que não houve desídia da Fazenda Pública a ensejar a ocorrência da prescrição intercorrente, ficando o feito paralisado desde o seu ajuizamento em razão de movimentação processual determinada por esta própria Corte, de modo que não se pode penalizar o exequente por cumprimento de norma do próprio Judiciário.
Aliás, essa Corte vem se posicionando nesse sentido:
"APELAÇÃO CÍVEL EM EXECUÇÃO FISCAL - PROCESSO ARQUIVADO PROVISORIAMENTE COM FUNDAMENTO EM PROVIMENTO DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RORAIMA - AUSÊNCIA DE INÉRCIA DO TITULAR DA PRETENSÃO - INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

1. Este Tribunal de Justiça adotou o entendimento de que o período de arquivamento provisório, decorrente do baixo valor da execução, com fundamento no Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça, não pode ser utilizado para prejudicar a fazenda pública, visto que ela não deu causa à demora do processo.
2. A prescrição pressupõe a inércia do titular da pretensão. Se não houve inércia, não há prescrição.
3. No caso concreto, descontando-se os períodos de arquivamento provisório, não houve prescrição intercorrente."
(TJRR - AC 0010.10.920290-2, Rel. Des. Almiro Padilha, 2.ª Turma Cível, julg. 31.08.2017, DJe 05.09.2017, p. 14)
"APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL EM RAZÃO DO PEQUENO VALOR - DOIS GRUPOS DISTINTOS - 1º GRUPO - ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO COM BASE NO NOVO PROVIMENTO DA CORREGEDORIA (02/2017) - FUNDAMENTADO NA LEI ESTADUAL Nº 1.204/2016 - SUSPENDE O PRAZO PRESCRICIONAL COM BASE NO ENTENDIMENTO DO STJ - RESP 1102554/MG - REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA - JULGADO EM SEDE DE RECURSOS REPETITIVOS - TEMA 100 - 2º GRUPO - ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO POR FORÇA DO PROVIMENTO DA CORREGEDORIA Nº 02/2014 - INEXISTÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA PARA SUSPENDER O PRAZO PRESCRICIONAL - MERO ATO NORMATIVO INTERNO - NÃO PODE SER UTILIZADO PARA PREJUDICAR A FAZENDA PÚBLICA - INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - ENTENDIMENTO FIRMADO NESTE TRIBUNAL - SENTENÇA ANULADA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.
1. As ações de execução fiscais poderão ser suspensas em razão do pequeno valor, fazendo-se necessário distinguir dois grupos existentes.
2. Quando a determinação de arquivamento for com base no novo Provimento 02/2017 da Corregedoria, este terá força para suspender o prazo prescricional, por estar fundamentado na Lei Estadual nº 1.2014/2016, e por estar em concordância com o estabelecido na tese nº 100 do STJ, após o julgamento do REsp 1102554/MG, representativo de controvérsia, em sede de recursos repetitivos.
3. Por outro lado, quando o arquivamento provisório ocorrer por força do Provimento da Corregedoria nº 02/2014, não haverá a suspensão do prazo prescricional, por não ter fundamento em nenhuma lei específica que determine tal suspensão.
4. O caso concreto se amolda ao segundo caso, quando este Tribunal de Justiça definiu seu entendimento de que o período do arquivamento provisório, decorrente do baixo valor da execução, com fundamento no art. 128 do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça (02/2014), não pode ser utilizado para prejudicar a fazenda pública, visto que ela não deu causa à demora do processo.
5. Observando-se as causas de interrupção, suspensão e não-contagem do prazo, não houve prescrição intercorrente no caso concreto.
5. Sentença anulada.
6. Recurso conhecido e provido
(TJRR - AC 0010.08.901342-8, Rel. Des. MOZARILDO CAVALCANTI, 2ª Turma Cível, julg.: 24/11/2017, DJe 28/11/2017, p. 20)
"APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. AFASTADA A OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. ARQUIVAMENTO DOS AUTOS POR FORÇA DE PROVIMENTO DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA. EXECUÇÃO FISCAL, CUJO VALOR NÃO ULTRAPASSAVA 05 (CINCO) UFERR. SITUAÇÃO QUE NÃO DEMONSTRA INÉRCIA DA PARTE EXEQUENTE. TRÂMITE PROCESSUAL SUSPENSO POR MOTIVOS INERENTES A MECANISMOS DA JUSTIÇA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO, PARA DETERMINAR O RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM, PARA REGULAR PROSSEGUIMENTO DO FEITO.
1. É consabido que não pode a parte credora ser penalizada com decreto de prescrição por motivos inerentes ao Poder Judiciário.
2. In casu, descontado do período total de tramitação do feito aquele interregno em que restou paralisado em virtude de mecanismo inerente ao Judiciário, verifico que não transcorreu o prazo prescricional de 05 (cinco) anos" (TJRR - AC 0010.08.901659-5, Rel. Des. Jefferson Fernandes da Silva, Câmara Cível, julg.: 13/10/2016, DJe: 18/10/2016, p. 18)
ISSO POSTO, inexistindo desídia do exequente que justifique o reconhecimento da prescrição, DOU PROVIMENTO ao recurso para anular a sentença monocrática e determinar o regular prosseguimento do feito.
Publique-se.
Boa Vista (RR), 11 de dezembro de 2017.

Desa. Tânia Vasconcelos
Relatora

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

Câmara - Única

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.10.912439-5 - BOA VISTA/RR
APELANTE: O MUNICIPIO DE BOA VISTA
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: LUIZ TRAVASSOS DUARTE NETO – OAB/RR N. 372 E OUTROS
APELADO: LINDNALVA SILVA DOS SANTOS
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Trata-se de Apelação Cível interposta pelo Município de Boa Vista contra sentença proferida pelo Juízo da 2.ª Vara da Fazenda Pública que extinguiu a Execução Fiscal n.º 0912439-26.2010.8.23.0010, com resolução do mérito, reconhecendo a prescrição dos débitos constantes nas Certidões da Dívida Ativa nº 2010006464 e 2010006466.
Afirma o apelante, em síntese, que a Fazenda Pública não pode ser prejudicada em razão de cumprimento ao art. 128 do provimento CGJ n.º 01/2009, que determina a suspensão das execuções fiscais cujo valor seja inferior a 05 UFER.
Aduz, que a execução permaneceu paralisada por força de mecanismo processual e não por desídia do exequente.
Por fim, requer o provimento do recurso, para cassar a sentença combatida e determinar o prosseguimento da presente execução fiscal.
É o breve relato.
Com fulcro no art. 90, V do RITJRR, DECIDO.
O recurso merece provimento.
A sentença vergastada restou assim proferida (EP. 94):
" (...)
Ademais, a jurisprudência pátria, entende que, transcorrido o lapso temporal de 5 (cinco) anos, desde o ajuizamento da execução, qual seja a data 17/08/2010, até a citação válida do devedor, na data 31/01/2017, há de ser reconhecida a prescrição, assim, vejamos:
(...)
Com isso, prescrito o presente débito, verifica-se que a medida que se impõe é a extinção do presente feito, com resolução do mérito, vez que a parte executada não foi citada dentro do prazo de 5 (cinco) anos após o ajuizamento dos presentes autos."
De fato, denota-se dos autos que a presente ação executiva não teve outra movimentação processual que não a determinação de arquivamento do feito em virtude do valor executado ser inferior a 05 (cinco) UFERR, nos termos do art. 128 do Provimento CGJ n.º 01/2009, revogado pelo Provimento CGJ n.º 2/2014.
Observa-se, portanto, que não houve desídia da Fazenda Pública a ensejar a ocorrência da prescrição intercorrente, ficando o feito paralisado desde o seu ajuizamento em razão de movimentação processual determinada por esta própria Corte, de modo que não se pode penalizar o exequente por cumprimento de norma do próprio Judiciário.
Aliás, essa Corte vem se posicionando nesse sentido:
"APELAÇÃO CÍVEL EM EXECUÇÃO FISCAL - PROCESSO ARQUIVADO PROVISORIAMENTE COM FUNDAMENTO EM PROVIMENTO DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RORAIMA - AUSÊNCIA DE INÉRCIA DO TITULAR DA PRETENSÃO - INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.
1. Este Tribunal de Justiça adotou o entendimento de que o período de arquivamento provisório, decorrente do baixo valor da execução, com fundamento no Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça, não pode ser utilizado para prejudicar a fazenda pública, visto que ela não deu causa à demora do processo.
2. A prescrição pressupõe a inércia do titular da pretensão. Se não houve inércia, não há prescrição.
3. No caso concreto, descontando-se os períodos de arquivamento provisório, não houve prescrição intercorrente."
(TJRR - AC 0010.10.920290-2, Rel. Des. Almiro Padilha, 2.ª Turma Cível, julg. 31.08.2017, DJe 05.09.2017, p. 14)
"APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL EM RAZÃO DO PEQUENO VALOR – DOIS GRUPOS DISTINTOS – 1º GRUPO – ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO COM BASE NO NOVO PROVIMENTO DA CORREGEDORIA (02/2017) – FUNDAMENTADO NA LEI ESTADUAL Nº 1.204/2016 – SUSPENDE O PRAZO PRESCRICIONAL COM BASE NO ENTENDIMENTO DO STJ – RESP 1102554/MG – REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA – JULGADO EM SEDE DE RECURSOS REPETITIVOS – TEMA 100 – 2º GRUPO – ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO POR FORÇA DO PROVIMENTO DA CORREGEDORIA Nº 02/2014 – INEXISTÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA PARA

+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

SUSPENDER O PRAZO PRESCRICIONAL – MERO ATO NORMATIVO INTERNO – NÃO PODE SER UTILIZADO PARA PREJUDICAR A FAZENDA PÚBLICA – INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE – ENTENDIMENTO FIRMADO NESTE TRIBUNAL – SENTENÇA ANULADA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.
1. As ações de execução fiscais poderão ser suspensas em razão do pequeno valor, fazendo-se necessário distinguir dois grupos existentes.
2. Quando a determinação de arquivamento for com base no novo Provimento 02/2017 da Corregedoria, este terá força para suspender o prazo prescricional, por estar fundamentado na Lei Estadual nº 1.2014/2016, e por estar em concordância com o estabelecido na tese nº 100 do STJ, após o julgamento do REsp 1102554/MG, representativo de controvérsia, em sede de recursos repetitivos.
3. Por outro lado, quando o arquivamento provisório ocorrer por força do Provimento da Corregedoria nº 02/2014, não haverá a suspensão do prazo prescricional, por não ter fundamento em nenhuma lei específica que determine tal suspensão.
4. O caso concreto se amolda ao segundo caso, quando este Tribunal de Justiça definiu seu entendimento de que o período do arquivamento provisório, decorrente do baixo valor da execução, com fundamento no art. 128 do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça (02/2014), não pode ser utilizado para prejudicar a fazenda pública, visto que ela não deu causa à demora do processo.
5. Observando-se as causas de interrupção, suspensão e não-contagem do prazo, não houve prescrição intercorrente no caso concreto.
5. Sentença anulada.
6. Recurso conhecido e provido
(TJRR – AC 0010.08.901342-8, Rel. Des. MOZARILDO CAVALCANTI, 2ª Turma Cível, julg.: 24/11/2017, DJe 28/11/2017, p. 20)
"APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. AFASTADA A OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. ARQUIVAMENTO DOS AUTOS POR FORÇA DE PROVIMENTO DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA. EXECUÇÃO FISCAL, CUJO VALOR NÃO ULTRAPASSAVA 05 (CINCO) UFERR. SITUAÇÃO QUE NÃO DEMONSTRA INÉRCIA DA PARTE EXEQUENTE. TRÂMITE PROCESSUAL SUSPENSO POR MOTIVOS INERENTES A MECANISMOS DA JUSTIÇA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO, PARA DETERMINAR O RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM, PARA REGULAR PROSSEGUIMENTO DO FEITO.
1. É consabido que não pode a parte credora ser penalizada com decreto de prescrição por motivos inerentes ao Poder Judiciário.
2. In casu, descontado do período total de tramitação do feito aquele interregno em que restou paralisado em virtude de mecanismo inerente ao Judiciário, verifico que não transcorreu o prazo prescricional de 05 (cinco) anos" (TJRR - AC 0010.08.901659-5, Rel. Des. Jefferson Fernandes da Silva, Câmara Cível, julg.: 13/10/2016, DJe: 18/10/2016, p. 18)
ISSO POSTO, inexistindo desídia do exequente que justifique o reconhecimento da prescrição, DOU PROVIMENTO ao recurso para anular a sentença monocrática e determinar o regular prosseguimento do feito.
Boa Vista, 11 de dezembro de 2017.

Desa. TÂNIA VASCONCELOS
- Relatora -

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.17.002615-7 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO: SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB/RR N. 479-A
AGRAVADO: MARIA DAS DORES GOIANA COSTA
ADVOGADO: RIMATLA QUEIROZ – OAB/RR N. 194
RELATOR: DES. ALMIRO PADILHA

DECISÃO

BANCO DO BRASIL S/A interpôs Agravo de Instrumento contra a Decisão proferida pelo Juiz de Direito da 3ª Vara Cível de Boa Vista (EP 56), no cumprimento de sentença (número 0832671-12.2014.8.23.0010) da ação civil pública nº. 16.798/98, que tramitou perante a 12ª. Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF.
Consta nos autos que o juízo a quo acolheu apenas parcialmente a Impugnação ao cumprimento de Sentença (EP 23) e este recurso foi interposto.

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

O Agravante alega, em síntese, que:
1 – as publicações devem ser feitas em nome dos Advogados SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS, OAB/RR 479-A, e JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA, OAB/RR 482-A, sob pena de nulidade;
2 – o recurso é tempestivo e cabível;
3 – o processo deve ser suspenso, em razão de ordem do Min. Luis Felipe Salomão do Superior Tribunal de Justiça, sendo matéria dos Recursos Especiais 1391198/RS e 1.438.263/SP;
4 – os Agravados não têm legitimidade ativa, porque não comprovaram a condição de filiados ao IDEC;
5 – é caso de incompetência territorial, porque, considerando que a Sentença coletiva foi proferida pela 6ª. Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Paulo/SP, apenas os titulares das contas poupança abertas no naquela cidade teriam direito ao cumprimento de sentença (art. 16 da Lei 7.347/85);
6 – a sentença somente produziu efeitos nos limites territoriais da cidade de São Paulo/SP, inexistindo coisa julgada neste caso;
7 – houve a prescrição do crédito;
8 – a Sentença não apresenta liquidez;
9 – a situação exige liquidação de Sentença por artigos e o Exequente elaborou planilha de cálculos sem critérios judiciais e com valor superior ao devido;
10 – são parâmetros para a liquidação de sentença neste caso:
10.1 – a observância do índice de inflação de 42,72% para janeiro de 1989 e de 10,14% para fevereiro de 1989;
10.2 – o termo inicial para os juros de mora deve ser a citação do processo de liquidação/cumprimento de sentença;
10.3 – os índices da caderneta de poupança devem ser utilizados para a atualização monetária;
10.4 – os cálculos apresentados pela Agravada estão distantes da realidade fática, em confronto com o ordenamento jurídico, devendo ser refeitos;
10.5 – "(…) devem sr extirpados dos cálculos os honorários calculados sobre o valor da condenação, visto que esta foi fixada na fase de conhecimento onde não contou co o trabalho os procuradores que atuam na execução" (fl. 18, autos físicos).
Pede a atribuição de efeito suspensivo e, no mérito, o acolhimento da impugnação e das preliminares.
É o relatório. Decido.
Ilegitimidade ativa, em razão da não-comprovação da condição de filiados ao IDEC. Incompetência territorial, porque apenas os titulares das contas poupança abertas no Distrito Federal teriam direito ao cumprimento de sentença. Ausência de coisa julgada
O Superior Tribunal de Justiça proferiu Acórdão em Recurso Repetitivo, entendendo que os poupadores ou seus sucessores detêm legitimidade ativa independentemente de fazerem parte dos quadros associativos do IDEC. Entendeu, também, que a sentença executada é aplicável a todos os detentores de caderneta de poupança do Banco do Brasil, independentemente de sua residência ou domicílio no Distrito Federal e que estes podem ajuizar o cumprimento individual no Juízo de seu domicílio ou no Distrito Federal.
A incompetência relativa não pode ser declarada sem provocação das partes, conforme o enunciado da Súmula nº. 33 do STJ, que diz: "A INCOMPETÊNCIA RELATIVA NÃO PODE SER DECLARADA DE OFICIO".
Além disso, o Recorrente não alegou a falta de competência no momento da impugnação ao cumprimento de sentença, prorrogando-se esta, nos termos do art. 65 do CPC.
O Tribunal Superior decidiu, também, ser a coisa julgada o fundamento da legitimidade ativa e da competência territorial no caso da execução individual da AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº. 1998.01.1.016798-9.
Eis o Recurso Especial Repetitivo mencionado:
"AÇÃO CIVIL PÚBLICA. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DA 12ª VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA/DF NA AÇÃO CIVIL COLETIVA N. 1998.01.1.016798-9 (IDEC X BANCO DO BRASIL). EXPURGOS INFLACIONÁRIOS OCORRIDOS EM JANEIRO DE 1989 (PLANO VERÃO). EXECUÇÃO/LIQUIDAÇÃO INDIVIDUAL. FORO COMPETENTE E ALCANCE OBJETIVO E SUBJETIVO DOS EFEITOS DA SENTENÇA COLETIVA. OBSERVÂNCIA À COISA JULGADA.
1. Para fins do art. 543-C do Código de Processo Civil:
a) a sentença proferida pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF, na ação civil coletiva n. 1998.01.1.016798-9, que condenou o Banco do Brasil ao pagamento de diferenças decorrentes de expurgos inflacionários sobre cadernetas de poupança ocorridos em janeiro de 1989 (Plano Verão), é aplicável, por força da coisa julgada, indistintamente a todos os detentores de caderneta de poupança do Banco do Brasil, independentemente de sua residência ou domicílio no Distrito Federal, reconhecendo-se ao beneficiário o direito de ajuizar o cumprimento individual da sentença coletiva no Juízo de seu domicílio ou no Distrito Federal;

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

b) os poupadores ou seus sucessores detêm legitimidade ativa – também por força da coisa julgada –, independentemente de fazerem parte ou não dos quadros associativos do Idec, de ajuizarem o cumprimento individual da sentença coletiva proferida na Ação Civil Pública n. 1998.01.1.016798-9, pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF.
2. Recurso especial não provido" (STJ, REsp 1391198/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/08/2014, DJe 02/09/2014).
Logo, as alegações do Agravante, nessa parte, não merecem acolhimento.
Registro que o Supremo Tribunal Federal, em relação ao inc. XXI do art. 5º. da Constituição Federal, julgou o mérito do Recurso Extraordinário com Repercussão Geral nº. 612.043, entendendo que:
"A eficácia subjetiva da coisa julgada formada a partir de ação coletiva, de rito ordinário, ajuizada por associação civil na defesa de interesses dos associados, somente alcança os filiados, residentes no âmbito da jurisdição do órgão julgador, que o fossem em momento anterior ou até a data da propositura da demanda, constantes da relação jurídica juntada à inicial do processo de conhecimento" (Tema 499).
Esse julgamento, entretanto, referiu-se às ações coletivas regidas pelo art. 2º.-A da Lei Federal nº. 9.494/1997 (dispositivo que foi apreciado durante o julgamento no STF). Não é o caso desta ação civil pública.
Necessidade de suspensão do processo
Em busca por meio da ferramenta de buscas da página do Superior Tribunal de Justiça na internet, não encontrei determinação de suspensão dos processos sobre o Plano Verão. Todas que aparecerem transitaram em julgado.
Contudo, nada impede que o Magistrado de 1º. Grau declare a suspensão do processo caso localize alguma ordem nesse sentido.
Prescrição do crédito
O STJ proferiu julgamento no Recurso Especial Repetitivo nº. 1107201/DF, de relatoria do Ministro SIDNEI BENETI, pela Segunda Seção, julgado em 08/09/2010, que resultou no Tema 300, cuja redação é a seguinte:
"É vintenária a prescrição nas ações individuais em que são questionados os critérios de remuneração da caderneta de poupança e são postuladas as respectivas diferenças, sendo inaplicável às ações individuais o prazo decadencial quinquenal atinente à Ação Civil Pública."
Portanto, na data do ajuizamento do cumprimento de sentença, a pretensão não estava prescrita.
Sentença não apresenta certeza, nem liquidez. Exigência de liquidação de sentença por artigos.
A Autora pediu expressamente ao Juiz do processo a dispensa da liquidação da sentença coletiva, por entender que ela não seria necessária.
Nas ações coletivas a respeito de direitos individuais homogêneos, não se discute a situação individual de cada pessoa. A sentença é genérica, restando a definição, por meio de liquidação, da legitimidade para a execução, do nexo de causalidade e da quantia a ser recebida.
Isso está no art. 95 do Código de Defesa do Consumidor, que diz: "Em caso de procedência do pedido, a condenação será genérica, fixando a responsabilidade do réu pelos danos causados."
Diante disso, a "A liquidação e a execução de sentença poderão ser promovidas pela vítima e seus sucessores, assim como pelos legitimados de que trata o art. 82" (art. 97 do CDC).
A liquidação de sentença é necessária para que se possa saber a quem e quanto será pago.
A respeito do assunto, Vidal Serrano Nunes Júnior e Yolanda Alves Pinto Serrano de Matos lecionam:
"Uma vez proferida sentença genérica na ação coletiva proposta para a tutela de direitos individuais homogêneos, restará, para que os danos individuais sejam ressarcidos, que o quantum debeatur seja fixado, trazendo-se – agora sim – à baila as peculiaridades de cada caso concreto.
Caberá, pois, à vítima, seus sucessores ou algum dos legitimados constantes no rol do art. 82 promover a liquidação de sentença, para – como o próprio nome enseja – tornar líquido o que, com a sentença genérica, passou a ser revestido de certeza: a responsabilidade do réu" (Código de Defesa do Consumidor Interpretado, 5ª. ed., Verbatim, 2011, p. 379).
Acontece que o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº. 880.385/SP, de relatoria da Exma. Ministra NANCY ANDRIGHI, pela Terceira Turma, julgado em 02/09/2008, entendeu pela desnecessidade excepcional de liquidação prévia, quando o exequente apresentar documentos que indicam o número e agência da respectiva conta, bem como o valor em depósito em janeiro de 1989. Confira-se:
"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO COLETIVA. POSSIBILIDADE DE QUE A EXECUÇÃO DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS SEJA PROMOVIDA POR ASSOCIAÇÃO NA QUALIDADE DE REPRESENTANTE DE SEUS ASSOCIADOS. A SENTENÇA CONDENATÓRIA COLETIVA PODE, EM CIRCUNSTÂNCIAS ESPECÍFICAS, SER LIQUIDADA POR CÁLCULOS, PRESCINDINDO-SE DE PRÉVIO PROCEDIMENTO JUDICIAL DE LIQUIDAÇÃO. A

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

PENHORA DEFERIDA CONTRA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PODE RECAIR SOBRE VALORES QUE ESTA TENHA EM CONTA-CORRENTE.
[...]
- Diante das circunstâncias específicas do caso, a execução coletiva pode dispensar a prévia liquidação por artigos ou por arbitramento, podendo ser feita por simples cálculos, na forma da antiga redação do art. 604, CPC.
[...]
Recurso não conhecido" (STJ, REsp 880.385/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/09/2008, DJe 16/09/2008).
Eis um trecho do voto da Relatora:
"Os representados pelo IDEC nesta execução apresentaram documentos que indicam o número e agência da respectiva conta, bem como o valor em depósito em janeiro de 89. Daí, para que se chegue ao valor devido basta uma simples operação matemática com planilha de cálculo. Certamente, a situação poderá ser diversa se outros beneficiados pela sentença não puderem comprovar sua condição de vítima com extratos ou documentos. Diante da diversidade de situações fáticas postas no processo coletivo, não se pode ler a lei de forma restritiva, como se ela estivesse a exigir sempre a liquidação por artigos.
Ressalte-se que o recorrente não sofrerá prejuízo processual com o procedimento aceito pelo Tribunal de origem, pois poderá, em sede de embargos do devedor, argüir a defesa que entender necessária."
Este Tribunal de Justiça, inclusive, manifestou esse entendimento diversas vezes:
"AGRAVO DE INSTRUMENTO – EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA – IDEC E BANCO DO BRASIL – EXPURGOS INFLACIONÁRIOS – SOBRESTAMENTO – LEGITIMIDADE ATIVA – LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA – CORREÇÃO MONETÁRIA – JUROS DE MORA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.
[…]
3. Havendo elementos suficientes no caso concreto, a execução de sentença coletiva pode ser feita por simples cálculos.
[…]
6. Recurso desprovido" (TJRR – AgInst 0000.17.002054-9, Rel. Des. MOZARILDO CAVALCANTI, 2ª Turma Cível, julg.: 10/11/2017, DJe 16/11/2017, p. 23)
"AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PRELIMINARES DE NULIDADE POR AUSÊNCIA DE TÍTULO EXECUTIVO E ILEGITIMIDADE ATIVA AFASTADAS. DECISÃO PROFERIDA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA APLICÁVEL A TODOS OS POUPADORES. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. DATA DA CITAÇÃO NA FASE DE CONHECIMENTO DA RESPECTIVA AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LIQUIDAÇÃO PRÉVIA. DESNECESSIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. PLANO VERÃO (JANEIRO/1989). ÍNDICE APLICÁVEL 42,72%. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO CONHECIDO, MAS NÃO PROVIDO.
[...]
2. É desnecessária a prévia liquidação da sentença proferida em ação civil pública quando a apuração do montante devido depende tão somente de cálculos aritméticos de pouca complexidade.
[...]
5. Agravo conhecido, mas não provido" (TJRR – AR 0000.15.002596-3, Rel. Juiz(a) Conv. JEFFERSON FERNANDES DA SILVA, Câmara Única, julg.: 01/03/2016, DJe 09/03/2016, p. 23)
No caso concreto, a Exequente apresentou extrato que indica o número e agência da respectiva conta, bem como o valor em depósito em janeiro de 1989.
Logo, o processo não carece de correção neste ponto.
Em relação aos honorários advocatícios sucumbenciais, vi que foram fixados em 10% do valor executado no despacho do EP 14, contra o qual o Executado não se insurgiu no momento devido.
Índices de inflação e de correção monetária
Na Impugnação, o Recorrente não tratou dos índices de inflação e de correção monetária. Portanto, essa discussão não pode ser apreciada unicamente aqui no 2º. Grau de Jurisdição.
Sendo desnecessário, por isso, o encaminhamento dos autos à Contadoria Judicial.
Inclusão de valores de planos econômicos posteriores ao Plano Verão
É devida a incidência dos expurgos inflacionários posteriores a título de correção monetária plena do débito judicial. Foi o que o Superior Tribunal de Justiça decidiu no Recurso Especial Repetitivo nº. 1314478/RS, cuja ementa é a seguinte:
"DIREITO CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PLANO VERÃO. EXECUÇÃO. INCLUSÃO DE EXPURGOS INFLACIONÁRIOS SUBSEQUENTES. CABIMENTO. CORREÇÃO MONETÁRIA PLENA.

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

1. Para efeitos do art. 543-C do CPC: 'Na execução de sentença que reconhece o direito de poupadores aos expurgos inflacionários decorrentes do Plano Verão (janeiro de 1989), incidem os expurgos inflacionários posteriores a título de correção monetária plena do débito judicial, que terá como base de cálculo o saldo existente ao tempo do referido plano econômico, e não os valores de eventuais depósitos da época de cada plano subsequente'.
2. Recurso especial não provido" (STJ, REsp 1314478/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/05/2015, DJe 09/06/2015).
A decisão não merece mudança.
Termo inicial dos juros de mora
O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento dos Recursos Especiais Repetitivos nº. 1370899/SP e 1361800/SP, firmou o Tema nº. 685, que diz ser a citação da fase de conhecimento da ação civil pública o termo inicial para a contagem dos juros moratórios. Confira-se:
"Os juros de mora incidem a partir da citação do devedor no processo de conhecimento da Ação Civil Pública quando esta se fundar em responsabilidade contratual, cujo inadimplemento já produza a mora, salvo a configuração da mora em momento anterior."
Mais uma vez, julgado recorrido não merece reparo.
Dispositivo
Por essas razões, autorizado pelo art. 90 do RITJRR, conheço e nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se e intimem-se. Após as formalidades necessárias, arquive-se.
Boa Vista, 11 de dezembro de 2017.

Des. Almiro Padilha
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.17.002337-8 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: BRUNO PEREZ DE SALES
ADVOGADO: ALEXANDER ANTUNES – OAB/RR N. 984
1º AGRAVADO: TOYOLEX AUTOS LTDA
ADVOGADO: FELIPE DE SOUZA LEÃO ARAÚJO – OAB/PE N. 23973
2º AGRAVADO: DANIEL R. SERVIÇOS LTDA-ME
ADVOGADO: JULIANO SOUZA PELEGRINI – OAB/RR N. 426
RELATOR: DES. ALMIRO PADILHA

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido liminar, interposto por BRUNO PEREZ DE SALES em face da Decisão proferida pelo Juiz de Direito da 5ª. Vara Cível de Boa Vista, na Ação nº. 0823603-33.2017.8.23.0010, que indeferiu o pedido de antecipação de tutela, sob o fundamento de não haver prova inequívoca do direito e a verossimilhança das alegações (fls.55-58).
O Agravante alega, em síntese, que:
a) adquiriu o veículo de marca Corolla, Placa NUI-2808, da D.R. Serviços LTDA. ME., em 07/04/2017;
b) em 12/08/2017, o automóvel "... apresentou um barulho atormentador no motor e parou de funcionar e começou a sair muita fumaça ..." (fls. 04-05);
c) ao levá-lo ao conserto na Concessionária Toyolex S/A (uma das Rés), descobriu que não estava mais na garantia, em razão de evento pretérito, pois o proprietário à época não realizou a primeira revisão na sua totalidade;
d) comprou o referido carro sem ter conhecimento do defeito preexistente, muito menos que não estava assegurado pela garantia;
e) devem ser aplicadas as regras do Código de Defesa do Consumidor e do Código Civil;
f) estão presentes os requisitos para o deferimento do pedido liminar.
Ao final, requer, liminarmente, seja deferida a antecipação da tutela cautelar, "... a fim de determinar que a empresa D.R. Serviço promova a imediata REPARAÇÃO do veículo viciado, deixando-o em perfeitas condições de uso, bem como o fornecimento de um veículo da mesma espécie até a reparação ser realizada ou, não sendo possível, seja determinada a devolução da pecúnia utilizada pelo autor para a aquisição de um outro automóvel" (fl.23). No mérito, pede a sua confirmação.
Juntou documentos de fls. 25-68.
O pedido liminar foi deferido (fl. 70).
Em contrarrazões, a Agravada D.R. SERVIÇOS LTDA - ME sustenta, em síntese, que:

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

a) "... fica evidente a falha na PRESTAÇÃO DO SERVIÇO POR PARTE DA TOYLEX AUTOS S/A, 1ª. agravada, quando da realização do reparo atinente a pane do veículo, ocorrida em 15/07/2016, que fora posteriormente vendido ao Agravante" (fl.79);
b) "... ao contrário do que sustenta a 1ª. Agravada na sua contestação, estão presentes e comprovados os 3 requisitos legais, necessários ao reconhecimento da sua responsabilidade civil pelos danos causados ao Agravante: ATO ILÍCITO, NEXO/CULPA-DANO" (fl.79);
c) a obrigação de disponibilização do veículo à Agravante deve recair sobre Agravada Toyolex Autos S/A, a qual, alternativamente, deve subsidiar o custeio das diárias do aluguel do respectivo automóvel;
d) em razão da existência de corréus no polo passivo, deve ser aplico o prazo em dobro, à luz do art. 229 do CPC.
Ao final, requer a reversibilidade da medida concedida em sede de antecipação da tutela recurso, para impor as obrigações determinadas à Agravada Toyolex Autos S/A.
Juntou os documentos de fls. 81-165.
É o relato. Decido.
Considerando que a Decisão recorrida encontra-se em total dissonância com a jurisprudência dominante de Tribunal Superior e deste TJRR, passo à análise monocrática do Recurso, conforme autoriza o art. 932, VIII, do CPC c/c art. 90, VI, do RITJRR.
Conforme mencionei na Decisão liminar, entendo que as regras do Código de Defesa do Consumidor não se aplicam à vertente hipótese, porque a pessoa jurídica a quem o carro pertencia não tem a compra e venda como uma de suas atividades econômicas, conforme se observa em seu cadastro de inscrição no site oficial da Receita Federal (fl.70).
Apreciando o caso à luz das diretrizes do Código Civil, vislumbro presentes os requisitos autorizadores para o provimento deste recurso (art. 300 CPC).
De acordo com o art. 441 do CC: "A coisa recebida em virtude de contrato comutativo pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que é destinada, ou lhe diminuam o valor". Seguindo, "Em vez de rejeitar a coisa, redibindo o contrato (art. 441 <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>), pode o adquirente reclamar abatimento no preço" (art. 443 CC), bem como "Se o alienante conhecia o vício ou defeito da coisa, restituirá o que recebeu com perdas e danos; se o não conhecia, tão-somente restituirá o valor recebido, mais as despesas do contrato".
Com efeito, sendo comprovado no decurso da instrução processual que realmente a pane no motor do veículo do Agravante foi ocasionada por defeito preexistente à sua aquisição e que o vendedor tinha conhecimento disso (conforme aduz), é possível que seja desfeito o negócio, com restituição do valor mais perdas e danos. Nesse desiderato é que se ampara a probabilidade do direito alegado.
O perigo de dano grave também se mostra presente, diante da situação de o carro estar aproximadamente há dois meses parado na oficina, sem previsão de conserto, por conta do alto valor para tanto (fl.62). Tal fato demonstra os prováveis dispêndios financeiros suportados pelo Requerente ao ter que providenciar outro meio de locomoção por um largo período de tempo.
Diante disso, entendo razoável manter o deferimento concedido liminarmente, no sentido de disponibilizar ao Agravante um carro reserva, até o conserto do seu automóvel.
Corroborando com o mesmo posicionamento, faço menção a julgados:
"AGRAVO DE INSTRUMENTO - MEDIDA LIMINAR ALTERNATIVA - SUBSTITUIÇÃO DE VEÍCULO ATÉ O DESLINDE DO FEITO - POSSIBILIDADE - PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ART. 798 DO CPC - AGRAVANTE QUE ALEGA NECESSIDADE DE PERÍCIA - SITUAÇÃO QUE DEVE SER AFERIDA DURANTE A INSTRUÇÃO - AGRAVO CONHECIDO E DESPROVIDO.
(TJRR - AgInst 0000.15.001772-1, Rel. Juiz(a) Conv. JEFFERSON FERNANDES DA SILVA, Câmara Única, julg.: 15/12/2015, DJe 03/02/2016, p. 32)".
***
"AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DANOS MORAIS E MATERIAIS. VEÍCULO NOVO ADQUIRIDO DIRETAMENTE DA CONCESSIONÁRIA. APRESENTAÇÃO REITERADA DE DEFEITOS. COMPROVAÇÃO POR MEIO DE ORDENS DE SERVIÇO JUNTADAS AOS AUTOS. DECISÃO QUE DETERMINOU A ENTREGA DE UM CARRO RESERVA COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS ATÉ A SOLUÇÃO DA QUESTÃO CONTROVERTIDA. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.
(TJRR - AgInst 0000.14.001605-6, Rel. Des. ALMIRO PADILHA, Câmara Única, julg.: 30/09/2014, DJe 03/10/2014, p. 44)".
***

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESCISÃO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE VEÍCULO. VÍCIO REDIBITÓRIO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. O Tribunal de origem, com base no contexto fático-probatório dos autos, concluiu que a peça defeituosa causadora do acidente sofrido pelo autor ao dirigir veículo adquirido da ré não era original e fora substituída sem que tal informação tivesse sido oficialmente repassada ao consumidor, razão pela qual deve ser mantida a rescisão contratual e a consequente restituição do numerário adimplido na compra.
2. A alteração da conclusão a que chegou a Corte a quo demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos, o que encontra vedação na Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.
3. Agravo interno não provido.
(STJ - AgInt no AREsp 808.838/SC, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 04/05/2017, DJe 18/05/2017)".
***
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 535 DO CPC. VÍCIO DO PRODUTO. DECADÊNCIA DO DIREITO. REVISÃO. ANÁLISE DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPEDIMENTO DA SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.
1. Inexiste afronta ao art. 535 do CPC quando o acórdão recorrido analisou todas as questões pertinentes para a solução da lide, pronunciando-se, de forma clara e suficiente, sobre a controvérsia estabelecida nos autos.
2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7 do STJ.
3. O Tribunal de origem, com base nas provas contidas nos autos, afastou a decadência do direito do autor e concluiu pela existência de vício redibitório no veículo, a ensejar o desfazimento do negócio celebrado. Alterar esse entendimento é inviável em recurso especial, ante o óbice da referida súmula.
4. Agravo regimental a que se nega provimento.
(STJ - AgRg no REsp 1556801/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 01/03/2016, DJe 11/03/2016)".
Vale ressaltar que tal deferimento, em sede de cognição sumária, é plenamente reversível, uma vez que, em hipótese de improcedência da Ação principal, o Autor poderá ser responsabilizado de arcar com as despesas advindas com a utilização do carro cedido.
Por essas razões, autorizado pelo regramento do art. 932, VIII, do CPC c/c art. 90, VI, do RITJRR, conheço deste agravo e dou-lhe parcial provimento para determinar que a D.R.Serviços LTDA. ME. (Agravada/Vendedora) disponibilize um veículo ao Agravante, na mesma categoria do carro com defeito, enquanto durar o seu reparo.
Ressalto que tal decisão é plenamente possível de ser alterada pelo Magistrado de 1º. Grau, caso surjam novos elementos nos processo originário que a destitua.
Publique-se, intime-se e demais providências de estilo.
Boa Vista, 11 de dezembro de 2017.

DES. ALMIRO PADILHA
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.17.800722-4 - BOA VISTA/RR
APELANTE: D. DA C. S. DE C.
ADVOGADO: WALBER DAVID AGUIAR – OAB/RR N. 485
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA
RELATOR: DES. ALMIRO PADILHA

DECISÃO

Trata-se de Apelação Cível interposta por DEUZIRENE DA CONCEIÇÃO SANTOS DE CASTRO em face da Sentença proferida pelo Juiz da 1ª Vara da Infância e Juventude, que julgou procedente a Ação nº. 0800722-62.2017.8.23.0010, para condenar a Ré ao pagamento de multa no valor de 03 (três) salários mínimos, pela prática da infração administrativa prevista no art. 258 do Estatuto da Criança e do Adolescente.
A Apelante alega, em síntese, que:
a) não intimada para exercer o direito à ampla defesa e ao contraditório;

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

b) não compareceu no processo, tendo em vista estar acometida por um grave problema de saúde oriundo da hanseníase, que lhe causa depressão, esquecimento, tonteira e outros efeitos colaterais;
c) "... o local da festa não era um comércio, ou bar, ou boate de prostituição. Tratava-se de um aniversário próximo da casa da ré, madrasta da menor que consta nesse processo" (fl.2 - EP. 21);
d) a menor sob a sua enteada não consumiu qualquer bebida alcoólica;
e) "... está há um ano sem trabalhar por conta da enfermidade que lhe acomete, razão por que não tem condições de arcar com o pagamento de três salários mínimos que lhe foram imputados..." (fl. 2 - EP. 21).
Ao final, requer o conhecimento e provimento do recurso, para afastar o pagamento de multa lhe imposto.
Em contrarrazões, o Apelado sustenta que o apelo seja conhecido e desprovido, mantendo-se intacta a Sentença recorrida (EP. 30).
Por sua vez, a Procuradoria de Justiça também se manifesta pelo desprovimento do recurso (fls. 06-10).
É o sucinto relato. Decido.
Considerando que a Decisão recorrida encontra-se em total consonância com a jurisprudência deste Tribunal, passo à análise monocrática do Recurso, conforme autoriza o art. 932, VIII, do CPC c/c art. 90, V, do RITJRR.
Presentes os requisitos de admissibilidade, conheço do recurso e passo à análise do mérito.
Versam os autos sobre condenação da Apelante ao pagamento de multa, fixada no valor de 03 (três) salários mínimos, incurso na prática da infração administrativa prevista no art. 258 do Estatuto da Criança e do Adolescente.
Dispõe o art. 258 do ECA:
"Art. 258. Deixar o responsável pelo estabelecimento ou o empresário de observar o que dispõe esta Lei sobre o acesso de criança ou adolescente aos locais de diversão, ou sobre sua participação no espetáculo:
Pena - multa de três a vinte salários de referência; em caso de reincidência, a autoridade judiciária poderá determinar o fechamento do estabelecimento por até quinze dias".
Consta no Auto de Infração, expedido pela Divisão de Proteção do Juizado da Infância e Juventude, que (EP. 1.1):
"O (a) genitor (a) ou responsável legal descumpriu, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao poder familiar, ao deixar em situação de risco pessoal o (a), os (as), e/ou adolescente (s) abaixo qualificados. Posto que os mesmos encontravam-se desacompanhado (s) dos pais ou responsável legal em local impróprio para crianças e adolescentes e/ou em horário incompatível com sua faixa etária."
Além disso, relata que a adolescente menor, enteada da Apelante, "... estava no interior de um evento que não possuía alvará da Vara da Infância. O evento oferecia bebida alcoólica para menores de 18 anos".
No que se refere à alegação da Apelante de que não foi intimada para realizar a sua defesa, trata-se de irresignação improcedente. Isso porque, na própria autuação, assinada pela Recorrente, esta foi intimada para apresentar defesa no prazo de 10 (dez) dias e mantendo-se inerte.
Contudo, não foi demonstrado nos autos que a Recorrente era responsável pelo local que ocorreu a festa, não podendo ser enquadrada na infração administrativa descrita acima. Inclusive, a menor tampouco foi citada como organizadora do evento, para que embasasse tal tipificação.
Entretanto, o descumprimento, pelos pais ou responsáveis, dos atributos inerentes ao poder familiar, ainda que culposamente, evidencia a conduta disposta no art. 249 do ECA, in verbis:
"Art. 249. Descumprir, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao poder familiar ou decorrente de tutela ou guarda, bem assim determinação da autoridade judiciária ou Conselho Tutelar:
Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência".
Assim sendo, torna-se imperiosa a tipificação correta da infração administrativa, com a aplicação da multa pecuniária prevista no citado dispositivo legal, uma vez que não trará qualquer punição a maior para a Apelante.
Nesse sentido, transcrevo julgados desta Corte:
"ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - - APELAÇÃO CÍVEL - APURAÇÃO DE INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA POR DESCUMPRIMENTO DE DEVER INERENTE AO PODER FAMILIAR - ARTIGO 249, DO ECA - FILHO ADOLESCENTE FLAGRADO CONDUZINDO VEÍCULO AUTOMOTOR, SEM HABILITAÇÃO - CONDENAÇÃO DOS GENITORES AO PAGAMENTO DE MULTA - DESCUMPRIMENTO PELOS PAIS DOS ATRIBUTOS INERENTES AO PODER FAMILIAR - A CONCESSÃO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA NÃO AFASTA O DEVER DE O BENEFICIÁRIO PAGAR, AO FINAL, AS MULTAS PROCESSUAIS IMPOSTAS - NATUREZA SANCIONATÓRIA - INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 98, § 4º, DO CPC - MULTA FIXADA NO MÍNIMO LEGAL - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO, EM DISSONÂNCIA COM O MP.
(TJRR - AC 0010.14.020740-7, Rel. Des. JEFFERSON FERNANDES DA SILVA, Câmara Cível, julg.: 02/02/2017, DJe 09/02/2017, p. 21)".
***

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

"APELAÇÃO CÍVEL - INFRAÇÃO A NORMA ADMINISTRATIVA - ART. 258 DO ECA - AUSÊNCIA DE PROVAS - ALTERAÇÃO DE TIPIFICAÇÃO DE CONDUTA - DESCUMPRIMENTO DE DEVER INERENTE AO PODER FAMILIAR - ART. 249 DO ECA - APLICAÇÃO DE MULTA - RECURSO DESPROVIDO.
1. O descumprimento, pelos pais, dos atributos inerentes ao poder familiar, ainda que culposamente, evidencia a conduta disposta no artigo 249, do ECA
2. Aplicação da multa fixada no mínimo legal.
(TJRR - AC 0010.17.800720-8, Rel. Des. MOZARILDO CAVALCANTI, Câmara Cível, julg.: 07/12/2017)".
***
"JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE. APLICAÇÃO DE MULTA. BAR "MAE ROSA". ENTRADA E PERMANÊNCIA DE MENORES DE 18 ANOS DESACOMPANHADAS DE UM RESPONSÁVEL. INFRAÇÃO. ART. 1º, DA PORTARIA Nº 010/01, DO JUIZADO C/CART. 149, DO ECA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 258, DO ECA. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS CAPAZES DE AFASTAR A CONDENAÇÃO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.
(TJRR - AC 0010.08.010594-2, Rel. Des. ALMIRO PADILHA, Câmara Única, julg.: 13/04/2010, DJe 17/04/2010, p. 11)".
Por fim, não há suporte fático nestes autos que autorize a absolvição pela prática da infração em comento, porquanto restou comprovado o ingresso e permanência da menor de idade, desacompanhada da responsável legal e sem autorização judicial.
Ademais, tem-se que a condenação ao pagamento de multa, equivalente a 3 (três) salários mínimos, encontra total respaldo na legislação vigente, devendo, por isso, ser mantida. Outrossim, verifica-se que tal valor é razoável, tendo sido fixado no valor mínimo.
Diante do exposto, autorizado pelo regramento do art. 932, VIII, do CPC c/c art. 90, V, do RITJRR, em parcial consonância com o Ministério Público, nego provimento ao recurso, reformando apenas, de ofício, a tipificação da conduta da Apelante, mantendo o valor da multa de 3 (três) salários mínimos, pela prática da infração administrativa estabelecida no art. 249 do ECA.
Publique-se, intimem-se e demais providências de estilo.
Boa Vista/RR, 11 de dezembro de 2017.

DES. ALMIRO PADILHA
Relator

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 0000.17.002899-7 - BOA VISTA/RR
SUSCITANTE: RONALDO ANDRE REBECHI NECHER
ADVOGADO: VINÍCIUS GUARESCHI – OAB/RR N. 994 E OUTRO
SUSCITADOS: JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA E 1.ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA
RELATOR: DES. CRISTOVÃO SUTER

DECISÃO

I - Tratam os autos de Conflito Negativo de Competência, apresentado por Ronaldo André Rebechi Necher, em face do Juizado Especial da Fazenda Pública e 1.ª Vara de Fazenda Pública.
Sustentando a necessidade de definição do juízo competente para julgamento da demanda, argumenta o suscitante que ajuizou ação anulatória de ato jurídico perante a 1.ª Vara de Fazenda Pública, que teve sua competência declinada para o Juizado Especial da Fazenda Pública, ocasião em que o magistrado extinguiu o feito sem resolução do mérito, nos termos do art. 2º, § 1º, II, da Lei n.º 12.153/09 c/c art. 51, II, da Lei n.º 9.099/95.
É o breve relato.
Passo a decidir.
II - O recurso não comporta conhecimento.
Consoante se asseverou, pretende o suscitante, via conflito de competência, a desconstituição de sentença.
Em respeito ao Princípio da Unirrecorribilidade Recursal, tem-se como impossível o manejo de conflito de competência em situações desse jaez, face à existência do recurso próprio.
Nessa direção a inequívoca jurisprudência deste Tribunal:
"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA SUSCITADO PELA PARTE - PROCESSOS SENTENCIADOS - NATUREZA INCIDENTAL DO CONFLITO - AFASTADO O CABIMENTO - CONFLITO NÃO CONHECIDO. Finda a relação jurídica processual, que extingue o processo em razão da incompetência, não há que se falar em ajuizamento de conflito de competência, em razão da sua natureza incidental." (TJRR, CC 0000.15.001803-4, Câmara Única, Rel. Des. Ricardo Oliveira - p.: 25/09/2015)

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

Por corolário, não se cogita da pretendida declaração ex officio de competência, tradução natural da máxima ne procedat judex ex officio.
III - Posto isto, nos termos do art. 932, III, do Código de Processo Civil, não conheço do inconformismo.
Boa Vista, 12/12/17

Desembargador Cristóvão Suter

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.17.002224-8 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: PROMÍDIA AGÊNCIA DE PROPAGANDA E PRODUÇÕES LTDA
ADVOGADO: MACLISON LEANDRO CARVALHO DAS CHAGAS – OAB/RR N. 1198
AGRAVADO: MUNICÍPIO DE BOA VISTA
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: MARCUS VINÍCIUS MOURA MARQUES
RELATOR: DES. ALMIRO PADILHA

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por PROMÍDIA AGÊNCIA DE PROPAGANDA E PRODUÇÕES LTDA. em face da decisão proferida pelo Juiz de Direito da 1ª. Vara da Fazenda Pública de Boa Vista, na Ação Anulatória de Multa por Infração Administrativa nº. 0832591-77.2016.8.23.0010, que indeferiu o pedido de tutela antecipada, sob o fundamento de que "A parte autora ingressou com o presente feito, não fazendo constar, junto a exordial da ação, depósito ou garantia do Juízo" (fl. 80).
Irresignada, a Agravante sustenta, em síntese, que:
a) "(...) a Decisão agravada poderá causar danos irreparáveis a Agravante, que necessita de certidão negativa de débitos para prestar serviços para órgãos públicos, sendo que eventual transcurso normal do processo demorará meses, quiçá anos, para ser conhecido o seu direito" (fl. 10);
b) é descabida a exigência do depósito da exação fiscal questionada como condição para a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, sendo este tema, reconhecido pelo extinto TFR, na Súmula nº 247;
c) a Súmula Vinculante 28 do STF dispõe ser inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário;
d) a tutela de urgência se justifica no risco iminente de suportar o tempo que levará o deslinde do processo, pois ficará sem obter a certidão negativa de débitos, bem como os gravames de eventual execução fiscal e demora na prestação jurisdicional.
Ao final, requer, liminarmente, a antecipação da tutela recursal, a fim de reformar a decisão agravada, suspendendo a exigibilidade do crédito tributário oriundo do Auto de Infração nº 103/2009. No mérito, pede o provimento do agravo, confirmando-se o deferimento da tutela de urgência.
Indeferi o pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal, nos termos da decisão de fls. 406-407.
O Agravado apresentou contrarrazões, dizendo, em resumo, que (fls. 410-419):
a – as contrarrazões são tempestivas;
b – a Recorrente não impugnou os fundamentos da decisão, sendo caso de não-conhecimento do recurso;
c – não foram comprovados os requisitos necessários para tutela de urgência, nem a Autora alegou que a constituição do crédito prejudica-a.
Pede o não-conhecimento do recurso ou seu desprovimento, bem como a condenação do Agravante ao pagamento de honorários advocatícios, conforme o §§ 1º. e 2º. do art. 85 do CPC.
É o relato. Decido.
PRELIMINARMENTE
A alegação de não-impugnação dos fundamentos da decisão recorrida não pode ser aceita, porque o fundamento expresso do indeferimento foi a ausência da garantia do juízo e o Agravante debateu esse ponto, inclusive mencionando a Súmula Vinculante nº. 28 do STF e a Súmula nº. 247 do extinto Tribunal Federal de Recursos.
Rejeito, por isso, a preliminar.
MÉRITO
A decisão não merece reforma.
O perigo da demora existe, em razão da possibilidade de expedição de certidão positiva de débitos, o que impedirá a Recorrente de participar de licitações (inc. IV do art. 27 e inc. III do art. 29 todos da LLCA), de ser contratada ou de continuar contratada (inc. XIII do art. 55 da LLCA).
A Súmula Vinculante 28 do STF, mencionada por ela, diz o seguinte: "É inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário."

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

Essa súmula não se refere à situação deste processo. O fato que deu origem a ela foi o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº. 1074-3/DF, na qual foi apreciada a alegação de inconstitucionalidade do "caput" do art. 19 da Lei Federal nº. 8870/1994, que diz:

"Art. 19. As ações judiciais, inclusive cautelares, que tenham por objeto a discussão de débito para com o INSS serão, obrigatoriamente, precedidas do depósito preparatório do valor do mesmo, monetariamente corrigido até a data de efetivação, acrescido dos juros, multa de mora e demais encargos."

No caso em análise, o Juiz não exigiu a caução/garantia para o cabimento do processo. Sua Excelência explicou que, de acordo com entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, mediante antecipação dos efeitos da tutela, é possível se a parte também oferecer ao juízo garantias.

Vê-se claramente que a garantia não foi exigida como requisito de cabimento do processo. Logo, não houve violação à Súmula Vinculante mencionada.

De acordo com o inc. V do art. 151 do Código Tributário Nacional, a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em ações judiciais diferentes do mandado de segurança, também suspende a exigibilidade do crédito tributário. Confira-se:

"Art. 151. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário: [...]

V – a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial;"

Não existe previsão legal para a exigência de garantia neste caso. Ou seja, presentes os requisitos da tutela de urgência, com a concessão da medida, a exigibilidade do crédito estaria suspensa.

A respeito disso, trago os seguintes precedentes do Superior Tribunal de Justiça:

"PROCESSUAL CIVIL. ICMS SOBRE DEMANDA CONTRATADA DE ENERGIA ELÉTRICA. INTERESSE DE AGIR CONFIGURADO QUANDO AJUIZADA A AÇÃO CAUTELAR. SUPERVENIENTE PERDA DO INTERESSE PROCESSUAL EM RAZÃO DO PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO NA AÇÃO PRINCIPAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. EXCLUSÃO, DE OFÍCIO, DA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA POR ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM.

1. A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que, mesmo antes do advento da Lei Complementar 104/2001, que acrescentou o inciso V ao art. 151 do CTN, mostrava-se cabível a ação cautelar para suspender a exigibilidade do crédito tributário, independentemente da realização do depósito do montante integral do débito.

[...]" (STJ, REsp 689.958/ES, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/06/2010, DJe 28/06/2010 – destaquei)

"TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ART. 151, II E V, DO CTN. HIPÓTESES INDEPENDENTES DE SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. RECURSO IMPROVIDO.

1. As hipóteses de suspensão de exigibilidade do crédito tributário previstas nos incisos II e V do art. 151 do CTN são independentes, pelo que a suspensão da exigibilidade do crédito tributário pode ser reconhecida com a simples presença da situação constante do último inciso, independentemente da existência ou não do depósito integral em dinheiro. Precedentes: AgRg no AREsp 449.806/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 30/10/2014; e (AgRg no REsp 1.121.313/RS, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, DJe 9/12/2009.

2. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no REsp 1447738/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/05/2017, DJe 19/05/2017 – destaquei).

"PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. ICMS SOBRE DEMANDA CONTRATADA DE ENERGIA ELÉTRICA. INTERESSE DE AGIR CONFIGURADO QUANDO AJUIZADA A AÇÃO CAUTELAR. SUPERVENIENTE PERDA DO INTERESSE PROCESSUAL EM RAZÃO DO PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO NA AÇÃO PRINCIPAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE.

1. A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que, mesmo antes do advento da Lei Complementar 104/2001, que acrescentou o inciso V ao art. 151 do CTN, mostrava-se cabível a ação cautelar para suspender a exigibilidade do crédito tributário, independentemente da realização do depósito do montante integral do débito.

[…]

3. Agravo Regimental não provido" (STJ, AgRg no AREsp 449.806/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/10/2014, DJe 30/10/2014 – destaquei)

Diferente é a ação de antecipação de garantia, referida no Tema/Repetitivo nº. 237 do Superior Tribunal de Justiça, que diz: "É possível ao contribuinte, após o vencimento da sua obrigação e antes da execução, garantir o juízo de forma antecipada, para o fim de obter certidão positiva com efeito de negativa." Essa

Câmara - Única

+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

antecipação não suspende a exigibilidade do crédito tributário, mas permite a expedição de certidão positiva com efeitos de negativa, conforme o art. 206 do CTN.
Considerando que não se trata da matéria do Tema mencionado, o Recorrente tem razão quanto à desnecessidade de garantia do juízo.
Ocorre que, para a concessão da tutela de urgência, são necessários outros requisitos (art. 300 do CPC), que não foram defendidos pelo Agravante neste recurso.
Apesar da diferença de fundamentação, o resultado da decisão deve ser mantido.
Não é possível a condenação da Recorrente ao pagamento de honorários advocatícios agora no caso em análise, porque essa condenação não seria adequada no ato recorrido (decisão interlocutória na qual foi apreciado pedido de tutela de urgência).
Por essas razões, autorizado pelo art. 90 do RITJRR, conheço e nego provimento ao agravo de instrumento.
Publique-se e intimem-se. Após as formalidades necessárias, arquive-se.
Boa Vista, 07 de dezembro de 2017.

Des. Almiro Padilha
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.17.001921-0 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: CLINICA RENAL DE RORAIMA LTDA - EPP
ADVOGADA: NEIDE INACIO CAVALCANTE – OAB/RR N. 602
AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA
3º INTERESSADO: O ESTADO DERORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: TEMAIR CARLOS DESIQUEIRA – OAB/RR N. 658-P
RELATOR: DES. MOZARILDO CAVALCANTI

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento com antecipação de tutela, interposto contra decisão proferida no processo nº. 0818909-21.2017.8.23.0010, que deferiu a tutela antecipada em sede de decisão provisória, cujo objeto é que a agravante mantenha o atendimento, tratamento, e serviços naquela unidade e nos nosocômios estaduais, sob pena de multa diária de R$30.000,00 (Trinta mil reais).
Em síntese, a agravante ajuizou demanda em desfavor do agravado em decorrência de não poder manter os serviços sem a devida contraprestação pelo Estado, por tratar-se de um serviço extremamente oneroso.
Diante da importância do objeto do recurso, que envolve a saúde pública e proteção a vida, foi realizada uma audiência na tentativa de conciliação entre as partes.
Na audiência de conciliação, as partes se comprometeram a manter o atendimento e a contraprestação na forma da decisão impugnada até o julgamento do mérito do recurso, restando prejudicado o pedido de atribuição de efeito suspensivo da decisão agravada.
Em contrarrazões de fls.50-53, o agravado sustenta, preliminarmente, que o agravante descumpriu o art. 1.018 do CPC/15, uma vez que deixou de juntar aos autos de origem, cópia da petição do presente agravo de instrumento e a relação dos documentos. Por fim, requer a inadmissibilidade do recurso. No mérito, requer o desprovimento do recurso.
Primeiramente, cabe mencionar que o presente agravo de instrumento é processo físico, ao passo que o processo originário é eletrônico. Dessa forma, aplica-se o disposto nos §2º e §3º do art. 1.018 do CPC/15, o qual dispõe:
Art. 1.018. O agravante poderá requerer a juntada, aos autos do processo, de cópia da petição do agravo de instrumento, do comprovante de sua interposição e da relação dos documentos que instruíram o recurso.
§ 1o Se o juiz comunicar que reformou inteiramente a decisão, o relator considerará prejudicado o agravo de instrumento.
§ 2o Não sendo eletrônicos os autos, o agravante tomará a providência prevista no caput, no prazo de 3 (três) dias a contar da interposição do agravo de instrumento.
§ 3o O descumprimento da exigência de que trata o § 2o, desde que arguido e provado pelo agravado, importa inadmissibilidade do agravo de instrumento.
Nos termos do caput do art. 1.018, § 2º do NCPC, incumbe à parte agravante, no prazo de três dias, contados da data de interposição do agravo, juntar aos autos do processo cópia da petição do agravo, do comprovante de sua interposição, além da relação dos documentos que formam o instrumento.
Dispõe o § 3º do referido artigo que a inobservância da exigência de que trata o § 2º acarreta o não-conhecimento do recurso, desde que arguida e comprovada pela parte agravada.

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

No presente caso, o agravante não juntou aos autos de origem cópia da petição do presente agravo de instrumento e a relação dos documentos, conforme certidão de fl. 835, juntada pelo agravado.
Cabe mencionar que o próprio apelante confirma o alegado pelo agravado, apesar de argumentar ausência de prejuízo.
A comunicação do agravo de instrumento ao juízo em que foi prolatada a decisão tem a finalidade de permitir o juízo de retratação. Apesar de o caput do artigo utilizar a expressão "poderá", não se trata de uma faculdade do agravante, uma vez que o próprio §3º prevê uma consequência em caso de descumprimento.
Cito os seguintes precedentes:
AGRAVO INTERNO - AGRAVO DE INSTRUMENTO ELETRÔNICO - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA INDIVIDUAL EM AÇÃO COLETIVA - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS - PLANO VERÃO - SUSPENSÃO POR DETERMINAÇÃO DO STJ - RESP 1.361.799/SO E RESP 1.438.263/SP - PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO ELETRÔNICO - DESCUMPRIMENTO DO ART. 526, DO CPC/73 CORRESPONDENTE AO ART. 1.018 DO CPC/15 - NÃO OBRIGATORIEDADE - § 2, DO ART. 1.018, DO CPC/15. Nos termos do § 2º, do art. 1.018, do CPC/15, o comprovante da interposição do recurso na origem, com as peças necessárias, só será obrigatório quando o processo não for eletrônico. (TJ-MG - AGT: 10024142766583003 MG, Relator: Sérgio André da Fonseca Xavier, Data de Julgamento: 29/06/2016, Câmaras Cíveis / 18ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 29/06/2016)
AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL. AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO DA INTERPOSIÇÃO DO AGRAVO PERANTE O JUÍZO A QUO. ARGUIÇÃO PELO AGRAVADO. NÃO ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 1.018 DO NCPC. RECURSO NÃO CONHECIDO. 1. A parte agravante não atendeu o disposto no art. 1.018 do Código de Processo Civil, ensejando o não conhecimento do agravo, diante da incidência do parágrafo segundo do mesmo dispositivo legal. Precedentes desta Corte. 2. A ausência de comunicação ao Juízo a quo da interposição de agravo de instrumento e devidamente arguida pela parte agravada, importa em inobservância a pressuposto de admissibilidade recursal, que uma vez desatendido resulta no não conhecimento do recurso. 2. Recurso de Agravo de Instrumento não conhecido. (Classe: Agravo de Instrumento,Número do Processo: 0005238-29.2016.8.05.0000, Relator (a): Maurício Kertzman Szporer, Segunda Câmara Cível, Publicado em: 13/07/2016) (TJ-BA - AI: 00052382920168050000, Relator: Maurício Kertzman Szporer, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 13/07/2016)
AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE CUMULADA COM AÇÃO DE ALIMENTOS. DESCUMPRIMENTO DO ART. 1.018 DO CPC/2015. O não-atendimento ao disposto no art. 1.018 do CPC/2015, desde que arguido e comprovado pela parte agravada, acarretam o não-conhecimento do recurso. Agravo de instrumento não conhecido, de plano. (Agravo de Instrumento Nº 70069881431, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luís Dall'Agnol, Julgado em 06/07/2016). (TJ-RS - AI: 70069881431 RS, Relator: Jorge Luís Dall'Agnol, Data de Julgamento: 06/07/2016, Sétima Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 11/07/2016)
AGRAVO DE INSTRUMENTO. INOBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO CAPUT DO ART. 1.018, § 2º DO NCPC. Nos termos do § 2º do art. 1.018 do NCPC, incumbe ao agravante, no prazo de três dias, contados da data de interposição do agravo, juntar aos autos do processo cópia da petição do agravo, do comprovante de sua interposição, além da relação dos documentos que formam o instrumento. O descumprimento do disposto no referido dispositivo acarreta o não conhecimento do recurso, desde que argüido e comprovado pelo agravado. Inteligência do § 3º do art. 1.018 do NCPC. RECURSO NÃO CONHECIDO. (TJ-RS, Agravo de Instrumento Nº 70068742840, Décima Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Paulo Sérgio Scarparo, Julgado em 12/05/2016).
Diante dos fatos, verifica-se que o referido pressuposto de admissibilidade não se encontra presente.
Por esta razão, nego seguimento ao recurso.
Publique-se e intime-se.
Boa Vista/RR, 06 de dezembro de 2017.

Des. Mozarildo Monteiro Cavalcanti
Relator

AGRAVO INTERNO Nº 0000.17.001684-4 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: ANTÔNIO PEREIRA DA COSTA
AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA
RELATOR: DES. CRISTÓVÃO SUTER

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

DECISÃO

I - Tratam os autos de Agravo Interno com pedido de efeito suspensivo, apresentado pelo Estado de Roraima, contra decisão monocrática deste Relator, que indeferiu liminar em Agravo de Instrumento.
Aduz o agravante, inicialmente, que o decisum impugnado padeceria do vício de nulidade, por suposta ausência de fundamentação e cerceamento de defesa.
No mérito, assevera que a decisão guerreada não traduziria o melhor direito, porquanto inexistiriam nos autos principais elementos suficientes à decretação da quebra dos sigilos bancário e fiscal dos agentes públicos, pugnando pela revisão do julgado.
Com vista dos autos, opina a douta Procuradoria de Justiça, em preliminar, pelo não conhecimento do recurso e, no mérito, por seu desprovimento (fls. 368/371).
É o breve relato.
Passo a decidir.
II - O recurso não comporta conhecimento.
Consoante se asseverou, insurge-se o recorrente contra decisão monocrática deste Relator, que manteve os efeitos da liminar concedida no juízo de origem, para determinar "o levantamento dos sigilos bancário e financeiro dos Requeridos PASSOS RAVEDUTTI COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME, Cesar Ferreira Penna Faria, Fredson Baraúna Bento, Helenira Macedo Barros, Katia Regina Cavalcante Alves, Kaliu Gibran Linhares Coelho, Paulo Bastos Linhares, Pedro Lindemberg Silva Ruiz, Renato Michel Moreno Benedetti e Silviany Guimarães da Silva no período de janeiro de 2013 a maio de 2017" (EP 6), pugnando pela revogação da referida medida.
Consoante bem ponderou o ilustre agente Ministerial (fls. 368/371):
"Preliminarmente, deve-se ressaltar que o recurso em tela não preenche os requisitos de admissibilidade elencados no Novo Código de Processo Civil, a teor do art. 1021, conforme se observa da transcrição abaixo. (...)
Repise-se que o discurso do recurso em exame tenta trazer a lume em sede de agravo de instrumento, o mérito da ação civil pública originária, sendo tal pretensão descabida na via eleita pelo Estado. Infere-se pois, que o recurso possui caráter meramente protelatório, não se referindo diretamente aos elementos centrais da decisão agravada, o que enseja a prática de inovação recursal pela ausência de dialeticidade. Ademais, não se vislumbra o interesse de agir do Estado que aparentemente, saiu em defesa de servidores públicos que sofrem devassa em aspectos privados de suas vidas (movimentações bancárias e informações fiscais). Em tal situação, a produção de provas pretendida pelo Ministério Público viria auxiliar o Estado no próprio controle interno de seus atos."
De fato, no caso em destaque falta ao agravante o indispensável interesse recursal, porquanto o ato judicial impugnado não atinge sua esfera jurídica, olvidando o recorrente do disposto nos artigos 17 e 18 do Código de Processo Civil, claros ao proclamar:
"Art. 17º. Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade.
Art. 18º. Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico."
Nessa direção o entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça:
"AGRAVO REGIMENTAL. SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. POSSIBILIDADE. ART. 4º DA LEI N. 8.437/1992. EMPRESA. ALTERAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO MUNICIPAL. REPASSE PELO ESTADO. FALTA DE INTERESSE RECURSAL. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO DO ESTADO. NÃO CONHECIMENTO. (...) III - A decisão atacada não acarretou nenhum prejuízo ao Estado, que tem de efetuar o repasse, independentemente de qual município seja o real detentor do direito. Dessa forma, não se vislumbra interesse recursal do Estado de Minas Gerais. Agravo regimental não conhecido." (STJ, AgRg na SLS 2.002/MG, Corte Especial, Rel. Ministro Francisco Falcão - p.:14/08/2015)
III - Posto isto, nos termos do art. 932, inciso III, do CPC, não conheço do inconformismo.
Intimem-se, juntando-se cópia deste decisum aos autos principais.
Boa Vista, 12 de dezembro de 2017.

Desembargador Cristóvão Suter

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.17.001785-9 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: R. M. DA C.
DEFENSORA PÚBLICA: JULIANA GOTARDO HEINZEN
AGRAVADO: VICTÓRIA RANIERY MINGUENS DE MORAES
RELATOR: DES. ALMIRO PADILHA

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por RANIER MINGUENS DA COSTA em face da decisão proferida pelo Juiz da Comarca Única de São Luiz, na Ação nº. 0800255-30.2017.8.23.0060, que indeferiu o pedido de gratuidade da justiça e determinou o recolhimentos das custas, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição do feito (EP. 11).

O Agravante alega, em síntese, que:

a) preenche os requisitos legais ao deferimento de justiça gratuita;

b) a simples afirmação de sua miserabilidade é suficiente para o deferimento do respectivo pedido;

c) "... a declaração de hipossuficiência encontra-se revestida de presunção júris tantum de veracidade, ou seja, válida até prova em contrário, exigindo-se para tanto prova plena a demonstrar que o Requerente não faz jus ao benefício" (fl. 06).

Ao final, requer o conhecimento do agravo e seu provimento, para que seja deferido o benefício da assistência judiciária gratuita.

Juntou documentos de fls. 10-19.

A Agravada não apresentou contrarrazões.

É o sucinto relatório. Decido.

Considerando que a Decisão recorrida encontra-se em total dissonância com a jurisprudência dominante de Tribunal Superior e deste TJRR, passo à análise monocrática do Recurso, conforme autoriza o art. 932, VIII, do CPC c/c art. 90, VI, do RITJRR.

Conforme relatado, a discussão trazida à baila neste recurso refere-se ao benefício da justiça gratuita.

Sobre o tema, prevê o art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal:

Art. 5º. [...]

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica e integral aos que comprovarem insuficiência de recursos.

O Código de Processo Civil dispõe a respeito da gratuidade da justiça, estabelecendo o seguinte:

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

(...)

§2º. O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

§3º. Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

§ 4º. A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.

Observa-se que o Magistrado somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão da gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

Ademais, deve ser presumida verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural e a assistência do Requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.

No mesmo sentido, faço menção a julgados deste Tribunal:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO - PEDIDO ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA - DECLARAÇÃO DE POBREZA JURÍDICA - PRESUNÇÃO RELATIVA QUE SOMENTE PODE SER AFASTADA DIANTE DE ELEMENTO QUE INFIRME A DECLARAÇÃO - INEXISTÊNCIA NO CASO CONCRETO - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJRR - AgInst 0000.16.000620-1, Rel. Des. MOZARILDO CAVALCANTI, Câmara Cível, julg.: 09/06/2016, DJe 16/06/2016, p. 25)".

***

"AGRAVO DE INSTRUMENTO - JUSTIÇA GRATUITA - DECLARAÇÃO DE MISERABILIDADE JURÍDICA FIRMADA PELA PARTE ASSOCIADA À COMPROVAÇÃO NOS AUTOS DA REAL NECESSIDADE - CONCESSÃO DO BENEFÍCIO - RECURSO PROVIDO

(TJRR - AgInst 0000.16.000583-1, Rel. Des. CRISTÓVÃO SUTER, Câmara Cível, julg.: 16/06/2016, DJe 22/06/2016, p. 22)".

***

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. NÃO RECEBIMENTO DO RECURSO DE APELAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREPARO. PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE. PARTE QUE COMPROVOU A HIPOSSUFICIÊNCIA. DECLARAÇÃO DE ISENTO DE

Câmara - Única

+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

IMPOSTO DE RENDA. RENDA MENSAL NÃO SUPERIOR A 03 (TRÊS) SALÁRIOS-MÍNIMOS. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DO ACESSO À JUSTIÇA. AGRAVO CONHECIDO E PROVIDO.
(TJRR - AgInst 0000.16.000280-4, Rel. Des. JEFFERSON FERNANDES DA SILVA, Câmara Cível, julg.: 02/02/2017, DJe 09/02/2017, p. 19)".
No vertente caso, verifico que o Agravante juntou aos autos declaração de hipossuficiência, em que afirma: (...) que é pessoa hipossuficiente, não dispondo de recursos financeiros para suportar o pagamento de honorários advocatícios e custas processuais, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família, na fora do Artigo 98 e ss. do Código de Processo Civil c.c. Art. 2º., §2º., da Lei Complementar Estadual nº. 164, de 19 de Maio de 2010" (fl. 16).
Ademais, o Requerente é professor Municipal em Caroebe e sua remuneração líquida corresponde a R$ 1.669,97 (um mil, seiscentos e sessenta e nove reais e noventa e sete centavos), e é assistido pela Defensoria Pública do Estado. Além disso, em pesquisa realizada na internet - google maps - no endereço residencial constante nos autos, constatei, por meio das imagens obtidas, que trata de moradia compatível com a alegação de hipossuficiência.
Não há, por outro lado, qualquer elemento capaz de afastar a presunção decorrente da declaração de pobreza apresentada por ele.
Por essas razões, autorizado pelo regramento do art. 932, VIII, do CPC c/c art. 90, VI, do RITJRR, dou provimento ao presente Agravo para reformar a Decisão recorrida e conceder o benefício da assistência judiciária gratuita.
Publique-se, intimem-se e demais providências de estilo.
Boa Vista, 13 de dezembro de 2017.

DES. ALMIRO PADILHA
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0020.16.800612-8 - CARACARAÍ/RR
APELANTE: ENILSON NOGUEIRA DE SOUZA
ADVOGADO: ONAZION MAGALHAES DAMASCENO JUNIOR – OAB/RR N. 1220
APELADO: O MUNICIPIO DE CARACARAI
PROCURADORA DO MUNICÍPIO: SUZETE DE CARVALHO OLIVEIRA
JUIZ CONVOCADO: LUIZ FERNANDO MALLET

DECISÃO

Trata-se de remessa necessária em face da sentença oriunda da Comarca de Caracaraí que julgou parcialmente procedente a ação declaratória de nulidade de ato administrativo, reintegração em cargo público, indenização e tutela antecipada.
A decisão judicial julgou procedente, confirmando os efeitos da tutela antecipada, para determinar a anulação do procedimento administrativo e o consequente ato de demissão determinando a reintegração do demandante e com a percepção de todos os seus direitos.
Por outro lado, julgou improcedente o pedido de indenização por danos morais.
É o necessário a relatar.
Decido.
Tratam os autos de reexame necessário em face da sentença que julgou procedente o pedido, confirmando os efeitos da tutela antecipada, para determinar a anulação do procedimento administrativo e o consequente ato de demissão, determinando a reintegração do requerente ao cargo de técnico em radiologia do Município de Caracaraí, com a percepção de todos os direitos de que fora privado em razão da ilegal demissão, inclusive os vencimentos retroativos.
O Superior Tribunal de Justiça editou a súmula 253, que estabelece o seguinte: "O art. 557 do CPC, que autoriza o relator a decidir o recurso, alcança o reexame necessário."
De acordo com o art. 932, inc. VIII, compete ao relator "exercer outras atribuições estabelecidas no regimento interno do tribunal."
O Regimento Interno do Tribunal de Justiça prevê tais poderes do relator no art. 90:
"Art. 90. São atribuições do relator nos feitos cíveis:
V - negar provimento a recurso em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;
VI - dar provimento a recurso contra decisão em manifesto confronto com jurisprudência dominante do Tribunal ou de Tribunal Superior;"

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

No presente caso, observo que a decisão recorrida está de acordo com a jurisprudência dominante nos Tribunais Superiores. Observe-se:

ADMINISTRATIVO. ACUMULAÇÃO REMUNERADA DE CARGOS. LIMITAÇÃO DE HORAS SEMANAIS. POSSIBILIDADE. JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. VERIFICAÇÃO DA COMPATIBILIDADE DE HORÁRIO. PRETENSÃO DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ. I - O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que a acumulação remunerada de cargos deve atender ao princípio da eficiência, na medida em que o profissional de saúde precisa estar em boas condições físicas e mentais para bem exercer as suas atribuições, o que depende de adequado descanso no intervalo entre o final de uma jornada de trabalho e o início da outra. II - Desse modo, revela-se coerente o limite de 60 (sessenta) horas semanais, na forma do disposto no Parecer GQ-145/98 da AGU, fato que certamente não decorre de coincidência, mas da preocupação em se otimizarem os serviços públicos, que dependem de adequado descanso dos servidores públicos. AgInt no AREsp 918.832/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/09/2016, DJe 29/09/2016; AgInt no AREsp 913.528/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/09/2016, DJe 30/09/2016; MS 22.002/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/12/2015, DJe 17/12/2015) III - A Corte a quo, soberana na análise do conjunto fático-probatório dos autos, ao analisar a compatibilidade de horários IV - Desse modo, rever as conclusões da Corte a quo, acerca da ausência do requisito da compatibilidade de horários, demandaria o necessário reexame de fatos e provas constantes nos autos, providência vedada em sede de recurso especial, dado o óbice do enunciado n. 7 da Súmula desta Corte Superior (a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial).V - Agravo interno improvido. (AgInt no AREsp 1063225/RJ, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/11/2017, DJe 10/11/2017)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS. PROFISSIONAL DE SAÚDE. COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS. LIMITAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO A 60 HORAS SEMANAIS. 1 - O aresto regional não destoa da jurisprudência firmada na Primeira Seção deste Superior Tribunal segundo a qual, apesar de a Constituição Federal permitir a acumulação de dois cargos públicos privativos dos profissionais de saúde, deve haver, além da compatibilidade de horários, observância ao princípio constitucional da eficiência, o que significa que o servidor deve gozar de boas condições físicas e mentais para exercer suas atribuições". Dessa forma, reconheceu a impossibilidade de cumulação de cargos de profissionais da área de saúde quando a jornada de trabalho for superior a 60 horas semanais" (MS 21.844/DF, Rel. Ministro OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/02/2017, DJe 02/03/2017). Precedentes. 2 - Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1063981/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07/11/2017, DJe 16/11/2017)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. ACUMULAÇÃO DE DOIS CARGOS PÚBLICOS PRIVATIVOS DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE. ART. 37 DA CARTA MAGNA E ART. 118 DA LEI 8.112/1990. EXEGESE JUDICIAL DAS LEIS ESCRITAS. FINALIDADE E ADEQUAÇÃO DO ESFORÇO INTERPRETATIVO. PREVALÊNCIA DOS ASPECTOS FACTUAIS RELATIVOS À PROTEÇÃO E À SEGURANÇA DOS PROFISSIONAIS E PACIENTES. AGRAVO INTERNO DA SERVIDORA DESPROVIDO. 1. Segundo a dicção do art. 37, XVI da Constituição Federal e do art. 118 da Lei 8.112/1990, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, ressalvados os casos topicamente previstos no art. 37, XVI da Constituição Federal, dentre eles o de dois cargos ou empregos privativos de Profissionais de Saúde, desde que haja compatibilidade de horários e os ganhos acumulados não excedam o teto remuneratório previsto no art. 37, XI da Lei Maior. 2. Contudo, a ausência de fixação da carga horária máxima para a cumulação de cargo não significa que tal acúmulo esteja desvinculado de qualquer limite, não legitimando, portanto, jornadas de trabalhos exaustivas, ainda que haja compatibilidade de horários, uma vez que não se deve perder de vista os parâmetros constitucionais relativos à dignidade humana e aos valores sociais do trabalho, previstos no art. 1o., III e IV da CF, inclusive em favor do próprio Trabalhador. 3. A Lei 8.112/1990, em seu art. 19, fixou para o Servidor Público a jornada de trabalho de, no máximo, 40 horas semanais, com a possibilidade de duas horas de trabalho extras por jornada. Tomando-se como base esse preceito legal, impõe-se reconhecer que o Acórdão TCU 2.133/2005 e o Parecer GQ 145/98, ao fixarem o limite de 60 horas semanais para que o Servidor se submeta a dois ou mais regimes de trabalho, devem ser prestigiados, uma vez que atendem aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade. Neste sentido: MS 19.300/DF, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 18.12.2014. 4. No presente caso, no entanto, a Servidora Pública exerce, em concomitância, dois cargos públicos privativos dos profissionais da área da Saúde, com carga horária que ultrapassa 60 horas semanais, com sacrifício dos intervalos de repouso e lazer, o que lhe vem em desfavor da sua própria saúde e põe em risco de dano involuntário a segurança dos pacientes. 5. O recomendável é que os profissionais da área de saúde sejam remunerados de forma compatível com a dignidade de suas

Câmara - Única

+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

funções e não se vejam na contingência de assumir mais de um cargo, para auferir renda salarial que supra as suas demandas pessoais e familiares. 6. Agravo Interno da Servidora desprovido. (AgInt no AREsp 335.769/RJ, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/10/2017, DJe 27/10/2017)

No mesmo sentido colaciono julgado desta Corte:

APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA - ACUMULAÇÃO DE CARGOS - ÁREA DA SAÚDE - COMPATIBILIDADE DA NATUREZA DO CARGO E HORÁRIO - AUSÊNCIA DE PROVAS DE AFRONTA AO PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. (TJRR - AC 0010.14.833686-9, Rel. Des. MOZARILDO CAVALCANTI, Câmara Cível, julg.: 15/09/2016, DJe 04/11/2016, p. 23)

E, ainda, julgado do Tribunal de Justiça do Distrito Federal:

ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. CUMULAÇÃO DE CARGOS. TÉCNICO EM RADIOLOGIA. POSSIBILIDADE. ART. 37, XVI, "C', CF E ART. 17, § 2º, ADCT E LEI DISTRITAL 3.320/2004.

1. O artigo 37, inciso XVI, alínea 'c', da Constituição Federal permite a cumulação remunerada de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, incluindo dentre eles os técnicos em radiologia, desde que haja compatibilidade de horários. 2. A limitação da carga horária para os técnicos em radiologia não constitui norma irrenunciável de saúde do trabalho. (Acórdão n.494730, 20090111878669APC, Relator: JOÃO MARIOSI 3ª Turma Cível, Data de Julgamento: 23/03/2011, Publicado no DJE: 08/04/2011. Pág.: 85)

Na espécie, consoante as provas acostadas a inicial, a exemplos dos EP's. 1.5 e 1.13, verifica-se que o autor estava exercendo legalmente suas funções de técnico em radiologia, com amparo no inciso XVI, art. 37, da CF/88.

Face ao exposto, com fundamento no artigo 496, do CPC, conheço da remessa necessária para manter a sentença na íntegra.

Torno sem efeito o relatório de fls. 05. Retire-se o feito de pauta de julgamento, tendo em vista a presente decisão monocrática.

Retifique-se a classe processual do presente feito (EP. 55.1).

P.I.

Boa Vista, 12 de dezembro de 2017.

Juiz Convocado LUIZ FERNANDO MALLET
RELATOR

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.16.817287-1 - BOA VISTA/RR
APELANTE: FERNANDO LUCIO TELES
ADVOGADO: MAMEDE ABRÃO NETTO – OAB/RR N. 223-A
APELADO: CRESCÊNCIO DE BARROS SILVA E OUTROS
RELATOR: JUIZ CONVOCADO LUIZ FERNANDO MALLET

DECISÃO

Tratam-se os autos de Apelação Cível em face da sentença oriunda da 2.ª Vara Cível, que extinguiu o processo, sem resolução de mérito da ação reivindicatória c/c pedido de imissão de posse.

O recorrente sustenta a necessidade de reforma da sentença para dar prosseguimento à ação reivindicatória, uma vez que esta pode discutir a propriedade em desfavor de terceiras pessoas.

Alega que os apelados nunca tiveram a propriedade do bem, pois esta pertencia à Caixa Econômica Federal.

Não foram apresentadas as contrarrazões.

É o breve relato.

Decido monocraticamente porque autorizado pelo art. 932, inc. VIII; do art. 90, V, do RITJRR,

Conheço do apelo porque presentes os requisitos de admissibilidade, entrementes, adianto que o recurso não merece provimento.

No caso presente, a sentença está de acordo com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça:

Cito:

RECURSO ESPECIAL Nº 1.565.221 - DF (2015/0280194-9)
RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Câmara - Única

+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. REIVINDICATÓRIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.
1. Ausentes os vícios do art. 535 do CPC, rejeitam-se os embargos de declaração.
2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
3. Recurso especial não conhecido.
DECISÃO
Cuida-se de recurso especial interposto por LEONIDIA BRAGA MEIRELES e outros, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional. Recurso Especial interposto em: 22/08/2008. Processo distribuído ao Gabinete em: 02/09/2016. Ação: reivindicatória, ajuizada pelos recorrentes, em face de ADEMAR RIBEIRO DA SILVA e outra. Sentença: julgou o demandante carecedor do direito de ação, por inépcia da inicial, ilegitimidade ativa ad causam e falta de interesse de agir. Acórdão: negou provimento ao recurso de apelação interposto pelos recorrentes, nos termos da seguinte ementa: AÇÃO REIVINDICATÓRIA. CARÊNCIA DE AÇÃO. INDEFERIMENTO DA INICIAL. Ensejam o indeferimento da inicial da ação revindicatória: 1) a ilegitimidade ativa ad causam, porque não comprovado inequivocamente o domínio - questionado em ação civil pública, com bloqueio liminarda matrícula -; 2) a falta de clara e precisa individuação do imóvel; 3) a carência de interesse processual, em se considerando que o autor demanda em outra sede, indenização por alegada desapropriação indireta da área reivindicada e que já foi declarada de interesse público. (e-STJ fl. 397).[...]".
Pois bem.
Noque tange aos fundamentos firmados na sentença ora combatida, mantenho-os intactos e reitero como razão de decidir neste recurso.
Confira-se:
"[…] Como cediço, no processo civil, para prosseguimento das demandas é necessário o atendimento dos pressupostos processuais. Destarte, cumpre destacar que o Código de Processo Civil em seu artigo 557 estabelece pressuposto processual extrínseco específico às ações petitórias, nestes termos: '...Art. 557. Na pendência de ação possessória é vedado, tanto ao autor quanto ao réu, propor ação de reconhecimento do domínio, exceto se a pretensão for deduzida em face de terceira pessoa...'. Em outras palavras, as ações petitórias não devem ser propostas enquanto se discute ação possessória. No caso em comento, a presente ação reivindicatória fora proposta enquanto se discute interdito proibitório, concedido liminarmente, nos autos nº 0816552-05.2016.823.0010. Portanto, patente a incidência da vedação supramencionada, de maneira que ausente pressuposto processual que permita o desenvolvimento válido e regular do processo. Ademais, descabido o argumento do autor de que não busca o reconhecimento do domínio, pois este já está estampado na certidão de registro de imóveis. Explico. Tal documento é fruto de ato administrativo, o qual goza de presunção relativa de legitimidade, o seja, admite prova em contrário. Então, somente após o devido processo legal, nas ações petitórias há o reconhecimento do domínio que pode (ou não) estar estampado em uma certidão de registro de imóveis. Portanto, como a presente ação reivindicatória tem natureza jurídica de ação petitória, nas quais se busca o reconhecimento de domínio, mostra-se, incabível o prosseguimento do feito em razão da ausência de pressuposto processual extrínseco. Sendo assim, pelo aspecto fático e fundamentos jurídicos expostos, julgo extinto o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. Custas pela parte autora.
DA NATUREZA JURÍDICA DA AÇÃO REIVINDICATÓRIA
Na ação reivindicatória se pretende reaver a posse com fundamento no direito de propriedade.
Sobre o tema, Nelson Nery Junior:
"Reivindicatória. Ação real que visa à restituição da coisa, portanto a posse. Mas o Fundamento desse pedido é a propriedade. Ação de quem tinha posse de proprietário e a perdeu (CC1228 caput, CC/1916 524)." (grifos no original).
A propriedade esta contida no bojo dos direitos reais, sendo, preliminarmente, direito erga omnes.
"O proprietário tem a faculdade de usar, gozar, e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou a detenha." (CC: art. 1.228)
O conceito extraído do artigo mencionado assegura ao proprietário o direito de buscar o reconhecimento do domínio e a sua restituição.
São três os requisitos essenciais para o reconhecimento do pedido: a prova da propriedade dos demandantes, a posse injusta exercida pelos réus e a perfeita individuação do imóvel.
Em que pese a doutrina compreenda que o direito real de propriedade é oponível a todos, este não é absoluto. Vejamos o disposto no artigo 1.275, do Código Civil:
"Art. 1.275. Além das causas consideradas neste Código, perde-se a propriedade:
I - por alienação;
II - pela renúncia;

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

Câmara - Única

III - por abandono;
IV - por perecimento da coisa;
V - por desapropriação.
Parágrafo único. Nos casos dos incisos I e II, os efeitos da perda da propriedade imóvel serão subordinados ao registro do título transmissivo ou do ato renunciativo no Registro de Imóveis." (Capitulo IV, "Da Perda da Propriedade")
Outrossim, a Carta Magna brasileira assegura o direito à propriedade, salvaguardando a necessidade de desapropriação e aquisição por usucapião.
Nesse diapasão, "o direito à propriedade, contido no rol de direito de primeira geração, tido, inicialmente, como absoluto e oponível a todos, foi relativizado com o surgimento dos direitos de terceira e quarta gerações, que lançaram novo olhar à proteção da propriedade, exigindo-se, que esta, para ser completamente amparada, cumprisse função social". (TJRR - AC 0010.05.100451-2, Rel. Des. GURSEN DE MIRANDA, Câmara Única, julg.: 26/02/2013, DJe 13/03/2013, p. 25)
Perlustrando a Lei Magna no artigo 5º, constata-se a propriedade dentre os Direitos e Garantias Fundamentais:
Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: […]
XXII - é garantido o direito de propriedade;
XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;
[...]"
Igualmente, o § 2º, do artigo 182, da CF/88, no capítulo II, que trata "Da Política Urbana" reafirma:
"que a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor".
E, finalmente, o artigo 191, da Constituição Federal, dispõe:
"aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade."
Assim, institutos protetores do direito à propriedade impõem nova contextualização quando da aplicação da lei.
O artigo 557 do CPC, também, relativiza o, até então, direito erga omnes:
"Art. 557. Na pendência de ação possessória é vedado, tanto ao autor quanto ao réu, propor ação de reconhecimento do domínio, exceto se a pretensão for deduzida em face de terceira pessoa".
Compulsando os autos, verifico no EP. 1.4, verifico o ajuizamento de ação possessória. Desse modo, mister a manutenção da sentença.
Em face do exposto, pela fundamentação acima expendida, julgo monocraticamente, com arrimo no art. 932, inc. VIII; do art. 90, V, RITJRR, para conhecer do recurso e NEGAR provimento ao apelo.
Torno sem efeito o relatório de fls. 08.
Retire-se o feito de pauta de julgamento, tendo em vista a presente decisão monocrática.
P.I.
Boa Vista, 12 de dezembro de 2017.

Juiz Convocado LUIZ FERNANDO MALLET
RELATOR

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.01.007192-5 - BOA VISTA/RR
APELANTE: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO: SERVIO TULIO DE BARCELOS – OAB/MG N. 44.698
APELADO: PERCY VALENTIM KUMER E OUTROS
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Cuida-se de apelação cível interposta pelo Banco do Brasil S/A, em face da sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito da 4.ª Vara Cível, que extinguiu o processo por abandono do autor.
Distribuído o recurso, foi verificado que as razões recursais estavam incompletas (fl. 05).
Devidamente intimado para juntar a complementação das razões, sob pena de não conhecimento do recurso, o Apelante não se manifestou.
Decido.

+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

O recurso não comporta conhecimento.
Da análise dos autos, verifica-se que a petição da apelação está incompleta, não sendo possível, assim, seu julgamento.
Destaco que foi oportunizada ao Apelante a apresentação da complementação da petição de seu arrazoado recursal, sob pena de inadmissibilidade do recurso, contudo, deixou de sanar o vício.
Ademais, ressalto que é dever do Recorrente zelar pela correta formação do recurso
Posto isto, face a ocorrência de vício que impossibilita a análise do recurso e com fundamento nos termos do art. 932, inciso III, do CPC, não conheço do apelo.
P.R.I.
Boa vista, 13 de dezembro de 2017.

Desa. Tânia Vasconcelos
Relatora

REMESSA NECESSÁRIA Nº 0005.16.800114-6 - ALTO ALEGRE/RR
AUTOR: JG COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
ADVOGADA: CYNTHIA PINTO DE SOUZA SANTOS – OAB/RR N. 1004
RÉU: O MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE
RELATOR: JUIZ CONVOCADO: LUIZ FERNANDO MALLET

DECISÃO

Trata-se de remessa necessária em face da sentença oriunda da Comarca de Alto Alegre que concedeu, em parte, a segurança desfavor no presidente da comissão permanente de licitação da secretaria municipal de obras de alto Alegre.
A decisão judicial concedeu a segurança, em parte, para permitir a permanência da empresa impetrante no procedimento licitatório, inabilitando a empresa STEICON CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTOS.
É o necessário a relatar.
Decido.
O sistema processual civil está sujeito ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença proferida em face da União, do Estado, do Distrito Federal, do Município, e as respectivas autarquias e fundações de direito público (CPC: art. 496, inc. I).
Consoante se depreende do mencionado dispositivo legal a decisão de primeira instância não terá, por si só, qualquer efeito, dependendo sua eficácia de confirmação pela segunda instância.
Contudo, excetua o mesmo diploma legal que não se aplicará a remessa necessária quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a 500 (quinhentos) salários-mínimos para os Estados, o Distrito Federal, as respectivas autarquias e fundações de direito público e os Municípios que constituam capitais dos Estados (CPC: art. 496, § 3º, II).
Dessarte, em que pese o duplo grau de jurisdição obrigatório, em sede de mandado de segurança, tenha tratamento específico dado pela Lei nº 12.016/09, em seu artigo 14, § 1º, tal dispositivo deve ser interpretado conjuntamente com o Código de Processo Civil, no tocante às hipóteses de cabimento de dispensa da remessa necessária, porque a lei nada dispôs em contrário.
Neste diapasão, colaciono precedente do Superior Tribunal de Justiça:
"PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO CONTROVERTIDO DE VALOR NÃO EXCEDENTE A 60 SALÁRIOS MÍNIMOS. SENTENÇA CONCESSIVA DO 'WRIT'. REEXAME NECESSÁRIO. NÃO-SUJEIÇÃO. APLICABILIDADE DA REGRA PREVISTA NO PARAGRAFO 2º DO ART. 475 DO CPC. […]
5. O legislador, por ocasião da Lei 10.352/01, com o intuito de reduzir as hipóteses sujeitas a remessa ex officio, alterando o art. 475 do CPC, dispôs que, mesmo sendo a sentença proferida contra a União, os Estados, os Municípios, e as respectivas autarquias e fundações de direito publico, não se sujeitara ao duplo grau de jurisdição se a condenação, ou o direito controvertido, for de valor certo não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos (§ 2º). Com essa alteração, o legislador visou conferir maior celeridade aos processos, de forma a solucionar esse tipo de litígio com a maior brevidade possível.
6. A não aplicação do novo texto ao mandado de segurança significa um retrocesso, pois a remessa oficial, tanto no Código de Processo Civil quanto na Lei Mandamental, visa resguardar o mesmo bem, qual seja, o interesse publico. Em assim sendo, a regra do art. 12 da Lei 1533/51 deve ser interpretada em consonância com a nova redação do art. 475 do CPC, que dispensa o reexame necessário nos casos em que a condenação não for superior a 60 salários mínimos.

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

Câmara - Única

7. Situações idênticas exigem tratamento semelhante. Nessa linha de raciocínio lógico seria um contra senso falar que a ação mandamental não se sujeita a nova regra. Em especial, porque a inovação se amolda perfeitamente a finalidade do remédio heróico, que e a de proteger, com a maior celeridade possível, o direito líquido e certo, lesado ou ameaçado de lesão por ato de autoridade. 8. Recurso desprovido". (STJ -REsp 687216, Rel. Min. José Delgado, julgado em 17/02/2005). (Sem grifos no original).
No mesmo sentido é a compreensão deste Tribunal:
REEXAME NECESSÁRIO - HIPÓTESE DE DISPENSA - INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 475, § 2º, DO CPC - REEXAME NÃO CONHECIDO.
1. Estabelece o ordenamento jurídico pátrio que está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença proferida contra a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município, e as respectivas autarquias e fundações de direito público (CPC: art. 475, inc. I).
2. Todavia, não se aplica o disposto no artigo supramencionado (reexame necessário) quando a condenação, ou o direito controvertido, tiver valor certo não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos (CPC: art. 475, § 2º).
3. Reexame necessário não conhecido. (TJRR - RN 0020.13.700358-6, Rel. Juiz(a) Conv. LEONARDO CUPELLO, Câmara Única, julg.: 09/06/2015, DJe 25/06/2015, p. 11)
Outrossim, menciono os julgados monocráticos desta Corte de Justiça: REEXAME NECESSÁRIO Nº 010.16.822465-6; REEXAME NECESSÁRIO N. 0030.13.700410-4; REEXAME NECESSÁRIO Nº. 0010.15.836902-4, REEXAME NECESSÁRIO Nº 0060.13.700624-7; REEXAME NECESSÁRIO Nº 0020.13.700352-9; REEXAME NECESSÁRIO Nº 0000.15.000921-5 etc.
Na espécie, considerando que o valor atribuído a causa foi R$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) (EP. 1.1), está excepcionada a obrigatoriedade do duplo grau de jurisdição, não devendo ser conhecida a presente remessa necessária, nos termos do artigo 496, § 3º, inciso II, do Código de Processo Civil.
Em face do exposto, com fundamento no artigo 90, inciso IV, do RI-TJE/RR, c/c, artigo 496, § 3º, inciso II, do Código de Processo Civil, NÃO CONHEÇO do presente reexame necessário.
Torno sem efeito o relatório de fls. 05.
Retire-se o feito da pauta de julgamento em razão da presente decisão monocrática.
Após as baixas necessárias, retornem os autos ao juízo de origem.
P.I.
Boa Vista, 13 de dezembro de 2017.

Juiz Convocado LUIZ FERNANDO MALLET
RELATOR

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.15.820320-7 - BOA VISTA/RR
APELANTE: MARIA ALVES DA SILVA
ADVOGADO: JEFFERSON RIBEIRO MACHADO MACIEL – OAB/RR N. 356-B
APELADO: BANCO ITAUCARD S/A
ADVOGADO: JOSE ALMIR DA ROCHA MENDES JUNIOR – OAB/RN N. 392-A
RELATOR: JUIZ CONVOCADO LUIZ FERNANDO MALLET

DECISÃO

Tratam os autos de Apelação Cível apresentada por Maria Alves da Silva em face da sentença que julgou improcedente ação de resolução contratual c/c indenização por danos materiais e morais.
O apelante sustenta a necessidade de reforma da sentença, pois está pagando indevidamente por um empréstimo não realizado e cujo valor não lhe foi repassado, estando o apelado se locupletando indevidamente do seu dinheiro. Requer o acolhimento do pedido inicial.
Intimado o apelado não apresentou as contrarrazões.
É o necessário a relatar.
É o breve relato.
Decido monocraticamente porque autorizado pelo art. 932, inc. VIII; do art. 90 RITJRR,
Conheço do recurso porque presentes os requisitos de admissibilidade.
No caso presente, a sentença está de acordo com a jurisprudência desta Corte, vejamos:
APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. SERVIÇO DE TELEFONIA. COBRANÇA EM DUPLICIDADE NÃO COMPROVADA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA QUE NÃO AFASTA DO CONSUMIDOR A INCUMBÊNCIA DE DEMONSTRAR OS FATOS CONSTITUTIVOS DO SEU DIREITO. RESPONSABILIDADE CIVIL NÃO CONSTATADA. DANO MORAL INEXISTENTE. RECURSO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.

+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

(TJRR - AC 0010.15.805714-0, Rel. Juiz(a) Conv. MARIA APARECIDA CURY, Câmara Cível, julg.: 22/09/2016, DJe 26/09/2016, p. 50).

No que tange os fundamentos firmados na sentença ora combatida, mantenho-os intactos e reitero como razão de decidir neste recurso.

Confira-se:

"(...) Passo a proferir a manifestação estatal e o faço de forma antecipada - provas não especificadas.

Inicialmente constato que a autora possivelmente apresenta diversos contratos de consignação em extrato que junta.

O pedido é improcedente, adianto.

Não apresenta a parte declaração de inexistência de contas bancárias ou mesmo extratos bancários para que o Juízo pudesse aferir sobre a existência, ou não, do depósito em conta.

Sequer especificou as provas que pretendia produzir, ainda que revel a parte requerida.

A demanda foi interposta após oito descontos em folha e sem porva de nenhuma reclamação administrativa o que revela, ainda que não efetivada de forma manifesta a contratação, o ajuste tácito. Assim, pleitear a anulação, no momento, traduz comportamento contratual contraditório (TJ-DF - APC: 20141210000297 DF 0000028-72.2014.8.07.0012, Relator: MARIO-ZAM BELMIRO, Data de Julgamento: 28/08/2014, 3ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE: 08/09/2014 . Pág.: 202).

Rejeito, pois, o pedido inicial.

Pela sucumbência, condeno a parte autora ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios em dez por cento sobre o valor da causa. Observem a suspensão da exigibilidade conferida pelo benefício da assistência judiciária deferido ao autor (...)".

A inversão do ônus da prova e a revelia do requerido não implicam, no caso concreto, no acolhimento dos argumentos trazidos pelo autor.

Esse é o entendimento jurisprudencial, vejamos:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO CONSUMIDOR. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. HIPOSSUFICIÊNCIA TÉCNICA NÃO DETECTADA. REGRA DE INSTRUÇÃO. CONJUNTO PROBATÓRIO QUE DEMONSTRA A INEXISTÊNCIA DE OFENSA A DIREITO DO CONSUMIDOR. REPETIÇÃO DE INDÉBITO DESCABIDA. DANO MORAL INEXISTENTE. SENTENÇA MANTIDA. I. A inversão do ônus da prova autorizada pelo artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, não incide de maneira automática e irrefletida. II. Não sendo reconhecida a verossimilhança das alegações do consumidor no curso da demanda ou sua própria hipossuficiência técnica, descabe cogitar da inversão do ônus da prova. III. Sem a demonstração de efetivo prejuízo, não há substrato jurídico para a reparação de danos deduzida com base na disparidade entre as tratativas iniciais e os termos definitivos da compra e venda de veículo automotor. IV. Recurso conhecido e desprovido. (TJDF - APC 20140110225276 - Relator (a): JAMES EDUARDO OLIVEIRA - Julgamento: 25/11/2015 - Órgão Julgador: 4ª Turma Cível - Publicação: Publicado no DJE : 15/12/2015 . Pág.: 197).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR - CABE AO AUTOR O ÔNUS DA PROVA DE SUAS ALEGAÇÕES (ART. 333, I CPC)- PRINCÍPIO DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA MITIGADO ANTE A AUSÊNCIA DA VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES AUTORAIS E DA HIPOSSUFICIÊNCIA DO CONSUMIDOR - INEXISTÊNCIA DE PROVAS, PELO AUTOR, QUANTO AOS FATOS NARRADOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. De acordo com a disposição contida no art. 333, I do CPC, cabe ao autor o ônus da prova quanto aos fatos constitutivos do seu direito, ainda que minimamente. 2.Tal regra tem aplicação inclusive nos casos sujeitos ao regramento do Código de Defesa do Consumidor, pois a prerrogativa de inversão do ônus probandi não é absoluta, especialmente em se tratando de fatos possíveis de serem demonstrados pelo autor/consumidor. A inversão do ônus da prova exige que o juiz, usando das regras comuns de experiência, verifique a verossimilhança das alegações autorais ou a sua hipossuficiência. 3. Se o autor não demonstrou nos autos a ocorrência das cobranças indevidas supostamente realizadas, que de seria facil realização pela juntada das faturas do cartão de crédito, não se pode presumir verdadeira a negativa de cancelamento da dívida. 4. Não demonstrado, por elementos mínimos de prova, os fatos alegados, correta a decisão do juiz que nega a inversão do ônus da prova. 5. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 6.Sentença mantida por seus próprios e jurídicos fundamentos, com súmula de julgamento servindo de acórdão, na forma do artigo 46 da Lei nº 9.099/95. 7.Diante da sucumbência, nos termos do artigo 55 da Lei dos Juizados Especiais (Lei nº 9.099/95), condeno o recorrente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) do valor da causa. (TJDF - ACJ 20140111100812 DF 0110081-56.2014.8.07.0001 - Relator(a): ASIEL HENRIQUE DE SOUSA - Julgamento: 07/04/2015 - Órgão Julgador: 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal - Publicação: Publicado no DJE : 10/04/2015 . Pág.: 293).

Com efeito, o apelante afirma que está pagando indevidamente um empréstimo que não realizou, mas não comprova efetivamente tal alegação, mesmo instado no EP. 32.

Câmara - Única

+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

Assim, pelo exposto acima, julgo monocraticamente, com arrimo no art. 932, inc. VIII; do art. 90 RITJRR, para negar provimento ao recurso.
Torno sem efeito o relatório de fls. 05.
Retire-se o feito de pauta de julgamento, tendo em vista a presente decisão monocrática.
P.I.
Boa Vista, 13 de dezembro de 2017.

Juiz Convocado LUIZ FERNANDO MALLET
RELATOR

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.17.002228-9 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: FAMA - FEDERACAO DAS UNIMEDS DA AMAZÔNIA
ADVOGADA: TATIANA RODRIGUES DANTAS – OAB/RR N. 1138 E OUTRO
AGRAVADO: MARIA CLARA FEITOSA DA SILVA
ADVOGADO: ROBERTO GUEDES DE AMORIM FILHO – OAB/RR N. 1451
RELATOR: DES. ALMIRO PADILHA

DECISÃO

A FAMA (FEDERAÇÃO DAS UNIMEDES DA AMAZÔNIA) interpôs este Agravo de Instrumento com pedido de efeito suspensivo em face da decisão proferida pelo Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, nos autos da Ação Ordinária com pedido de Tutela Antecipada nº 0821039-81.2017.8.23.0010.
O Magistrado a quo proferiu Decisão determinando à Agravante que proceda à autorização da requisição de tratamento médico apresentada pela Agravada, consistente em sessões de reeducação postural global (RPG), no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) em caso de descumprimento.
Inconformada, a Agravante alega, em síntese, que:
a) não houve o preenchimento dos requisitos legais para concessão da tutela provisória de urgência antecipada, considerando não ter sido evidenciada a probabilidade do direito alegado;
b) não há previsão no rol fornecido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar ou no contrato celebrado entre as partes a respeito da obrigatoriedade de cobertura do tratamento solicitado pela agravada.
Ao final, pugna pela concessão do efeito suspensivo ao presente agravo para suspender integralmente os efeitos da liminar concedida pelo juízo a quo e, no mérito, requer o provimento do recurso a fim reformar a decisão agravada.
Juntou documentos de fls. 12/62.
O pedido liminar foi indeferido (fl. 64).
A Agravada não apresentou contrarrazões, apesar de devidamente intimada (fl.61).
O Ministério Público graduado manifesta-se pelo não conhecimento do recurso, porque o Agravante não juntou cópias nos autos principais, comprovando a sua interposição. No mérito, opina pelo desprovimento (fls. 62-67).
É o breve relato. Decido.
Considerando que a Decisão recorrida encontra-se em total consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, passo à análise monocrática do Recurso, conforme autoriza o art. 932, VIII, do CPC c/c art. 90, V, do RITJRR.
Inicialmente, a Procuradoria de Justiça manifesta-se pelo não-conhecimento do agravo, por conta de o Agravante não ter juntado aos autos principais cópia da petição comprovando a sua interposição.
Sobre o tema, dispõe o art. 1.018 do CPC:
Art. 1.018. O agravante poderá requerer a juntada, aos autos do processo, de cópia da petição do agravo de instrumento, do comprovante de sua interposição e da relação dos documentos que instruíram o recurso.
§ 1º. Se o juiz comunicar que reformou inteiramente a decisão, o relator considerará prejudicado o agravo de instrumento.
§ 2º. Não sendo eletrônicos os autos, o agravante tomará a providência prevista no caput, no prazo de 3 (três) dias a contar da interposição do agravo de instrumento.
§ 3º. O descumprimento da exigência de que trata o § 2o, desde que arguido e provado pelo agravado, importa inadmissibilidade do agravo de instrumento.
É certo que o referido dispositivo prevê a necessária comprovação do ingresso do recurso no Juízo de 1º. Grau, contudo dispõe também que deve o agravado arguir e comprovar a tal inércia, a fim de inviabilizar o conhecimento do agravo.

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

Nessa dicção, considerando que a questão constitui-se em um ônus processual para o recorrido, no sentido de ser necessária a alegação e comprovação de sua parte, versa sobre matéria que não se inclui como de ordem pública.

Sobre o assunto, leciona Fredie Didier:

"Esse requisito, como visto, somente pode ser conhecido se houver provocação do agravado. Há, como se vê, uma distribuição de ônus entre o agravante e o agravado: o primeiro deve apresentar a petição; apresentada a peça, não haverá possibilidade de consequência que lhe seja prejudicial; se não o fizer, o agravado passa a ter o ônus de alegar e comprovar a ausência do ajuizamento da petição. (...)

Não há nenhuma justificativa de ordem pública a ensejar esta providência, nem mesmo a de dar ao magistrado a quo a ciência do recurso interposto contra a sua decisão. É que, ao ser intimado a prestar informações ao relator, o magistrado tomaria conhecimento do agravo. Além disso, se o intuito fosse apenas o de dar ensejo à retratação (ou dar ciência ao magistrado), não haveria sentido de estabelecer-se no prazo para isso. O prazo Fo estabelecido como fator garantidor do outro interesse: o do agravado" (Curso de Direito Processual Civil, Vol. 3, 13ª. ed., p. 238).

Diante disso, considerando que a Agravada absteve-se de intervir nestes autos, conheço do recurso e passo à análise do mérito.

Conforme relato, o Agravante insurge-se em face da decisão proferida pelo Juiz a quo, que deferiu o pedido de concessão de tutela provisória de urgência, para determinar que a Agravante proceda à autorização da requisição de tratamento médico apresentada pela Agravada, consistente em sessões de reeducação postural global (RPG), no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) em caso de descumprimento.

Resta evidente que o respectivo posicionamento é o mais acertado e está em total sintonia com a jurisprudência sobre o tema.

Da detida análise dos autos, observo que os documentos acostados na inicial demonstram a necessidade do tratamento da Agravada, como o laudo médico contendo o diagnóstico e indicação específica para a concessão da autorização das sessões de reeducação postural global (EP 1.3).

Ademais, verifico que a Agravante não demonstrou nenhum prejuízo concreto capaz de configurar perigo de risco grave, de difícil ou impossível reparação na autorização para fornecimento do referido tratamento médico. Como bem destacado pelo próprio Juízo do 1º grau, "(...) se infrutífera restar sua pretensão nenhum prejuízo será causado à ré, já que a tutela, neste instante deferida, não abalará, se verificado, seu direito de crédito" (fl. 15).

Assim sendo, há de ser considerado o direito à saúde da menor impúbere ao sopesarmos quem realmente corre risco grave, de difícil ou impossível reparação diante dos fatos.

Em continuidade, nesta análise sumária, entendo que também não prospera a alegação do Agravante de que o tratamento fisioterápico (sessões de reeducação postural global - RPG) da Requerida não consta no rol de procedimentos e eventos de saúde obrigatórios da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Do que se observa no Contrato do Plano de Saúde firmado entre as partes, no inciso IV do Item 04, constata-se a inclusão na cobertura ambulatorial e hospitalar da Agravada de "Procedimentos de reeducação e reabilitação física em número ilimitado de sessões por ano, que poderão ser realizados tanto por fisiatra como por fisioterapeuta, conforme indicação do médico assistente" (fl. 34).

Com efeito, o Parecer Técnico trazido pela Requerente às fls. 30/32, ao afirmar que "... não se encontra listado no Anexo I da RN nº. 387, de 2015, portanto o procedimento em tela não possui cobertura em caráter obrigatório", vai de encontro com o teor da mencionada cláusula contratual.

Não bastasse isso, a matéria em discussão é sedimentada no Superior Tribunal de Justiça e neste Tribunal, no sentido de que os planos de saúde não podem negar-se a cobrir tratamentos previstos contratualmente, sob a alegação de simplesmente não constarem no rol de procedimentos obrigatórios da ANS.

Nesse sentido, menciono julgados:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL.

NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. ABUSIVIDADE CONTRATUAL. INTERPRETAÇÃO FAVORÁVEL AO CONSUMIDOR. PROCEDIMENTO TERAPÊUTICO. CLÁUSULA LIMITATIVA. RECUSA INDEVIDA. AUSÊNCIA NO ROL DA ANS. COBERTURA DEVIDA.

1. Inocorrência de omissão, tampouco, negativa de prestação jurisdicional, quando o Tribunal 'a quo' decide de modo integral e com fundamentação suficiente a controvérsia trazida no recurso.

2. Não é cabível a negativa de tratamento indicado pelo profissional de saúde como necessário à saúde e à cura de doença efetivamente coberta pelo contrato de plano de saúde.

3. São abusivas as cláusulas contratuais que limitam o direito do consumidor ao tratamento contratado.

4. O fato de eventual tratamento médico não constar do rol de procedimentos da ANS não significa, per se, que a sua prestação não possa ser exigida pelo segurado, pois, tratando-se de rol exemplificativo, a negativa de cobertura do procedimento médico cuja doença é prevista no contrato firmado implicaria a

Câmara - Única

+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

adoção de interpretação menos favorável ao consumidor. (AgRg no AREsp 708.082/DF, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/02/2016, DJe 26/02/2016) 5. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
(STJ - AgInt no AREsp 1099275/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/11/2017, DJe 20/11/2017)" - destaquei.
***
"CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E DE COMPENSAÇÃO DE DANOS MORAIS. PLANO DE SAÚDE. TRATAMENTO. DOENÇA. COBERTURA.
RECUSA INJUSTIFICADA. DEVERES ANEXOS OU LATERAIS. BOA-FÉ OBJETIVA.
VIOLAÇÃO. DANO MORAL. OCORRÊNCIA.
1. O propósito recursal é determinar se a negativa da seguradora ou operadora de plano de saúde em custear tratamento de doença coberta pelo contrato tem, por si só, a aptidão de causar dano moral ao consumidor segurado.
2. Embora o mero inadimplemento, geralmente, não seja causa para ocorrência de danos morais, a jurisprudência do STJ vem reconhecendo o abalo aos direitos da personalidade advindos da recusa indevida e ilegal de cobertura securitária, na medida em que a conduta agrava a já existente situação de aflição psicológica e de angústia no espírito do segurado.
3. A recusa indevida e abusiva de cobertura médica essencial à cura de enfermidade coberta por plano de saúde contratado caracteriza o dano moral, pois há frustração da justa e legítima expectativa do consumidor de obter o tratamento correto à doença que o acomete.
4. Existem situações, todavia, em que a recusa não é indevida e abusiva, sendo possível afastar a presunção de dano moral, pois dúvida razoável na interpretação do contrato não configura conduta ilícita capaz de ensejar indenização.
5. O critério distintivo entre uma e outra hipótese é a eventualidade de a negativa da seguradora pautar-se nos deveres laterais decorrentes da boa-fé objetiva, a qual impõe um padrão de conduta a ambos os contratantes no sentido da recíproca colaboração, notadamente, com a prestação das informações necessárias ao aclaramento dos direitos entabulados no pacto e com a atuação em conformidade com a confiança depositada.
6. In casu, o tratamento para a doença (neoplasia) por meio de radioterapia teria sido previsto no contrato, e a negativa de cobertura teria sido justificada pelo fato de o método específico de tratamento não estar previsto na lista de procedimentos da Agência Nacional de Saúde. Como a negativa de cobertura não estava expressa e destacada no contrato e como o tratamento seria necessário e indispensável à melhora da saúde, a recusa ao custeio do tratamento mostra-se injusta e decorrente de abuso, violando a justa expectativa da parte, o que revela a existência de dano moral a ser indenizado.
7. Recurso especial conhecido e provido.
(STJ - REsp 1651289/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/04/2017, DJe 05/05/2017)".
***
"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PLANO DE SAÚDE. CLÁUSULA LIMITATIVA DE SESSÕES DE RPG. CLÁUSULA ABUSIVA. ART. 3º E 6º CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. ASSOCIAÇÃO. COBERTURA DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR. RELAÇÃO DE CONSUMO. PRECEDENTES. REVISÃO ACÓRDÃO. REVOLVIMENTO DE MATÉRIA PROBATÓRIA E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7/STJ.
1. Não se conhece de matéria que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal de origem (Súmula 211/STJ).
2. "A relação de consumo caracteriza-se pelo objeto contratado, no caso a cobertura médico-hospitalar, sendo desinfluente a natureza jurídica da entidade que presta os serviços, ainda que se diga sem caráter lucrativo, mas que mantém plano de saúde remunerado." (REsp 469911/SP, Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, Quarta Turma, DJ: 12.02.08).
3. A obrigatoriedade da agravante em arcar com o tratamento terapêutico da autora, sem limitação das sessões de RPG, foi aferida consoante a análise do contrato e das provas dos autos pela Corte local. Rever tal entendimento esbarraria no óbice das Súmulas 5 e 7/STJ.
4. Agravo regimental não provido, com aplicação de multa.
(STJ - AgRg no Ag 1317109/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 25/10/2011, DJe 04/11/2011)".
***
APELAÇÃO CÍVEL - OBRIGAÇÃO DE FAZER - DANOS MORAIS - PLANO DE SAÚDE - PROCEDIMENTO CIRÚRGICO - ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PREVISÃO NA LISTA DE

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

PROCEDIMENTOS OBRIGATÓRIOS DA ANS - ROL EXEMPLIFICATIVO - COBERTURA MÍNIMA - PROCEDIMENTO PREVISTO NO CONTRATO DE PLANO DE SAÚDE - EXPRESSA INDICAÇÃO MÉDICA - DEVER DE COBERTURA - PRECEDENTES - RECURSO ADESIVO - VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS FIXADOS COM RAZOABILIDADE - RECURSOS DESPROVIDOS.
(TJRR - AC 0010.09.909167-9, Rel. Des. MOZARILDO CAVALCANTI, Câmara Cível, julg.: 15/09/2016, DJe 26/09/2016, p. 17).
***
"AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO COMINATÓRIA DE FAZER C/C AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. DECISÃO QUE INDEFERIU O PEDIDO PARA QUE A AGRAVADA ARCASSE COM AS DESPESAS REFERENTES AO TRATAMENTO DE REESTRUTURAÇÃO POSTURAL GLOBAL (RPG) DA MENOR - DECISÃO REFORMADA - RECURSO PROVIDO.
(TJRR - AgInst 0000.14.002193-2, Rel. Des. ALMIRO PADILHA, Câmara Única, julg.: 19/12/2014, DJe 17/01/2015, p. 04)".
Por essas razões, autorizado pelo regramento do art. 932, VIII, do CPC c/c art. 90, V, do RITJRR, nego provimento ao presente Agravo para manter a Decisão recorrida.
Publique-se, intimem-se e demais providências de estilo.
Boa Vista, 13 de dezembro de 2017.

DES. ALMIRO PADILHA
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.16.805518-3 - BOA VISTA/RR
APELANTE: JUCINEA DE ANDRADE CARVALHO
ADVOGADO: GIOBERTO DE MATOS JÚNIOR- OAB/RR N. 787
APELADO: BANCO ITAÚ VEÍCULOS S/A
ADVOGADO: CELSO MARCON – OAB/RR N. 303-A
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Trata-se de Recurso de Apelação interposto por Jucinea de Andrade Carvalho em face da sentença proferida pelo Juízo da 3ª Vara Cível que julgou procedente a ação de busca e apreenção nº 0805518-33.2016.8.23.0010, ao argumento de que a devedora não purgou a mora, uma vez que não comprovou o adimplemento do débito.
Irresignada, aduz a apelante que quitou as parcelas vencidas e mais quatro parcelas vincendas, restando adimplido 84% (oitenta e quatro por cento) do montante total do bem.
Assim, defende que a aplicação do adimplemento substancial enseja a purgação da mora e a devolução do bem..
Contrarrazões pelo desprovimento do recurso e manutenção integral da sentença.
É o breve relato.
Decido, na forma autorizada pelo art. 90, V, do RITJRR.
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.
Analisando os autos, verifica-se que o apelo não merece prosperar.
Isso porque decidiu o Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso repetitivo (STJ, 2ª Seção. REsp 1.418.593-MS, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 14/05/2014) que nos contratos firmados na vigência da Lei nº. 10.931/2004, que alterou o art. 3º, §§1º e 2º, do Decreto-lei 911/1969, não mais é permitido a purgação da mora, isto é, o pagamento tão somente das prestações vencidas.
A partir de então, o devedor fiduciante deverá efetuar o pagamento integral da dívida, que se refere às parcelas vencidas e vincendas, no prazo de 5 (cinco) dias após a execução da liminar.
Por outro lado, é cediço que a teoria do adimplemento substancial do contrato consiste na impossibilidade de resolução do contrato quando uma quantidade considerável das parcelas já foram devidamente quitadas, garantindo-se, assim, a função social dos contratos, a boa-fé objetiva e a vedação ao enriquecimento sem causa do credor.
Todavia, a parte da doutrina e jurisprudência que sustenta tal entendimento prevê que a aplicação de tal teoria prescinde da demonstração de quitação de mais de 90% (noventa por cento) da obrigação do contrato, ou seja, quando o valor restante da dívida represente parte mínima da obrigação.
Nesse sentido, vejamos:
AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL - VERIFICAÇÃO AUSENTE - MANUTENÇÃO DO PACTO - IMPOSSIBILIDADE - PROCEDÊNCIA – MANUTENÇÃO.

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

Em sede de busca e apreensão de bem dado em garantia fiduciária, a aplicação da teoria do adimplemento substancial apenas sobressai possível se demonstrado que as parcelas em aberto perfazem valor mínimo diante do montante já quitado.
V.v. Às cédulas de crédito bancário com cláusula de alienação fiduciária em garantia aplica-se o Código de Defesa do Consumidor, sendo certo que as cláusulas destes contratos devem se submeter aos princípios da boa-fé e equidade. Diante do pagamento de aproximadamente 70% da totalidade das parcelas do contrato garantido por bem alienado fiduciariamente não é razoável submeter o consumidor aos constrangimentos do desapossamento, mormente porque garantido ao banco outros meios para cobrar o valor remanescente da dívida.
(TJMG- Apelação Cível 1.0016.16.004218-6/001, Relator(a): Des.(a) Claret de Moraes , 15ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 20/04/2017, publicação da súmula em 10/05/2017. Grifos nossos)
AGRAVO DE INSTRUMENTO. BUSCA E APREENSÃO. LIMINAR DEFERIDA. DECRETO-LEI 911/69. CONSTITUCIONALIDADE. SIMPLES PRETENSÃO DE REVISÂO DO CONTRATO. NÃO DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA. TEORIA DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL DO CONTRATO. NÃO OCORRÊNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO.
1. O Decreto-Lei 911/69, por ter sido recepcionado pela Constituição da República (precedentes do STJ), e por se tratar de norma especial, afasta a incidência das normas gerais relativas à tutela de urgência, previstas no NCPC/2015, sendo compatível com referido Códex.
2. Segundo a Súmula nº 380 do STJ: "A simples propositura da ação de revisão de contrato não inibe a caracterização da mora do autor.
3. O reconhecimento do adimplemento substancial do contrato é medida excepcional e deve ocorrer apenas quando houver comprovação de que o devedor quitou quase integralmente o débito.
4. Recurso não provido." (TJMG- Agravo de Instrumento-Cv 1.0000.17.021462-1/001, Relator(a): Des.(a) Marcos Lincoln , 11ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 03/05/0017, publicação da súmula em 08/05/2017. Grifos nossos)
In casu, eis que só fora adimplido 84% (oitenta e quatro por cento) do valor total do bem, portanto inaplicável a teoria do inadimplemento substancial do contrato.
A despeito disso, o presente Tribunal de Justiça já consolidou o entendimento de que a restituição do bem objeto da busca e apreensão prescinde da quitação integral do débito, conforme segue:
APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO – DECRETO-LEI Nº 911/1969 – APLICAÇÃO DA TEORIA DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL – IMPOSSIBILIDADE – PRECEDENTES DO STJ – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.
(TJRR – AC 0030.15.800936-2, Rel. Des. MOZARILDO CAVALCANTI, 2ª Turma Cível, julg.: 17/11/2017, DJe 23/11/2017, p. 24)
APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. APLICAÇÃO DA TEORIA DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL. IMPOSSIBILIDADE. DECRETO-LEI 911/1969. LEGISLAÇÃO QUE PERMITE AO CREDOR SE VALER DA AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO INDEPENDENTEMENTE DO VALOR INADIMPLIDO. PRECEDENTES DO STJ.
1. A jurisprudência do Colendo STJ tem se inclinado no sentido de que a teoria do adimplemento substancial da obrigação não impede a busca e apreensão de bem alienado fiduciariamente.
2. Tal jurisprudência se baseia no fato de o Decreto-lei 911/1969 prever a possibilidade de o credor fiduciário, desde que comprovada a mora ou o inadimplemento, valer-se da medida judicial de busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, a ser concedida liminarmente.
3. Das disposições encartadas no Decreto-lei 911/1969, denota-se que, desde que devidamente comprovada a mora ou o inadimplemento, ao credor fiduciário é dada a possibilidade de se valer da ação busca e apreensão para compelir o devedor a cumprir obrigação pactuada, sendo irrelevante qualquer consideração acerca do valor inadimplido.
4. Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida
(TJRR – AC 0010.16.822892-1, Rel. Des. JEFFERSON FERNANDES DA SILVA, 2ª Turma Cível, julg.: 19/10/2017, DJe 24/10/2017, p. 31. Grifos nossos)
Face ao exposto, nego provimento ao apelo, na forma do art. 90, V, do RITJRR,
Publique-se. Intimem-se.
Boa Vista (RR), 13 de dezembro de 2017.

Desa. Tânia Vasconcelos
Relatora

HABEAS CORPUS Nº 0000.17.002942-5 - BOA VISTA/RR
IMPETRANTE: DEUSDEDITH FERREIRA ARAÚJO – OAB/RR N. 550

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

PACIENTE: GUSTAVO DA CUNHA HAYEK
AUTORIDADE COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE RORAINÓPOLIS
RELATOR: JUIZ CONVOCADO LUIZ FERNANDO MALLET

DECISÃO

Trata-se de habeas corpus com pedido de liminar impetrado em favor de Gustavo da Cunha Haeyk, que se encontra cautelarmente segregado sob a acusação de práticas delitivas previstas no art. 33 da Lei 11.343/2006, nos arts. 12 e 16 do Estatuto do Desarmamento, art. 288 do Código Penal, art. 29 da Lei de Crimes Ambientais e art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente.
Alega o impetrante que a prisão do paciente seria ilegal, porque o decreto preventivo teria se amparado em laudo pericial eivado de nulidade, de vez que firmado por dois agentes de polícia nomeados como peritos ad hoc.
Diz ainda que os policiais condutores adentraram a residência do paciente sem qualquer mandado judicial e sem estado de flagrância, o que tornaria ilegal a prisão em flagrante.
Por fim, diz que a droga apreendida se destinaria ao consumo pessoal do paciente.
É o que ha relatar
Decido.
Não vislumbro presentes os requisitos da fumaça do bom direito e do perigo na demora, imprescindíveis para a concessão da medida liminar.
No presente caso, as alegações do impetrante não apontam para ilegalidades patentes, que permitam divisar a fumaça do bom direito.
Em relação ao fato de o laudo de fl. 11-verso haver sido confeccionado por agentes de polícia, em se tratando de laudo de constatação preliminar, não há qualquer ilegalidade que se possa apontar, uma vez que a própria Lei de Tóxicos, em seu art. 50, § 1º, diz que "Para efeito da lavratura do auto de prisão em flagrante e estabelecimento da materialidade do delito, é suficiente o laudo de constatação da natureza e quantidade da droga, firmado por perito oficial ou, na falta deste, por pessoa idônea".
Nesse sentido:
Ementa: Apelação cível. Ação ordinária. Agente da Polícia Civil. Confecção de laudo preliminar. Perito criminal ad hoc. Função não exclusiva de perito. Desvio de função. Não caracterizada. 1. Conforme jurisprudência desta e. Corte, a mera confecção de laudo de constatação preliminar, por si só, não autoriza afirmar tenha agente de polícia atuado como perito criminal, principalmente levando em conta autorizar a Lei Antidrogas (art. 50, § 1º) que essa constatação primeira de substância tida como entorpecente seja feita por qualquer pessoa idônea. 2. Apelo provido.
(TJ-RO - Apelação APL 00021094420138220001 RO 0002109-44.2013.822.0001 - Relator: Des. Gilberto Barbosa - Data de publicação: 24/11/2015)
Ademais, na decisão em audiência de custódia (fls. 17/18-verso) pela qual o Juiz a quo homologou a prisão em flagrante e converteu-a em preventiva, não me parece que a constatação preliminar da substância apreendida, apontando para cocaína, tenha sido a única razão utilizada como fundamento para a decretação da prisão cautelar, de vez que há outros motivos (crime ambiental, posse de munições de distintos calibres) também reportados lá.
Em relação à alegação de que a prisão em flagrante seria ilegal, porque feita na residência do paciente sem mandado judicial e sem situação de flagrância, vale dizer, primeiramente, que o próprio impetrante registra: "O simples fato dos policiais presumirem que o indivíduo teria em depósito material entorpecente dentro de sua residência não caracteriza situação de flagrante" (fl. 2-verso).
Não é demais destacar que, em novembro de 2015, no julgamento do RE 603.616 / RO (re. Min. Gilmar Mendes), o Pleno do Supremo Tribunal Federal considerou que "a entrada forçada em domicílio sem mandado judicial só é lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas a posteriori, que indiquem que dentro da casa ocorre situação de flagrante delito".
O impetrante reconhece que os policiais tinham essas fundadas razões, e, como se viu, a intuição dos agentes policiais se revelou acertada, com a constatação, a priori, de ocorrência de crimes no interior da casa.
E, ademais, ainda que tivesse havido ilegalidade na prisão em flagrante por violação à inviolabilidade de residência, esta já estaria superada, com a decretação da prisão preventiva. Conforme aresto ilustrativo do Superior Tribunal de Justiça: "A discussão acerca de nulidade da prisão em flagrante fica superada com a conversão do flagrante em prisão preventiva, haja vista a formação de novo título a embasar a custódia cautelar" (STJ - RHC 87.075/BA, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, julgado em 14/11/2017, DJe 28/11/2017).

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

Câmara - Única

De igual modo, o fato de a droga destinar-se para consumo próprio ou para comercialização não importa, nesta via, para eivar de ilegalidade a prisão cautelar do paciente, pois, como dito alhures, acusações outras pesam sobre o paciente e foram levadas em consideração no decreto preventivo.
Não enxergo em cognição sumária qualquer constrangimento ilegal, de modo que indefiro a liminar.
Considerando que o feito encontra-se devidamente instruído, dispenso o pedido de informações.
Dê-se vista à douta Procuradoria de Justiça.
Por fim, conclusos.
Boa Vista, 13 de dezembro de 2017.

Juiz convocado LUIZ FERNANDO MALLET
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.16.802274-6 - BOA VISTA/RR
APELANTE: CLEIDIO DE ARAUJO SILVA
ADVOGADO: GIOBERTO DE MATOS JÚNIOR – OAB/RR N. 787
APELADO: BANCO PAN S/A
ADVOGADA: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES – OAB/RR N. 375-A
RELATORA: DESA. TÂNIA VASCONCELOS

DECISÃO

Tendo em vista a decisão do Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n.º 1.578.526/SP, da relatoria do Min. Paulo de Tarso Sanseverino, o tema debatido neste recurso encontra-se cadastrado no sistema dos repetitivos sob o número 958.
Dessa forma, necessária se faz a suspensão do presente feito até o pronunciamento definitivo daquela Corte Superior, que servirá como orientação às instâncias ordinárias.
Sendo assim, permaneçam os autos sobrestados em cartório até o julgamento do Recurso Especial acima mencionado.
Boa Vista (RR), 11 de dezembro de 2017.

Desa. Tânia Vasconcelos
Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.17.000408-9 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: O MUNICIPIO DE MUCAJAI
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: FRANCISCO FELICIANO DO CONCEIÇÃO
AGRAVADO: FRIDA OLIVEIRA LIMA
ADVOGADO: JARDEL SOUZA SILVA – OAB/RR N. 1041
RELATORA: DESA. ELAINE BIANCHI

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto em face da decisão proferida no EP nº 15, dos autos nº 0800247-80.2016.8.23.0030, que, concedendo o pedido liminar, suspendeu o ato de exoneração da agravada..
No presente agravo, o pedido de efeito suspensivo foi negado (fls. 100/100v).
Em consulta ao feito de origem, no sistema Projudi, consta que, em 06/03/2017 (EP nº 06/03/2017), foi proferida sentença de mérito, inclusive com trânsito em julgado (EP nº 27/10/2017).
É o necessário a relatar. Decido.
Conforme relatado, o presente agravo foi proposto em desfavor da decisão liminar. Contudo, no feito principal foi realizado o julgamento de mérito, inclusive com o respectivo trânsito em julgado, caracterizando, por conseguinte, a perda superveniente do interesse recursal.
Nesse sentido já se pronunciou esta Corte, em consonância com a jurisprudência pátria:
PROCESSO CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. LIMINAR DEFERIDA. INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO COM A FINALIDADE DE REFORMAR O DECISUM. SENTENÇA SUPERVENIENTE PROFERIDA. PERDA DE OBJETO. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. 1. A sentença de mérito que confirma o provimento antecipatório absorve seus efeitos, por se tratar de decisão proferida em cognição exauriente. 2. "Se a sentença confirma os efeitos da tutela, ela assume caráter substitutivo em relação aos efeitos da liminar deferida e contra ela devem ser interpostos os recursos

+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

cabíveis." (AgRg no REsp 1197679/AL, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 9.8.2011, DJe 17.8.2011). 3. Outros precedentes: AgRg no REsp 640.128/RS, Rel. Ministra ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/PE), SEXTA TURMA, julgado em 18.4.2013, DJe 29.4.2013; AgRg no AREsp 140.206/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 5.3.2013, DJe 12.3.2013; AgRg no AREsp 47.270/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11.12.2012, DJe 4.2.2013; EDcl nos EDcl no AgRg no REsp 1.269.657/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 16.8.2012, DJe 27.8.2012; AgRg no REsp 1.114.681/SP, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, SEGUNDA TURMA, julgado em 21.6.2012, DJe 1º.8.2012; REsp 1.091.148/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16.12.2010, DJe 8.2.2011; AgRg no REsp 954.927/SC, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15.10.2009, DJe 21.10.2009. Agravo regimental improvido. (STJ - AgRg no REsp 1421913 CE 2013/0394502-3 - Orgão Julgador - T2 - SEGUNDA TURMA - Publicação DJe 21/02/2014 - Julgamento 11 de Fevereiro de 2014 - Relator Ministro HUMBERTO MARTINS) Grifei

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.17.001565-5 - MUCAJAÍ/RR

AGRAVANTE: FÁBIO CORDEIRO DE AZEVEDO

ADVOGADO: FELIPE KALIU CEZÁRIO D'ÁVILA - OAB/RR Nº 1647

AGRAVADO: PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRACEMA

RELATOR: DES. MOZARILDO CAVALCANTI

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto em face da decisão proferida no processo n° 0800669-21.2017.8.23.0030, que indeferiu o pedido de tutela antecipada por entender que não estavam presentes a fumaça do bom direito e o perigo da demora alegado pelo agravante.

Em síntese, o agravante sustenta que restam preenchidos os pressupostos autorizadores da concessão da antecipação da tutela.

Alega que determinados atos administrativos não podem ser revogados por terem gerado direito adquirido.

Afirma que tem direito efetivo de posse, pois foram realizados os atos de convocação e o poder público deve empossar os candidatos no prazo previsto.

Além disso, aduz que restou comprovada a necessidade da Administração Pública, tendo em vista a convocação e as vagas do edital, bem como a capacidade orçamentária para a convocação, uma vez que tal estudo é realizado anteriormente a realização do concurso público.

Por fim, pede a reforma da decisão proferida para que seja concedida a tutela jurisdicional antecipada para determinar que o agravado mantenha a convocação para o certame, com a posterior posse, dentro do prazo legal e garantido o efetivo exercício do cargo.

À fl. 92, foi indeferido o pedido de antecipação de tutela.

Apesar de devidamente intimado (fl. 99-v), o agravado não apresentou contrarrazões (fl. 100).

Ao analisar o processo eletrônico acima mencionado, verifico que foi proferida sentença, julgando improcedente o mandado de segurança impetrado, por não ter o impetrante demonstrado liquidez e certeza do direito pretendido. Além disso, o magistrado de primeiro grau ratificou os fundamentos da liminar ao declarar: "em que pese o impetrante tenha sido aprovado em primeiro lugar no certame que ofertou somente uma vaga para o cargo pretendido, cabe à Administração Pública escolher qual o momento ideal para nomear o candidato aprovado, dentro do prazo de validade do concurso" (EP 30).

Assim, o agravante não possui mais interesse processual, uma vez que houve perda superveniente do objeto em decorrência da sentença.

De acordo com o art. 932, inc. III, do CPC, compete ao relator "não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida".

O Regimento Interno do Tribunal de Justiça prevê tais poderes do relator no art. 90:

Art. 90. São atribuições do relator nos feitos cíveis:

IV - não conhecer, negar ou dar provimento a recurso, nos termos dos art. 932, incisos III a V, do Código de Processo Civil;

Nesse sentido, cito os seguintes precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO CONTRA ACÓRDÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. SENTENÇA SUPERVENIENTE. RECURSO PREJUDICADO.

1. A superveniência da sentença proferida no feito principal enseja a perda de objeto de recursos anteriores que versem sobre questões resolvidas por decisão interlocutória combatida via agravo de instrumento. Precedentes.

2. Agravo regimental não provido.

Câmara - Única

+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

(STJ - AgRg no REsp 1485765/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/10/2015, DJe 29/10/2015)
AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA. PERDA DO OBJETO E DO INTERESSE DE AGIR. RECURSO DESPROVIDO.
1. A superveniência de sentença acarreta a perda do objeto e do próprio interesse de agir no recurso de agravo de instrumento.
2. Recurso conhecido e desprovido. Agravo de Instrumento prejudicado.
(TJDFT. Acórdão n.919600, 20150020171037AGI, Relator: SILVA LEMOS, 5ª Turma Cível, Data de Julgamento: 27/01/2016, Publicado no DJE: 22/02/2016. Pág.: 233)
Por estas razões, com fundamento no art. 932, inciso III, do CPC, c/c art. 90, inciso IV, do RITJRR, nego seguimento ao recurso, em face da perda do objeto do presente agravo de instrumento.
Publique-se. Intime-se.
Boa Vista/RR, 17 de novembro de 2017.
Des. Mozarildo Monteiro Cavalcanti
Relator
Ante ao exposto, com arrimo no art. 932, III, do NCPC, combinado com o art. 90 do RITJRR, declaro prejudicado o recurso.
Comunique-se o Juízo de Primeiro Grau.
P.I.
Boa Vista, 11 de dezembro de 2017.

Desa. ELAINE BIANCHI - Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.12.708771-5 - BOA VISTA/RR
APELANTE: CONSTROL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME
ADVOGADO: JOHN PABLO SOUTO SILVA – OAB/RR N. 506
APELADO: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADA: ALESSANDRA COSTA PACHECO – OAB/AM N. 4876
RELATOR: DES. LUIZ FERNANDO MALLET

DECISÃO

Trata-se de ação revisional na qual o apelante, na inicial, defende, em síntese, a aplicação das normas do Código de Defesa do Consumidor e o reconhecimento de práticas abusivas, como a capitalização mensal de juros (tabela price -anatocismo), a exigência de comissão de permanência e a cobrança de cláusula resolutória. Aponta, ainda, a possibilidade de apreciação, inclusive de ofício, da abusividade dos juros e encargos efetivamente cobrados, em consonância com o princípio da função social do contrato.
Na sentença, a pretensão do autor foi afastada sob a afirmação de serem legais as cláusulas e encargos contratuais pactuados.
Em seu apelo, a empresa ratifica os argumentos apresentados na inicial, pontuando que "o recorrido está cobrando da recorrente juros muito acima daqueles contratualmente estabelecidos (a taxa real resultante é maior que a registrada no contrato), tendo, ainda estabelecido percentuais muito acima da margem de lucro (spread) referentes a taxas de captação (20% das taxas CDB, poupança etc.) e, mais grave, sob a forma de cobrança ilegal de juros acumulados" (fls. 7 da apelação).
Requer, por conseguinte, o provimento do apelo para reformar a sentença nos termos pretendidos na petição inicial.
Em suas contrarrazões, o Banco apelado defende a manutenção da sentença.
É o necessário a relatar.
Do confronto da narrativa da petição inicial, das razões da apelação e da fundamentação da sentença, observo que o que foi julgado não corresponde à pretensão total formulada pela parte.
Isso porque a insurgência do apelante concerne à cobrança efetiva de juros e encargos outros, em caráter diverso do pactuado.
Para comprovar o alegado, após decisão de especificação de provas, em 31/03/2014 (EP nº 55) formulou pedido de requerimento de perícia, sob o seguinte fundamento:
Tendo em vista que a matéria discutida no presente feito é extremamente complexa a Promovente requer a produção de prova pericial realizada por perito com formação na área contábil, devidamente nomeado conforme a confiança deste respeitável juízo, com as seguintes finalidades:
a) Comprovar a existência da capitalização de juros;
b) Comprovar que está sendo cumulada comissão de permanência com juros e multa;

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

c) Comprovar que a taxa de juros aplicada é superior a média praticada pelos bancos.
Como o intuito da empresa autora era comprovar a ilegalidade dos juros e encargos efetivamente cobrados, era imprescindível a realização da perícia requerida. Sobre o referido pedido, antecedido de determinação de especificação de provas (EP nº 48), pontua-se, não houve pronunciamento judicial, sobrevindo a sentença ora combatida.
Resta inconteste, portanto, o cerceamento de defesa e o caráter citra petita da sentença, não podendo a pretensão da empresa ser julgada improcedente ao fundamento de que as cláusulas contratuais são legais, na medida em que sua pretensão maior era comprovar que o praticado pela instituição bancária exorbita o contratado.
Nesse sentido já se pronunciou a jurisprudência:
PROCESSUAL CIVIL. PRODUÇÃO DE PROVAS. CERCEAMENTO DE DEFESA. OCORRÊNCIA. PRÉVIO DEFERIMENTO DE PRODUÇÃO DE PROVA TÉCNICA PERICIAL E APRESENTAÇÃO DE QUESITOS E ASSISTENTES TÉCNICOS. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. IMPOSSIBILIDADE. 1. O julgamento antecipado da lide, a despeito da prévia autorização de realização de prova pericial, inclusive com a apresentação de quesitos e dos respectivos assistentes técnicos, implica inegável cerceamento de defesa. Precedentes: REsp 714.228/MA, Rel. Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe 9/3/2012; REsp 1150714/DF, Rel. Ministro Massami Uyeda, Terceira Turma, julgado em 15/02/2011, DJe 25/2/2011; REsp 436.027/MG, Rel. Ministro Honildo Amaral de Mello Castro (Desembargador Convocado do TJ/AP), Quarta Turma, DJe 30/9/2010; REsp 997.046/AL, Rel. Ministro Ari Pargendler, Terceira Turma, DJe 5/11/2008. 2. Conforme exposto pelo Ministério Público Federal, "o Ministério Público Estadual buscava, através da realização de perícia, individualizar as áreas afetadas e divisar se constituem área de preservação permanente e/ou reserva legal, uma vez apurados indícios de ação violadora do meio ambiente (...). Revela-se contraditória e constitui afronta aos princípios do processo civil, portanto, a decisão judicial prolatada nos presentes autos, eis que, após deferir pedido de prova pericial formulado pelo autor, a fim de comprovar o alegado, extinguiu a ação sem resolução de mérito, mediante julgamento antecipado da lide, sob tese de que não houve comprovação e individualização da área degradada". 3. A jurisprudência do STJ afirma que, ainda que se entenda que é possível à administração pública autorizar a queima da palha da cana de açúcar em atividades agrícolas industriais, a permissão deve ser específica, precedida de estudo de impacto ambiental e licenciamento, com a implementação de medidas que viabilizem amenizar os danos e recuperar o ambiente. 4. Recurso Especial provido. (STJ - REsp 1668060/SP - Relator: Ministro Herman Benjamin - Segunda Turma - Data de julgamento: 27/06/2017) Grifei
APELAÇÃO CÍVEL - EXECUÇÃO - CÉDULA DE CRÉDITO RURAL PIGNORATÍCIA - PRAZO PRESCRICIONAL DE TRÊS ANOS - ART. 60, DO DECRETO-LEI 167/67 - ART. 70, DA LEI UNIFORME DE GENEBRA - INTERPOSIÇÃO TEMPESTIVA - ARTIGOS 240 E 802 DO CPC - AUSÊNCIA DE MÁ FÉ OU INÉRCIA DA APELADA - ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE EXECUÇÃO NÃO ANALISADA PELO JUÍZO DE 1º GRAU - SENTENÇA CASSADA POR RESTAR CITRAPETITA - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (TJRR - AC 0010.14.809046-6, Rel. Des. MOZARILDO CAVALCANTI, 2ª Turma Cível, julg.: 27/10/2017, DJe 01/11/2017, p. 17) Grifei
APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA. PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA ARGUIDA ORALMENTE. IRREGULARIDADE NA EXPEDIÇÃO DA CERTIDÃO QUE ATESTA EXISTÊNCIA DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO. MATÉRIA CONCERNENTE AO MÉRITO DA DEMANDA. PRELIMINAR DE NULIDADE. ACOLHIMENTO. SENTENÇA CITRA PETITA. NÃO ENFRENTAMENTO DAS MATÉRIAS ALEGADAS PELAS PARTES. JULGAMENTO IMEDIATO DO MÉRITO. EXEGESE DO ART. 1.013, § 3º, II, DO CPC. DIREITO LÍQUIDO E CERTO À COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA NÃO CONFIGURADO. AUSÊNCIA DE LEI QUE ESTIPULE AS CONDIÇÕES E GARANTIAS PARA A COMPENSAÇÃO. INTELIGÊNCIA DO ART. 170 DO CTN. ICMS COBRADO SOB O REGIME DE DIFERIMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO. IMPOSTO PAGO PELO CONSUMIDOR FINAL. IRREGULARIDADE NA EXPEDIÇÃO DA CERTIDÃO QUE ATESTA EXISTÊNCIA DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO. MATÉRIA PREJUDICADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA ANULADA. SEGURANÇA DENEGADA. 1. A preliminar de incompetência deve ser rejeitada, na medida em que a matéria arguida pela parte Apelante, qual seja, a regularidade na expedição da certidão que atesta existência de crédito tributário, e, consequentemente, a existência mesma do crédito, é concernente ao mérito da demanda. 2. A sentença de piso deve ser anulada, uma vez que o Juiz de primeiro grau não enfrentou as questões invocadas pelas partes, cingindo-se a fundamentar seu decisum em raciocínio genérico. 3. Não tendo a parte Impetrante comprovado a existência de lei regulamentando a compensação tributária a que alude o art. 170 do CTN, não há falar em direito líquido e certo à referida compensação. 4. A sistemática adotada pelo Fisco Estadual para a cobrança do tributo, qual seja, a substituição tributária regressiva, impede a compensação requerida, pois em tal regime o lançamento e pagamento do tributo é postergado para a última etapa da cadeia de comercialização, ou seja, quem efetivamente paga o tributo é

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

o consumidor final, e não a Empresa de Energia Elétrica, a qual somente repassa o tributo adimplido por aquele, não possuindo, portanto, débito a ser compensado em operações posteriores. 5. A matéria concernente à irregularidade na expedição da certidão que atesta a existência do crédito tributário resta prejudicada. 6. Recurso conhecido. Sentença anulada. Segurança Denegada. (TJRR - AC 0010.12.718416-5, Rel. Des. JEFFERSON FERNANDES DA SILVA, 2ª Turma Cível, julg.: 14/09/2017, DJe 18/09/2017, p. 13) Grifei

APELAÇÃO CÍVEL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS ANEXOS À INICIAL IMPUGNADA EM SEDE DE CONTESTAÇÃO, EM RAZÃO DA DIVERGÊNCIA DO NÚMERO DE CPF DO AUTOR. MATÉRIA NÃO APRECIADA PELO JUÍZO DE PISO. SENTENÇA CITRA PETITA. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. NULIDADE DA SENTENÇA RECONHECIDA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJRR - AC 0010.15.826319-3, Rel. Des. JEFFERSON FERNANDES DA SILVA, Câmara Cível, julg.: 18/05/2017, DJe 25/05/2017, p. 13) Grifei

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE VERBAS RESCISÓRIAS DECORRENTES DE CONTRATO DE TRABALHO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL. REQUERIMENTO DE PRODUÇÃO DE PROVAS FORMULADO PELO AUTOR. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO DO ADICIONAL POR AUSÊNCIA DE PROVA PERICIAL. CERCEAMENTO DE DEFESA CONFIGURADO. RECURSO PRINCIPAL PROVIDO. SENTENÇA ANULADA. RECURSO ADESIVO PREJUDICADO. (TJRR - AC 0010.11.706068-0, Rel. Des. ALMIRO PADILHA, Câmara Única, julg.: 25/02/2014, DJe 12/03/2014, p. 15) Grifei

Não tendo os pedidos formulados na petição inicial sido apreciados, na totalidade, pelo Juízo de origem, notadamente quanto à abusividade das cobranças efetivamente realizadas, bem como diante da ausência de manifestação acerca do pedido de produção de prova pericial, não deve esta Corte se pronunciar, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância, devendo a sentença ser anulada e os autos remetidos ao Juízo a quo para que seja proferido novo decisum, após a apreciação o pedido de perícia.

Ante ao aqui fundamentado, autorizado pelo art. 932 do NCPC, bem como pelo art. 90 do RITJRR, acolho, de ofício, as preliminares de nulidade da sentença por cerceamento de defesa e pelo seu caráter citra petita, para declarar a nulidade da sentença, retornando os autos ao Juízo de origem para se pronunciar acerca do pedido de produção de provas e proferir novo julgamento.

Torno sem efeito o relatório de fls. 11. Exclua-se o feito da pauta de julgamento.

P.I.

Boa Vista, 12 de dezembro de 2017.

Juiz Convocado Luiz Fernando Mallet - Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.17.002895-5 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: TIC TAC COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA-ME
ADVOGADO: VANESSA OSEIA DA SILVA – OAB/GO N. 33.767
AGRAVADO: EDINALVA A DE SOUSA - ME
RELATOR: DES. CRISTÓVÃO SUTER

DECISÃO

I - Tratam os autos de Agravo de Instrumento com pedido liminar, apresentado por TIC TAC COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA-ME, contra despacho oriundo da 4.ª Vara Cível, que postergou a análise do pleito de urgência, determinando a citação da agravada para apresentar resposta.

Argumenta a agravante, inicialmente, ser admissível o inconformismo, sob o argumento de que "Não é preciso a denegação expressa do pedido para nascer o direito de recorrer ou o interesse recursal, pois ao proferir decisão que posterga a apreciação, em verdade, há negativa ao pedido em si ...".

No mérito, afirma ser necessário o deferimento da tutela de urgência pretendida, a fim de impedir suposta utilização indevida da marca "TIC TOP 10".

É o breve relato.

Passo a decidir.

II - O recurso não comporta conhecimento.

Ao tratar do juízo de admissibilidade do Agravo de Instrumento, estabelece com todas as letras o Código de Processo Civil:

"Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre:

I - tutelas provisórias;

II - mérito do processo;

Câmara - Única

+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

III - rejeição da alegação de convenção de arbitragem;
IV - incidente de desconsideração da personalidade jurídica;
V - rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação;
VI - exibição ou posse de documento ou coisa;
VII - exclusão de litisconsorte;
VIII - rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio;
IX - admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros;
X - concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução;
XI - redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º;
XII - (VETADO);
XIII - outros casos expressamente referidos em lei.
Parágrafo único. Também caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário."
Logo, tratando-se de mero despacho judicial sem carga decisória que posterga a análise do pedido de antecipação de tutela, tem-se como clara a impossibilidade de conhecimento do reclame:
"DESPACHO ORDINATÓRIO - Pedido de antecipação de tutela em ação de reintegração de posse - Despacho que consigna que o pedido será analisado após ouvida a parte contrária - Conteúdo decisório - Inexistência - Inteligência do artigo 1.001 do novo Código de Processo Civil: - O despacho que não defere, nem indefere a antecipação de tutela, apenas consignando que o pedido será analisado em momento oportuno não apresenta conteúdo decisório, não sendo atacável por agravo. RECURSO NÃO CONHECIDO." (TJSP, Agravo de Instrumento 2065650-04.2016.8.26.0000, Órgão Julgador: Décima Terceira Câmara de Direito Privado, Foro de Jundiaí - Quarta Vara Cível, Relator: Nelson Jorge Júnior - p.: 03/08/2016)
"DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE. DECISÃO SEM CONTEÚDO DECISÓRIO. IRRECORRIBILIDADE. AGRAVO INTERPOSTO CONTRA TAL DECISÃO. HIPÓTESE QUE NÃO SE INSERE NAQUELAS QUE COMPORTAM IMPUGNAÇÃO VIA AGRAVO DE INSTRUMENTO. ROL DO ARTIGO 1.015 DO NOVO CPC QUE É TAXATIVO. O art. 1.015 do NCPC prevê em numerus clausus os casos em que a decisão interlocutória pode ser impugnada pelo recurso de agravo de instrumento. Se a decisão recorrida não possui conteúdo decisório, é incapaz de causar prejuízo a qualquer das partes e, portanto, irrecorrível. Recurso não conhecido." (TJSP, Agravo de Instrumento 2108559-27.2017.8.26.0000, Órgão Julgador: Trigésima Quinta Câmara de Direito Privado, Foro de Embu-Guaçu - Vara Única, Relator: Gilberto Leme - p.: 13/07/2017)
"AGRAVO REGIMENTAL MANEJADO CONTRA DECISÃO DA RELATORA QUE POSTERGOU O EXAME DE PEDIDO LIMINAR PARA APÓS A OITIVA DO JUIZ DA CAUSA. DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE. ATO IRRECORRÍVEL. ARTIGO 504, DO CPC. PRESSUPOSTO DE ADMISSIBILIDADE. CABIMENTO RECURSAL. AUSÊNCIA. PRECEDENTES DE NOSSAS CORTES DE JUSTIÇA. RECURSO NÃO-CONHECIDO. 1. Nos termos do art. 504 do CPC, é irrecorrível o ato judicial sem conteúdo decisório, que posterga a apreciação do pedido de liminar para após a oitiva do juiz da causa, por se caracterizar como despacho de mero expediente. 2. Recurso não conhecido ante a natureza de despacho do acautelamento, sem conteúdo decisório." (TJRR, AgReg 0000.15.000062-8, Câmara Única, Rel. Juíza Conv. Elaine Cristina Bianchi - p.: 27/02/2015)
"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO CONTRA DESPACHO. DESCABIMENTO. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO." (STJ, AgInt no AREsp 746.333/PR, Terceira Turma, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino - p.: 19/04/2017)
III - Posto isto, nos termos do art. 932, inciso III, do CPC, não conheço do inconformismo.
Boa Vista, 13 de dezembro de 2017.

Desembargador Cristóvão Suter

HABEAS CORPUS Nº 0000.17.002922-7 - BOA VISTA/RR
IMPETRANTE: DR. MAURÍCIO HENRIQUE RODRIGUES SANTOS - OAB/RR N. 1712
PACIENTE: MARIVAN DA SILVA RODRIGUES
AUTORIDADE COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PACARAIMA/RR
RELATOR: JUIZ CONVOCADO LUIZ FERNANDO MALLET

D E C I S Ã O

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=
SICOJURR - 00059811

Câmara - Única

Trata-se de Habeas Corpus com pedido de liminar impetrado em favor de MARIVAN DA SILVA RODRIGUES, preso temporariamente desde 27/11/2017 pela suposta prática delitiva prevista no art. 121, § 2.º II e V, c/c art. 14, II, ambos do CP, sendo indicada como autoridade coatora o MM. Juiz de Direito da Comarca de Pacaraima/RR.
Sustenta o impetrante, em síntese, que o ora paciente já foi ouvido pela autoridade policial e "não estaria pondo em risco o bom andamento da investigação policial".
Acrescentou que "inexistem fundamentos jurídicos e fáticos autorizadores da manutenção da prisão temporária."
Ao final, requereu liminarmente a revogação da prisão temporária com a competente expedição de alvará de soltura em favor do paciente e, no mérito, a concessão definitiva da Ordem.
É o sucinto relatório. DECIDO.
A prisão temporária é modalidade de prisão cautelar, que é cabível, nos termos do art. 1.º da Lei 7.960/89, quando:
I- demonstrada sua imprescindibilidade para as investigações do inquérito policial;
II- quando o indicado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade, ou, ainda:
III- quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado em crimes de particular gravidade, devidamente apontados na lei.
Para a doutrina majoritária, para que seja decretada a prisão temporária é necessário que o inciso III (existência de fundadas razões de autoria ou participação do investigado nos crimes listados na lei), esteja associado ou ao inciso II (indicado que não possui residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade) ou ao inciso I (imprescindibilidade para as investigações policiais).
In casu, verifica-se que a prisão temporária do paciente foi decretada em 27/11/2017 pelo prazo de 30 (trinta) dias, conforme se vê da decisão impugnada (em anexo).
Da leitura dos elementos que instruem o writ, em especial pelo depoimento da vítima e testemunhas, é possível concluir, prima facie, pela existência de suficientes indícios de autoria em desfavor do paciente (inciso III do art. 1.º da Lei 7.960/89).
Por outro giro, é possível vislumbrar, ao menos em análise preliminar, que resta preenchido o inciso I do art. 1.º da Lei 7.960/89 (imprescindibilidade para as investigações), vez que leitura da manifestação ministerial à fl. 69, consta que: "as pessoas da comunidade do Contão, que tiveram atuação relevante logo após o crime, (...) estão retraídas pelo temor, deixando de prestar depoimentos formais, porque MARIVAN é agente da segurança da comunidade Maravilha, vizinha à do Contão, onde impõe o medo, inclusive afirmando que a Justiça não o atingiria na comunidade indígena."
Portanto, considerando a existência de indícios de autoria em desfavor do paciente, e, levando em conta a necessidade de se assegurar uma eficiente investigação para conclusão das apurações para futura e eventual propositura de denúncia, considero que, por ora, deve ser mantida a prisão temporária.
Diante de tais considerações, INDEFIRO a liminar.
Dispenso o pedido de informações.
Junte-se a decisão que decretou a prisão temporária (em anexo).
Dê-se vista à Procuradoria de Justiça.
Por fim, conclusos.
Boa Vista, 13 de dezembro de 2017.

Juiz convocado Luiz Fernando Mallet - Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.15.828481-9 - BOA VISTA/RR
APELANTE: O MUNICIPIO DE BOA VISTA
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: MARCUS VINÍCIUS MOURA MARQUES E OUTROS
APELADO: JANETE REINEHR
ADVOGADA: FRANCIANY DIAS MENDES – OAB/RR N. 902
RELATORA: DES. ELAINE BIANCHI

DECISÃO

Trata-se de apelação cível na qual o Município de Boa Vista se insurge quanto à sentença proferida nos autos nº 0828481-69.2015.8.23.0010, que rejeitou os embargos em razão da sua intempestividade.
Nas razões recursais, sustenta o Município que há excesso de execução, devendo ser revistos os juros, correção monetária e respectivos termos iniciais.

+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

Em suas contrarrazões, a apelada aponta que o apelante esqueceu de comprovar que não houve a intempestividade.
É o relatório. Decido.
Em que pesem os argumentos da recorrente, o recurso não comporta conhecimento.
Isso porque, de uma leitura comparativa do apelo com a petição inicial, verifica-se que o apelante se limitou a repetir os argumentos fáticos e fundamentos jurídicos trazidos na inicial, inobservando, por conseguinte, o princípio da dialeticidade.
Acerca do não conhecimento do recurso nessas hipóteses, confira-se a jurisprudência:
APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.15.814523-4 - BOA VISTA/RR
APELANTE: LUCELIA MIRANDA MEDEIROS
APELADO: BANCO PAN S/A
RELATOR: DES. MOZARILDO CAVALCANTI
DECISÃO
Trata-se de apelação cível interposta nos autos do processo nº 0814523-16.2015.8.23.0010, em face da sentença que julgou improcedente o pedido, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC.
Em síntese, a apelante sustenta a não aplicação da taxa média de juros do mercado, de acordo com a tabela Bacen. Alega que o contrato discutido na presente ação tem previsão expressa de taxa de juros mensal e anual, desprezando a referência da tabela Bacen.
Ao final, pede o provimento do recurso para reformar a sentença, a fim de que seja julgado procedente os pedidos da inicial.
Em contrarrazões, o apelado pede o desprovimento do recurso, com a consequente manutenção da sentença.
O artigo 932, inciso III, do CPC, estabelece que incumbe ao relator não conhecer de recurso que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida:
"Art. 932. Incumbe ao relator:
[...]
III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida";
O princípio da dialeticidade exige que a peça recursal contenha fundamentos que venham a embasar o inconformismo, declinando os fundamentos de fato e de direito de sua contrariedade.
Portanto, é ônus atribuído ao recorrente que evidencie os motivos para a reforma da decisão recorrida.
Verifico que a sentença impugnada decidiu a possibilidade de revisão do contrato; que a taxa de juros anual pactuada está inserida nos parâmetros medianos abaixo dos praticados à época do contrato; a legalidade da cobrança de juros capitalizados e da comissão de permanência, conforme precedentes do STJ; a legalidade da utilização da tabela price; a legitimidade da cobrança das tarifas administrativas para a concessão e cobrança do crédito; a possibilidade de parcelamento do IOF nas prestações do contrato; a inversão do ônus da prova.
No caso em análise, o recurso de apelação não ataca especificamente os fundamentos da sentença vergastada, cingindo-se a alegar que houve contradição com o entendimento firmado pelo STJ e do próprio TJRR quanto à taxa média de juros, sem demonstrar os pontos do desajuste.
A recorrente ataca o fundamento apresentado no julgado do STJ, no qual a Corte expõe entendimento de que "... a ausência do percentual contratado, contraposta pela inequívoca incidência de juros remuneratórios no contrato, autoriza a aplicação da taxa média de mercado para operações da espécie, à época da firmatura do ajuste" (fl. 12, EP 67), hipótese que não se relaciona com os fatos dos autos ou mesmo a fundamentação da sentença.
Além disso, afirma que (...) pende de aclaração o julgado nesse sentido, visto a contradição jurisprudencial, uma vez que consta nos autos o INSTRUMENTO CONTRATUAL, com a previsão expressa da taxa de juros a ser pratica, como sendo em 2.12% a.m., pelo que dispecienda o paradigma referência da TABELA BACEN, no caso em concreto, segundo entendimento pacificado do STJ (fls. 12/13, EP 67). Contudo, o recurso utilizado, no caso, a apelação, não é o adequado para aclarar julgados, como pretendido pela apelante.
Ressalto, ainda, que, em suas razões de recurso, num primeiro momento, a própria apelante declarou tratar-se de ação ordinária de "Revisão de Cláusulas Contratuais com pedido de Tutela Antecipada", em que a recorrente adimpliu com diversas parcelas do contrato, porém, este encontrava-se eivado de ilegalidades. Posteriormente, em flagrante contradição, a recorrente afirmou que a ação de origem, em verdade, tem por objeto o cumprimento contratual e não a revisão do contrato.
Assim, os pontos decididos na sentença não foram atacados especificamente pela parte apelante, que se ateve a debater temas que não foram ali decididos.

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

Nesse sentido:
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. REITERAÇÃO DAS RAZÕES DE RECURSO ESPECIAL. FALTA DE IMPUGNAÇÃO À MOTIVAÇÃO DA DECISÃO MONOCRÁTICA. DESCUMPRIMENTO DO ÔNUS DA DIALETICIDADE. 1. O recurso especial manejado pelo agravante teve o seguimento denegado, quanto à alegação de ausência de prestação jurisdicional, pelo óbice da Súmula 284/STF, e quanto ao cabimento pela alínea "a" em decorrência das Súmulas 283/STF e 211/STJ. 2. Assim, o agravo regimental cujas razões meramente reiteram os articulados do recurso especial, sem se contrapor à motivação da decisão monocrática, descumpre o ônus da dialeticidade. 3. Agravo regimental não conhecido. (STJ. AgRg no REsp 1569550/RN, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/03/2016, DJe 08/03/2016)
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA. DENEGAÇÃO DA ORDEM. EXTINÇÃO PROCESSUAL SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. ANÁLISE DO MÉRITO DE ATO ADMINISTRATIVO. RAZÕES DO AGRAVO REGIMENTAL. EXISTÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. DISSOCIAÇÃO ENTRE OS FUNDAMENTOS JUDICIAIS E AS RAZÕES RECURSAIS. DESATENÇÃO AO ÔNUS DA DIALETICIDADE. 1. Entre a motivação utilizada como fundamento decisório e as razões do recurso que impugna tal decisão deve haver relação de congruência, de maneira a permitir que o órgão com competência recursal possa examinar a juridicidade da "ratio decidendi". 2. Assim não procedendo, a parte desatende ao ônus da dialeticidade. 3. Agravo regimental não conhecido. (STJ. AgRg no MS 14.934/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/02/2016, DJe 03/03/2016)
Esta Corte de justiça também decidiu neste sentido: APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.12.711035-0, RELATOR: Desembargador JEFFERSON FERNANDES, j. 03.08.2017; APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.12.722201-5, RELATOR: Desembargador JEFFERSON FERNANDES, j. 15.09.2017; APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.15.827133-7, RELATORA: Desembargadora ELAINE BIANCHI, j. 10.03.2016;
Face ao exposto, com fundamento no art. 932, III, do CPC, não conheço o recurso de apelação.
Boa Vista-RR, 16 de novembro de 2017.
Des. Mozarildo Monteiro Cavalcanti
Relator
Assim, considerando que as razões recursais do apelante são mera repetição dos argumentos da petição inicial, e não refutam ou contrapõem as razões de decidir, de modo a embasar os motivos pelos quais a sentença deveria ser modificada, o não conhecimento do recurso é medida que se impõe.
Do exposto, arrimada na fundamentação acima, não conheço do recurso, nos termos dos artigos 932, III, do NCPC e 90, IV, do RITJRR.
P. R. I.
Boa Vista, 11 de dezembro de 2017.

Desa. ELAINE BIANCHI - Relatora

BOA VISTA, 15 DE DEZEMBRO DE 2017

CRISTINE HELENA MIRANDA FERREIRA RODRIGUES
DIRETORA DA SECRETARIA

GLENN LINHARES VASCONCELOS
DIRETOR DA SECRETARIA

Câmara - Única
+6FZRVqIeWrRpBG0EeyMXUjnhw0=

PRESIDÊNCIA

PORTARIA N.° 2386, DO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o teor do Processo SEI n.° 0018071-03.2017.8.23.8000;

RESOLVE:

Designar a servidora **MAYARA RODRIGUES LIMA**, Técnica Judiciária, para exercer a Função Técnica de Assessoramento, TJ/FC-3, na Vara de Execução Penas e Medidas Alternativas, a contar da publicação desta Portaria.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Desa. ELAINE BIANCHI
Presidente

Presidência - TJRR

tOOiX4kNkgBvpkcTGeKNEtsyub8=



SEMANALMENTE, NOVA EDIÇÃO TODA TERÇA
NO PORTAL DO SERVIDOR

CONFIRA!

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

NÚCLEO DE PRECATÓRIOS

Expediente de 15/12/2017

Republicação Por Incorreção

Precatório n.º 012/2012
Requerente: Azamor Fernando Mora
Advogado (a): José Jerônimo Figueiredo da Silva – OAB/RR 042-B
Requerido: Município de Boa Vista
Procurador: Procuradoria-Geral do Município de Boa Vista
Requisitante: Juízo de Direito da 2.ª Vara de Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista

D E C I S Ã O

Cuida-se de precatório expedido em favor de Azamor Fernando Mora, referente ao processo n.º 0010.01.009157-6/0009157-20.2001.8.23.0010, movido contra o Município de Boa Vista.

Às fl. 7171v, consta uma decisão de deferimento do presente precatório, bem como de determinação de inclusão no orçamento de 2018 de verba necessária ao pagamento atualizado do débito do Município de Boa Vista.

Contudo, por meio de uma análise atenta do presente feito é possível verificar que o ofício requisitório, subscrito pelo MM. Juiz de Direito da 2.ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista, encontra-se datado do dia 03 de julho de 2017, ou seja, posterior à data prevista no § 5º do art. 100 da Constituição Federal (1º de julho), cujo prazo é peremptório.

Diante do exposto, torno sem efeito a decisão de fls. 71/75v, devendo os autos permanecer no Núcleo de Precatório para que seja proferida uma nova decisão de determinação de pagamento e inclusão no orçamento do exercício de 2019.

Proceda-se à exclusão do nome do credor da Lista Cronológica do Município de Boa Vista.

Expeça-se oficio a Excelentíssima Senhora Prefeita do Município de Boa Vista, comunicando-lhe sobre a exclusão.

Comunique-se ao Juízo da Execução.

Após, ao Núcleo de Precatórios para acompanhamento.

Publique-se.

Boa Vista, 11 de dezembro de 2017.

BRUNA ZAGALLO
Juíza Auxiliar da Presidência

Diretoria - Núcleo de Repercussão e Recursos Administrativos

4UDUoAr49DgHnWOn1amn1WmTPi4=

Precatório n.º 18282/2011
Requerente: Dantas & Cia LTDA
Advogado (a): Alexandre Cesar Dantas Soccorro – OAB/RR 264
Requerido: Estado de Roraima
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Roraima
Requisitante: Juiz de Direito da 1ª Vara de Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista

I N T I M A Ç Ã O

Finalidade: Intimação da parte requerente para apresentar no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de publicação, o contrato social da empresa DANTAS & CIA LTDA - EPP.

Boa Vista, 14 de dezembro de 2017.

BRUNA ZAGALLO
Juíza Auxiliar da Presidência

Precatório n.º 13/2008
Requerente: Indústria, Comércio e Construções Paraná Agro-Industrial Ltda
Advogado (a): Rodolpho Cesar Maia Morais – OAB/RR nº 269
Requerido: Estado de Roraima
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Roraima
Requisitante: Juiz de Direito da 2ª Vara de Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista

I N T I M A Ç Ã O

Finalidade: Intimação da parte requerente para apresentar no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de publicação, o contrato social da empresa.

Boa Vista, 14 de dezembro de 2017.

BRUNA ZAGALLO
Juíza Auxiliar da Presidência

Precatório n.º 075/2014
Requerente: Washington Rebelo de Moraes
Advogado: Marco Antonio Salviato Fernandes Neves – OAB/RR 205-B
Requerido: Estado de Roraima
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Roraima
Requisitante: Juiz de Direito da 1.ª Vara de Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista

I N T I M A Ç Ã O

Fica a parte requerida, por meio da Procuradoria Geral do Estado de Roraima, intimada para tomar ciência do petitório de folha 57, e se manifestar dentro do prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação, acerca do pedido de preferência formulado pelo requerente.

Boa Vista, 14 de dezembro de 2017.

BRUNA ZAGALLO
Juíza Auxiliar da Presidência

Diretoria - Núcleo de Repercussão e Recursos Administrativos

4UDUoAr49DgHnWOn1amn1WmTPi4=

Precatório nº 023/2012
Requerente: Rafaiela Mendes Sobral representada por Lara Mendes Mafra
Advogado: José Carlos Barbosa Cavalcante - OAB/RR nº 074-B
Requerido: Estado de Roraima
Procurador: Procuradoria-Geral do Estado de Roraima
Requisitante: Juízo de Direito da 2ª Vara de Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista

D E C I S Ã O

Trata-se de precatório expedido em favor de Rafaiela Mendes Sobral, referente ao processo de execução nº 0010.03.069207-2, movido contra o Estado de Roraima.

À folha 67, consta cópia do expediente encaminhado ao Exmo. Senhor Governador do Estado de Roraima em 27/06/2014, requisitando a inclusão na proposta orçamentária de 2015 de verba necessária ao pagamento atualizado do precatório em epígrafe.

A Emenda Constitucional nº 94/2016, enquadrou o Estado de Roraima no regime especial de pagamento de precatórios, parcelando a dívida até 31 de dezembro de 2020. Com a finalidade de informar à entidade devedora o montante atualizado da dívida e o valor da parcela a ser repassada, o Núcleo de Precatórios passou a atualizar todos os precatórios do Estado de Roraima, seguindo os parâmetros de cálculos definidos pelo Conselho Nacional de Justiça. Ao realizar a atualização, o Núcleo de Precatórios constatou erro material nos cálculos, conforme parecer às folhas 70 e verso, sendo determinada a revisão dos cálculos, na decisão à folha 71.

Os cálculos revisados foram juntados nos autos às folhas 72/83, sendo intimados via Diário da Justiça Eletrônico - DJE, a parte requerente e a entidade pública devedora, para manifestação quanto aos cálculos referentes à revisão do valor do presente precatório.

As partes foram intimadas, conforme constam às folhas 86 e 89, concordando com os cálculos, de acordo com as manifestações e/ou certidões de transcurso de prazo, às folhas 88 e 90.

Diante do exposto, homologo os cálculos às folhas 72/83, de modo que o valor do precatório nº 023/2012 passe a ser R$ 161.263,40 (cento e sessenta e um mil, duzentos e sessenta e três reais e quarenta centavos), tendo como data-base para atualização monetária 04/04/2017, conforme termo final apresentado nos cálculos.

Dê-se ciência ao Ministério Público.

Publique-se.

Boa Vista, 13 de dezembro de 2017.

BRUNA ZAGALLO
Juíza Auxiliar da Presidência

Precatório nº 023/2012
Requerente: Rafaiela Mendes Sobral representada por Lara Mendes Mafra
Advogado: José Carlos Barbosa Cavalcante - OAB/RR nº 074-B
Requerido: Estado de Roraima
Procurador: Procuradoria-Geral do Estado de Roraima
Requisitante: Juízo de Direito da 2ª Vara de Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista

D E C I S Ã O

Trata-se de precatório expedido em favor de Rafaiela Mendes Sobral, referente ao processo de execução nº 0010.03.069207-2, movido contra o Estado de Roraima.

À folha 67, consta cópia do expediente encaminhado ao Exmo. Senhor Governador do Estado de Roraima em 27/06/2014, requisitando a inclusão na proposta orçamentária de 2015 de verba necessária ao pagamento atualizado do precatório em epígrafe.

A Emenda Constitucional nº 94/2016, enquadrou o Estado de Roraima no regime especial de pagamento de precatórios, parcelando a dívida até 31 de dezembro de 2020. Com a finalidade de informar à entidade devedora o montante atualizado da dívida e o valor da parcela a ser repassada, o Núcleo de Precatórios passou a atualizar todos os precatórios do Estado de Roraima, seguindo os parâmetros de cálculos definidos pelo Conselho Nacional de Justiça. Ao realizar a atualização, o Núcleo de Precatórios

Diretoria - Núcleo de Repercussão e Recursos Administrativos
4UDUoAr49DgHnWOn1amn1WmTPi4=
SICOJURR - 00059812

constatou erro material nos cálculos, conforme parecer às folhas 70 e verso, sendo determinada a revisão dos cálculos, na decisão à folha 71.

Os cálculos revisados foram juntados nos autos às folhas 72/83, sendo intimados via Diário da Justiça Eletrônico - DJE, a parte requerente e a entidade pública devedora, para manifestação quanto aos cálculos referentes à revisão do valor do presente precatório.

As partes foram intimadas, conforme constam às folhas 86 e 89, concordando com os cálculos, de acordo com as manifestações e/ou certidões de transcurso de prazo, às folhas 88 e 90.

Diante do exposto, homologo os cálculos às folhas 72/83, de modo que o valor do precatório nº 023/2012 passe a ser R$ 161.263,40 (cento e sessenta e um mil, duzentos e sessenta e três reais e quarenta centavos), tendo como data-base para atualização monetária 04/04/2017, conforme termo final apresentado nos cálculos.

Dê-se ciência ao Ministério Público.

Publique-se.

Boa Vista, 13 de dezembro de 2017.

BRUNA ZAGALLO
Juíza Auxiliar da Presidência

Precatório nº 084/2014
Requerente: Ângela Cristina Moura Gama
Advogado: Alci da Rocha - OAB/RR nº 005-B
Requerido: Estado de Roraima
Procurador: Procuradoria-Geral do Estado de Roraima
Requisitante: Juízo de Direito da 2ª Vara de Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista

D E C I S Ã O

Trata-se de precatório expedido em favor de Ângela Cristina Moura Gama, referente ao processo de execução nº 0010.02.053298-1, movido contra o Estado de Roraima.

À folha 48, consta cópia do expediente encaminhado ao Exmo. Senhor Governador do Estado de Roraima em 16/07/2014, requisitando a inclusão na proposta orçamentária de 2015 de verba necessária ao pagamento atualizado do precatório em epígrafe.

A Emenda Constitucional nº 94/2016, enquadrou o Estado de Roraima no regime especial de pagamento de precatórios, parcelando a dívida até 31 de dezembro de 2020. Com a finalidade de informar à entidade devedora o montante atualizado da dívida e o valor da parcela a ser repassada, o Núcleo de Precatórios passou a atualizar todos os precatórios do Estado de Roraima, seguindo os parâmetros de cálculos definidos pelo Conselho Nacional de Justiça. Ao realizar a atualização, o Núcleo de Precatórios constatou erro material nos cálculos, conforme parecer às folhas 67 e verso, sendo determinada a revisão dos cálculos, na decisão à folha 68.

Os cálculos revisados foram juntados nos autos às folhas 69/75, sendo intimados via Diário da Justiça Eletrônico - DJE, a parte requerente e a entidade pública devedora, para manifestação quanto aos cálculos referentes à revisão do valor do presente precatório.

As partes foram intimadas, conforme constam às folhas 78 e 81, concordando com os cálculos, de acordo com as manifestações e/ou certidões de transcurso de prazo, às folhas 80 e 82.

Diante do exposto, homologo os cálculos às folhas 69/75, de modo que o valor do precatório nº 084/2014 passe a ser R$ 269.928,77 (duzentos e sessenta e nove mil, novecentos e vinte e oito reais e setenta e sete centavos), tendo como data-base para atualização monetária 19/04/2017, conforme termo final apresentado nos cálculos.

Diretoria - Núcleo de Repercussão e Recursos Administrativos

4UDUoAr49DgHnWOn1amn1WmTPi4=

Dê-se ciência ao Ministério Público.
Publique-se.

Boa Vista, 13 de dezembro de 2017.

BRUNA ZAGALLO
Juíza Auxiliar da Presidência

Precatório nº 089/2014
Requerente: Antonia Matos Moura
Advogado: Alci da Rocha - OAB/RR nº 005-B
Requerido: Estado de Roraima
Procurador: Procuradoria-Geral do Estado de Roraima
Requisitante: Juízo de Direito da 2ª Vara de Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista

D E C I S Ã O

Trata-se de precatório expedido em favor de Antonia Matos Moura, referente ao processo de execução nº 0010.02.053298-1, movido contra o Estado de Roraima.

À folha 48, consta cópia do expediente encaminhado ao Exmo. Senhor Governador do Estado de Roraima em 16/07/2014, requisitando a inclusão na proposta orçamentária de 2015 de verba necessária ao pagamento atualizado do precatório em epígrafe.

A Emenda Constitucional nº 94/2016, enquadrou o Estado de Roraima no regime especial de pagamento de precatórios, parcelando a dívida até 31 de dezembro de 2020. Com a finalidade de informar à entidade devedora o montante atualizado da dívida e o valor da parcela a ser repassada, o Núcleo de Precatórios passou a atualizar todos os precatórios do Estado de Roraima, seguindo os parâmetros de cálculos definidos pelo Conselho Nacional de Justiça. Ao realizar a atualização, o Núcleo de Precatórios constatou erro material nos cálculos, conforme parecer às folhas 69 e verso, sendo determinada a revisão dos cálculos, na decisão à folha 70.

Os cálculos revisados foram juntados nos autos às folhas 71/77, sendo intimados via Diário da Justiça Eletrônico - DJE, a parte requerente e a entidade pública devedora, para manifestação quanto aos cálculos referentes à revisão do valor do presente precatório.

As partes foram intimadas, conforme constam às folhas 80 e 83, concordando com os cálculos, de acordo com as manifestações e/ou certidões de transcurso de prazo, às folhas 82 e 84.

Diante do exposto, homologo os cálculos às folhas 71/77, de modo que o valor do precatório nº 089/2014 passe a ser R$ 179.952,51 (cento e setenta e nove mil, novecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e um centavos), tendo como data-base para atualização monetária 19/04/2017, conforme termo final apresentado nos cálculos.

Dê-se ciência ao Ministério Público.
Publique-se.

Boa Vista, 13 de dezembro de 2017.

BRUNA ZAGALLO
Juíza Auxiliar da Presidência

Diretoria - Núcleo de Repercussão e Recursos Administrativos

4UDUoAr49DgHnWOn1amn1WmTPi4=

Precatório n.º 048/2016
Requerente: Kartejiane Diniz de Sousa
Advogado: José Carlos Barbosa Cavalcante - OAB/RR 074-B
Requerido: Prefeitura Municipal de Rorainópolis
Procurador: Procuradoria-Geral do Município de Rorainópolis
Requisitante: Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Rorainópolis

D E C I S Ã O

Acolho a manifestação do Núcleo de Precatórios às folhas 70/71.

Considerando o depósito efetuado para liquidação do presente precatório, conforme comprovante às folhas 59, bem como a norma tributária aplicável ao caso, autorizo a liberação do valor de R$ 32.089,87 (trinta e dois mil, oitenta e nove reais e oitenta e sete centavos) em favor da requerente Kartejiane Diniz de Sousa, sem retenção de contribuição previdenciária e imposto de renda.

Expeça-se o alvará de levantamento de valores na quantia de R$ 32.089,87 (trinta e dois mil, oitenta e nove reais e oitenta e sete centavos) em favor de Kartejiane Diniz de Sousa, ficando desde já a requerente intimada a retirá-lo.

Ao Núcleo de Precatórios.

Publique-se.

Boa Vista, 14 de dezembro de 2017.

BRUNA ZAGALLO
Juíza Auxiliar da Presidência

Precatório n.º 069/2017
Requerente: Josenilton Domingos da Silva Santos
Advogado (a): Francisco das Chagas Batista – OAB/RR 114-A e outros
Requerido: Estado de Roraima
Procurador: Procuradoria-Geral do Estado de Roraima
Requisitante: Juízo de Direito da 2.ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista

D E C I S Ã O

Cuida-se de precatório expedido em favor de Josenilton Domingos da Silva Santos, referente ao processo n.º 010.01.009075-0/0009075-86.2001.8.23.0010, movido contra o Estado de Roraima.

Às fls. 94/94v, consta uma decisão de deferimento do presente precatório, bem como de determinação de reconhecimento do débito e inclusão no passivo consolidado do Estado de Roraima, mediante o cumprimento do disposto no art. 7.º da Resolução n.º 115/2010 do Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o plano de pagamento a ser apresentado para o exercício de 2018.

Contudo, por meio de uma análise atenta do presente feito é possível verificar que o ofício requisitório, subscrito pelo MM. Juiz de Direito da 2.ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista, encontra-se datado do dia 03 de julho de 2017, ou seja, posterior à data prevista no § 5º do art. 100 da Constituição Federal (1º de julho), cujo prazo é peremptório.

Diante do exposto, torno sem efeito a decisão de fls. 94/94v, devendo os autos permanecerem no Núcleo de Precatório para que seja proferida uma nova decisão de determinação de reconhecimento do débito e inclusão no passivo consolidado do Estado de Roraima, em conformidade com o plano anual de pagamento para 2019.

Proceda-se à exclusão do nome do credor da Lista Cronológica do Estado de Roraima.

Expeça-se ofício a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, comunicando-lhe sobre a exclusão.

Comunique-se ao Juízo da Execução.

Diretoria - Núcleo de Repercussão e Recursos Administrativos
4UDUoAr49DgHnWOn1amn1WmTPi4=

Após, ao Núcleo de Precatórios para acompanhamento.
Publique-se.

Boa Vista, 15 de dezembro de 2017.

BRUNA ZAGALLO
Juíza Auxiliar da Presidência

Precatório n.º 070/2017
Requerente: Nilza Maria Griffo Pancine
Advogado (a): Francisco das Chagas Batista – OAB/RR 114-A e outros
Requerido: Estado de Roraima
Procurador: Procuradoria-Geral do Estado de Roraima
Requisitante: Juízo de Direito da 2.ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista

D E C I S Ã O

Cuida-se de precatório expedido em favor de Nilza Maria Griffo Pancine, referente ao processo n.º 010.01.009075-0/0009075-86.2001.8.23.0010, movido contra o Estado de Roraima.

Às fls. 63/63v, consta uma decisão de deferimento do presente precatório, bem como de determinação de reconhecimento do débito e inclusão no passivo consolidado do Estado de Roraima, mediante o cumprimento do disposto no art. 7.º da Resolução n.º 115/2010 do Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o plano de pagamento a ser apresentado para o exercício de 2018.

Contudo, por meio de uma análise atenta do presente feito é possível verificar que o ofício requisitório, subscrito pelo MM. Juiz de Direito da 2.ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista, encontra-se datado do dia 03 de julho de 2017, ou seja, posterior à data prevista no § 5º do art. 100 da Constituição Federal (1º de julho), cujo prazo é peremptório.

Diante do exposto, torno sem efeito a decisão de fls. 63/63v, devendo os autos permanecerem no Núcleo de Precatório para que seja proferida uma nova decisão de determinação de reconhecimento do débito e inclusão no passivo consolidado do Estado de Roraima, em conformidade com o plano anual de pagamento para 2019.

Proceda-se à exclusão do nome da credora da Lista Cronológica do Estado de Roraima.

Expeça-se ofício a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, comunicando-lhe sobre a exclusão.

Comunique-se ao Juízo da Execução.
Após, ao Núcleo de Precatórios para acompanhamento.
Publique-se.

Boa Vista, 15 de dezembro de 2017.

BRUNA ZAGALLO
Juíza Auxiliar da Presidência

Precatório nº 015/2015
Requerente: Vingtun Gouveia Praxedes
Advogado: Antonio Olcino Ferreira Cid - OAB/RR nº 114-B
Requerido: Estado de Roraima
Procurador: Procuradoria-Geral do Estado de Roraima
Requisitante: Juízo de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista

D E C I S Ã O

Trata-se de precatório expedido em favor de Vingtun Gouveia Praxedes, referente ao processo de execução nº 0904445-15.2008.8.23.0010, movido contra o Estado de Roraima.

Diretoria - Núcleo de Repercussão e Recursos Administrativos
4UDUoAr49DgHnWOn1amn1WmTPi4=
SICOJURR - 00059812

Após a regular instrução, o precatório foi deferido, sendo requisitada a inclusão do valor requisitado no orçamento de 2016 (folhas 51/52), o qual atualmente está incluído no passivo consolidado do Estado de Roraima, mediante o cumprimento do disposto no art. 7º da Resolução nº 115/2010 do Conselho Nacional de Justiça, haja vista que o ente público está enquadrado no regime especial estabelecido pela Emenda Constitucional nº 094/2016.

À folha 61, consta pedido de destaque dos honorários advocatícios contratuais, no percentual de 20% (vinte por cento), quando do pagamento do referido precatório, em favor dos advogados exequentes Antonio Olcino Ferreira Cid e Luiz Eduardo Silva de Castilho, conforme contrato de serviços advocatícios, às folhas 62/63.

Vieram-me os autos conclusos.

É o breve relatório.

Decido.

No que se refere ao contrato se serviços advocatícios com clientes beneficiários de precatórios, o art. 22, § 4º, da Lei nº 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia), deixa claro que o Advogado deve, na fase de execução, apresentar contrato de honorários convencionados para que o seu valor seja deduzido do montante principal do precatório, vejamos:

> Art. 22. A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência.
> (...)
> § 4º Se o advogado fizer juntar aos autos o seu contrato de honorários antes de expedir-se o mandado de levantamento ou precatório, o juiz deve determinar que lhe sejam pagos diretamente, por dedução da quantia a ser recebida pelo constituinte, salvo se este provar que já os pagou. (grifo nosso)

No mesmo sentido, disciplina o art. 5º, §§ 2º e 3º, da Resolução nº 115/2010 do CNJ, *in verbis*:

> § 2º Se o advogado quiser destacar do montante da condenação o que lhe couber por força de honorários contratuais, na forma disciplinada pelo art. 22, §4º da Lei nº 8.906/1994, deverá juntar aos autos o respectivo contrato antes da apresentação do precatório ao Tribunal.
> § 3º Ao advogado será atribuída a qualidade de beneficiário do precatório quando se tratar de honorários sucumbenciais ou contratuais. (grifo nosso)

No caso em questão, os advogados exequentes pretendem destacar do crédito principal do precatório seus honorários contratuais, visando a recebê-los por meio de depósito bancário, quando o valor estiver disponível ao credor.

Ocorre, que o contrato original de serviços advocatícios, acostado às folhas 62/63, está datado de 30 de outubro de 2017 e o ofício requisitório nº 975/2014 à folha 02, o qual originou o precatório nº 015/2015, foi apresentado ao TJRR em 03 de dezembro de 2014. Assim, fica evidente que o pedido dos patronos, ocorreu após a autuação do precatório na esfera administrativa, quando deveria ter sido pleiteado na fase de execução, antes da formação do precatório, conforme estabelece o dispositivo legal.

Diante do exposto, com fundamento no art. 22, § 4º, da Lei nº 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia) c/c com o art. 5º, §§ 2º e 3º, da Resolução nº 115/2010 do CNJ, indefiro o pedido dos advogados exequentes à folha 61.

Ciência ao Ministério Público.

Publique-se.

Boa Vista, 15 de dezembro de 2017.

BRUNA ZAGALLO
Juíza Auxiliar da Presidência

Diretoria - Núcleo de Repercussão e Recursos Administrativos

4UDUoAr49DgHnWOn1amn1WmTPi4=

Precatório nº 016/2015
Requerente: Francisca Pleneilda Pereira Gouveia
Advogado: Antonio Olcino Ferreira Cid - OAB/RR nº 114-B
Requerido: Estado de Roraima
Procurador: Procuradoria-Geral do Estado de Roraima
Requisitante: Juízo de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista

D E C I S Ã O

Trata-se de precatório expedido em favor de Francisca Pleneilda Pereira Gouveia, referente ao processo de execução nº 0904445-15.2008.8.23.0010, movido contra o Estado de Roraima.

Após a regular instrução, o precatório foi deferido, sendo requisitada a inclusão do valor requisitado no orçamento de 2016 (folhas 57/58), o qual atualmente está incluído no passivo consolidado do Estado de Roraima, mediante o cumprimento do disposto no art. 7º da Resolução nº 115/2010 do Conselho Nacional de Justiça, haja vista que o ente público está enquadrado no regime especial estabelecido pela Emenda Constitucional nº 094/2016.

À folha 67, consta pedido de destaque dos honorários advocatícios contratuais, no percentual de 20% (vinte por cento), quando do pagamento do referido precatório, em favor dos advogados exequentes Antonio Olcino Ferreira Cid e Luiz Eduardo Silva de Castilho, conforme contrato de serviços advocatícios, às folhas 68/69.

Vieram-me os autos conclusos.

É o breve relatório.

Decido.

No que se refere ao contrato se serviços advocatícios com clientes beneficiários de precatórios, o art. 22, § 4º, da Lei nº 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia), deixa claro que o Advogado deve, na fase de execução, apresentar contrato de honorários convencionados para que o seu valor seja deduzido do montante principal do precatório, vejamos:

> Art. 22. A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência.
> (...)
> § 4.º Se o advogado fizer juntar aos autos o seu contrato de honorários antes de expedir-se o mandado de levantamento ou precatório, o juiz deve determinar que lhe sejam pagos diretamente, por dedução da quantia a ser recebida pelo constituinte, salvo se este provar que já os pagou. (grifo nosso)

No mesmo sentido, disciplina o art. 5º, §§ 2º e 3º, da Resolução nº 115/2010 do CNJ, *in verbis*:

> § 2º Se o advogado quiser destacar do montante da condenação o que lhe couber por força de honorários contratuais, na forma disciplinada pelo art. 22, §4º da Lei nº 8.906/1994, deverá juntar aos autos o respectivo contrato antes da apresentação do precatório ao Tribunal.
> § 3º Ao advogado será atribuída a qualidade de beneficiário do precatório quando se tratar de honorários sucumbenciais ou contratuais. (grifo nosso)

No caso em questão, os advogados exequentes pretendem destacar do crédito principal do precatório seus honorários contratuais, visando a recebê-los por meio de depósito bancário, quando o valor estiver disponível ao credor.

Ocorre, que o contrato original de serviços advocatícios, acostado às folhas 68/69, está datado de 30 de outubro de 2017 e o ofício requisitório nº 976/2014 à folha 02, o qual originou o precatório nº 016/2015, foi apresentado ao TJRR em 03 de dezembro 2014. Assim, fica evidente que o pedido dos patronos, ocorreu após a autuação do precatório na esfera administrativa, quando deveria ter sido pleiteado na fase de execução, antes da formação do precatório, conforme estabelece o dispositivo legal.

Diante do exposto, com fundamento no art. 22, § 4º, da Lei nº 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia) c/c com o art. 5º, §§ 2º e 3º, da Resolução nº 115/2010 do CNJ, indefiro o pedido dos advogados exequentes à folha 67.

Ciência ao Ministério Público.

Publique-se.

Diretoria - Núcleo de Repercussão e Recursos Administrativos

4UDUoAr49DgHnWOn1amn1WmTPi4=

Boa Vista, 15 de dezembro de 2017.

BRUNA ZAGALLO
Juíza Auxiliar da Presidência

Diretoria - Núcleo de Repercussão e Recursos Administrativos

4UDUoAr49DgHnWOn1amn1WmTPi4=


Informações institucionais
para Magistrados e Servidores
ZAP
JUS
Para Receber os informes:
Adicione o Contato do ZapJus
Envie seu Nome e Matrículia
NOVO número
(95) 98403-3518


SOU
Minha
2ª Família
TJ
TJRORAIMA

SUBSECRETARIA DE COMPRAS

Expediente de 15/12/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 029/2017

Procedimento Administrativo n.º 0009243-18.2017.8.23.8000

Pregão Eletrônicon.º 027/2017

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, com sede na Praça do Centro Cívico, sem número, Centro, na cidade de Boa Vista, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º 34.812.669/0001-08, neste ato, representado pelo Secretário de Gestão Administrativa, Bruno Campos Furman, nomeado pela Portaria n.º 208 de 10 de fevereiro de 2017, publicada no DJE do dia 13 de fevereiro de 2017, inscrito no CPF sob o n.º 815.622.762-04, Portador(a) da Carteira de Identidade n.º 204.434 de SSP/RR de 24 de abril de 1998, considerando o julgamento da licitação na modalidade **Pregão**, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, em epígrafe, **RESOLVE**registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Resolução TJRR n.º 08/2015, na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, e no Decreto n.º 7.892/2013, observadas, ainda, as demais normas legais aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para **eventual aquisição de cartuchos e toners para impressoras**, para atender a demanda do Poder Judiciário do Estado de Roraima.

2. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a contar de sua publicação, não podendo ser prorrogada.

2.2. O Edital do **Pregão Eletrônico n.º 027/2017** e seus anexos são partes integrantes desta Ata, assim como a proposta vencedora e a ata da sessão pública do **Pregão** eletrônico, independente de transcrição.

2.3. Integram a Ata, como anexo, a relação das **licitantes** que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao da **licitante** vencedora do certame.

3. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O(s) preço(s) registrado(s), as especificações do objeto, a(s) quantidade(s), **fornecedor(es)** e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

GRUPO 01
EMPRESA: A. E. DE SOUZA SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA - ME
CNPJ: 24.872.725/0001-38

Permanente de Licitação - Presidência

wn2OPPekZodsjFk2shhuj/wH3/o=

ENDEREÇO COMPLETO: Rua São Florêncio, nº 522, Vila Félix – São Paulo/SP. CEP: 03.615-000

REPRESENTANTE: ALEXANDRE EDUARDO DE SOUZA

TELEFONE: (11) 3798-1206 **E-MAIL: destak.print3@hotmail.com**

PRAZO DE ENTREGA: O prazo de entrega **será de 60 (sessenta) dias**, a contar da data de recebimento da Nota de Empenho.

Item	Descrição	Und.	Qtd.	VALOR	
				Unitário	Total
07	Toner CE410A Original ou Compatível, para impressora **Laser Colorida HP PRO 400 M451dw**, com rendimento mínimo de 1.600 impressões. **Cor: Preto**, e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do edital. MARCA: MAXJET	Und.	15	R$ 50,39	R$ 755,85
08	Toner CE411A Original ou Compatível, para impressora **Laser Colorida HP PRO 400 M451dw**, com rendimento mínimo de 1.800 impressões. **Cor: ciano**, e demais especificações, conforme Termo de Referência - **82**Anexo I do edital. MARCA: MAXJET	Und.	06	R$ 50,49	R$ 302,94
09	Toner CE412A Original ou Compatível, para impressora **Laser Colorida HP PRO 400 M451dw**, com rendimento mínimo de 1.800 impressões. **Cor: amarelo**, e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do edital. MARCA: MAXJET	Und.	15	R$ 53,89	R$ 808,35
10	Toner CE413A Original ou Compatível, para impressora **Laser Colorida HP PRO 400 M451dw**, com rendimento mínimo de 1.800 impressões. **Cor: magenta**, e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do edital. MARCA: MAXJET	Und.	15	R$ 54,89	R$ 823,35
TOTAL					**R$ 2.690,49**

GRUPO 02

EMPRESA: RN BALTAZAR – COMERCIO DE INFORMÁTICA - ME

CNPJ: 2..668.902/0001-94

ENDEREÇO COMPLETO: Rua Aracaju, nº 51, Sala 05, Centro – Catanduva/SP. CEP: 15.800-250

REPRESENTANTE: DANIEL NICOLA

Permanente de Licitação - Presidência

wn2OPPekZodsjFk2shhuj/wH3/o=

TELEFONE: (17) 3531-0300/(61) 3205-1601 **E-MAIL: empenhos@fprinter.com.br**

PRAZO DE ENTREGA: O prazo de entrega **será de 60 (sessenta) dias**, a contar da data de recebimento da Nota de Empenho.

Item	Descrição	Und.	Qtd.	VALOR	
				Unitário	Total
11	Toner CE278A (78a) Original ou Compatível, para impressora **HP Laser Jet PRO 1536DN. Cor: Preto**, e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do edital. MARCA: FASTPRINTER	Und.	20	R$ 28,50	R$ 570,00
12	CARTUCHO DE TINTA 670XL Original ou Compatível, para impressora **HP DeskJet Ink Advantage 4615**, mínimo 14ml (ref. CZ117AB). **Cor: Preto,** e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do edital. MARCA: FASTPRINTER	Und.	06	R$ 45,89	R$ 275,34
13	CARTUCHO DE TINTA 670XL Original ou Compatível, para impressora **HP DeskJet Ink Advantage 4615**, mínimo 7,5ml (ref. CZ118AB). **Cor: Ciano**, e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do edital. MARCA: FASTPRINTER	Und.	15	R$ 45,89	R$ 688,35
14	CARTUCHO DE TINTA 670XL Original ou Compatível, para impressora **HP DeskJet Ink Advantage 4615**, mínimo 9ml (ref. CZ120AB). **Cor: Amarelo**, e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do edital. MARCA: FASTPRINTER	Und.	15	R$ 45,89	R$ 688,35
15	CARTUCHO DE TINTA 670XL Original ou Compatível, para impressora **HP DeskJet Ink Advantage 4615**, mínimo 8ml (ref. CZ119AB). **Cor: Magenta**, e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do edital. MARCA: FASTPRINTER	Und.	20	R$ 45,89	R$ 917,80
TOTAL					**R$ 3.139,84**

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 01 (uma) via digital, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Documento assinado eletronicamente por **BRUNO CAMPOS FURMAN**, **Secretário(a)**, em 13/12/2017, às 10:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.Portaria da Presidência - TJRR nº1650/2016.

Documento assinado eletronicamente por **DANIEL NICOLA**, **Usuário Externo**, em 13/12/2017, às 14:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.Portaria da Presidência - TJRR nº1650/2016.

Permanente de Licitação - Presidência

wn2OPPekZodsjFk2shhuj/wH3/o=

Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE EDUARDO DE SOUZA**, **Usuário Externo**, em 15/12/2017, às 09:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.Portaria da Presidência - TJRR nº1650/2016.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjrr.jus.br/autenticidade informando o código verificador **0263554** e o código CRC **7819BE95**.

Permanente de Licitação - Presidência

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 030/2017

Procedimento Administrativo n.º 0004719-75.2017.8.23.8000

Pregão Eletrônico n.º 036/2017

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, com sede na Praça do Centro Cívico, sem número, Centro, na cidade de Boa Vista, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º 34.812.669/0001-08, neste ato, representado pelo Secretário de Gestão Administrativa, Bruno Campos Furman, nomeado pela Portaria n.º 208 de 10 de fevereiro de 2017, publicada no DJE do dia 13 de fevereiro de 2017, inscrito no CPF sob o n.º 815.622.762-04, Portador(a) da Carteira de Identidade n.º 204.434 de SSP/RR de 24 de abril de 1998, considerando o julgamento da licitação na modalidade **Pregão**, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, em epígrafe, **RESOLVE**registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Resolução TJRR n.º 08/2015, na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, e no Decreto n.º 7.892/2013, observadas, ainda, as demais normas legais aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para **eventual contratação de empresa especializada em serviços gráficos**, para atender a demanda do Poder Judiciário do Estado de Roraima.

2. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a contar de sua publicação, não podendo ser prorrogada.

2.2. O Edital do **Pregão Eletrônico n.º 036/2017** e seus anexos são partes integrantes desta Ata, assim como a proposta vencedora e a ata da sessão pública do **Pregão** eletrônico, independente de transcrição.

2.3. Integram a Ata, como anexo, a relação das **licitantes** que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao da **licitante** vencedora do certame.

3. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O(s) preço(s) registrado(s), as especificações do objeto, a(s) quantidade(s), **fornecedor(es)** e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

wn2OPPekZodsjFk2shhuj/wH3/o=

GRUPO 01

EMPRESA: NEW GRAPH – SERVIÇOS, DISTRIBUIDORA & COMERCIO EIRELI - ME

CNPJ: 28.634.353/0001-18

ENDEREÇO COMPLETO: SHVP Rua 10, Chácara 157, Lote 6B, Vicente Pires, Brasília/DF - CEP: 72.007-285.

REPRESENTANTE: EDER CRUZ CASTELO BRANCO

TELEFONE: (61) 3222-7676 **E-MAIL: newgraph2014@gmail.com**

PRAZO DE ENTREGA: Conforme item 5.3 do Termo de Referência nº 058/2017, Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 036/2017.

Item	Descrição	Und.	Qtd.	VALOR	
				Unitário	Total
01	Lamina.	Und.	60.000	R$ 0,50	R$ 30.000,00
02	Banner.	Und.	60	R$ 150,61	R$ 9.036,60
03	Cartaz.	Und.	16.000	R$ 1,43	R$ 22.880,00
04	Confecção e colocação de painel colorido.	Und.	10	R$ 853,33	R$ 8.533,30
05	Pasta tipo evento.	Und.	6000	R$ 3,00	R$ 18.000,00
06	Confecção de camisetas.	Und.	6000	R$ 18,17	R$ 109.020,00
07	Caneta esferográfica.	Und.	3000	R$ 3,00	R$ 9.000,00
08	Caneta cilíndrica personalizada.	Und.	1000	R$ 15,00	R$ 15.000,00
09	Confecção, fixação e veiculação de outdoor.	Und.	40	R$ 570,00	R$ 22.800,00
10	Confecção de adesivo medindo 10x20cm.	Und.	4000	R$ 2,00	R$ 8.000,00
11	Confecção de adesivo em formato circular medindo 13cm de diâmetro.	Und.	4000	R$ 1,33	R$ 5.320,00
12	Confecção de adesivo interno para carro.	Und.	4000	R$ 2,00	R$ 8.000,00
13	Bloco de notas.	Und.	6000	R$ 4,40	R$ 26.400,00
14	Bonés	Und.	3000	R$ 28,00	R$ 84.000,00
15	Faixa.	Und.	60	R$ 80,00	R$ 4.800,00

Permanente de Licitação - Presidência

wn2OPPekZodsjFk2shhuj/wH3/o=

16	Confecção e impressão de certificado.	Und.	2.000	R$ 1,00	R$ 2.000,00
17	CARTILHA: 4 cadernos (16 páginas). Especificações de cartilhas: Formato: 420 mmx150 mm (aberto); 210 mmx150 mm(fechado); Miolo: em papel couché 105 gramas, 4 x 4; Capa: papel couché 180 gramas, 4x4; Quantidades de páginas (miolo); Acabamento: Canoa com Grampo	Und.	5.000	R$ 2.20	R$ 11.000,00
18	CARTILHA: 6 cadernos (24 páginas). Especificações de cartilhas: Formato: 420 mmx150 mm (aberto); 210 mmx150 mm(fechado); Miolo: em papel couché 105 gramas, 4 x 4; Capa: papel couché 180 gramas, 4x4; Quantidades de páginas (miolo); Acabamento: Canoa com Grampo.	Und.	5.000	R$ 2,95	R$ 14.750,00
19	CARTILHA: 8 cadernos (32 páginas). Especificações de cartilhas: Formato: 420 mmx150 mm (aberto); 210 mmx150 mm(fechado); Miolo: em papel couché 105 gramas, 4 x 4; Capa: papel couché 180 gramas, 4x4; Quantidades de páginas (miolo); Acabamento: Canoa com Grampo	Und.	5.000	R$ 3,80	R$ 19.000,00
20	CARTILHA: 4 cadernos (16 páginas). Especificações de cartilhas: Formato Aberto: A4 297 mm x210 mm; Fechado: A5 148 mm x 210 mm; Cadernos: 4 em papel couché 105 gramas, 4 x4; Capa: papel couché 180 gramas, 4 x 1 Cor; Quantidades de páginas (miolo); Acabamento: Canoa com Grampo	Und.	15.000	R$ 2,23	R$ 33.450,00
21	CARTILHA: 6 cadernos (24 páginas). Especificações de cartilhas: Formato Aberto: A4 297 mm x210 mm; Fechado: A5 148 mm x 210 mm; Cadernos: 4 em papel couché 105 gramas, 4 x4; Capa: papel couché 180 gramas, 4 x 1 Cor; Quantidades de páginas (miolo); Acabamento: Canoa com Grampo.	Und.	5.000	R$ 2,80	R$ 14.000,00
22	CARTILHA: 8 cadernos (32 páginas). Especificações de cartilhas: Formato Aberto: A4 297 mm x210 mm; Fechado: A5 148 mm x 210 mm; Cadernos: 4 em papel couché 105 gramas, 4 x4; Capa:	Und.	10.000	R$ 2,50	R$ 25.000,00

Permanente de Licitação - Presidência

wn2OPPekZodsjFk2shhuj/wH3/o=

	papel couché 180 gramas, 4 x 1 Cor; Quantidades de páginas (miolo); Acabamento: Canoa com Grampo.				
TOTAL					**R$ 499.989,90**

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CADASTRO DE RESERVA	
Classificação	Licitante
01	MORAES E CARMO LTDA – ME – CNPJ: 13.922.546/0001-41

Documento assinado eletronicamente por **BRUNO CAMPOS FURMAN**, **Secretário(a)**, em 13/12/2017, às 10:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.Portaria da Presidência - TJRR nº1650/2016.

Documento assinado eletronicamente por **eder cruz castelo branco**, **Usuário Externo**, em 15/12/2017, às 09:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.Portaria da Presidência - TJRR nº1650/2016.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjrr.jus.br/autenticidade informando o código verificador **0263149** e o código CRC **BFA56BA2**.

AVISO DE RESULTADO DE PREGÃO ELETRÔNICO

O Tribunal de Justiça do Estado de Roraima torna público aos interessados que a licitação realizada na modalidade **Pregão Eletrônico n.º 037/2017** (Proc. Adm. SEI n.º 0015609-73.2017.8.23.8000) que tem como objeto**: aquisição de motor de popa de 40 hp, 4 tempos com motor de partida elétrico para atender a demanda do Poder Judiciário do Estado de Roraima,** teve o seguinte resultado:

N.º GRUPO	**EMPRESA VENCEDORA**	**VALOR CONTRATADO (R$)**	**VALOR EDITALÍCIO (R$)**	**RESULTADO SITUAÇÃO**
01	NÁUTICA WS EIRELI - ME.	25.000,00	25.662,50	Adjudicado/ Homologado

Boa Vista (RR), 15 de Dezembro de 2017.

Henrique de Melo Tavares
Subsecretário de Compras

Permanente de Licitação - Presidência

wn2OPPekZodsjFk2shhuj/wH3/o=

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PORTARIAS DO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2017

A SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS, EM EXERCÍCIO, DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, com fundamento no disposto pelo art. 8º, VIII da Portaria n.º 1055 de 18 de maio de 2017, bem como na exceção prevista no art. 1º da Portaria n.º 1522/2017;
RESOLVE:

Nº 496 - Considerando o teor do Procedimento Administrativo 0018855-77.2017.8.23.8000, bem como a Portaria GP nº 1951/2017: autorizar das diárias abaixo discriminadas, conforme detalhamento:

Nome	Cargo/Função	Valor Complementar
Eneias da Silva	Função Técnica de Assessoramento	1,0(uma)
Destinos:	Sede Administrativa do TJ - Boa Vista/RR	
Motivo:	Buscar material de expediente para suprir a Comarca de Rorainópolis	
Data:	06/11/2017	

Nº 497 - Considerando o teor do Procedimento Administrativo 0019266-23.2017.8.23.8000, bem como a Portaria GP nº 1951/2017: autorizar das diárias abaixo discriminadas, conforme detalhamento:

Nome	Cargo/Função	Valor Complementar
Catarina Cruz Butel	Analista Judiciária - Serviço Social	0,5 (meia)
Maria da Luz Candida de Souza	Motorista	0,5 (meia)
Destinos:	Zona Rural do Município de Cantá.	
Motivo:	Realizar estudo de caso, em atendimento a uma demanda judicial.	
Data:	12/12/2017.	

Nº 498 - Considerando o teor do Procedimento Administrativo 0018998-66.2017.8.23.8000, bem como a Portaria GP nº 1951/2017: autorizar das diárias abaixo discriminadas, conforme detalhamento:

Nome	Cargo/Função	Valor Complementar
Lucilene Paula da Silva	Mediadora	3,5 (três e meia)
Andrea Carla do Nascimento Olimpio	Mediadora	3,5 (três e meia)
Suelia Chaves da Silva Jimenéz	Mediadora	3,5 (três e meia)
Destinos:	Município de Pacaraima.	
Motivo:	Ministrar Palestra no Seminário "I Seminário Indígena: Alfabetização e Letramento na Perspectiva da Educação Indígena"	
Data:	06 a 09/12/2017.	

Nº 499 - Considerando o teor do Procedimento Administrativo 0018823-72.2017.8.23.8000, bem como a Portaria GP nº 1951/2017: autorizar das diárias abaixo discriminadas, conforme detalhamento:

Nome	Cargo/Função	Valor Complementar
Adriano de Souza Gomes	Motorista - em extinção	17,5 (dezessete e meia)
Reginaldo Rosendo	Motorista	19,5 (dezenove e meia)
Destinos:	Comarca de Mucajaí.	
Motivo:	Substituir o Motorista da Comarca de Mucajaí, em razão de férias.	
Data:	Adriano - 20 a 31/12/2017 e 01/01 a 06/01/2018. Reginaldo - 30/11 e 01 a 19/12/2017.	

Nº 500 - Considerando o teor do Procedimento Administrativo 0017934-21.2017.8.23.8000, bem como a Portaria GP nº 1951/2017: autorizar das diárias abaixo discriminadas, conforme detalhamento:

Nome	Cargo/Função	Valor Complementar
Luiz Nazareno Mesquita	Motorista	10,5 (dez e meia)

Departamento - Planejamento e Finanças / Diretoria - Secretaria Geral

xCZCfgdWjmaHLMi18jgaSET43Gw=

Destinos:	Comarca de Pacaraima.
Motivo:	Substituir o motorista da Comarca.
Data:	04 a 07/12, 11 a 15/12 e 18 a 20/12/2017.

Nº 501 - Considerando o teor do Procedimento Administrativo 0018762-17.2017.8.23.8000, bem como a Portaria GP nº 1951/2017: autorizar das diárias abaixo discriminadas, conforme detalhamento:

Nome	Cargo/Função	Valor Complementar
Camila M. Almeida de Carvalho	Função Técnica Especializada	1,5 (uma e meia)
Edimar de Matos Costa	Motorista	1,5 (uma e meia)
Iuri Leitão Avelino	Assessor-Técnico II	1,5 (uma e meia)
Marina Nadia Becker	Assessor-Técnico I	1,5 (uma e meia)

Destino:	Comarca de Rorainópolis.
Motivo:	Levantamento in-loco visando averiguar a necessidade de realização de serviços comuns de engenharia para manutenção, reparos, adequações e melhorias da referida Comarca.
Data:	04 a 05/12/2017.

Nº 502 - Considerando o teor do Procedimento Administrativo 0019687-13.2017.8.23.8000, bem como a Portaria GP nº 1951/2017: autorizar das diárias abaixo discriminadas, conforme detalhamento:

Nome	Cargo/Função	Valor Complementar
Marcos da Silva Santos	Oficial de Justiça	5,0 (cinco)
Leomar Irineu Auler	Motorista	5,0 (cinco)

Destinos:	Zona Rural do Município de Alto Alegre, Municípios de Iracema e Boa Vista - RR
Motivo:	Cumprimento de mandados judiciais
Data:	06/11, 08/11, 09/11, 24/11, 29/11, 01/12, 04/12, 06/12 e 11/12/2017.

Nº 503 - Considerando o teor do Procedimento Administrativo 0019235-03.2017.8.23.8000, bem como a Portaria GP nº 1951/2017: autorizar das diárias abaixo discriminadas, conforme detalhamento:

Nome	Cargo/Função	Valor Complementar
Leandro Sales Veras	Técnico Judiciário - Agente de Proteção	2,5 (duas e meia)
Marcell Santos Rocha	Técnico Judiciário - Agente de Proteção	2,5 (duas e meia)
Raphael Philipe Alvarenga Perdiz	Técnico Judiciário - Agente de Proteção	2,5 (duas e meia)
Sócrates Costa Bezerra	Técnico Judiciário - Agente de Proteção	2,5 (duas e meia)

Destinos:	Zona Rural do Município de Cantá.
Motivo:	Em Cumprimento de ordem de fiscalização de evento na Vila Serra Grande II - Cantá/RR.
Data:	15 a 17/12/2017.

Nº 504 - Considerando o teor do Procedimento Administrativo 0019505-27.2017.8.23.8000, bem como a Portaria GP nº 1951/2017: autorizar das diárias abaixo discriminadas, conforme detalhamento:

Nome	Cargo/Função	Valor Complementar
Manoel Messias Silveira Dantas	Assessor Técnico I	1,5 (uma e meia)

Destinos:	Comarca de São Luiz.
Motivo:	Para retirar os assentos do tribunal do júri e transportar para uma sala do TRE.
Data:	13 a 14/12/2017.

Nº 505 - Considerando o teor do Procedimento Administrativo 0019564-15.2017.8.23.8000, bem como a Portaria GP nº 1951/2017: autorizar das diárias abaixo discriminadas, conforme detalhamento:

Nome	Cargo/Função	Valor Complementar

Departamento - Planejamento e Finanças / Diretoria - Secretaria Geral

xCZCfgdWjmaHLMi18jgaSET43Gw=

Alessandra Maria Rosa da Silva	Oficiala de Justiça	0,5 (meia)
Destinos:	Fora dos limites urbanos do Município de Boa Vista - Projeto União e demais localidades.	
Motivo:	Cumprimento de mandados judiciais	
Data:	06/12/2017.	

Boa Vista, 15 de dezembro de 2017.

LUCIANA MENEZES DE MEDEIROS REIS
Secretária de Orçamento e Finanças
em exercício

Departamento - Planejamento e Finanças / Diretoria - Secretaria Geral

xCZCfgdWjmaHLMi18jgaSET43Gw=

SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Expediente de 15/12/2017

EXTRATO DE CONTRATO	
Nº DO CONTRATO:	080/2017 – SEI n.º 0017652-80.2017.8.23.8000.
OBJETO:	Aquisição de **Projetores Multimídia, tela de projeção com tripé e suporte tripé com bandeja,** incluindo garantia *on-site* pelo período mínimo de 12 (doze) meses, conforme quantitativos constantes no Anexo I deste instrumento.
CONTRATADA	**Empresa HS Comércio, Locação e Manutenção de Equipamentos de Informática LTDA**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º 24.802.687/0001-47.
FUNDAMENTAÇÃO	Leis n.º 8.666/93 e das Resoluções TP n.º 026/2006 e 008/2015.
COBERTURA ORÇAMENTÁRIA	Programa de Trabalho nº 12.601.02.061.0003.2124 – Operacionalização do FUNDEJURR, através da rubrica nº 4.4.90.52.35 – Equipamentos e processamento de dados.
NOTA DE EMPENHO	Nota de empenho nº 151/2017.
VALOR GLOBAL	R$ 46.455,20 (quarenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos).
PRAZO	O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.
CONTRATANTE	Elízio Ferreira de Melo – Secretário-Geral
CONTRATADA	**Haiston Queiroz Alves**– Representante da Contratada.
DATA	Boa Vista – RR, 14 de dezembro de 2017.

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	
Nº DO TERMO:	009/2017 – SEI n.º 0018821-05.2017.8.23.8000 .
OBJETO:	Termo de Cooperação Técnica tem por objeto garantir aos magistrados o fornecimento de subsídios técnicos nas demandas que envolvam a prestação de serviço público de saúde.
PARTÍCIPES	Tribunal de Justiça de Roraima – TJRR, Comitê Estadual de Saúde, Secretaria de Estado da Saúde de Roraima – SESAU e Secretaria Municipal de Saúde de Boa Vista – SEMSA.
FUNDAMENTAÇÃO	Leis n.º 8.666/93.
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS	Para execução do objeto deste instrumento não haverá transferência de recursos entre os entes participantes.
VIGÊNCIA	Termo de Cooperação Técnica entrará em vigor na data de sua assinatura e vigorará durante 60 (sessenta) meses, podendo ser alterado por meio de termo aditivo.
DATA	Boa Vista – RR, 07 de dezembro de 2017.

Departamento - Secretaria de Gestão Administrativa / Diretoria - Secretaria Geral

KVhQADsIUVsj4kZpP1TNxsRqPIE=

Comarca de Boa Vista

Índice por Advogado

000153-RR-B: 001
000185-RR-N: 001
000338-RR-B: 002
000481-RR-N: 001
000875-RR-N: 002

Publicação de Matérias

Vara Itinerante

Expediente de 14/12/2017

JUIZ(A) TITULAR:
Elvo Pigari Junior
Erick Cavalcanti Linhares Lima
PROMOTOR(A):
Ademar Loiola Mota
Ademir Teles Menezes
André Paulo dos Santos Pereira
Rogerio Mauricio Nascimento Toledo
Ulisses Moroni Junior
Valdir Aparecido de Oliveira
ESCRIVÃO(Ã):
Luciana Silva Callegário

Execução de Alimentos

001 - 0009711-61.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.009711-0
Executado: Criança/adolescente
Executado: C.S.L.
DESPACHO

Intime-se a parte autora, por meio da DPE, para manifestar-se nestes autos, no prazo de dez dias, sob pena de extinção.

Boa Vista,14 de dezembro de 2017.

PATRICIA OLIVEIRA DOS REIS
Juiz de Direito
Advogados: Ernesto Halt, Alcides da Conceição Lima Filho, Paulo Luis de Moura Holanda

Vara Itinerante

Expediente de 15/12/2017

JUIZ(A) TITULAR:
Elvo Pigari Junior
Erick Cavalcanti Linhares Lima
PROMOTOR(A):
Ademar Loiola Mota
Ademir Teles Menezes
André Paulo dos Santos Pereira
Rogerio Mauricio Nascimento Toledo
Ulisses Moroni Junior
Valdir Aparecido de Oliveira
ESCRIVÃO(Ã):
Luciana Silva Callegário

Separação Consensual

002 - 0211235-22.2009.8.23.0010
Nº antigo: 0010.09.211235-7
Autor: R.N.B.S. e outros.
DESPACHO

Intime-se a parte autora, por meio do seu patrono, para manifestar-se nestes autos, no prazo de dez dias, sob pena de extinção.

Boa Vista, 14 de dezembro de 2017.

PATRÍCIA OLIVEIRA DOS REIS
Juíza de Direito
Advogados: David Souza Maia, Wendel Monteles Rodrigues

Comarca de Caracarai

Índice por Advogado

000362-RR-A: 001
000564-RR-N: 001

Publicação de Matérias

Vara Criminal

Expediente de 14/12/2017

JUIZ(A) TITULAR:
Evaldo Jorge Leite
PROMOTOR(A):
Kleber Valadares Coelho Junior
Marco Antonio Bordin de Azeredo
Masato Kojima
Rafael Matos de Freitas
Silvio Abbade Macias
Soraia Andreia de Azevedo Cattaneo
Ulisses Moroni Junior
ESCRIVÃO(Ã):
Rayson Alves de Oliveira

Ação Penal

001 - 0000765-46.2010.8.23.0020
Nº antigo: 0020.10.000765-5
Autor: Ministerio Publico
Réu: Wellington Lima da Silva e outros.
Autos devolvidos do TJ.
Advogados: João Ricardo Marçon Milani, Francisco Salismar Oliveira de Souza

Comarca de Mucajai

Não houve publicação para esta data

Comarca de Rorainópolis

Publicação de Matérias

Vara Criminal

Expediente de 14/12/2017

JUIZ(A) TITULAR:
Jaime Plá Pujades de Ávila
Patricia Oliveira dos Reis
PROMOTOR(A):
Antônio Carlos Scheffer Cezar
Masato Kojima
Paulo André de Campos Trindade
Soraia Andreia de Azevedo Cattaneo
ESCRIVÃO(Ã):
Augusto Santiago de Almeida Neto
Elisangela Evangelista Beserra

Ação Penal

001 - 0000395-73.2016.8.23.0047
Nº antigo: 0047.16.000395-1
Réu: Ozenildo Rodrigues da Silva
Autos remetidos ao Tribunal de Justiça.
Nenhum advogado cadastrado.

Comarca de São Luiz do Anauá

Índice por Advogado

008123-PR-N: 002
000101-RR-B: 005
000210-RR-N: 002
000260-RR-E: 005
000309-RR-A: 001
000682-RR-N: 002
000858-RR-N: 005
001387-RR-N: 005
211648-SP-N: 002

Publicação de Matérias

Vara Cível

Expediente de 15/12/2017

JUIZ(A) TITULAR:
Air Marin Junior
Marcelo Lima de Oliveira
PROMOTOR(A):
Antônio Carlos Scheffer Cezar
Soraia Andreia de Azevedo Cattaneo
ESCRIVÃO(Ã):
Camila Guerra

Ação Civil Pública

001 - 0000622-15.2002.8.23.0060
Nº antigo: 0060.02.000622-1
Autor: Ministério Público do Estado de Roraima
Réu: Telemar Norte Leste S/a e outros.
DESPACHO

Defiro o requerido pela requerida à fl. 728, bem como pelo MP em manifestação de fl. 745.
Suspenda-se o feito pelo prazo de 06 meses.
Após o decurso de prazo, abra-se vista as partes para manifestação pelo prazo de 15 dias, sucessivamente.

São Luiz/RR, 14 de dezembro de 2017.

MARCELO LIMA DE OLIVEIRA
Juiz Substituto
Advogado(a): Alexandre Miranda Lima

Procedimento Comum

002 - 0001053-34.2011.8.23.0060
Nº antigo: 0060.11.001053-9
Autor: Banco do Brasil S/a
Réu: Paulo Romério Souza do Nascimento e outros.
DESPACHO

ARQUIVEM-SE.

São Luiz/RR, 14 de dezembro de 2017.

MARCELO LIMA DE OLIVEIRA
Juiz Substituto
Advogados: Louise Rainer Pereira Gionedis, Mauro Silva de Castro, Edilaine Deon e Silva, Rafael Sganzerla Durand

Exec. Titulo Extrajudicia

003 - 0000425-40.2014.8.23.0060
Nº antigo: 0060.14.000425-4
Autor: União (fazenda Nacional)
Réu: M S G Ferreira Me
DESPACHO.

Defiro o requerido pela exequente em petição de fl. 263.

São Luiz/RR, 14 de dezembro de 2017.

MARCELO LIMA DE OLIVEIRA
Juiz Substituto
Nenhum advogado cadastrado.

004 - 0000446-16.2014.8.23.0060
Nº antigo: 0060.14.000446-0
Autor: Instituto Bras. Meio Ambiente (ibama)
Réu: P Moreira da Silva Me
AUTOS N.°: 0060 14 000446-0
EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Exequente: IBAMA
Executado: P MOREIRA DA SILVA-ME

SENTENÇA

Cuidam-se os presentes autos de EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, interposta pelo IBAMA em desfavor de P MOREIRA DA SILVA-ME.

O exequente apresentou petição à fl. 121, informando que o executado quitou o débito e requer a extinção do processo com o consequente arquivamento.

É o sucinto relatório. Decido.

A execução tem por termo final o pagamento da dívida pelo executado, conforme preceitua o artigo 924, inciso II, do CPC. O recolhimento espontâneo da dívida pelo executado traduz a vontade do mesmo em quitar o débito.

Pelo exposto, julgo procedente a presente execução, pela satisfação da dívida e extingo o presente processo, com apreciação do mérito, nos termos do artigo 924, inciso II, do CPC.
Sem custas

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

P. R. I. C.

São Luiz/RR, 14 de dezembro de 2017.

MARCELO LIMA DE OLIVEIRA
Juiz Substituto
Nenhum advogado cadastrado.

005 - 0000241-55.2012.8.23.0060
Nº antigo: 0060.12.000241-9
Autor: Banco da Amazônia S/a
Réu: Varivaldo Antonio Paiao
DESPACHO

Defiro o requerido pela exequente à fl. 138.
Após o decurso de prazo, abra-se vista a exequente para que se manifeste e requeira o que for de direito no prazo de 15 dias, sob de arquivamento dos autos.

São Luiz/RR, 14 de dezembro de 2017.

MARCELO LIMA DE OLIVEIRA

Juiz Substituto
Advogados: Sivirino Pauli, Jair Mota de Mesquita, Diego Lima Pauli, Halisson Francisco Torres Merces

Vara Criminal

Expediente de 14/12/2017

JUIZ(A) TITULAR:
Air Marin Junior
Marcelo Lima de Oliveira
PROMOTOR(A):
Antônio Carlos Scheffer Cezar
Marco Antonio Bordin de Azeredo
Soraia Andreia de Azevedo Cattaneo
ESCRIVÃO(Ã):
Camila Guerra

Inquérito Policial

006 - 0000416-10.2016.8.23.0060
Nº antigo: 0060.16.000416-8
Indiciado: J.P.G.
SENTENÇA

1. Trata-se de ação penal em desfavor do réu JEAN PAULO GRAMS, pela suposta prática do crime do artigo 147, do Código Penal c/c art. 5º e 7o, II, Lei 11340/06, em razão dos fatos ocorridos em 28/07/2016.
2. Denúncia oferecida em 05/01/2017 (fls. 2A/2D).
3. Denúncia recebida em 23/01/2017 (fls. 17).
4. Réu citado em 31/03/2017 (fls. 29).
5. Resposta à acusação em 25/04/2017 (fls. 31).
6. Certidões de antecedentes criminais (fls. 21/28).
7. Em audiência de instrução o Ministério pugnou pela extinção do processo e consequentemente da punibilidade tendo em vista a reiterada desídia da vítima em comparecer às audiências, vislumbrando-se evidentemente a retratação de vontade de prosseguir com o processo, e subsidiariamente pela absolvição do réu, ante a atipicidade material do fato (fls. 55).]
8. A Defesa ratificou o requerido pelo Ministério Público.
9. É o relatório. DECIDO.
10. Acusa-se o réu JEAN PAULO GRAMS, da prática do crime de ameaça.
11. Quanto ao crime, verifico que não há adequação típica, pois as provas coligidas aos autos não demonstram que a suposta ameaça tenha tido o condão de causar realmente medo na vítima.
12. Não se produziu, sequer, provas suficientes aptas de que o réu tenha proferido palavras que venham a incutir temor na vítima.
13. Designada audiência de instrução, consta certidão do oficial de justiça na fls. 40-v, onde não foi possível a intimação da vítima, estando em local incerto.
14. Na audiência, o réu informou o endereço onde a vítima poderia ser encontrada, bem como deu o contato telefônico, fls. 42. Foi designada nova data para audiência.
15. Na fls. 43, consta certidão do servidor do cartório, que intimou a vítima da redesignação da audiência via contato telefônico.
16. Expedição de carta precatória para a comarca de Manaus/AM, para intimação da vítima para nova audiência, (fl. 47). Em audiência, constatou-se a ausência da vítima.
17. Em casos de violência doméstica é imperioso dar relevância a palavra da vítima, mas tal situação não pode perdurar se não há consonância com as demais provas, uma vez que a vítima não compareceu à audiência o que faz presumir-se em retratação na vontade de continuar com a ação penal.
18. Quanto a autoria, não se produziu provas adequadas, aptas a ensejar condenação.
19. Assiste razão ao Ministério Público quanto a possível insignificância da conduta. É certo que os tribunais superiores têm decidido pela impossibilidade de reconhecimento de tais situações em crimes relacionados a violência doméstica.
20. Destarte, tenho não ser o caso de condenação, seja pela insuficiência de provas, seja pela desnecessidade de aplicação de pena, eis que não há mais o que se prevenir e quanto a repreensão, uma vez que consta nos autos provas que a vítima não reside mais no estado, bem como não há notícias de novas ameaças por parte do réu.
21. Posto isso, ABSOLVO o réu JEAN PAULO GRAMS, da imputação do crime do artigo 147, do Código Penal, por não existir prova suficiente para a condenação, nos termos do artigo 386, VII, CPP.
22. Sem custas.
23. Após o trânsito em julgado, arquivem-se, com as baixas necessárias.
24. Publique-se, Registre-se, Intimem-se.
25. São Luiz/RR, 14/12/2017.

MARCELO LIMA DE OLIVEIRA
Juiz Substituto
Nenhum advogado cadastrado.

Comarca de Alto Alegre

Não houve publicação para esta data

Comarca de Pacaraima

Índice por Advogado

000226-RR-N: 003
000243-RR-E: 003
000300-RR-N: 003
000320-RR-N: 012

Publicação de Matérias

Vara Cível

Expediente de 14/12/2017

JUIZ(A) TITULAR:
Jaime Pla Pujades de Avila
PROMOTOR(A):
Diego Barroso Oquendo
Masato Kojima
Soraia Andreia de Azevedo Cattaneo
ESCRIVÃO(Ã):
Francisco Raimundo Albuquerque

Reinteg/manut de Posse

001 - 0000534-41.2010.8.23.0045
Nº antigo: 0045.10.000534-2
Autor: Sila Celestino da Silva
Réu: Marinelma Almeida Araújo
DESPACHO

Intime-se o executado para que proceda a última parcela devida no acordo firmado com o exequente, no valor de R$ 358,34 (trezentos e cinquenta e oito reais e trinta e quatro centavos), já com o acréscimo da multa de 30% fixada no aludido acordo, no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de multa no valor de 10% sobre o valor da dívida.

Comprovado o pagamento dê-se vista ao exequente para que requeira o que entender de direito, no prazo de 05 dias.

PAC/RR 14 de novembro de 2017.

JAIME PLÁ PUJADES DE ÁVILA
Juiz de Direito
Nenhum advogado cadastrado.

Averiguação Paternidade

002 - 0000151-58.2013.8.23.0045
Nº antigo: 0045.13.000151-9
Autor: V.S.P.
DESPACHO; Despacho de mero expediente.
Nenhum advogado cadastrado.

Procedimento Comum

003 - 0000004-95.2014.8.23.0045
Nº antigo: 0045.14.000004-8
Autor: Edson Costa Moreira
Réu: Municipio de Pacaraima
DESPACHO

Admito a execução no valor de 10.964,74 (dez mil novecentos e sessenta e quatro reais e setenta e quatro centavos).

Intime-se o excutado nos termos do art. 535 do CPC.

Devidamente intimado e sem manifestação, expeça-se RPV do respectivo valor.

Comprovado o pagamento do RPV, intime-se o exequente para o levantamento.

Comprovado o levantamento, arquive-se os autos.

PAC/RR 14 de novembro de 2017.

JAIME PLÁ PUJADES DE ÁVILA
Juiz de Direito
Advogados: Alexander Ladislau Menezes, Dayenne Lívia Carramilo Pereira, Maria do Rosário Alves Coelho

Vara Criminal

Expediente de 14/12/2017

JUIZ(A) TITULAR:
Jaime Pla Pujades de Avila
PROMOTOR(A):
Diego Barroso Oquendo
Marco Antonio Bordin de Azeredo
Masato Kojima
Soraia Andreia de Azevedo Cattaneo
ESCRIVÃO(Ã):
Francisco Raimundo Albuquerque

Inquérito Policial

004 - 0000021-97.2015.8.23.0045
Nº antigo: 0045.15.000021-9
Indiciado: I.C.M.F.
DESPACHO; Despacho de mero expediente.
Nenhum advogado cadastrado.

Ação Penal

005 - 0002365-95.2008.8.23.0045
Nº antigo: 0045.08.002365-3
Réu: Alcemir Pereira Alves
DESPACHO; Despacho de mero expediente.
Nenhum advogado cadastrado.

006 - 0000253-80.2013.8.23.0045
Nº antigo: 0045.13.000253-3
Réu: Ezequias Maria de Paula
DESPACHO; Despacho de mero expediente.
Nenhum advogado cadastrado.

007 - 0000546-16.2014.8.23.0045
Nº antigo: 0045.14.000546-8
Réu: Ezequias Maria de Paula
DESPACHO; Despacho de mero expediente.
Nenhum advogado cadastrado.

008 - 0000253-12.2015.8.23.0045
Nº antigo: 0045.15.000253-8
Réu: Wanderson Matos Ferreira e outros.
DESPACHO; Despacho de mero expediente.
Nenhum advogado cadastrado.

Inquérito Policial

009 - 0000461-93.2015.8.23.0045
Nº antigo: 0045.15.000461-7
Indiciado: A.E.S.X. e outros.
DESPACHO; Despacho de mero expediente.
Nenhum advogado cadastrado.

010 - 0000185-28.2016.8.23.0045
Nº antigo: 0045.16.000185-0
Indiciado: H.K.S.
DESPACHO; Despacho de mero expediente. ** AVERBADO **
Nenhum advogado cadastrado.

Infância e Juventude

Expediente de 14/12/2017

JUIZ(A) TITULAR:
Jaime Pla Pujades de Avila
PROMOTOR(A):
Diego Barroso Oquendo
Masato Kojima
Soraia Andreia de Azevedo Cattaneo
ESCRIVÃO(Ã):
Francisco Raimundo Albuquerque

Boletim Ocorrê. Circunst.

011 - 0000113-75.2015.8.23.0045
Nº antigo: 0045.15.000113-4
Infrator: Criança/adolescente e outros.
DESPACHO; Despacho de mero expediente.
Nenhum advogado cadastrado.

Guarda

012 - 0000382-17.2015.8.23.0045
Nº antigo: 0045.15.000382-5
Autor: F.M.P.
Réu: L.E.L.T.S. e outros.
DESPACHO; Despacho de mero expediente.
Advogado(a): Francisco Francelino de Souza

Proc. Apur. Ato Infracion

013 - 0000091-46.2017.8.23.0045
Nº antigo: 0045.17.000091-8
Infrator: Criança/adolescente
DESPACHO; Despacho de mero expediente.
Nenhum advogado cadastrado.

Comarca de Bonfim

Não houve publicação para esta data

1ª VARA DE FAMÍLIA

Expediente: 15/12/2017

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DECLARATÓRIA DE INTERDIÇÃO COM PRAZO DE 10(dez) DIAS

O DOUTOR **REINALDO PAIXÃO BEZERRA JÚNIOR** – JUIZ SUBSTITUTO RESPONDENDO PELA 1ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE BOA VISTA ESTADO DE RORAIMA

FAZ SABER: a todos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Cartório se processam os autos da ação de **Interdição nº 0822066-02.2017.8.23.0010** em que é requerente **MARIA PAIVA DE SENA** e requerido(a) **FILIPE DE SENA DA SILVA**, e que o MM. Juiz decretou a interdição deste(a), conforme sentença a seguir transcrita. FINAL DE SENTENÇA : "Diante do exposto e à vista do contido nos autos, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO PARA DECRETAR A INTERDIÇÃO de **FILIPE DE SENA DA SILVA**, na condição de relativamente incapaz, nomeando-lhe como seu(ua) Curador(a) **MARIA PAIVA DE SENA** que deverá assisti-lo(a) em certos atos da vida civil. Em consequência, caberá ao curador dirigir e reger os bens da interditada, bem como receber os rendimentos e salários; fornecer a esta e a família as quantias necessárias para as despesas pessoais; adquirir bens e mercadorias relativas a alimentos, vestuário, higiene, limpeza etc.; efetuar pagamentos decorrentes de obrigações assumidas e outras mensalmente verificáveis, como água, luz, telefone e impostos; assistir a interditada em juízo ou fora dele, como repartições públicas, bancos e estabelecimentos comerciais; promover as alienações indispensáveis, sempre com autorização judicial, menos àquelas concernentes a bens móveis de fácil deterioração e de valor não significativo. A administração das finanças do interditado, devem ter como escopo a mantença desta e seu tratamento de saúde em local apropriado. Outrossim, o curador nomeado não poderá, por qualquer modo, alienar ou onerar bens de quaisquer naturezas, eventualmente pertencentes ao interdito, tampouco contrair dívidas ou empréstimos em nome deste, sem autorização judicial. Os valores recebidos de entidade previdenciária deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, bem-estar do incapaz. Aplica-se, ao caso, o disposto no art. 553 do Código de Processo Civil e as respectivas sanções. Em obediência ao disposto no art. 755, do Código de Processo Civil e no art. 9º, inciso III, do Código Civil, expeça-se mandado para registro da sentença ao Cartório do 1.º Ofício desta Comarca (art. 93 da Lei 6.015/73). Conste no mandado que deverá o oficial de registro civil, em cumprimento ao que determinam os arts. 106 e 107, §1º da Lei 6.015/73, proceder à devida anotação ou comunicação, conforme o caso, do registro da interdição no assento original de nascimento do incapaz. Após o registro da sentença, conforme o art. 93, parágrafo único da Lei 6.015/73, expeça-se o termo de curatela, constando as observações acima, e intime-se o curador para prestar compromisso, no prazo de 05 dias. Dispenso a publicação na imprensa local, tendo em vista que a parte é beneficiária da assistência judiciária gratuita. Assim, extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I do CPC. Sem custas, ante a gratuidade da justiça. Após o trânsito em julgado e cumpridas todas as determinações, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição. Dado e passado nesta cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima, aos **quatorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.** E, para contar eu, Regina Vasconcelos Veras, o digitei e Liduina Ricarte Beserra Amâncio (Diretora de Secretaria) de ordem do MM. Juiz o assinou.

Liduina Ricarte Beserra Amâncio
Diretora de Secretaria

Secretaria Vara / 1ª Vara da Família / Fórum - Fórum Advogado Sobral Pinto / Comarca - Boa Vista

dIbstRUJSmUdYR60mjENj24vC0k=

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS

O DOUTOR **REINALDO PAIXÃO BEZERRA JÚNIOR** – JUIZ SUBSTITUTO RESPONDENDO PELA 1ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE BOA VISTA ESTADO DE RORAIMA

CITAÇÃO **DOS POSSÍVEIS HERDEIROS** DO DE CUJUS **CARLOS PRATA**, falecido em 14/11/2013, nesta cidade de Boa Vista/RR, que era brasileiro, nascido em 14/01/1937 na cidade de Alenquer/PA, filho de Minervina Prata, estando todos, se existentes, em local incerto e não sabido.

FINALIDADE: Para HABILITAREM-SE nos autos da Ação de Inventário, processo nº **0829437-22.2014.8.23.0010**, em que são partes o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA** (inventariante) e Espólio de **CARLOS PRATA** (inventariado)**.** O prazo para habilitação é de **06(seis) meses** a contar da data da primeira publicação (NCPC, art. 741).

SEDE DO JUÍZO: Cartório da 1ª Vara de Família – Fórum Advogado Sobral Pinto – Praça do Centro Cívico, 666 - Centro - Boa Vista/RR. CEP: 69.301.970. Fone: (0**95) 3198-4721 - Email: 1familia@tjrr.jus.br.

Dado e passado nesta Comarca e cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima aos **quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete**. E, para contar Eu, Regina Vasconcelos Veras, o digitei e Liduina Ricarte Beserra Amâncio (Diretora de Secretaria) de ordem do MM. Juiz o assinou.

Liduina Ricarte Beserra Amâncio
Diretora de Secretaria

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS

O DOUTOR **REINALDO PAIXÃO BEZERRA JÚNIOR** – JUIZ SUBSTITUTO RESPONDENDO PELA 1ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE BOA VISTA ESTADO DE RORAIMA

CITAÇÃO **DOS POSSÍVEIS HERDEIROS** DO DE CUJUS **RAIMUNDO TINHANO DA SILVA**, falecido em 01/01/2012, que era brasileiro, viúvo, nascido em 28/08/1933 na cidade de Juazeiro do Norte/CE, filho de Luis Tinhano da Silva e de Maria Jovelina da Conceição, estando todos, se existentes, em local incerto e não sabido.

FINALIDADE: Para HABILITAREM-SE nos autos da Ação de Inventário, processo nº **0801776-34.2015.8.23.0010**, em que são partes o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA** (inventariante) e Espólio de **RAIMUNDO TINHANO DA SILVA** (inventariado)**.** O prazo para habilitação é de **06(seis) meses** a contar da data da primeira publicação (NCPC, art. 741).

SEDE DO JUÍZO: Cartório da 1ª Vara de Família – Fórum Advogado Sobral Pinto – Praça do Centro Cívico, 666 - Centro - Boa Vista/RR. CEP: 69.301.970. Fone: (0**95) 3198-4721 - Email: 1familia@tjrr.jus.br.

Dado e passado nesta Comarca e cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima aos **quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete**. E, para contar Eu, Regina Vasconcelos Veras, o digitei e Liduina Ricarte Beserra Amâncio (Diretora de Secretaria) de ordem do MM. Juiz o assinou.

Liduina Ricarte Beserra Amâncio
Diretora de Secretaria

Secretaria Vara / 1ª Vara da Família / Fórum - Fórum Advogado Sobral Pinto / Comarca - Boa Vista

dlbstRUJSmUdYR60mjENj24vC0k=

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

O MM JUIZ **REINALDO PAIXÃO BEZERRA JÚNIOR** – JUIZ SUBSTITUTO RESPONDENDO PELA 1ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE BOA VISTA - ESTADO DE RORAIMA

CITAÇÃO DE: **JORDÃO MARQUES COLARES**, brasileiro, solteiro, RG e CPF ignorados, estando em lugar incerto e não sabido.

FINALIDADE: Para os termos do processo nº **0802600-22.2017.8.23.0010** - Ação de **Investigação de Paternidade**, proposta por Y.V.G.S, menor impúbere representada por sua genitora **Leidiane Gomes Santos** em desfavor do citando; cientificando-a de que, querendo apresentar contestação, terá o **prazo de 15 (quinze) dias**, sob pena de revelia e ainda serem considerados como verdadeiros os fatos alegados pelo autor na inicial.

Advertência: Em caso de revelia será nomeado curador especial (art. 257 e seus incisos do CPC).

SEDE DO JUÍZO: 1ª Vara de Família – Fórum Advogado Sobral Pinto – Praça do Centro Cívico, 666 – Centro – Boa Vista/RR – Fone: 3198 4721.

Dado e passado nesta Comarca e cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima aos **quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete**. E, para contar Eu, Regina Vasconcelos Veras, o digitei e Liduina Ricarte Beserra Amâncio (Diretora de Secretaria) de ordem do MM. Juiz o assinou.

Liduina Ricarte Beserra Amâncio
Diretora de Secretaria

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

O MM JUIZ **REINALDO PAIXÃO BEZERRA JÚNIOR** – JUIZ SUBSTITUTO RESPONDENDO PELA 1ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE BOA VISTA - ESTADO DE RORAIMA

CITAÇÃO DE: **FRANCISCO COELHO DE ABREU**, brasileiro, casado, RG e CPF ignorados, estando em lugar incerto e não sabido.

FINALIDADE: Para os termos do processo nº **0830669-64.2017.8.23.0010** - Ação de Divórcio, proposta por **Maria Antônia de Deus Fernandes Coelho** em desfavor do citando; cientificando-a de que, querendo apresentar contestação, terá o **prazo de 15 (quinze) dias**, sob pena de revelia e ainda serem considerados como verdadeiros os fatos alegados pelo autor na inicial.

Advertência: Em caso de revelia será nomeado curador especial (art. 257 e seus incisos do CPC).

SEDE DO JUÍZO: 1ª Vara de Família – Fórum Advogado Sobral Pinto – Praça do Centro Cívico, 666 – Centro – Boa Vista/RR – Fone: 3198 4721.

Dado e passado nesta Comarca e cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima aos **quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete**. E, para contar Eu, Regina Vasconcelos Veras, o digitei e Liduina Ricarte Beserra Amâncio (Diretora de Secretaria) de ordem do MM. Juiz o assinou.

Liduina Ricarte Beserra Amâncio
Diretora de Secretaria

Secretaria Vara / 1ª Vara da Família / Fórum - Fórum Advogado Sobral Pinto / Comarca - Boa Vista

dlbstRUJSmUdYR60mjENj24vC0k=

SEGUNDA VARA DE FAMÍLIA

Expediente de 15/12/2017

MM. Juiz de Direito Titular
PAULO CÉZAR DIAS MENEZES

Escrivã Judicial
Maria das Graças Barroso de Souza

2º EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS

Processo 0801805-84.2015.8.23.0010 – Herança Jacente
Requerente: Ministério Público de Roraima
Requerido(a): Manoel Souza dos Santos

O JUIZ DE DIREITO PAULO CEZAR DIAS MENEZES – TITULAR DA SEGUNDA VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE BOA VISTA/RR, MANDA PROCEDER A:

INTIMAÇÃO DE: POSSIVEIS HERDEIROS DE MANOEL SOUZA DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, falecido em 02/11/2013, filho de Benjamin Jaime dos Santos e de Inocência Pereira dos Santos, demais dados ignorados.

FINALIDADE: INTIMAÇÃO dos eventuais herdeiros para habilitação nos autos em epígrafe para no **prazo de 06 (seis) meses** da primeira publicação, na forma do art. 741 do CPC.

Segunda Vara de Família - Fórum Adv. Sobral Pinto, 666 - Centro
69.301-380 – Boa Vista – Roraima / Telefone: (95)3198-4726 / E-mail: 2familia@tjrr.jus.br

E, para que chegue ao conhecimento do(a) interessado(a), mandou o MM Juiz, expedir o presente Edital que será publicado e afixado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima, sete de dezembro de dois mil e dezessete. Eu, J.S.M.S. (Técnico Judiciário) o digitei.

Maria das Graças Barroso de Souza
Diretora de Secretaria

Secretaria Vara / 2ª Vara da Família / Fórum - Fórum Advogado Sobral Pinto / Comarca - Boa Vista

fAoutUjBOIBpzPniOMWqfZjAGoU=

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

Processo 0832894-62.2014.8.23.0010 – Execução de Alimentos
Requerente: A.B.da.S.R. e outro, representados por D.T.L.da.S.
Defensora Pública: OAB 139D-RR - Alessandra Andrea Miglioranza
Requerida: F.G.R.

O JUIZ DE DIREITO PAULO CEZAR DIAS MENEZES – TITULAR DA SEGUNDA VARA DE FAMÍLIA COMARCA DE BOA VISTA/RR, MANDA PROCEDER A:

INTIMAÇÃO DE: FABIO GOMES RIBEIRO, brasileiro, solteiro, autônomo, filho de Izabel Gomes Ribeiro, demais dados ignorados, estando em lugar incerto e não sabido.

FINALIDADE: INTIMAÇÃO o(a) requerido(a) acima para no prazo de **03 dias** efetuar o pagamento do débito alimentar no valor de **R$ 4.170,85 (quatro mil, cento e setenta reais e oitenta e cinco centavos)**, referente às prestações dos meses de novembro de 2014 a fevereiro de 2016, bem como as prestações vincendas no curso deste processo, conforme artigo 528, § 7º do CPC, depositando na conta nº. (...), operação (...), agência (...), Caixa Econômica Federal, ou provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, **SOB PENA DE PROTESTO DO PRONUNCIAMENTO JUDICIAL E PRISÃO** nos termos do artigo 528, § 3º do CPC.

Segunda Vara de Família - Fórum Adv. Sobral Pinto, 666 – Centro – 69.301-380 – Boa Vista – Roraima / Telefone: (95)3198-4726 / E-mail: 2familia@tjrr.jus.br

E, para que chegue ao conhecimento do(a) interessado(a), mandou o MM Juiz, expedir o presente Edital que será publicado e afixado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima, onze de dezembro de dois mil e dezessete. Eu, J.S.M.S. (Técnico Judiciário) o digitei.

Maria das Graças Barroso de Sousa
Diretora de Secretaria

Secretaria Vara / 2ª Vara da Família / Fórum - Fórum Advogado Sobral Pinto / Comarca - Boa Vista

fAoutUjBOIBpzPniOMWqfZjAGoU=

1º EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

Processo 0832379-56.2016.8.23.0010 – Inventário
Requerente: Carlos Silveiro dos Santos
Advogado: OAB 264N-RR - Alexandre Cesar Dantas Socorro
De Cujus: Maria de Nazaré dos Santos

O JUIZ DE DIREITO PAULO CEZAR DIAS MENEZES – TITULAR DA SEGUNDA VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE BOA VISTA/RR, MANDA PROCEDER A:

CITAÇÃO DE: POSSÍVEIS HERDEIROS, LEGATÁRIOS E INTERESSADOS da Sra. **Maria de Nazaré dos Santos**, filha de Cezário Ferreira dos Santos e de Juventina de Carvalho dos Santos, demais dados ignorados.

FINALIDADE: CITAÇÃO dos possíveis herdeiros, legatários e interessados do *de cujus* para que se manifestem sobre as primeiras declarações, no prazo de 15 dias, na forma do art. 626 do CPC.

Segunda Vara de Família - Fórum Adv. Sobral Pinto, 666 - Centro
69.301-380 – Boa Vista – Roraima / Telefone: (95)3198-4726 / E-mail: 2familia@tjrr.jus.br

E, para que chegue ao conhecimento do(a) interessado(a), mandou o MM Juiz, expedir o presente Edital que será publicado e afixado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima, onze de dezembro de dois mil e dezessete. Eu, J.S.M.S. (Técnico Judiciário) o digitei.

Maria das Graças Barroso De Souza
Diretora de Secretaria

Secretaria Vara / 2ª Vara da Família / Fórum - Fórum Advogado Sobral Pinto / Comarca - Boa Vista

fAoutUjBOIBpzPniOMWqfZjAGoU=

1ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

Expediente de 15/12/2017

EDITAL DE INTIMAÇÃO
(PRAZO DE 20 DIAS)

O Dr. Esdras Silva Pinto, MM. Juiz Substituto, respondendo pela da 1ª Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Boa Vista – RR.

Faz saber a todos que por este Juízo tramitam os autos de:

Apur. Inf. Norm. Admin. N.º 0001521-75.2016.8.23.0010 (Execução de Sentença)

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

Requerido: ADILA GLEIDIANE LEITE RIVAS

Como se encontra o requerido Sr. ADILA GLEIDIANE LEITE RIVAS, brasileira, CPF n°. 719.205.522-00, atualmente em local incerto, expediu-se o presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, a partir de sua publicação, para os requeridos, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do débito, nos termos do art. 523, caput, §1° do CPC.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados e ninguém possa alegar ignorância no futuro, mandou o MM. Juiz expedir o presente, que será publicado e afixado na forma da lei.

Sede do Juízo: Av. General Ataíde Teive, n.º 4270 – Bairro Caimbé – Boa Vista/RR Telefone: (95) 3621-5102

Boa Vista-RR, 15 de dezembro de 2017.

TERCIANE DE SOUZA SILVA
Diretora de Secretaria

EDITAL DE INTIMAÇÃO
(PRAZO DE 20 DIAS)

O Dr. Esdras Silva Pinto, MM. Juiz Substituto, respondendo pela 1ª Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Boa Vista – RR.

Faz saber a todos que por este Juízo tramitam os autos de:

Apur. Inf. Norm. Admin. N.º 0819739-84.2017.8.23.0010 (Execução de Sentença)

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

Requerido: CELINA DIAS DA SILVA

Como se encontra a requerida Sra. CELINA DIAS DA SILVA, brasileira, Rg n°. 19780044 SSP/MA e CPF n°. 986.754.782-91, atualmente em local incerto, expediu-se o presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, a partir de sua publicação, para os requeridos, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do débito, nos termos do art. 523, caput, §1° do CPC.

Secretaria Vara / 1ª Vara da Infância e da Juventude / Fórum - Fórum Advogado Sobral Pinto / Comarca - Boa Vista

Rzgh2BVa6R6nwVEwTIpLaV6UO6I=

E para que chegue ao conhecimento dos interessados e ninguém possa alegar ignorância no futuro, mandou o MM. Juiz expedir o presente, que será publicado e afixado na forma da lei.

Sede do Juízo: Av. General Ataíde Teive, n.º 4270 – Bairro Caimbé – Boa Vista/RR Telefone: (95) 3621-5102

Boa Vista-RR, 15 de dezembro de 2017.

TERCIANE DE SOUZA SILVA
Diretora de Secretaria

Secretaria Vara / 1ª Vara da Infância e da Juventude / Fórum - Fórum Advogado Sobral Pinto / Comarca - Boa Vista

Rzgh2BVa6R6nwVEwTIpLaV6UO6I=

1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI E DA JUSTIÇA MILITAR

Expediente de 13/12/2017

EDITAL DE INTIMAÇÃO

A MM Juíza de Direito, Lana Leitão Martins, titular da 1ª Vara do Júri, no uso de suas atribuições legais, na forma da lei, etc...

Faz saber a todos quanto o presente EDITAL de INTIMAÇÃO virem ou dele(a) tiverem conhecimento de **RAIMUNDO NONATO FRANCISCO DOS SANTOS**, vulgo “Domingão ou Lobão”, brasileiro, natural de Manaus-AM, nascido aos 03.03.1985, filho de Argino Francisco dos Santos e Itelvina Costa da Silva, portador do RG nº 258890 SSP/RR, estando em local não sabido, **ACUSADO** nos autos da ação penal que tramita neste juízo criminal sob o nº **0003467-19.2015.8.23.0010**, **deverá comparecer no dia 25 de janeiro, às 11:30h, na Sala de Audiências da 1ª Vara do Júri do Fórum Criminal, na Av. Cabo PM José Tabira de Alencar Macedo, nº 602, Bairro Caranã, Boa Vista/RR, a fim de participar como parte na audiência designada**. De modo que, como não foi possível intimá-lo pessoalmente, fica INTIMADO pelo presente edital que será afixado no local de costume e publicado no Diário de Justiça Eletrônico para o conhecimento de todos. Dado e passado nesta cidade de Boa Vista/RR, aos 13 dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

ALINE MOREIRA TRINDADE

Diretora de Secretaria

Secretaria Vara / 1ª Vara Criminal do Tribunal do Júri / Fórum - Fórum Criminal Ministro Evandro Lins e Silva / Comarca - Boa Vista

7AiTN4XJcv4bg8HKvfKLPJ/6Rwc=

VARA DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS

Expediente de 15/12/2017

PORTARIA n. 009/2017 **Boa Vista-RR, 15 de dezembro de 2017.**

O Dr. **ALEXANDRE MAGNO MAGALHÃES VIEIRA**, MM. Juiz de Direito Titular da Vara de Penas e Medidas Alternativas, no uso de suas atribuições legais, etc...

Considerando o esforço e dedicação dos colaboradores no cumprimento de suas atividades no decorrer do ano de 2017, assim como o alcance dos objetivos e metas estabelecidos para esta Unidade judicial;

RESOLVE:

Art. 1º- Elogiar os servidores e estagiários desta Vara de Penas e Medidas Alternativas (VEPEMA), abaixo relacionados, pelo fiel desempenho de suas atividades, dedicação ao trabalho, iniciativa, competência e espírito de equipe demonstrados durante todo o ano de 2017, possibilitando o alcance dos resultados pretendidos:

André Emmanuel Uchôa de França – Agente de Acompanhamento
Antonio Alexandre Frota Albuquerque – Diretor de Secretaria
Carlos Henrique Lopes da Silva – Estagiário
Cheila Costa Marques – Estagiária
Danielle Chagas Frota – Agente de Acompanhamento
Diego Rafael de Oliveira Moraes – Estagiário
Eide Paulyceia Rodrigues Marques – Agente de Acompanhamento
Erika Mendonça Gonzaga – Oficial de Gabinete
Francinaldo de Oliveira Soares - Técnico Judiciário
Gabriela Alano Pamplona – Assistente Social
Gerssé da Costa Figueiredo – Pedagogo
Giovani da Silva Messias – Assessor Jurídico
Hércules Marinho Barros – Agente de Acompanhamento
Jadson Inácio de Souza – Técnico Judiciário
Kuster Damasceno Marques – Agente de Acompanhamento
Luiz Cézar Bezerra Lima – Agente de Acompanhamento
Maria do Perpétuo Socorro Nunes de Queiroz – Escrivã
Maria Natalina Vieira da Conceição – Estagiária
Marinelson Barbosa da Rocha – Agente de Acompanhamento
Raimundo Souza Santiago – Assessor Técnico
Roseane Silva Magalhães – Analista processual
Roseline Batista dos Santos – Pedagoga
Shirlene Rodrigues da Silva Fraxe – Chefe de Setor
Stephanie Lacerda Costa – Assistente Social
Wendell Christian Silva Alves – Estagiário

Art. 2º- Encaminhe-se cópia desta Portaria a Secretaria de Gestão de Pessoas do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado para fins de registro nos assentamentos funcionais.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ALEXANDRE MAGNO MAGALHÃES VIEIRA
Juiz de Direito Titular da VEPEMA

Secretaria Vara / 1ª Vara de Execução de Pena e Medidas Alter / Fórum - Fórum Advogado Sobral Pinto / Comarca - Boa Vista

+Gj2QHf2AHgOEf1+1+MuPCBJqEs=

COMARCA DE MUCAJAÍ

Expediente de 15/12/2017.

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO DE 20 DIAS

Processo nº **0000489-77.2013.8.23.0030**
Réu: **EMERSON GUIMARÃES DA SILVA**

O Dr. Cláudio Roberto Barbosa de Araújo, MM. Juiz de Direito Titular desta Comarca de Mucajaí/RR, no uso de suas atribuições legais, na forma da lei, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele tomarem conhecimento, que por este Juízo e Cartório se processam os autos supracitados na qual figura como réu **EMERSON GUIMARÃES DA SILVA**, alcunha "Consolata", brasileiro, solteiro, mecânico, natural de Caracaraí/RR, nascido aos 30/09/1978, filho de Consolata Guimarães da Silva, RG nº 142.911 SSP/RR, estando atualmente em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital de intimação, com prazo de 20 (vinte) dias a partir de sua publicação, em razão de ter sido Denunciado(a) pelo Ministério Público estadual, como incurso nas sanções do **art. 129, §9º, do Código Penal Brasileiro, combinado com o inciso II do art. 7º da Lei nº 11.340/2006.** Não sendo possível a sua citação pessoal, com este fica **CITADO**(A) e INTIMADO(A), para **oferecer resposta à acusação**, por escrito, **no prazo de 10 (dez) dias**. A resposta, com fulcro no Artigo 396-A do Código de Processo Penal (nova redação determinada pela Lei n.º 11.719/2008), consistirá em defesas preliminares, de mérito e/ou exceções. Assim, o acusado poderá arguir preliminares e invocar todas as razões de seu interesse, oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretende produzir e arrolar testemunhas qualificando-as e requerendo sua intimação, quando for necessário. Se a resposta não for apresentada no prazo, nos termos preconizados pelo § 2º do Artigo 396-A do Código de Processo Penal, nomeio desde já o(a) ilustre Defensor(a) Público(a) com atribuições nesta Vara Criminal residual para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos pelo prazo de 10 (dez) dias. E para o devido conhecimento de todos, mandou o MM. Juiz de Direito expedir o presente Edital que será afixado no local de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico. CUMPRA-SE. Observadas as prescrições legais. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Mucajaí/RR, aos 15 (quinze) dias do mês de dezembro do ano de 2017. Eu, Rafael de Souza Carvalho, Técnico Judiciário, o digitei e que vai subscrito pela Diretora de Secretaria de ordem do MM. Juiz de Direito desta Comarca.

ERLEN MARIA DA SILVA REIS
Diretora de Secretaria

Secretaria Vara / 1ª Vara Criminal / Fórum - Fórum Juiz Antônio de Sá Peixoto / Comarca - Mucajaí

wD3M8m6+geYl0sP5tVy3rJXOdW4=

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO DE 20 DIAS

Processo nº **0000245-46.2016.8.23.0030**
Ação: **MEDIDA PROTETIVA**
Infrator: **MIGUEL JOSÉ PEDRO.**
Vítima: **SUZY SOARES DOS SANTOS.**

O Dr. Cláudio Roberto Barbosa de Araújo, MM. Juiz de Direito Titular desta Comarca de Mucajaí/RR, no uso de suas atribuições legais, na forma da lei, etc...

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele tomarem conhecimento, que por este Juízo e Cartório se processam os autos supracitados na qual figura como vítima **SUZY SOARES DOS SANTOS** brasileira, solteira, do lar, natural de Esperantinópolis/MA, nascida aos 10/07/1991, filha de Antonia Soares dos Santos, RG nº 356723-0 SSP/RR, estando atualmente em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital de intimação, com prazo de 20 (vinte) dias a partir de sua publicação, ficando pelo presente **INTIMADA da SENTENÇA, nos seguintes termos:** "Diante do exposto, com base no art. 487, inciso I, da lei processual civil, julgo improcedente a ação cautelar, não confirmando as medidas protetivas de urgência liminarmente concedidas, vez que é notório a vítima não tem mais interesse em seu prosseguimento". E para o devido conhecimento de todos, mandou o MM. Juiz de Direito expedir o presente Edital que será afixado no local de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico. CUMPRA-SE. Observadas as prescrições legais. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Mucajaí/RR, aos 15 (quinze) dias do mês de dezembro do ano de 2017. Eu, Rafael de Souza Carvalho, Técnico Judiciário, o digitei e que vai subscrito pela Diretora de Secretaria de ordem do MM. Juiz de Direito desta Comarca.

ERLEN MARIA REIS DE ARAÚJO
Diretora de Secretaria

Secretaria Vara / 1ª Vara Criminal / Fórum - Fórum Juiz Antônio de Sá Peixoto / Comarca - Mucajaí

wD3M8m6+geYl0sP5tVy3rJXOdW4=

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO DE 20 DIAS

Processo nº **0000005-91.2015.8.23.0030**
Ação: **MEDIDA PROTETIVA**
Vítima: **R.A.S.**
Infrator: **ELISVALDO DA SILVA ARAÚJO.**

O Dr. Claudio Roberto Barbosa de Araújo, MM. Juiz de Direito Titular desta Comarca de Mucajaí/RR, no uso de suas atribuições legais, na forma da lei, etc...

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele tomarem conhecimento, que por este Juízo e Cartório se processam os autos supracitados na qual figura como Infrator **ELISVALDO DA SILVA ARAÚJO**, vulgo "Maranhense", brasileiro, solteiro, natural de Vitorino Freire/MA, filho de Luiz Ferreira de Araújo e de Maria Nascimento Silva, RG nº 033086062007-1 SSP/MA, estando atualmente em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital de intimação, com o prazo de 20 (vinte) dias a partir de sua publicação, ficando pelo presente **INTIMADO para tomar conhecimento e imediato cumprimento da decisão de medida protetiva** concedida à vítima: **a)** afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida**; b)** proibição do requerido/agressor de aproximação da ofendida, de suas testemunhas e seus familiares, um raio de 100 (cem) metros, bem como de contato com os mesmos por qualquer meio de comunicação; **c)** proibição de frequentação do requerido/agressor a determinados lugares, quer seja, a cercania da residência da ofendida, bem como o local de trabalho, escola ou igreja, com a finalidade de preservar a integridade física e/ou psicológica da vítima**; d)** Encaminhamento da ofendida a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento - Abrigo de Maria, na cidade de Boa Vista, caso seja de seu interesse - havendo possibilidade de desacolhimento imediato, quando a ofendida expressar manifesta vontade de deixar o aludido abrigo. E para o devido conhecimento de todos, mandou o MM. Juiz de Direito expedir o presente Edital que será afixado no local de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico. CUMPRA-SE. Observadas as prescrições legais. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Mucajaí/RR, aos 15 (quinze) dias do mês de dezembro do ano de 2017. Eu, Aliene S.S. Santos, Técnica Judiciária, o digitei e que vai subscrito pela Diretora de Secretaria de ordem do MM. Juiz de Direito desta Comarca.

ERLEN MARIA REIS DE ARAÚJO
Diretora de Secretaria

Secretaria Vara / 1ª Vara Criminal / Fórum - Fórum Juiz Antônio de Sá Peixoto / Comarca - Mucajaí

wD3M8m6+geYl0sP5tVy3rJXOdW4=

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 20 DIAS

Processo nº **0000411-15.2015.8.23.0030**
Réu: **ANDRÉ ALVES DAMASCENO**

O Dr. Cláudio Roberto Barbosa de Araújo, MM. Juiz de Direito Titular desta Comarca de Mucajaí/RR, no uso de suas atribuições legais, na forma da lei, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele tomarem conhecimento, que por este Juízo e Cartório se processam os autos supracitados na qual figura como réu **ANDRÉ ALVES DAMASCENO**, brasileiro, solteiro, vaqueiro, natural de Boa Vista/RR, nascido aos 19/06/1981, filho de Maria de Fátima Alves Damasceno, RG não informado, estando atualmente em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital de intimação, com prazo de 20 (vinte) dias a partir de sua publicação, em razão de ter sido Denunciado(a) pelo Ministério Público estadual, como incurso nas sanções do **art. 129, §9º, do Código Penal Brasileiro, combinado com o inciso II do art. 7º da Lei nº 11.340/2006.** Não sendo possível a sua citação pessoal, com este fica **CITADO**(A) e INTIMADO(A), para **oferecer resposta à acusação**, por escrito, **no prazo de 10 (dez) dias**. A resposta, com fulcro no Artigo 396-A do Código de Processo Penal (nova redação determinada pela Lei n.º 11.719/2008), consistirá em defesas preliminares, de mérito e/ou exceções. Assim, o acusado poderá arguir preliminares e invocar todas as razões de seu interesse, oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretende produzir e arrolar testemunhas qualificando-as e requerendo sua intimação, quando for necessário. Se a resposta não for apresentada no prazo, nos termos preconizados pelo § 2º do Artigo 396-A do Código de Processo Penal, nomeio desde já o(a) ilustre Defensor(a) Público(a) com atribuições nesta Vara Criminal residual para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos pelo prazo de 10 (dez) dias. E para o devido conhecimento de todos, mandou o MM. Juiz de Direito expedir o presente Edital que será afixado no local de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico. CUMPRA-SE. Observadas as prescrições legais. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Mucajaí/RR, aos 15 (quinze) dias do mês de dezembro do ano de 2017. Eu, Aliene S. S. Santos, Técnica Judiciária, o digitei e que vai subscrito pela Diretora de Secretaria de ordem do MM. Juiz de Direito desta Comarca.

ERLEN MARIA DA SILVA REIS
Diretora de Secretaria

Secretaria Vara / 1ª Vara Criminal / Fórum - Fórum Juiz Antônio de Sá Peixoto / Comarca - Mucajaí

wD3M8m6+geYl0sP5tVy3rJXOdW4=

COMARCA DE SÃO LUIZ DO ANAUÁ

Expediente de 15/12/2017

MM. Juiz Substituto
MARCELO LIMA DE OLIVEIRA

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

Processo 0801101-52.2014.8.23.0060
Requerente: D.M.N.P menor impúbere rep. por IVAVEIDE DA SILVA NASCIMENTO
Requerido: DENILDO SILVA PEREIRA

O JUIZ SUBSTITUTO MARCELO LIMA DE OLIVEIRA - DA COMARCA DE SÃO LUIZ/RR, MANDA PROCEDER A:

INTIMAÇÃO DO REQUERIDO: DENILDO SILVA PEREIRA, brasileiro, casado, RG e CPF ignorados pela parte autora, residente e domiciliado em local incerto e não sabido.

FINALIDADE: INTIMAÇÃO do requerido Denildo Silva Pereira para, que tome ciência da seguinte sentença: "(…) Posto isso, com base nas alegações aduzidas pela autora na inicial, e em consonância com o parecer ministerial, JULGO PROCEDENTE A PRETENSÃO AUTORAL, extinguindo o processo com resolução do mérito nos termos do art. 487, I, do CPC, condenando o requerido a prestar alimentos definitivos a demandante no valor de 30% do salário-mínimo nacional, a serem pagos em conta-corrente de titularidade da genitora da autora, de nº 16.793-2, agência 3783-4, Banco do Brasil. Após as formalidades legais, arquive-se. São Luiz, RR, 11/12/2017. MARCELO LIMA DE OLIVEIRA Juiz Substituto São Luiz-RR"

Comarca de São Luiz – Fórum Juiz Umberto Teixeira, 100 – Centro
69.370-000 – São Luiz – Roraima / Telefone: (95) 3198-4180 / E-mail: szw@tjrr.jus.br

E, para que chegue ao conhecimento do(a) interessado(a), mandou o MM. Juiz, expedir o presente Edital que será publicado e afixado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de São Luiz, do Estado de Roraima, quinze de dezembro de dois mil e dezessete. Eu Camila Araújo Guerra (Diretora de Secretaria) o digitei e o assino de ordem.

Camila Araújo Guerra
Diretora de Secretaria
Mat. 3011365

Secretaria Vara / 1ª Vara Cível / Fórum - Fórum Juiz Maximiliano da Trindade Filho / Comarca - São Luiz

XWkTa1hoYQBjgQA5hi2p+xBc5yk=

COMARCA DE BONFIM

Expediente de 15/12/2017 Portaria nº 07/2017

PORTARIA N° 007/2017-GAB – COMARCA DE BONFIM

O **Dr. AIR NARIN JUNIOR**, MM. Juiz de Direito Titular da Comarca de Bonfim/RR, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei.

CONSIDERANDO os números alcançados pela unidade, que vêm garantindo o cumprimento das metas estipuladas pelo Conselho Nacional de Justiça para o ano de 2017;

CONSIDERANDO também o desempenho pessoal dos servidores, colaboradores (terceirizados) e estagiários da Comarca de Bonfim/RR, a qual com comprometimento, esforço e dedicação, empenharam-se por tornar a prestação jurisdicional mais célere, eficaz e isonômica, com demostração significativa na diminuição do acervo que reduziu de 1.749 (mil setecentos e quarenta e nove) processos no mês de Junho/2017 para 1.494 (mil quatrocentos e noventa e quatro) processos no mês de Dezembro/2017, sendo 56 (cinquenta e seis) processos físicos e 1.438 (mil quatrocentos e trinta e oito) processos eletrônicos;

RESOLVE:

ART. 1º – ELOGIAR os servidores e estagiários abaixo relacionados:

- **PEDRO HENRIQUE DE ARAÚJO CARDIAS** – Diretor de Secretaria
- **CARLOS JARDEL FREITAS DUARTE** – Técnico Judiciário
- **MOISÉS DUARTE DA SILVA**– Técnico Judiciário
- **MAÍRA MENESES BARRETO** – Oficiala de Gabinete
- **JANNE KASTHELINE DE SOUZA FARIAS** – Analista Judiciaria
- **FRANCISCO JAMIEL ALMEIDA LIRA** – Assessor Jurídico
- **TIAGO DEJAELWER MENDES DA SILVA** – Estagiário
- **ARIELA ÂNGELA NASCIMENTO**– Estagiária
- **ISAÍAS MATOS SANTIAGO** – Motorista
- **DANTE ROQUE MARTINS BIANECK** – Oficial de Justiça
- **FRANCISCA SANTANA DA LU**Z – Agente de Limpeza
- **DANIEL AMORIM LUZ** – Agente de Limpeza
- **ELIZABETH DA SILVA** - Copeira

ART. 2º – ENCAMINHE-SE cópia desta portaria à Secretaria de Gestão de Pessoas do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, para fins de registro nos assentos funcionais dos servidores, assim como encaminhe-se a empresa responsável pelos servidores terceirizados e a entidade que coordena os estagiários.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

AIR MARIN JUNIOR
Juiz de Direito

Diretoria do Forum / Fórum - Forum de Ruy Barbosa

tiiuwcBgsoeH2jBjYLQaMDfprU4=

Ministério Público

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

Expediente de 15DEZ2017

PROCURADORIA GERAL

PORTARIA Nº 1.161, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

A **PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA**, em exercício, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Autorizar o afastamento do Promotor de Justiça**,** Dr. **MASATO KOJIMA**, do município de Pacaraima/RR para o município de Bonfim/RR, para participar audiências, no período de 18 a 19DEZ2017, conforme o Processo nº 1.044/2017 – DA/MPRR, de 14DEZ2017, Sisproweb nº 081906051861759.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JANAÍNA CARNEIRO COSTA
Procuradora-Geral de Justiça
-em exercício-

DIRETORIA GERAL

PORTARIA Nº 1707 - DG, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA, com fulcro no artigo 54 e 55 da Lei 053, de 31 de dezembro de 2001 e Resolução nº 14, de 16 de setembro de 2008,

R E S O L V E:

Tornar sem efeito a portaria nº 481-DG, de 17 de abril de 2017, publicada no DJE Nº 5958 de 18/04/2017, para o servidor JAMES BATISTA CAMELO.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ANTÔNIO CLÉSIO MOTTA DE ROSSO
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 1708 - DG, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA, com fulcro no artigo 54 e 55 da Lei 053, de 31 de dezembro de 2001 e Resolução nº 14, de 16 de setembro de 2008,

R E S O L V E:

Autorizar o afastamento dos servidores **NERI ÁVILA ROSA**, Oficial de Diligência e **JOEL BATALHA MADURO,** Oficial de Diligência, em face do deslocamento para o município do Cantá-RR no dia 15DEZ17, sem ônus, para realizar diligência no sentido de localizar, constatar dados e pessoas e entregar documentos na referida localidade. Processo nº 1047/17 – DA de 15 de dezembro de 2017. SisproWeb:081906051931714.

VsdFqkg/QFGCQBhSYoFpjFT1LS8=

Ministério Público

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ANTÔNIO CLÉSIO MOTTA DE ROSSO
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 1709 - DG, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA, com fulcro no artigo 54 e 55 da Lei 053, de 31 de dezembro de 2001 e Resolução nº 14, de 16 de setembro de 2008,

R E S O L V E:

I - Autorizar o afastamento da servidora **EDLENE SILVA DOS SANTOS**, Auxiliar de Limpeza e Copa, em face do deslocamento para o município de Mucajaí-RR, no dia 26DEZ17, sem pernoite, para realizar serviços de limpeza na Promotoria do referido município.
II - Autorizar o afastamento do servidor **RONDINELLY MEDEIROS FERREIRA**, Motorista, em face do deslocamento para o município de Mucajaí-RR, no dia 26DEZ17, sem pernoite, para conduzir veículo com a servidora que executará os serviços acima citados Processo Nº 1048/17 – DA, de 15 de dezembro de 2017. Sisproweb:081906051971775.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ANTÔNIO CLÉSIO MOTTA DE ROSSO
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 1710 - DG, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA, com fulcro no artigo 54 e 55 da Lei 053, de 31 de dezembro de 2001 e Resolução nº 14, de 16 de setembro de 2008,

R E S O L V E:

I - Autorizar o afastamento do servidor **TÁSSIO JARDEL PEREIRA SALLES,** Assessor de Engenharia Civil, em face do deslocamento para o município de Normandia-RR, no dia 22DEZ17, sem pernoite, para cumprir a OMD 092/17/Promotoria de Bonfim-RR, com objetivo de realizar visita in loco na Delegacia de Polícia Civil de Normandia-RR.
II- Autorizar o afastamento do servidor **RONDINELLY MEDEIROS FERREIRA**, Motorista, em face do deslocamento para o município de Normandia-RR, no dia 22DEZ17 sem pernoite, para conduzir veículo com o servidor que executará os serviços acima citados. Processo Nº 1049/17 – DA, de 15 de dezembro de 2017. Sisproweb:081906051961711.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ANTÔNIO CLÉSIO MOTTA DE ROSSO
Diretor-Geral

ERRATAS:

- Na Portaria nº 481/17 – DG, Publicada no DJE Nº5958 de 18 de abril de 2017:
Onde se lê: **"…20ABR17, sem pernoite ..."**
Leia-se: **"...24ABR17, sem pernoite..."**

- Na Portaria nº 1648/17 – DG, Publicada no DJE Nº6111 de 14 de dezembro de 2017:
Onde se lê: **"… ALEXSANDRO MACEDO DA SILVA ..."**
Leia-se: **"...ALEXSANDRO BARBOSA DE SOUZA..."**

VsdFqkg/QFGCQBhSYoFpjFT1LS8=

Ministério Público

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

EXTRATO DE CONVÊNIO – PROC. Nº 069/2017-PA/PGJ (SISPROWEB 081906051491722)

O Ministério Público do Estado de Roraima – MPRR, torna público o extrato do Termo de Convênio Educacional firmado com o Pré – Escolar Reizinho – Ltda e o Colégio Levina Alves da Silva – ME.
PARTES: Ministério Público do Estado de Roraima – MPRR (CONVENENTE), Pré – Escolar Reizinho – Ltda e o Colégio Levina Alves da Silva – ME. (CONVENIADOS).
OBJETO: Oferecimento de desconto, por parte dos CONVENIADOS, nos valores das mensalidades da Educação Pré-Escolar (Maternais I e II, 1º e 2º Períodos) e do Ensino Fundamental I e II, aos dependentes dos Membros e Servidores da CONVENENTE, por ocasião da contratação de serviços educacionais. São beneficiários os filhos, enteados, pessoas sob tutela ou guarda. As vagas disponibilizadas para os convênios são limitadas e serão preenchidas de acordo com a demanda.
PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente termo terá vigência para o Ano Letivo de 2018, podendo ser prorrogado ou aditivado mediante Termo Aditivo.
DATA DA ASSINATURA: 13 de dezembro de 2017.
Boa Vista, 15 de dezembro de 2017.

Franciele Coloniese Bertoli
Assessora Jurídica PGJ

EXTRATO DE CONVÊNIO – PROC. Nº 072/2017-PA/PGJ (SISPROWEB 081906051901726)

O Ministério Público do Estado de Roraima – MPRR, torna público o extrato do Termo de Convênio Educacional firmado com a Escola Anjo da Guarda Ltda.
PARTES: Ministério Público do Estado de Roraima – MPRR (CONVENENTE) e a Escola Anjo da Guarda Ltda. (CONVENIADA).
OBJETO: Oferecimento de desconto, por parte da CONVENIADA, nos valores das mensalidades do Ensino Infantil e Fundamental, aos dependentes legais dos Membros e Servidores do Órgão CONVENENTE, por ocasião da contratação de serviços educacionais. São beneficiários os filhos, enteados, pessoas sob tutela ou guarda.
PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente termo terá vigência para o Ano Letivo de 2018, podendo ser prorrogado ou aditivado mediante Termo Aditivo.
DATA DA ASSINATURA: 14 de dezembro de 2017.
Boa Vista, 15 de dezembro de 2017.

Franciele Coloniese Bertoli
Assessora Jurídica PGJ

EXTRATO DE CONVÊNIO – PROC. Nº 073/2017-PA/PGJ (SISPROWEB 081906051911799)

O Ministério Público do Estado de Roraima – MPRR, torna público o extrato do Termo de Convênio Educacional firmado com o Instituto Batista de Roraima - IBR.
PARTES: Ministério Público do Estado de Roraima – MPRR (CONVENENTE) e Instituto Batista de Roraima - IBR (CONVENIADO).
OBJETO: Oferecimento de desconto, por parte do CONVENIADO, nos valores das mensalidades do Ensino Infantil, Fundamental e Médio, aos dependentes legais dos Membros e Servidores do Órgão CONVENENTE, por ocasião da contratação de serviços educacionais. São beneficiários os filhos, enteados, pessoas sob tutela ou guarda.
PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente termo terá vigência pelos Anos Letivos de 2018 e 2019, podendo ser prorrogado ou aditivado mediante Termo Aditivo.
DATA DA ASSINATURA: 14 de dezembro de 2017.
Boa Vista, 15 de dezembro de 2017.

Franciele Coloniese Bertoli
Assessora Jurídica PGJ

VsdFqkg/QFGCQBhSYoFpjFT1LS8=

Ministério Público

EXTRATO DE CONVÊNIO – PROC. Nº 070/2017-PA/PGJ (SISPROWEB 081906051881784)

O Ministério Público do Estado de Roraima – MPRR, torna público o extrato do Termo de Convênio Educacional firmado com o Centro de Educação Colméia Júnior Ltda.
PARTES: Ministério Público do Estado de Roraima – MPRR (CONVENENTE) e Centro de Educação Colméia Júnior Ltda (CONVENIADO).
OBJETO: Oferecimento de desconto, por parte do CONVENIADO nos valores das mensalidades da Educação Infantil e Ensino Fundamental, aos dependentes legais dos Membros e Servidores do Órgão CONVENENTE, por ocasião da contratação de serviços educacionais. São beneficiários os filhos, enteados, pessoas sob tutela ou guarda.
PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente termo terá vigência pelos Anos Letivos de 2018 e 2019, podendo ser prorrogado ou aditivado mediante Termo Aditivo.
DATA DA ASSINATURA: 14 de dezembro de 2017.
Boa Vista, 15 de dezembro de 2017.

Franciele Coloniese Bertoli
Assessora Jurídica PGJ

EXTRATO DE CONVÊNIO – PROC. Nº 071/2017-PA/PGJ (SISPROWEB 081906051891747)

O Ministério Público do Estado de Roraima – MPRR, torna público o extrato do Termo de Convênio Educacional firmado com o Centro de Educação Integrada Colmeia Ltda.
PARTES: Ministério Público do Estado de Roraima – MPRR (CONVENENTE) e Centro de Educação Integrada Colmeia Ltda (CONVENIADO).
OBJETO: Oferecimento de desconto, por parte do CONVENIADO nos valores das mensalidades do Ensino Médio, aos dependentes legais dos Membros e Servidores do Órgão CONVENENTE, por ocasião da contratação de serviços educacionais. São beneficiários os filhos, enteados, pessoas sob tutela ou guarda.
PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente termo terá vigência pelos Anos Letivos de 2018 e 2019, podendo ser prorrogado ou aditivado mediante Termo Aditivo.
DATA DA ASSINATURA: 14 de dezembro de 2017.
Boa Vista, 15 de dezembro de 2017.

Franciele Coloniese Bertoli
Assessora Jurídica PGJ

EXTRATO DE CONVÊNIO – PROC. Nº 063/2017-PA/PGJ (SISPROWEB 081906050681722)

O Ministério Público do Estado de Roraima – MPRR, torna público o extrato do Termo de Convênio Educacional firmado com o Centro Educacional Jardim Do Éden – CEJE.
PARTES: Ministério Público do Estado de Roraima – MPRR (CONVENENTE) e Centro Educacional Jardim Do Éden – CEJE (CONVENIADO).
OBJETO: Oferecimento de desconto, por parte do CONVENIADO nos valores das mensalidades da Educação Infantil e Ensino Fundamental I, aos dependentes legais dos Membros e Servidores do Órgão CONVENENTE, por ocasião da contratação de serviços educacionais. São beneficiários os filhos, enteados, pessoas sob tutela ou guarda, bem como, o parente de terceiro grau (sobrinhos), desde que Membros e Servidores assinem os contratos educacionais, responsabilizando-se pelo pagamento das mensalidades.
PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente termo terá vigência pelos Anos Letivos de 2018 e 2019, podendo ser prorrogado ou aditivado mediante Termo Aditivo.
DATA DA ASSINATURA: 14 de dezembro de 2017.
Boa Vista, 15 de dezembro de 2017.

Franciele Coloniese Bertoli
Assessora Jurídica PGJ

VsdFqkg/QFGCQBhSYoFpjFT1LS8=

TABELIONATO DO 1º OFÍCIO

Expediente de 15/12/2017

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo Código Civil Brasileiro, neste Registro Civil das Pessoas Naturais - 1º Ofício da Capital de Boa Vista-RR:

01) WENDELL DE SOUSA GARCIA e MELISSA DE MIRANDA CORREA
ELE: nascido em Brasília-DF, em 27/03/1999, de profissão Autônomo, estado civil solteiro, domiciliado e residente na Rua Tatiano, nº 143, Bairro: Dr. Airton Rocha, Boa Vista-RR, filho de ISRAEL ROBSON GARCIA e FRANCISCA DAS CHAGAS FERREIRA DE SOUSA. ELA: nascida em São Luiz-RR, em 20/06/2000, de profissão Estudante, estado civil solteira, domiciliada e residente na Rua Tatiano, nº 143, Bairro: Dr. Airton Rocha, Boa Vista-RR, filha de ROSINE DA SILVA CORREA e ROSENILDA DE MIRANDA CORREA.

02) GILMAR RIBEIRO DA SILVA e ROSANGELA COELHO DE FREITAS
ELE: nascido em Marabá-PA, em 15/04/1964, de profissão Aposentado, estado civil divorciado, domiciliado e residente na Rua Eclipse, nº651, Bairro Raiar do Sol, BOA VISTA-RR, filho de ANTONIO GOMES DA SILVA e MARIA RIBEIRO DA SILVA. ELA: nascida em Bonfim-RR, em 22/02/1972, de profissão do Lar, estado civil solteira, domiciliada e residente na Rua Eclipse, nº651, Bairro Raiar do Sol, Boa Vista-RR, filiação ignorada.

03) BEDE MOISÉS e MARGARETH LIMA ALMEIDA
ELE: nascido em Bonfim-RR, em 19/05/1950, de profissão Agricultor, estado civil solteiro, domiciliado e residente na V. VC 6, CONF 3, Vila Central,Zona Rural do Município do Cantá-RR, Boa Vista-RR, filho de JOÃO MOISÉS e LÚCIA MOISÉS. ELA: nascida em Boa Vista-RR, em 16/09/1955, de profissão Agricultora, estado civil solteira, domiciliada e residente na V. VC 6, CONF 3, Vila Central, Zona Rural do Município do Cantá-RR,, Boa Vista-RR, filha de LUCIANA LIMA ALMEIDA.

04) MARCIO ANGELO SANTOS SOUSA e MARLENE CRUZ ARAÚJO
ELE: nascido em Santa Luzia-MA, em 21/08/1974, de profissão Eletricista, estado civil divorciado, domiciliado e residente na Rua Rio Coutingo nº 551, Bairro: Aracelis, Boa Vista-RR, filho de JOSIAS MARINHO DE SOUSA e MARIA DA CONCEIÇÃO SANTOS. ELA: nascida em Santarém-PA, em 16/07/1967, de profissão Comerciante, estado civil divorciada, domiciliada e residente na Rua Raimundo Alves de Souza, nº 306, Bairro:Jardim Tropical, Boa Vista-RR, filha de RAIMUNDO RODRIGUES ARAÚJO e MARIA DILMA CRUZ ARAÚJO.

05) MOISÉS SEVERINO DA COSTA e LARA CRISTINA PEIXOTO AMORIM
ELE: nascido em Tabatinga-AM, em 25/04/1979, de profissão Agente de Limpeza, estado civil solteiro, domiciliado e residente na Residencial Vila Jardim, Av. Jardim, nº 1004, Apt. 301, BL 18, Cond. Cedro, Bairro: Cidade Satélite, Boa Vista-RR, filho de PETRONILIO VIEIRA DA COSTA e NEUZA SEVERINO DA COSTA. ELA: nascida em Boa Vista-RR, em 25/04/1970, de profissão Vendedora, estado civil divorciada, domiciliada e residente na Residencial Vila Jardim, Av. Jardim, nº 1004, Apt. 204, BL 12, Cond. Cedro, Bairro: Cidade Satélite, Boa Vista-RR, filha de DALÍCIO AMORIM e MARIA ESTER PEIXOTO.

Se alguém souber de algum impedimento queira acusá-lo na forma da Lei. Boa Vista RR, 15 de dezembro de 2017. JOZIEL SILVA LOUREIRO, Oficial, subscrevo e assino.

Tabelionato 1º Ofício

uUOW7OoxGgjvUEPGAqJEE1RJWdA=

TABELIONATO DE NOTAS, PROTESTOS E REGISTRO CIVIL DE RORAINÓPOLIS

Expediente de 15/12/2017

Por não terem sido encontrados pessoalmente nos endereços a mim fornecidos ou recusaram-se a tomar ciência, faço saber aos que interessar que o presente EDITAL virem ou dele tiverem conhecimento, que deram entrada neste Tabelionato para ser protestado contra os responsáveis, após decorrido o prazo de 03 (três) dias úteis à partir da data da publicação deste edital, o título com as seguintes características:

Título por indicação.

Protocolo.....: **02704**

1º Sacado: TRANSCARGO TRANSPORTES E COMERCIO
C.N.P.J./C.P.F: 97.535.791/0001-96
Inscrição Estadual/Documento de Identificação:
Endereço.....: RODOVIA BR 174 KM 464 LT 146
Cidade.....: RORAINOPOLIS, CEP: 69.373-000, UF: RR
2º Sacado: EDILSON SILVA FREITAS
C.N.P.J./C.P.F: 305.846.632-34
Inscrição Estadual/Documento de Identificação:
Endereço.....: AVENIDA DRA YANDARA
Cidade.....: RORAINOPOLIS, CEP: 69.373-000, UF: RR
3º Sacado: MARCIO FACHETTI
C.N.P.J./C.P.F: 688.188.312-91
Inscrição Estadual/Documento de Identificação:
Endereço.....: AVENIDA DRA YANDARA
Cidade.....: RORAINOPOLIS, CEP: 69.373-000, UF: RR

Cedente....: **GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA**
CNPJ/CPF: **84.012.012/0001-26**
Endereço..: **AVENIDA VILLE ROY, 5281**
Cidade.....: **Boa Vista**

Número do Título: **19.529** Espécie: **Certidao de Dívida Ativa**
Data da Emissão: **23/05/2013** Data Vencimento: **À VISTA**

Aceite: **Não**.
Apresentado por: **GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA.**

Valor do Título..... R$ 2.838,15

Data da publicação: **15/12/2017**
Motivo: **que a pessoa indicada para aceitar ou pagar não foi localizada.**

Rorainópolis, 15 de dezembro de 2017

Inês Maria Viana Maraschin
Tabeliã

1º Tabelionato de Notas, Protestos e Registro Civil de Rorainópolis

RX0XSIHIh8ZwuRUUmf4Uu2qLxVg=

TABELIONATO DE NOTAS, PROTESTOS E REGISTRO CIVIL DE MUCAJAÍ

Expediente de 15/12/2017

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Pelo presente edital, o CARTÓRIO NÁTHALIA LAGO – OFÍCIO ÚNICO DA COMARCA DE MUCAJAÍ-RR, localizado à Rua Rio Grande do Norte, nº 73, Centro em Mucajaí-RR, FAZ SABER às pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas que tem em seu poder títulos apontados para protesto, com as seguintes características:

Prot: 274 - Título: CDA/25116000855 - Valor: R$ 3.545,63
Devedor: ELIAS DE LIMA CALVO
Credor: FAZENDA NACIONAL – DIV ATIVA-IRPF

Prot: 280 - Título: CDA/25116001354 - Valor: R$ 4.794,47
Devedor: EDILSON BARROS NETO
Credor: FAZENDA NACIONAL – DIV ATIVA-IRPF

Prot: 290 - Título: CDA/25116001998 - Valor: R$ 2.579,57
Devedor: ALINE DE ALMEIDA PEREIRA
Credor: FAZENDA NACIONAL – DIV ATIVA-IRPF

Prot: 300 - Título: CDA/25116002600 - Valor: R$ 3.072,56
Devedor: ALESSANDRA DE ALMEIDA PEREIRA
Credor: FAZENDA NACIONAL – DIV ATIVA-IRPF

Prot: 333 - Título: CDA/2515000592 - Valor: R$ 1.707,35
Devedor: SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE MUCAJAI
Credor: FAZENDA NACIONAL – DIV ATIVA-MULTA ATR. DECL.

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi passado o presente Edital, publicado na forma legal e afixado em lugar público, ficando os responsáveis pelos documentos relacionados intimados para no prazo legal, a contar da data de protocolização do título, vir pagar o valor dos mesmos neste Tabelionato, ou manifestarem suas recusas. Boa Vista, 15 de dezembro de 2017. (05 apontamentos). Eu NATHÁLIA GABRIELLE LAGO DA SILVA, Tabeliã o fiz digitar e assino.

1º Tabelionato de Notas e Protestos da Comarca de Mucajaí - Cartório Nathalia Lago

lWY9mKyWdsE+yfeJi++CSfjrUPQ=